

REVISTA BRASILEIRA DE SOCIOLOGIA

SOCIEDADE BRASILEIRA DE SOCIOLOGIA – SBS

Vol. 09, Nº 23 | Setembro/Dezembro 2021

REVISTA BRASILEIRA DE SOCIOLOGIA

SOCIEDADE BRASILEIRA DE SOCIOLOGIA - DIRETORIA (GESTÃO 2019-2021)

Presidente
Jacob Carlos Lima, UFSCar

1º Vice Presidente
Edna Maria Ramos de Castro, UFPA

2º Vice Presidente
Helena Maria Bomeny Garchet, UERJ

Secretário Geral
Luiz Gustavo da Cunha de Souza, UFSC

Tesoureiro
Emil Albert Sobottka, PUC-RS

1º Secretário
Marco Aurélio Santana, UFRJ

2º Secretário
José Miguel Rasia, UFPR

Diretores
Marcelo Bastos Seráfico de Assis, UFAM
Cristiano W. Noberto Ramalho, UFPE
Maria Carolina Tomás, PUC-MG
Paula Cristina da Silva Barreto, UFBA
Lorena Cândido Fleury, UFRGS

Conselho Fiscal
Bianca Freira Medeiros, USP
Danyelle Linin Gonçalves, UFC
Fabricio Monteiro Neves, UnB

PUBLICAÇÃO QUADRIMESTRAL DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE SOCIOLOGIA – SBS

Coordenação Editorial
Jacob Carlos Lima, Universidade Federal de São Carlos

Editores
Lorena Cândido Fleury, Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Maurício Hoelz Veiga Jr., Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Rodrigo da Rosa Bordignon, Universidade Federal de Santa Catarina

Comissão Editorial
Carlos Benedito Martins, Universidade de Brasilia
Celi Scalon, Universidade Federal do Rio de Janeiro
Irlys Barreira, Universidade Federal do Ceará
Rogerio Proença Leite, Universidade Federal de Sergipe
Sergio Tavolaro, Universidade de Brasilia
Soraya Maria Vargas Cortes, Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Tom Dwyer, Universidade Estadual de Campinas

Assessoria Editorial
Regina Vargas

Conselho Editorial
Ana Luisa Fayet Sallas, Universidade Federal do Paraná
Abdelafid Hamouch, Universidade de Lille I
André Pereira Botelho, Universidade Federal do Rio de Janeiro
Arturo Morato, Universidad de Barcelona
Carlos Fortuna, Universidade de Coimbra
Cesar Barreira, Universidade Federal do Ceará
Charles C. Lemert, Yale University
Emil Sobottka, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul
Gabriel Cohn, Universidade de São Paulo
Jacob Carlos Lima, Universidade Federal de São Carlos
José Machado Pais, Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa
José Ricardo Ramalho, Universidade Federal do Rio de Janeiro
José Vicente Tavares, Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Lúcio Oliver Costilla, Universidad Nacional Autónoma de México
Marcos César Alvarez, Universidade de São Paulo
Margaret Archer, EPFL- University of Warvick
Maria Stela Grossi, Universidade de Brasília
Michael Burawoy, Berkeley University
Paulo Neves, Universidade Federal de Sergipe
Renato Sérgio de Lima, Fórum Brasileiro de Segurança - FBS
Sérgio Adorno, Universidade de São Paulo

Revisão: Liana Fernandes
Diagramação: Carolina Fernandes

Ficha Catalográfica elaborada pela UFS

RSB: Revista Brasileira de Sociologia / Sociedade Brasileira de Sociologia - SBS. – v. 1 n.1 (2013-) – Sergipe: SBS, 2013.
Semestral. Quadrimestral a partir de 2017.
IISSN 2317-8507 (impresso)
ISSN 2318-0544 (Eletrônico)
1. Sociologia – Periódicos. I. Sociedade Brasileira de Sociologia

CDU 316(051)

As opiniões, afirmações e conceitos emitidos nos artigos publicados na Revista Brasileira de Sociologia são de inteira responsabilidade de seus autores e não expressam posições da RBS ou da Sociedade Brasileira de Sociologia - SBS.

SUMÁRIO
TABLE OF CONTENTS

6 **Editorial**

9 **Interdisciplinaridade ambiental e democracia pluralista: uma reflexão a partir do conceito de agonismo de Chantal Mouffe**
Environmental interdisciplinarity and pluralist democracy: a reflection based on Chantal Mouffe's concept of agonism
Gabriel Bandeira Coelho e Jalcione Almeida

35 **Notas sobre formação, forma e processo social em Ismail Xavier**
Notes on formation, form and social process in Ismail Xavier
Rafael Marino

76 **Fratrias e relações entre irmãs/os ao longo da vida: uma perspetiva sociológica**
Phratries and relationships between siblings throughout life: a sociological perspective
Andreia Barbas e Sílvia Portugal

97 **Os planos de recuperação econômica pós-Covid-19 na encruzilhada das mudanças climáticas**
Post-Covid-19 economic recovery plans at the crossroads of climate change
Luiz Enrique Vieira de Souza e Marcelo Fetz

121 **Muralha de espelhos: o narcisismo político nas plataformas digitais**
Wall of mirrors: political narcissism on digital platforms (publicado nas duas versões)
Samira Feldman Marzochi e Fernando de Figueiredo Balieiro

149 **Expansão do ensino superior no Brasil: diversificação institucional e do corpo discente**
Higher education expansion process in Brazil: institutional and student diversification
Maria Carolina Tomás e Leonardo Souza Silveira

178 ***Ideias fora do lugar* e seus colóquios: *insights* para a análise das "interpretações do Brasil"**
***Ideias fora do lugar* and its colloquia: insights for analyzing the "interpretations of Brazil"**
Sérgio Tavolaro

Patrimonialismo: o debate brasileiro e alguns elementos para sua crítica
204 **Patrimonialism: the Brazilian debate and some elements of critique**
Ricardo Pagliuso Regatieri

Autonomia e trabalho intelectual na pós-graduação em Ciências Sociais
228 **Autonomy and intellectual work in Social Sciences graduate studies**
João Marcelo E. Maia e Jimmy Medeiros

Deslocando enquadramentos: coletivos de favelas em ação na pandemia
256 **Shifting categorizations: favela collectives in action during the pandemic**
Sonia Fleury, Palloma Menezes e Alexandre Magalhães

Editorial

A *Revista Brasileira de Sociologia* despede-se de 2021 trazendo para seu público leitor uma coletânea de artigos que abarcam um espectro amplo de temáticas abordadas por diferentes ângulos empíricos e teóricos, além de considerações sobre o contexto pandêmico e seus impactos para a sociedade brasileira.

O momento é de reflexão face aos desafios que se colocam à humanidade e, diante disso, a sociologia brasileira tem um importante papel a cumprir – o de contribuir para melhor compreendermos esses desafios e repensar para onde vamos. Se, por um lado, a Sociologia dispõe de um ferramental teórico e metodológico que possibilita abordar a complexidade das questões sociais contemporâneas, por outro, vivemos um momento de ruptura, de ameaças incomensuráveis, um momento em que se torna cristalina a impossibilidade de a humanidade seguir vivendo segundo os padrões construídos ao longo dos últimos séculos.

Tal contexto gera perplexidade, mas pode também induzir novos olhares, novos conceitos e propostas para uma ação pública capaz de equilibrar as relações desiguais, tanto as sociais quanto as do ser humano com a natureza, e assim mitigar os danos e as ameaças que o modelo social atual vem impondo à vida no planeta.

A *RBS* convida a essa reflexão e se abre ao diálogo para fomentá-la, esperando que o próximo ano seja profícuo na produção sociológica focada na interpretação e proposta de rumos para os desafios presentes e futuros no que tange às relações humanas, sociais e ambientais – desigualdades, futuro do trabalho, riscos sanitários e ambientais, decrescimento, pós-desenvolvimento entre outros temas candentes.

Em seu número 23, a *RBS* traz, incialmente, uma discussão sobre o conceito de interdisciplinaridade a partir da perspectiva das ciências ambientais. Gabriel Coelho e Jalcione Almeida, considerando que o significado desse termo está ainda aberto e sob constante disputa, buscam defini-lo em termos de uma *democracia pluralista*, segundo a concepção de Chantal Mouffe.

Rafael Marino, em "Notas sobre formação, forma e processo social em Ismail Xavier" examina o trabalho do crítico, apoiado em uma dupla abordagem: a partir de ensaios sobre a formação do Brasil e de estudos sobre a constituição de uma forma artística capaz de abarcar as especificidades socio-históricas brasileiras. O autor conclui que a crítica de Xavier, especialmente em sua análise dos filmes de Glauber Rocha, é devedora da matriz periférica brasileira e dos textos que conformaram o que ele chama de quase gênero da formação do Brasil.

"Fratrias e relações entre irmãs/os ao longo da vida: uma perspetiva sociológica", de Andreia Barbas e Sílvia Portugal, busca preencher uma lacuna nos estudos sociológicos sobre a família, examinando as relações fraternais ao longo de diferentes fases da vida. A pesquisa, realizada em Portugal, apoiou-se na técnica de histórias de vida, por meio de 32 entrevistas semiestruturadas a irmãos e irmãs de famílias nucleares.

Luiz Enrique Vieira de Souza e Marcelo Fetz, em "Os planos de recuperação econômica pós-Covid-19 na encruzilhada das mudanças climáticas" discutem a mitigação temporária dos gases de efeito estufa na atmosfera, dada a desaceleração da economia resultante da pandemia do Covid-19. A partir disso, analisam os prováveis impactos dos pacotes de recuperação econômica pós-pandemia, que trazem o risco de "efeito rebote" e de consequências irreversíveis em prejuízo aos esforços de mitigação das mudanças climáticas.

Em "Muralha de espelhos: o narcisismo político nas plataformas digitais", Samira Marzochi e Fernando Balieiro apoiam-se no cruzamento entre teoria crítica, pós-estruturalismo e psicanálise para sugerirem que as plataformas digitais, longe de fomentar o desenvolvimento de uma cultura democrática, estruturam-se segundo uma lógica dualista, que coloca em polos opostos o "nós" e os "outros", servindo a uma forma de narcisismo político que rechaça o debate público.

Maria Carolina Tomás e Leonardo Souza Silveira analisam a expansão do ensino superior no Brasil, a partir de 1964, com o governo militar, e caracterizada por dois ciclos distintos de expansão. O trabalho busca demonstrar que o sistema de ensino superior brasileiro se massificou até a segunda década dos anos 2000, passando a ser marcado por concentrações de ordem organizacional que se refletem nos perfis socioeconômicos dos alunos.

"*Ideias fora do lugar* e seus colóquios: insights para a análise das 'interpretações do Brasil'", de autoria de Sergio Tavolaro, explora o potencial

heurístico do ensaio de Roberto Schwarz para discutir três ordens de problemas identificadas na produção sociológica de "interpretação do Brasil". Ao revisitar tais interpretações, à luz de *Ideias*, o autor destaca a possibilidade de ao menos alguns elementos dessas *interpretações* das especificidades brasileiras "ajudarem a elucidar padrões societários, parâmetros estéticos e ético-morais, bem como categorias do entendimento pertinentes não apenas à experiência brasileira e a contextos congêneres, mas também às chamadas configurações *modelares* da modernidade."

Ricardo Pagliuso Regatieri, em "Patrimonialismo: o debate brasileiro e alguns elementos para sua crítica", em certa medida dialoga com o artigo anterior. Ao revistar o debate brasileiro sobre patrimonialismo, o autor argumenta ser necessário levar a outro patamar a discussão sobre a existência ou não de traços tradicionais na formação social do Brasil, a um patamar "que inclua a contextualização histórica da sociologia clássica no quadro do pensamento colonial moderno, o questionamento de seus limites e a busca por alternativas teóricas."

"Autonomia e trabalho intelectual na pós-graduação em Ciências Sociais", de João Marcelo Maia e Jimmy Medeiros, resultante de pesquisa empírica apoiada em um survey que cobriu 40 programas de pós-graduação em três áreas restritas das ciências sociais – Antropologia, Ciência Política e Sociologia – e 396 professores vinculados a esses programas, discute as práticas de trabalho desses cientistas sociais, concluindo que eles logram produzir espaços de autonomia no seu cotidiano, embora a negociação que propicia esse resultado permaneça individualizada e sem lastro em projetos institucionais ou coletivos.

Fechando esta edição da *RBS*, Sonia Fleury, Palloma Menezes e Alexandre Magalhães, em "Deslocando enquadramentos: coletivos de favelas em ação na pandemia" analisam uma diversidade de iniciativas de enfrentamento à pandemia do Covid-19 adotadas por coletivos e organizações de moradores das favelas do Rio de Janeiro. Tais ações, ao mesmo tempo em que compensam a inação e ausência do Estado nesses locais, produzem deslocamentos dos sentidos historicamente atribuídos aos habitantes dessas localidades.

Desejamos a todas e todos uma boa leitura, reiterando o convite ao debate sobre os futuros possíveis para o Brasil e o planeta.

Equipe editorial

https://doi.org/10.20336/rbs.669

REVISTA BRASILEIRA DE SOCIOLOGIA

Interdisciplinaridade ambiental e democracia pluralista: uma reflexão a partir do conceito de agonismo de Chantal Mouffe

Environmental interdisciplinarity and pluralist democracy: a reflection based on Chantal Mouffe's concept of agonism

Gabriel Bandeira Coelho[*]
Jalcione Almeida[**]

RESUMO
O presente artigo propõe uma nova definição ao conceito de interdisciplinaridade, especialmente no âmbito das ciências ambientais no Brasil, com vistas a demonstrar que a tentativa de dar sentido e significado ao termo está totalmente aberta e em constante disputa. Assim, este texto define a interdisciplinaridade ambiental nos termos de uma *democracia pluralista*, conforme exposta por Chantal Mouffe em sua teoria do discurso, ao conceituar o jogo político das sociedades democráticas a partir do conceito de *agonismo*. Esse conceito pressupõe a luta adversarial, sem a possibilidade de consensos como pano de fundo de toda e qualquer trama discursiva. Nessa sequência, se é factível definir a interdisciplinaridade como um campo político e, portanto, discursivo, pode-se pensar em defini-la como uma democracia pluralista, uma vez que determinado espaço que se diz interdisciplinar, afirma-se, é formado por diversas e distintas disciplinas (discursos), as quais se inter-relacionam por meio de tensões agônicas, e até mesmo antagônicas, em prol da hegemonização de suas demandas.◊

Palavras-chave: discurso, interdisciplinaridade, questões ambientais, hegemonia, democracia pluralista.

* Instituto Federal Catarinense, Brusque, SC, Santa Catarina.

** Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, Brasil.

◊ Esta reflexão é decorrente de uma pesquisa mais ampla sobre o tema da interdisciplinaridade e o lugar dos sociólogos nos programas de pós-graduação em Ciências Ambientais no Brasil. Para mais detalhes, ver Coelho (2018, 2020).

ABSTRACT

This article proposes a new definition of interdisciplinarity, especially in the scope of environmental sciences in Brazil, in order to demonstrate that the attempt to give sense and meaning to the term is totally open and permanently in dispute. Thus, this text aims to define environmental interdisciplinarity in terms of a pluralistic democracy, as exposed by Chantal Mouffe in her theory of discourse, when conceptualizing the political game of democratic societies based on the concept of *agonism*. This concept presupposes an adversarial struggle that does not make room for consensus, as a background for every discursive exchange. Following, if it is feasible to define interdisciplinarity as a political and, therefore, discursive field, one can think of defining it as a pluralistic democracy, since a space said to be interdisciplinary is formed by several and distinct disciplines (discourses), which are related through agonistic, and even antagonistic, tensions pressing for hegemonization of their demands.

Keywords: discourse, interdisciplinarity, environmental issues, hegemony, pluralistic democracy.

Introdução

O século 20, em nível global, foi marcado por ampla e complexa dinâmica social, em especial nas dimensões política, da economia e da ciência. O surgimento da mecânica quântica no início do referido século (em conjunto com a Teoria da Relatividade de Einstein), as duas grandes guerras mundiais, a depressão econômica de 1929, a Guerra Fria, a Declaração Universal dos Direitos Humanos, em 1948, o desenvolvimento da cibernética na década de 1940, a emergência da chamada sociedade do conhecimento na década de 1970, juntamente ao neoliberalismo econômico, além da nanotecnologia atualmente, dentre outros eventos não menos importantes, revelam as grandes transformações que vêm ocorrendo nas sociedades contemporâneas, sobretudo no que diz respeito à "questão ambiental".[1]

[1] Ambiente aqui é entendido como "o conjunto de meios naturais ou artificializados da ecosfera onde os humanos se instalaram, que exploram e administram e o conjunto dos meios não antropizados necessários à sua sobrevivência. Estes meios são caracterizados a) por sua geometria, seus componentes físicos, químicos, biológicos e humanos e a distribuição espacial destes componentes; b) pelos processos de transformação, de ação ou de interação implicando estes componentes, fazendo-os mudar no espaço e no tempo; e c) por suas múltiplas dependências em relação às ações humanas" (Jollivet & Pavé, 1993 *apud* Almeida, 2016, p. 14). Quanto à "questão ambiental", sua caracterização encontra-se mais adiante neste texto.

A partir das densas modificações ocorridas no campo[2] do conhecimento e no espaço social, além das transformações na relação entre humanos e natureza, a pesquisa científica tem apontado, há algumas décadas, sobretudo a partir da segunda metade do século passado, a fragilidade, instabilidade e possível esgotamento da *episteme* cartesiana, anunciando sua (potencial) crise e a emergência de um novo paradigma, o da complexidade. De acordo com Morin (2006, p. 7), o pensamento complexo "religa não apenas os domínios separados do conhecimento, como também conceitos antagônicos como ordem e desordem, certeza e incerteza, a lógica e a transgressão lógica". Morin (2006) afirma, ainda, que o pensamento complexo tece em conjunto (*complexus*) e abraça (*complexere*); "tece" e "abraça" os fenômenos como parte de um único processo de relações, sem que haja separação e compartimentação como no modelo cartesiano preconizado pelos cânones da ciência moderna.

Diante disso, o presente artigo propõe uma nova definição ao conceito de interdisciplinaridade,[3] especialmente no âmbito das ciências ambientais,[4] com vistas a demonstrar que a tentativa de dar sentido e significado ao termo está totalmente aberta e em constante disputa. Assim, este texto propõe-se a definir a interdisciplinaridade ambiental nos termos de uma *democracia pluralista*, conforme exposta por Chantal Mouffe em sua teoria do discurso, ao conceituar o jogo político das sociedades democráticas a partir do conceito de agonismo. Dessa maneira, o conceito de agonismo

---

[2] No sentido empregado por Bourdieu (2013).

[3] "Há um leque de elementos que definem esses conceitos e até mesmo a literatura sobre o tema traz uma série de outras subdivisões conceituais no que tange à integração entre distintos saberes. "disciplinarização cruzada", "codisciplinaridade", "interdisciplinaridade auxiliar", "interdisciplinaridade complementar", "interdisciplinaridade compósita", "interdisciplinaridade de engrenagem", "interdisciplinaridade estrutural", "interdisciplinaridade heterogénea", "interdisciplinaridade linear", "interdisciplinaridade restritiva", "interdisciplinaridade unificadora", "multidisciplinaridade", "pluridisciplinaridade", "transdisciplinaridade", "transdisciplinaridade ampliada" são alguns dos termos que têm sido propostos na busca por definir as categorias que caracterizam os diversos graus de diálogo existentes entre as diferentes áreas do conhecimento científico" (Coelho, 2015, p. 143). Desse modo, a definição de interdisciplinaridade como democracia pluralista, ora proposta, visa "resolver", de modo geral, tal "confusão" de conceitos. Logo, toda e qualquer integração disciplinar num esforço coletivo de buscar soluções a problemas de natureza complexa pode ser considerada interdisciplinar e, portanto, democraticamente pluralista. Não há, entende-se, como quantificar ou medir graus de "interação", nem mesmo por probabilidades. Isso ocorre, argumenta-se, porque os conceitos são abstratos e se encontram numa dimensão ontológica, diferentemente de quando utilizados para explicar determinada realidade, sendo traduzidos na dimensão ôntica (no cotidiano dos agentes sociais) na busca por conferir sentido às práticas sociais, nesse caso, à prática interdisciplinar.

[4] Usa-se, aqui, ciências ambientais e interdisciplinaridade ambiental como conceitos equivalentes.

pressupõe a luta adversarial, sem a possibilidade de consensos – como nas teorias liberais sobre democracia – como pano de fundo de toda e qualquer trama discursiva. Se é factível definir a interdisciplinaridade como um campo político e, portanto, discursivo, pode-se pensar em defini-la como uma democracia pluralista, uma vez que determinado espaço que se diz interdisciplinar, afirma-se, é formado por diversas e distintas disciplinas (discursos), as quais se inter-relacionam por meio de tensões agônicas e até mesmo antagônicas em prol da hegemonização de suas demandas.

Nesse sentido, este artigo está estruturado da seguinte maneira: a primeira seção, intitulada "A questão ambiental como objeto complexo e o caminho à interdisciplinaridade", traz à tona um ligeiro debate sobre como a questão ambiental tornou-se pauta para uma variedade de disciplinas, expandindo, cada vez mais, seu espaço na agenda científica internacional, especialmente no Brasil. Ademais, destaca-se que a característica complexa da relação natureza(s)-sociedade(s) implica uma abordagem que reivindique maior integração e diálogo entre as mais diversas e diferentes áreas científicas, uma vez que a compreensão referente à questão ambiental tem transbordado as fronteiras disciplinares há muito consolidadas no âmbito da ciência. A segunda seção, "Disciplinarização do conhecimento e interdisciplinaridade (ambiental): contextos e definições", elenca algumas importantes definições sobre o conceito de disciplinarização do conhecimento e de pesquisa interdisciplinar, sobretudo em relação ao que aqui se denomina de *interdisciplinaridade ambiental*. Já a terceira seção, "A interdisciplinaridade nos termos da democracia pluralista: uma possibilidade de definição a partir do conceito de agonismo de Chantal Mouffe", abarca o principal objetivo deste trabalho, que é o de propor uma nova conceitualização à interdisciplinaridade no âmbito das ciências ambientais. Por fim, na seção "Uma ciência pós-disciplinar é possível?", são tecidas algumas considerações conclusivas.

A questão ambiental como objeto complexo e o caminho à interdisciplinaridade

Eventos catastróficos para o ambiente, como o rompimento da Barragem de Mariana, em 2015, no distrito de Bento Rodrigues, e a de Brumadinho, em 2019, ambas situadas em Minas Gerais – ou até mesmo as grandes construções, como a Usina Belo Monte, construída na Bacia do rio Xingu,

as recentes queimadas na Amazônia e no Pantanal brasileiro e as mudanças climáticas, dentre outros inúmeros acontecimentos, como o aquecimento global e todas as suas implicações políticas, culturais, econômicas e naturais, com graves consequências em escala mundial – mostram a centralidade e a urgência dos problemas ambientais no que tange à agenda da produção de conhecimento científico. Tal perspectiva enseja a necessidade de um amplo diálogo entre diferentes áreas da Ciência na busca de ferramentas e de estratégias epistemológicas, teóricas e metodológicas para a solução dos problemas complexos que caracterizam a relação sociedade(s)-natureza(s); problemáticas estas que, por seu turno, têm transbordado os limites impostos pela fragilidade do paradigma disciplinar e pela crise do projeto moderno de ciência.

Quando se fala em "crise da modernidade", faz-se alusão à crise baseada na "falha" do "sonho" moderno de que a ciência e a técnica[5] seriam responsáveis pelo controle completo da natureza pelo humano, garantindo a redenção e emancipação da humanidade frente a toda espécie de impedimentos ou contratempos naturais, com a descoberta de todos os seus segredos. Nesse ponto, os temas que envolvem a questão ambiental assumem vital importância para que se possa compreender de que maneira o "projeto moderno" tem encontrado dificuldades de se mostrar eficaz, criando lacunas políticas e epistemológicas no próprio campo científico. Tais fissuras, produto da crescente hiperespecialização do conhecimento, acabam criando novos espaços em direção a modelos mais complexos de interpretação do mundo fenomênico, sobretudo a partir de uma ciência complexa ou de uma ciência da complexidade, através da integração disciplinar, isto é, da interdisciplinaridade. Portanto, argumenta-se que os temas em torno do ambiente são complexos e não podem ser apreendidos se confinados ao isolamento das disciplinas acadêmicas, posto que as abordagens ambientais reivindicam olhares multifacetados, dos mais variados campos disciplinares.

Conforme a ONU Brasil (2018), o alto crescimento da população mundial desencadeia uma série de consequências e preocupações globais relativas à saúde, envelhecimento, migração em massa, urbanização, demanda por mais habitação, abastecimento e alimentos, acesso à água potável, crime transnacional, mudanças climáticas e disseminações de diversos tipos de

[5] Mais recentemente, parece ser mais conveniente falar em *tecnociência*, esta não apenas como a fusão ou convergência entre ciência e tecnologia, mas como um acontecimento que funciona no interior de uma sociedade (moderna), caracterizado pela interação e retroalimentação entre capitalismo, desenvolvimento industrial e produção de conhecimentos científicos e técnicas.

doenças. Tais problemas, indubitavelmente, são parte da nova e complexa configuração da relação dos humanos com a natureza. Como identificar, compreender e solucionar as problemáticas destacadas fora de um contexto que leve em consideração o paradigma da complexidade? Se o crescimento demográfico tem sobrecarregado o ambiente, posto que também gera mais consumo, produção e, consequentemente, mais poluição, pode-se argumentar que há, dessa forma, um aumento da complexidade no mundo contemporâneo, no qual todos os fenômenos estão intimamente conectados e tecidos numa ampla rede de inter-relações socionaturais.

Ante o debate em torno da "questão ambiental", toma-se como pressuposto o seguinte argumento defendido por Almeida (2016, p. 12): "por que o ambiente se tornou uma verdadeira questão? Porque, fundamentalmente, ele configura uma interrogação institucionalizada que mobiliza e organiza as representações sociais". Ou seja, para o autor, o ambiente torna-se um significativo componente do debate social, especialmente pelas implicações políticas, institucionais e representacionais que configuram a questão ambiental. Tais implicações podem ser percebidas, segundo Almeida, na criação de uma "opinião pública", na influência do *lobby* ecologista, no desenvolvimento de órgãos governamentais ligados às questões do ambiente e na produção de um aparato técnico-burocrático em torno dos problemas ambientais.

Quando se lança olhares à questão ambiental, mais manifesta se torna a necessidade de sinergia entre as disciplinas para solucionar problemas complexos. De acordo com Bursztyn (2005), logo após os conhecidos "trinta anos gloriosos", os quais salientaram o processo virtuoso da economia mundial pós-Segunda Guerra Mundial, fatores como o consumismo, desperdício de energia e matéria-prima, exclusão social, deterioração ambiental, obsolescência programada de técnicas e produtos – dimensão da própria lógica de consumo atual – fizeram emergir aquilo que o autor denomina de "uma onda de reação ao modo como a tecnociência evoluía" (Bursztyn, 2005, p. 40). Tal onda diz respeito à sinalização, por parte de uma série de cientistas, de que era preciso a tomada de um novo rumo – até mesmo um novo paradigma – para o conhecimento científico, dado o reflexo do progresso da técnica e da tecnologia, tanto no mundo natural quanto nas relações sociais, como, por exemplo, a problemática ambiental acarretada por esse avanço. Com base nisso, a partir das décadas de 1960 e 1970,

iniciativas e esforços têm sido forjados para que seja possível a construção de uma alternativa à prática disciplinar.

Ainda em tempo, o capitalismo industrial tem desencadeado uma série de impactos em todas as dimensões da vida cotidiana, em especial pelo crescimento econômico irrestrito e indiferenciado, conforme ressaltam Capra e Luisi (2014). Para esses autores, o círculo vicioso acarretado pela pressão demográfica e pela pobreza vem produzindo a escassez dos "recursos naturais", como, por exemplo, a redução no volume e a contaminação dos lençóis freáticos, a retração no crescimento das florestas, a erosão dos solos, além de toda problemática que envolve as mudanças climáticas (Capra & Luisi, 2014). Assim, "a ilusão da viabilidade do crescimento ilimitado é mantida por economistas que se recusam a incluir os custos sociais e ambientais das atividades econômicas em suas teorias" (2014, p. 449). É a partir disso que Dowbor (2017) demonstra, baseado na *World Wild Fund for Life* (WWF), que, entre os anos de 1970 e 2010, 52%, ou seja, mais da metade da fauna do planeta, foi destruída pela intervenção humana.[6]

Os acontecimentos mencionados demonstram a complexidade das diferentes dimensões que têm formado a tessitura do universo social nos últimos tempos. A velocidade das mudanças sociais, da tecnociência, com relação a períodos (séculos) anteriores, constitui-se fator que caracteriza um paradigma complexo (Coelho, 2015). A complexidade que subjaz às questões ambientais – dadas as inúmeras variáveis que podem e devem ser problematizadas por diversas áreas da ciência – tem transbordado os limites e as fronteiras disciplinares do conhecimento científico. Por isto, Leff afirma que

> [a] problemática ambiental tem transbordado o campo dos paradigmas científicos e do conhecimento disciplinar. Por um lado, a problemática ambiental é consequência das formas de conhecimento do mundo, da objetivação da realidade e o domínio da natureza através da imposição de um *logos*, de uma razão na qual não só os valores têm sido marginalizados e subjugados, como também têm explorado a natureza e o homem em um afã dominador e produtivista (Leff, 2011, p. 329).

[6] O uso sem limites dos "recursos naturais", impulsionado pela lógica de produção e consumo da nova ordem industrial-capitalista, atrelado ao desenvolvimento veloz da tecnociência, tem gerado aquilo que o sociólogo alemão Ulrich Beck (2015) cunhou de "sociedade de risco". Esta é tida como uma etapa da modernidade, marcada pela incerteza, na qual a tecnociência assume papel preponderante na produção dos riscos; riscos que são produzidos industrialmente, externalizados economicamente, individualizados juridicamente, legitimados cientificamente e minimizados politicamente.

Tal transbordamento ocorre devido às dimensões políticas, econômicas, ecológicas, entre outras, que permeiam a questão ambiental – enquanto objeto de investigação – em nível teórico, metodológico e epistemológico. Capra e Luisi (2014) argumentam que os mais destacados problemas (ambientais) de nosso tempo, como aqueles relativos à energia, mudanças climáticas, segurança alimentar, dentre outros, não podem ser compreendidos de forma isolada e restritos aos limites científicos disciplinares. Isso decorre, segundo esses autores, do fato de que tais problemas estão intimamente interconectados, são interdependentes e, portanto, complexos.

Por sua vez, Maranhão (2010) salienta que problemas mundiais, especialmente no que diz respeito à degradação ambiental, ultrapassam e transcendem as fronteiras disciplinares do conhecimento científico. Ainda para essa autora, a disciplinarização científica reduz a ação da ciência. Ademais, segundo Lélé e Norgaard (2005 *apud* Maranhão, 2010 p. 562), "para analisar problemas complexos como a questão ambiental é preciso pensar nas comunidades científicas sem se restringir aos saberes compartimentalizados em disciplinas curriculares". Logo, se a complexidade do tecido social tem se mostrado cada vez maior, a ciência não tem ficado estática perante essa dinâmica, tornando-se, também, mais complexa. Tal característica reivindica uma nova postura científica que vá além dos sistemas únicos e que ultrapasse os limites do conhecimento herdados da analítica cartesiana, lançando, a partir disso, olhares para o universo socionatural de maneira plural, multifacetada e interdisciplinar (Coelho, 2015).

Disciplinarização do conhecimento e interdisciplinaridade (ambiental): contextos e definições

Falar em interdisciplinaridade implica, antes de tudo, definir, de modo geral, o que é "disciplina". Esta palavra,[7] segundo Rodrigues (2007), tem raiz latina e significa instrução, ensino e ciência. Em grego, o equivalente mais próximo é *mathema*, que remete à ideia de um objeto de aprendizado. Ainda para esse autor, a disciplinarização no contexto da ciência moderna surge a partir da marcante distinção, no século 17, entre os conhecimentos filosófico

[7] Discussões mais aprofundadas podem ser encontradas em Lenoir (2003), Wallerstein (1996), Rodrigues (2007), entre outros.

e científico. Por conseguinte, o século 19 é caracterizado pela consolidação do processo de autonomização da ciência, entendida como ciência da natureza. Foi a partir desse século que o processo de diferenciação (formação de disciplinas) se mostrou intenso, tanto do ponto de vista epistemológico como institucional (Rodrigues, 2007).[8]

Conforme salienta Vinck (2014), as disciplinas remetem a uma dinâmica coletiva que tem por característica a produção de um sistema (conjunto) de elementos epistemológicos, metodológicos, linguísticos e organizacionais, comprometendo, assim, os movimentos de capitalização e também de estruturação "ao longo dos quais se constitui um núcleo duro, uma hierarquia, subdivisões e classificações" (Vinck, 2014, p. 94).

Quiçá uma das mais esclarecedoras definições sobre o conceito de disciplina – com "inspiração foucaultiana" – seja a de Lenoir.

> As disciplinas são a infraestrutura da ciência corporificada (...) nos departamentos universitários, nas sociedades profissionais, nos manuais e livros didáticos (...). A disciplina ajuda a estruturar as relações dos cientistas com contextos particulares institucionais e econômicos. As disciplinas são os mecanismos institucionais para regular as relações de mercado entre consumidores e produtores de conhecimento. Elas são também instrumentos para distribuir *status* (...). São formações institucionalizadas para organizar esquemas de percepção, apreciação e ação, bem como para inculcá-los como ferramentas de cognição e comunicação (Lenoir, 2003, p. 65).

A definição de Lenoir possibilita um entendimento pormenorizado de como a produção de conhecimento científico está calcada na divisão e distanciamento entre disciplinas. Como demonstra esse autor, a disciplina caracteriza-se por ser a infraestrutura da ciência e assim o é desde a emergência da ciência moderna a partir do método analítico cartesiano[9]. Essa infraestrutura se materializa nas universidades, livros e manuais didáticos, uma vez que essa é a lógica, a cultura que determina como se produz ciência no Brasil e alhures. As disciplinas são, portanto, formações discursivas, regimes de verdade, construídas socialmente e atravessadas por

[8] Na área da sociologia, a "disciplinarização" e construção institucional são tratadas, por exemplo, em Trindade (2018).

[9] Segundo Santos (2007, p. 15), ao referir-se aos postulados da ciência moderna, "conhecer significa dividir e classificar para depois poder determinar relações sistemáticas entre o que se separou".

relações de poder e hierarquia, as quais são responsáveis pelo caráter da ciência desunificada (Lenoir, 2003). Regimes de verdade, Lenoir os define, a partir de Foucault, como

> (...) o corpo de práticas e os tipos de discurso que uma sociedade aceita e faz funcionar como verdadeiros; os mecanismos e instâncias que permitem a alguém, distinguir afirmações verdadeiras e falsas e os meios pelos quais cada uma delas é sancionada (...); o estatuto daqueles que são encarregados de dizer o que conta como verdade (Lenoir, 2003, p. 66).

Desse modo, a prática interdisciplinar, enquanto discurso e, consequentemente, regime de verdade que busca consolidar-se no campo científico, tem por princípio e função conjugar o conhecimento que o modelo disciplinar fragmentou, esperando contribuir, então, para o avanço da ciência. A própria "crise" dos pressupostos da analítica cartesiana faz emergir, afirma-se, dos anseios epistemológicos de parte da comunidade científica, a necessidade de se construir um novo fazer científico, uma nova racionalidade ou, como afirma Rodrigues (2017), uma nova cartografia disciplinar.

De acordo com Casanova (2006), a interdisciplinaridade, sobretudo a partir da Cibernética e da Teoria Geral dos Sistemas de Ludwig von Bertalanffy, nas décadas de 1940 e 1950, começa a vislumbrar um espaço no campo científico[10] como processo e ferramenta na busca por solucionar problemas de natureza complexa, cujo atomismo disciplinar já não consegue mais resolver, uma vez que os fenômenos sociais e naturais transbordam as fronteiras rígidas das disciplinas.

Entretanto, foi a partir da década de 1970, com uma série de descobertas e eventos – Maio de 1968, os problemas ambientais cada vez mais recorrentes, o advento da sociedade do conhecimento, o surgimento da engenharia genética etc. –, que a interdisciplinaridade, de fato, entra na agenda da "ciência ocidental" com possibilidade de influenciar as disciplinas, a fim de buscar compreender os problemas do mundo contemporâneo. A

[10] Para Bourdieu (2013), o campo científico constitui-se um espaço de lutas simbólicas que se autonomizou (relativamente) do espaço social. Além disso, é um sistema constituído por relações objetivas entre posições adquiridas em lutas anteriores. É, segundo ele, um espaço de intensa competição entre os concorrentes do campo, ou seja, um campo formado por forças e por intensos conflitos, com o objetivo de conservar ou transformar o mesmo. Dessa forma, o que está em jogo, em disputa, são os monopólios da autoridade científica, esta que, por seu turno, diz respeito à "capacidade de falar e agir legitimamente, isto é, de maneira autorizada e com autoridade que são socialmente outorgadas a um agente determinado" (2013, p. 112).

prática interdisciplinar, dessa maneira, tem buscado expandir os limites disciplinares, os quais o modelo analítico cartesiano produziu e consolidou ao longo dos últimos três séculos.

Casanova (2006) argumenta que, atualmente, não se pode pensar a natureza, a vida, a humanidade deixando de lado as grandes descobertas que emergiram a partir da cibernética, da epistemologia genética, da computação, dos sistemas autorregulados e autopoiéticos, do caos, dos atratores e dos fractais, ainda no século 20. Para ele, "a profundidade dessas descobertas (...) inclui novas formas de pensar e atuar que compreendem as chamadas ciências da complexidade e as tecnociências" (2006, p. 9). Ademais, para um esforço dessa magnitude, ao qual se deve integrar uma pluralidade de conhecimentos, a interdisciplinaridade ganha fôlego e torna-se uma alternativa viável – em nível teórico, epistemológico e metodológico –, porém não simples.

Rodrigues (2017, p. 305) afirma que a interdisciplinaridade é "filha" da necessidade de compreensão e enfrentamento de problemas complexos. Destaca o autor que "caso assim não o fosse, não haveria qualquer razão para que se transpusessem os 'limites seguros' das práticas disciplinares". Tal perspectiva mostra o quanto a ciência tem se modificado e buscado, por intermédio da comunidade científica, novas formas e ferramentas de integração e diálogo, a fim de enfrentar a crescente dinâmica e complexidade dos fenômenos naturais e sociais do mundo contemporâneo. Casanova (2006) salienta, em uma mesma linha de raciocínio, que os movimentos favoráveis às pesquisas interdisciplinares criam possibilidades, as quais têm permitido redesenhar as velhas problemáticas no tocante à seleção de conhecimentos gerais "ou os da comunicação entre especialistas de distintos campos e que manejam distintas linguagens, técnicas, teorias e métodos" (2006, p. 29).

De acordo com Pombo (2006), a interdisciplinaridade, ademais de um plano puramente "ideal" de pesquisa e de compreensão da complexidade dos fenômenos, também é prática. Com base nisso, a autora argumenta que a interdisciplinaridade está presente, especialmente, no cotidiano da pesquisa. A pesquisa de cunho interdisciplinar corporifica-se nas mais variadas "experiências interdisciplinares, sejam elas puras ou aplicadas nas universidades, nos laboratórios, nos departamentos técnicos, na experimentação e institucionalização de novos sistemas de organização" (2006, p. 225). Corroborando este argumento, Leis (2005, p.

03) ressalta que é "prudente evitar debates teórico-ideológicos sobre o que é interdisciplinaridade, sendo preferível partir da pergunta sobre como essa atividade se apresenta no campo acadêmico atual", isto é, como a interdisciplinaridade ocorre no cotidiano da própria produção de ciência.

Frente ao exposto, Etges (2011) enfatiza que o fazer interdisciplinar possui o papel de mediar a compreensão científica, além de dar forma à cooperação em nível crítico e criativo entre os cientistas. Esse autor afirma também que a interdisciplinaridade se caracteriza por ser o princípio da compreensão da ciência para o cientista, assim como de suas perspectivas e de seus limites. "Portanto (...), ela é o impulso na busca de novos horizontes para a superação do atual constructo e a criação de um novo" (2011, p. 85). Ademais, a interdisciplinaridade, enquanto ferramenta epistemológica, teórica e metodológica para a pesquisa, conforme salienta Raynaut (2011), tem o papel central de produzir constantemente a dúvida e o processo de reconstrução em relação ao conhecimento.

Em se tratando da relação entre interdisciplinaridade e temas ambientais, Rocha (2003) afirma que a prática interdisciplinar, no âmbito universitário, angariou uma nova perspectiva mediante o debate em torno da questão ambiental, por todo o mundo, nas décadas de 1960 e 1970. Isso porque a problemática socioambiental reivindica, segundo ele, uma atitude de caráter inovador que produza uma sistemática de cooperação e de sinergia entre diversas e distintas áreas do conhecimento humano e científico. Nesse sentido, toma-se como pressuposto a definição desse autor sobre "interdisciplinaridade ambiental", usando-a como sinônimo de "ciências ambientais", quando o mesmo argumenta que ela é caracterizada pela reunião de pelo menos duas grandes áreas da ciência, a saber as ciências biológicas e as ciências humanas. Em suma, é característico da questão ambiental, enquanto objeto das ciências ambientais, a exigência de integração e cooperação entre uma série de pesquisadores das mais variadas disciplinas científicas, tais como a biologia, economia, geografia, engenharia, sociologia, antropologia, agronomia, direito, dentre outras não menos relevantes (Rocha, 2003). Para esse autor, então,

> a interdisciplinaridade ambiental é um processo de pesquisa, de conhecimento, de levantamento, análise e síntese da realidade por diferentes campos disciplinares, em trabalho conjunto interligado por um objeto unificado: o de compreender e resolver problemáticas socioambientais (Rocha, 2003, p. 155).

Consequentemente, por "interdisciplinaridade ambiental" entende-se a conjunção de ao menos duas disciplinas de áreas distintas, por exemplo, a biologia, no campo das ciências biológicas, e a história, no campo das ciências humanas. Tal cooperação faz emergir o diálogo e o "afrouxamento" das fronteiras disciplinares, o que possibilita expandir o olhar e a observação quando os pesquisadores se deparam com um problema de natureza complexa, como no caso de um acidente nuclear, de uma ocupação irregular em área ambiental protegida, de acidentes com barragens, como ocorreu em Mariana, em 2015 e em Brumadinho quatro anos depois. Colaborando com esse pressuposto de "interdisciplinaridade ambiental" e de "ciência integrativa", Joly (2011, p. 11, grifos do autor) salienta que

> sistemas ecológicos sociais exigem abordagens complexas, que utilizam muito mais do que a justaposição de ferramentas, conceitos e métodos oriundos de diversas disciplinas. Mas, certamente, é a ousadia da interpretação dos resultados que está forjando a base para esta 'nova iniciativa transdisciplinar que muitos acadêmicos estão denominando *ciência ambiental e/ou pesquisa das interações homem-ambiente*' (...). Esta iniciativa tenta construir uma "cara" para a expressão utilizada, até agora, de forma vaga e imprecisa: *as dimensões humanas das mudanças globais*.

Ainda em tempo, conforme explicitado por Moran (2011), a utilização abusiva dos "recursos naturais" encontra-se no centro dos debates e negociações internacionais, tanto no âmbito econômico quanto no político. Por isso, de acordo com o autor, essas negociações necessitam ser observadas e compreendidas a partir das ciências ambiental e social, ou seja, de uma ciência integrativa que aborde as dimensões biofísicas e sociais que dizem respeito à relação humanos-natureza(s), ou seja, a questão ambiental, enquanto objeto de natureza complexa, tem demandado maior compreensão de suas variadas dinâmicas e transformações mediante a interdisciplinaridade.

A interdisciplinaridade nos termos da democracia pluralista

Dentre os inúmeros modelos teóricos que emergiram nas décadas de 1960 e 1970, impulsionados, sobretudo, pelas amplas mudanças que se operavam à época, sobretudo no ocidente, a teoria do discurso representada por Ernesto Laclau e Chantal Mouffe, com suas bases fincadas no marxismo, na teoria

da hegemonia de Gramsci, na psicanálise lacaniana, no pós-estruturalismo e na perspectiva de desconstrução pós-fundacionalista, ganha fôlego e destaque no cenário das ciências humanas e sociais. Rodrigues e Coelho (2016) argumentam que a teoria do discurso tem sido vastamente utilizada para o conhecimento detalhado de diferentes espaços sociais, mediante suas categorias de análise, especialmente a particular categoria de discurso. Ainda para esses autores, a teoria do discurso tem ganhado adeptos nas áreas da ciência política, educação, sociologia e antropologia, mostrando o seu caráter interdisciplinar[11] e alcance para a compreensão de problemas complexos no âmbito dessas disciplinas.

A partir da década de 1990, após o lançamento de *Hegemonia e estratégia socialista* em 1985, tanto Laclau quanto Mouffe seguiram com suas produções teóricas separadamente. Cada qual com sua peculiaridade, ambos mantiveram em suas reflexões a discussão sobre hegemonia e democracia radical (Mendonça, 2010). Segundo Mendonça (2010, p. 480), "parece ter havido uma divisão do trabalho, pelo menos tácita, entre ambos os autores, no sentido da divulgação dos seus principais aspectos teóricos e epistemológicos". Enquanto Laclau se preocupou em ampliar a noção de hegemonia, priorizando o debate com a psicanálise, o marxismo, a linguística e o pós-estruturalismo, dando ênfase à dimensão ontológica do político, Mouffe, ao se basear nas premissas de *Hegemonia e estratégia socialista*, como as noções de antagonismo e hegemonia, tem proposto um modelo teórico para tratar da dimensão política normativa, ou seja, da dimensão ôntica, do cotidiano da política, indicando, assim, o conceito de *democracia agonista* no âmbito de uma democracia radical e plural (Mendonça, 2010).

Com efeito, os principais pressupostos de Mouffe são produzidos a partir da diferenciação entre "política" e "político", sendo a primeira relacionada ao nível ôntico, no qual se dão as relações empíricas da atuação política, isto é, do cotidiano da política. Já o segundo diz respeito à dimensão ontológica, a qual representa o espaço do poder, do antagonismo e do conflito, da constituição da sociedade (Kozicki, 2015). Conforme Mendonça (2010), Mouffe, em seus recentes trabalhos, tem buscado se ancorar em duas grandes

[11] "Em virtude de sua característica inter e transdisciplinar, esta perspectiva [da teoria do discurso] pós-fundacionalista e pós-marxista tem ganhado grande destaque no meio intelectual nos últimos anos, não apenas no campo da sociologia, mas também em áreas como história, ciência política, educação, filosofia, dentre outras áreas" (Da Silva *et al.*, 2017, p. 18).

críticas, a saber: (i) a crítica direcionada às teorias de cunho deliberativo[12], especialmente aquelas de Rawls e Habermas, contrapondo estes últimos à formulação de um modelo teórico agonístico sobre democracia; e (ii) a crítica em relação à concepção deliberacionista que advoga a eliminação das relações de poder na política, com base no princípio racional da tomada de decisões e, até mesmo, do consenso. O banimento do conflito e do poder é, para ela, impossível, dado que é o próprio poder que fundamenta a dimensão ontológica do político (Mendonça, 2010).

Mouffe (2015) parte de uma crítica à visão pós-política que prega a concepção do consenso entre sujeitos e instituições, negando a dimensão antagonista do campo da política. Ela enfatiza sua discordância com tal pressuposto, alegando que seus "alvos principais serão aqueles do campo progressista que aceitam essa perspectiva otimista da globalização e que se tornaram defensores de uma forma consensual de democracia" (Mouffe, 2015, p. 1). Afirma a autora que não há, como pensam os teóricos liberais sobre democracia, a possibilidade de harmonia num campo discursivo. Se, por um lado, a perspectiva pós-política defendida pelos liberais adota uma postura em direção à eliminação da relação "adversarial" entre adversários ou entre "amigos x inimigos", por outro, Mouffe toma o caminho oposto, salientando que a distinção "amigo x inimigo", "nós x eles" é parte constituinte que forma a natureza conflituosa da política. Assim sendo, identidade política implica um "nós/eles". Implica o estabelecimento de uma diferença, diferença essa que se cria, muitas vezes, numa base hierárquica. Portanto, toda identidade é criada a partir da negatividade, daquilo que algo não é, tornando possível ela ser algo. Corroborando tal argumento, Mouffe (2015) destaca que

> a especificidade da política democrática não é a superação da oposição "nós/eles", mas a forma diferente pela qual ela se estabelece. O que a democracia exige é que formulemos a distinção "nós/eles" de um modo que seja compatível com a aceitação do pluralismo, que é constitutivo da democracia moderna (Mouffe, 2015, p. 13).

[12] "Em rigor, sua ideia central – de que na sociedade democrática, as decisões políticas devem ser alcançadas por meio de um processo de deliberação entre cidadãos iguais e livres – tem acompanhado a democracia desde o seu nascimento na Grécia do século V a.C. As formas de conceber a deliberação e a definição daqueles aptos a deliberar variaram enormemente, mas a deliberação tem por longo tempo desempenhado um papel central no pensamento democrático. O que se vê hoje, é, portanto, o renascimento de um tema antigo, não a inesperada emergência de algo novo" (Mouffe, 2005, p. 11).

Dito isso, Kozicki (2015) afirma que a teoria da democracia edificada por Mouffe toma o antagonismo e o conflito como categorias seminais para compreensão do político, o que demonstra a centralidade do dissenso no que tange à democracia. Segundo Mouffe (2015), é somente a partir do reconhecimento da dimensão antagonística do nível político (ontológico) que será possível progredir na conceitualização da democracia. Ainda para a autora, embora os liberais tentem convencer que a singularidade da política democrática é a superação da distinção "nós/eles", o que a democracia realmente reivindica é a oposição "nós/eles" de uma maneira que seja compatível com a premissa da aceitação do pluralismo, o qual se coloca como a "essência" da democracia moderna.

Ademais, o conceito de hegemonia é de suma relevância nos pressupostos da teoria do discurso de Mouffe. Afirma ela que se faz necessário um modelo democrático que apreenda a natureza do político. Tal apreensão deve se dar através da produção de uma abordagem que destaque o poder e o antagonismo como centrais, uma vez que não se pode falar em processo hegemônico sem levar em consideração esses dois conceitos. Conforme Mouffe (2005), em *Hegemonia e estratégia socialista*, ela e Laclau destacavam que toda objetividade social[13] é produto de atos de poder, ou seja, toda e qualquer objetividade social é política e deve demonstrar as características de exclusão que estruturam sua constituição. "Esse ponto de convergência – ou de arruinamento mútuo – entre a objetividade e o poder – é o que nós queremos dizer com hegemonia" (Mouffe, 2005, p. 19).

Portanto, a ordem política (o próprio discurso), nos termos da autora, caracteriza-se por ser a expressão de uma determinada hegemonia, de um modelo padrão singular no qual coexistem relações de poder. Por esse motivo, segundo Mouffe, a política, em sua dimensão prática, não pode ser apreendida como mera representação de interesses e identidades pré-constituídas, "mas como constituindo essas próprias identidades em um terreno precário e sempre vulnerável" (Mouffe, 2005, p. 19). A compreensão da natureza que constitui e produz poder significa que se deve abandonar, segundo Mouffe, a ideia de uma sociedade democrática onde imperem perfeitas relações de harmonia e transparência. No que diz respeito à relevância da hegemonia em sua teoria, a autora salienta que

[13] "Toda sociedade é o resultado de um conjunto de práticas que tentam estabelecer ordem em um contexto de contingência" (Mouffe, 2015, p. 14).

> asseverar a natureza hegemônica de qualquer tipo de ordem social significa operar um deslocamento das relações tradicionais entre democracia e poder. De acordo com a abordagem deliberativa, quanto mais democrática uma sociedade, menos o poder será constitutivo das relações sociais. Se aceitarmos, contudo, que as relações de poder são constitutivas do social, então a questão principal para a política democrática não é como eliminar o poder, mas como constituir formas de poder mais compatíveis com valores democráticos (Mouffe, 2005, p. 19).

Ilustrando detalhadamente tal pressuposto, Mouffe afirma que o poder é parte constituinte do social, uma vez que este último não existiria caso as relações de poder não existissem, pois é a partir dessas relações de força e de poder que o social se formaliza. Para a autora, se, num dado momento, determinada verdade é tida como a ordem "natural" das coisas (hegemônica), isso se dá enquanto produto de práticas sedimentadas e nunca será possível ser a verdade uma objetividade completa, absoluta e externa às relações de práticas que lhe concebem forma. Desse modo, a ordem sempre é política e está calcada em determinadas formas de exclusão (Mouffe, 2015).

Na formação de determinado campo discursivo, outras possibilidades de verdade, de ordem, de discurso hegemônico foram suprimidas e, em algum momento, diz Mouffe (2015), podem ser reativadas, como se pode destacar no seguinte exemplo preparado para este artigo. Atualmente, a interdisciplinaridade aparece como um discurso contra-hegemônico em relação à hiperespecialização do conhecimento científico. Ela articula uma série de demandas da comunidade científica, que reivindica maior diálogo e sinergia entre diferentes áreas, a fim de compreender os problemas complexos da contemporaneidade. Assim, "a interdisciplinaridade, enquanto uma determinada ordem política, tem tomado a forma de um discurso contra-hegemônico" (Coelho, 2020, p. 118). Porém, essa construção é contingente e, por conta disso, pode ser substituída por outra ordem a qualquer momento, como a "transdisciplinaridade",[14] que formaria outro discurso, mostrando, com isso, que o campo discursivo só pode ser entendido em termos de precariedade e de contingência. Dessa maneira, "toda ordem hegemônica é possível de ser desafiada por práticas anti-hegemônicas, isto é, práticas

[14] Conforme Cruz e Costa (2015), não é possível afirmar um consenso generalizado sobre seu significado, dadas as inúmeras definições existentes.

que tentarão desarticular a ordem existente para instalar outra forma de hegemonia" (Mouffe, 2015, p. 17).

Mouffe (2005, 2015) avança em sua proposta teórica, ao conceber o agonismo como elemento central para se entender a democracia pluralista e radical. Segundo ela, enquanto o antagonismo, amplamente utilizado por Laclau, significa a relação entre um "nós x eles", na qual os dois lados se colocam como inimigos, com nenhuma demanda em comum, o agonismo caracteriza-se por ser uma relação "nós x eles", mas as partes em conflito reconhecem a legitimidade uma da outra, mesmo estando cientes de que não há possibilidade de qualquer solução racional ao conflito. As duas identidades em confronto não são inimigas, não querem aniquilar uma à outra, mas são, nesse sentido, adversárias, convivendo numa *relação agônica*. Assim, "a tarefa da democracia é transformar o antagonismo em agonismo" (Mouffe, 2015, p. 19). Além disso, os teóricos e políticos democráticos devem visualizar uma esfera pública agonística, na qual o conflito, a contestação e as relações de poder são constituintes da ordem política (discurso), em que inúmeros e divergentes projetos hegemônicos se confrontam (Mouffe, 2005).

O objetivo central de Mouffe com a formulação do conceito de "agonismo" é o de mostrar como o antagonismo pode ser transformado com vistas a criar uma maneira de oposição ("nós x eles") compatível com a democracia pluralista, ou seja, com o modelo que prioriza o olhar para as lutas agônicas da sociedade. Para ela, não é possível ultrapassar a lógica da relação "nós/eles", pois isso cairia no consenso liberal ao qual a autora se opõe. Mouffe questiona: o que produziria uma relação de antagonismo "domesticada"? Qual forma de "nós/eles" isso implicaria? E ela mesmo responde: para que se torne legítimo, o conflito agônico deve assumir uma forma que não aniquile ou destrua o ente político. "Isso significa que é preciso existir algum tipo de vínculo comum [articulação] entre as partes em conflito para que elas não tratem seus oponentes como inimigos que devem ser erradicados", ou que, tampouco, passem a considerar que seus objetivos e pretensões sejam ilegítimos, posto que isso é o que caracteriza a relação antagônica "amigo x inimigo" (Mouffe, 2015, p. 19).

Entretanto, Mouffe alerta para o fato de que não se pode confundir a dimensão agônica das relações de poder com a perspectiva na qual os oponentes possuem interesses que podem ser abordados a partir de uma mera negociação, "ou acomodados por meio da discussão, porque, nesse caso, o elemento agonístico teria sido simplesmente eliminado" (Mouffe,

2005, p. 19). Com efeito, agonismo não significa negociações harmônicas, produzidas sem a presença de relações de poder e conflito. Muito ao contrário, as relações agônicas caracterizam-se por manter certo grau de tensão entre as diferentes e distintas partes que compõem determinado campo discursivo, constituindo-se, então, em relações entre adversários. Sobre isto, a autora argumenta que

> o "adversário" é uma categoria crucial para a política democrática. O modelo adversarial tem de ser considerado constitutivo da democracia porque ele permite que a política democrática transforme antagonismo em agonismo. (...) Ele nos ajuda a imaginar como a dimensão do antagonismo pode ser "domesticada", graças ao estabelecimento de instituições e de práticas pelas quais o antagonismo potencial pode ser desenvolvido de forma agonística. (...) Enquanto houver canais políticos legítimos para que as vozes discordantes se manifestem, a probabilidade de surgirem conflitos antagonísticos é menor (Mouffe, 2015, p. 20).

Logo, a partir dessa citação, tem-se uma questão pertinente que guia as reflexões neste artigo:[15] se o objetivo da democracia pluralista é o de "domesticar" o antagonismo e transformá-lo em agonismo, concebendo as diferentes práticas e instituições como adversários, não teria a pesquisa interdisciplinar a mesma função na ciência, posto que esta, assim como a democracia pluralista, não objetiva pôr fim aos conflitos, mas sim, aproximar as disciplinas sem que estas percam suas identidades? Considera-se, em um exercício meramente experimental, substituir algumas palavras da citação acima mencionada por outras relacionadas à ciência para que se possa realizar um curto teste: o "adversário" é uma categoria crucial para a [pesquisa interdisciplinar]. O modelo adversarial tem de ser considerado constitutivo da [interdisciplinaridade] porque ele permite que a *ciência interdisciplinar* transforme antagonismo em agonismo. (...) Ele nos ajuda a imaginar como a dimensão do antagonismo pode ser "domesticada", graças ao estabelecimento de práticas e instituições pelas quais o antagonismo potencial pode ser desenvolvido de forma agonística. (...) Enquanto houver

[15] É importante destacar que Chantal Mouffe não produziu um cabedal teórico voltado à ciência. Essa tentativa de relacionar o conceito de democracia pluralista e interdisciplinaridade é um dos principais balizadores deste artigo, tendo como perspectiva iniciar determinada provocação em direção a uma sociologia política da Ciência, com bases alicerçadas numa matriz epistemológica pós-fundacionalista e pós-estruturalista.

canais [interdisciplinares] legítimos para que as vozes discordantes se manifestem, a probabilidade de surgirem conflitos antagonísticos entre [as disciplinas científicas] é menor.

Nesse sentido, entende-se que a pesquisa interdisciplinar (ambiental/nas Ciências Ambientais) pode ser definida nos termos da democracia pluralista de Chantal Mouffe. Em termos práticos, para este trabalho, o que se quer expor é a seguinte ideia: não necessariamente as diferentes áreas, numa relação interdisciplinar no âmbito das Ciências Ambientais, estão articuladas para derrotar outro grupo de áreas numa relação radicalmente antagônica. É possível que o campo discursivo formado por elas seja muito mais constituído por agonismos, numa espécie de democracia pluralista nos termos de Chantal Mouffe.

Assim sendo, não poderia haver, todo tempo, num campo interdisciplinar, relações antagônicas, cujo objetivo seria o de derrotar o inimigo, de aniquilá-lo num sentido de destruição. Tomando como um exemplo próximo os programas de pós-graduação multidisciplinares em Ciências Ambientais (PPGMCA) brasileiros, fomentados pela CAPES desde 2011, o que pode ocorrer é um agrupamento de áreas, por meio dos pesquisadores que as representam, especialmente as ciências humanas, articulando-se com o propósito de sobrepujar alguns critérios de avaliação oriundos das agências de fomento brasileiras, pois estas parecem privilegiar outras áreas da ciência, como a biologia, por exemplo, em detrimento de outras no que diz respeito à questão ambiental. No mais, parece que essas áreas mantêm relações ora de cooperação, ora agônicas, formando uma democracia pluralista no âmbito de tais programas (Coelho, 2020).

Para melhor ilustrar o argumento salientado acima, faz-se necessário trazer à baila um sintético recorte do campo empírico utilizado em Coelho (2020)[16] e que dá suporte a este artigo. Um dos entrevistados – docente de Sociologia de um PPGMCA brasileiro – afirma, em relação à valorização e ao papel da Sociologia Ambiental no seu programa, que esta última possui certo grau de valorização.

> Essa valorização não era de início assim, acho que foi uma conquista da área. Acho que hoje tem um respeito, acho que a gente tem dado uma contribuição no sentido de mostrar a importância do social, do

[16] Pesquisa realizada com o objetivo de mapear e identificar as disputas políticas e epistemológicas a partir das articulações discursivas da sociologia ambiental nos PPGMCA de excelência brasileiros.

> psicológico, do antropológico etc. para a compreensão das questões ambientais. Acho que a gente demonstrou pra eles em algumas pesquisas que técnicas da biologia e de outras áreas poderiam obter resultados muito parecidos de forma mais rápida com os métodos das ciências humanas (Coelho, 2020, p. 157).

Quando o entrevistado faz referência ao "nós", sociólogos e antropólogos, pesquisadores das ciências humanas em geral, e ao "eles", biólogos e outras áreas afins, destaca-se uma evidente construção de um limite discursivo, um corte agônico e até mesmo antagônico entre as ciências humanas e as ciências biológicas, a depender das demandas que surgem. Frente a isso, pode-se inferir que, mesmo cooperando em um determinado projeto de pesquisa ou em outra situação, a fronteira que demarca as identidades disciplinares ou o grupo de disciplinas do qual o pesquisador faz parte parece ficar bem estabelecida. É o "nós" aqui e o "eles" ali. Ou seja, há cooperação, acordos e até certos tipos de consensos, desde que não se ultrapasse as demarcações construídas pelos conflitos inerentes a essas relações disciplinares.

Tal concepção, acima retratada, está baseada na perspectiva sobre o conceito de *agonismo* de Mouffe (2015), para quem a tensão entre "nós" x "eles" é parte constituidora da natureza política. O agonismo é a própria luta adversarial. Logo, afirma-se que não existe política e, portanto, ciência, sem que haja conflito entre as partes que formam determinado campo discursivo/disciplinar. Nesse sentido, ainda conforme a autora, toda identidade política alude à relação "nós x eles", bem como ao estabelecimento de uma diferença, posto que toda identidade, especialmente para a teoria do discurso, está fundada na negatividade, ou seja, a identidade de determinado grupo é concebida a partir daquilo que esse grupo não é. Esta característica de não ser algo é o que faz com que a identidade venha a ser outro algo, ou seja, só existe um "nós" na medida em que existe um "eles".

Uma ciência pós-disciplinar é possível?

Conforme visto no decorrer deste artigo, foi possível observar que as acepções referentes à interdisciplinaridade variam de acordo com quem a define, seja por teóricos ou por pesquisadores que lidam com a pesquisa interdisciplinar no seu cotidiano. Isso ocorre porque, assim como em todos os discursos (no âmbito da teoria do discurso ora utilizada aqui), a

interdisciplinaridade também se apresenta como um significante vazio que, segundo Laclau (2011, p. 71), se caracteriza por esvaziar-se "de todo vínculo com significados particulares" em busca de hegemonia, aglutinando uma série de demandas (científicas). É um significante desvinculado de todo e qualquer conteúdo semântico especial e que pode representar e aglutinar uma série de significados ao longo da história, pois sempre está em constante disputa para ser preenchido por determinado sentido que nunca será possível de forma última e absoluta.

Tendo em vista tal condição da interdisciplinaridade enquanto significante vazio, propõe-se pensar a pesquisa interdisciplinar como Chantal Mouffe define seu conceito de democracia pluralista. Nesse sentido, *entende-se a interdisciplinaridade ambiental como um discurso*, no qual as articulações e rearticulações discursivas são produzidas a partir das tensões e conflitos agônicos e antagônicos existentes entre as áreas científicas que formam o campo da discursividade (da ciência), isto é, através de uma lógica adversarial constituída na relação entre um "nós" x "eles". Logo, só se poderia pensar em interdisciplinaridade levando em consideração a dimensão agonista e a possibilidade antagônica de todo e qualquer discurso, bem como sua contingência e precariedade.

Dessa maneira, propõe-se pensar a interdisciplinaridade ambiental como um *locus* político permeado de conflitos e lutas adversariais, agônicas – ou até mesmo antagônicas em torno de determinadas demandas –, cujo objetivo é a hegemonização, a universalização discursiva de certos nichos disciplinares. Especificamente no caso das pesquisas interdisciplinares ambientais, cujo objeto central é o ambiente, a principal busca de significado e preenchimento de sentido gira em torno de definir qual disciplina ou que conjunto de disciplinas pode melhor entender e explicar a natureza complexa que caracteriza a questão ambiental enquanto objeto científico. Isto é, quais grupos disciplinares (ou, mesmo, qual disciplina isolada) vão representar e universalizar as demandas das ciências ambientais e, assim, apresentar-se como aqueles que configuram, em si mesmos, a própria ciência ambiental. Essa tentativa de universalização e hegemonia é a mola propulsora para o funcionamento de todo e qualquer campo discursivo, seja ele no âmbito da pesquisa interdisciplinar ambiental ou fora dela.

Uma definição que melhor abarque a complexidade da pesquisa interdisciplinar necessita levar em consideração a concepção de *pluralismo*

disciplinar, numa espécie de "harmonia antipolítica", nos termos de Mouffe (2018), na qual a possibilidade de formações antagônicas e agônicas é sempre presente, mesmo que o viés da pesquisa interdisciplinar seja a integração e o diálogo. Todavia, reforça-se que integração e diálogo, enquanto características principais das pesquisas interdisciplinares, não significam puro consenso e, portanto, um espaço pós-político e pós-disciplinar, como já mencionado. Ao contrário, por possuir a relação de interação política e epistemológica como principal característica é que a interdisciplinaridade ambiental, pensada como uma democracia pluralista, é perpassada por conflitos adversariais entre diversos e distintos grupos disciplinares que formam determinado espaço interdisciplinar em busca de hegemonia e poder, seja num projeto de pesquisa ou num programa de pós-graduação em ciências ambientais.

Finalizando, a partir desta proposta de definição ora sugerida ao conceito de interdisciplinaridade ambiental, não há, portanto, espaço para pensar uma suposta "pós-disciplinaridade" (uma ciência sem disciplinas ou uma "transdisciplinaridade"), assim como não é possível, segundo Mouffe, pensar em pós-democracia, ou seja, pensar uma sociedade política sem conflito, baseada exclusivamente no consenso. A ciência nasce disciplinar a partir do cartesianismo e isso a caracteriza desde então. A interdisciplinaridade, definida como uma democracia pluralista, só é possível, enquanto discurso, por meio das relações de tensão e de conflito entre as diversas áreas do conhecimento científico. Discorrer sobre uma ciência "pós-disciplinar" ou "sem disciplinas" implicaria cair na mesma posição adotada pelos liberais pós-democráticos, que acreditam numa sociedade política livre de conflitos. Da mesma forma que Mouffe aponta discordância em relação a esse consenso liberal pós-político, nossa crítica repousa sobre aqueles que adotam a postura de que uma ciência transdisciplinar ou pós-disciplinar é possível.

Referências

Almeida, Jalcione. (2016). Pesquisa social sobre ambiente: misturando sujeitos e objetos híbridos. In J. Almeida (Org.), *Conflitos ambientais e controvérsias em ciência e tecnologia* (pp. 11-26). Editora da UFRGS.

Beck, Ulrich. (2015). *A sociedade de risco mundial: em busca da segurança perdida*. Editora 70.

Bourdieu, Pierre. (2013). O campo científico. In R. Ortiz (Org.), *A sociologia de Pierre Bourdieu* (pp. 112-143). Olho d'Água.

Bursztyn, Marcel. (2006). A institucionalização da interdisciplinaridade e a universidade brasileira. *Liinc em Revista, 1*(1), 38-53. https://doi.org/10.18617/liinc.v1i1.188

Capra, Fritjof, & Luisi, Pier L. (2014). *A visão sistêmica da vida: uma concepção unificada e suas implicações filosóficas, políticas, sociais e econômicas*. Cultrix.

Casanova, Pablo G. (2006). *As novas ciências e as humanidades: da academia à política*. Boitempo.

Coelho, Gabriel B. (2020). *Lutas por hegemonia: articulações discursivas na sociologia ambiental nos Programas de Pós-Graduação Multidisciplinares de excelência em Ciências Ambientais*. [Tese de Doutorado, Universidade Federal do Rio Grande do Sul]. Disponível em https://lume.ufrgs.br/handle/10183/213009

Coelho, Gabriel B. (2018, out.). A sociologia ambiental e seu espaço político-epistemológico na pesquisa multidisciplinar em ciências ambientais no Brasil. In F. I. Campos (Org.). *IX Simpósio Nacional de Ciência e Meio Ambiente*. Simpósio realizado no III Congresso Nacional de Pesquisa, Ensino e Extensão – CIPEEX, Anápolis, 2018. Disponível em http://anais.unievangelica.edu.br/index.php/CIPEEX/article/view/3088

Coelho, Gabriel B. (2015). *Capes e o fomento aos Programas de Pós-Graduação Interdisciplinares: um olhar a partir dos Estudos Sociais da Ciência*. [Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Pelotas.

Cruz, Elisabete, & Costa, Fernando A. (2015). Formas e manifestações da transdisciplinaridade na produção científico-académica em Portugal. *Revista Brasileira de Educação, 20*(60), 195-213. https://doi.org/10.1590/S1413-24782015206010

Da Silva, Luis G. T. *et al.* (2017). A teoria do discurso de Ernesto Laclau como instrumento teórico da compreensão dos fenômenos sociais políticos e sociais. In L. G. T. da Silva *et al.* (Orgs.), *Pós-Estruturalismo e teoria do discurso: a obra de Ernesto Laclau a partir de abordagens empíricas e teóricas* (pp. 15-22). CRV.

Dowbor, Ladislau. (2017). *A era do capital improdutivo: a nova arquitetura do poder sob dominação financeira, sequestro da democracia e destruição do planeta*. Autonomia Literária.

Etges, Norberto J. (2011). Ciência, interdisciplinaridade e educação. In A. P. Jantsch & L. Bianchetti (Orgs.), *Interdisciplinaridade: para além da filosofia do sujeito*. Vozes.

Joly, Carlos A. (2011). Apresentação à edição Brasileira. In E. F. Moran, *Meio ambiente e ciências sociais: interações homem-ambiente e sustentabilidade* (pp. 11-14). Editora Senac.

Kozicki, Katya. (2015). Prefácio à edição brasileira. In C. Mouffe, *Sobre o político* (pp. vii-xviii). WMF Martins Fontes.

Laclau, Ernesto. (2011). *Emancipação e diferença*. EDUERJ.

Leff, Enrique. (2011). Complexidade, interdisciplinaridade e saber ambiental. *Olhar de professor, 14*(2), 309-335. https://doi.org/10.5212/OlharProfr.v.14i2.0007

Lenoir, Timothy. (2003). *Instituindo a ciência: a produção cultural das disciplinas científicas*. Unisinos.

Maranhão, Tatiana P. A. (2010). Produção interdisciplinar de conhecimento científico no Brasil: temas ambientais. *Sociedade & Estado, 25*(3), 561-580. https://doi.org/10.1590/S0102-69922010000300008

Mendonça, Daniel. (2010). Teorizando o agonismo: crítica a um modelo incompleto. Sociedade & Estado, 25(3), 479-493. https://doi.org/10.1590/S0102-69922010000300004

Moran, Emílio F. (2011). *Meio ambiente e ciências sociais: interações homem-ambiente e sustentabilidade*. Editora Senac.

Morin, Edgar. (2006). Abertura. In G. Castro, E. A. Carvalho & M. C. Almeida (Orgs.), *Ensaios de complexidade* (pp. 11-12). Sulina.

Mouffe, Chantal. (2018). *Por un populismo de izquierda*. Siglo XXI.

Mouffe, Chantal. (2015). *Sobre o político*. WMF Martins Fontes.

Mouffe, Chantal. (2005). Por um modelo agonístico de democracia. *Revista de Sociologia Política, 25*, 11-23.

ONU Brasil. *A ONU e a população mundial*. NaçõesUnidas.org. Acessado em 15 set. 2018 em https://nacoesunidas.org/acao/populacao-mundial/

Pombo, Olga. (2006). Práticas interdisciplinares. *Sociologias, 8*(15), 208-249. https://doi.org/10.1590/S1517-45222006000100008

Raynaut, Claude. (2011). Interdisciplinaridade: mundo contemporâneo, complexidade e desafios à produção e à aplicação de conhecimentos. In A. Philippi Jr & A. J. Silva Neto, *Interdisciplinaridade em ciência, tecnologia e inovação* (pp. 69-105). Manole.

Rocha, Paulo E. D. (2003). Trajetórias e perspectivas da interdisciplinaridade ambiental na pós-graduação brasileira. *Ambiente & Sociedade, 6*(2), 155-182. https://doi.org/10.1590/S1414-753X2003000300010

Rodrigues, Leo P. (2017). A impossibilidade da interdisciplinaridade: apontamentos para alternativas socioconstrutivistas. *Ciências Sociais Unisinos, 53*(2), 300-308. https://doi.org/10.4013/csu.2017.53.2.14

Rodrigues, Leo P. (2007). Obstáculos epistemológicos e sociológicos à interdisciplinaridade. In L. P. Rodrigues (org.), *Sociedade, conhecimento e interdisciplinaridade: abordagens contemporâneas* (v. 1, p. 19-46). Universidade de Passo Fundo.

Rodrigues, Leo P., & Coelho, Gabriel B. (2016). A teoria do discurso como possibilidade de compreensão do campo curricular nesta contemporaneidade. In E. S. Leite, G. C. Massau, & W. H. G. Soto (orgs.), *Teorias e práticas sociológicas* (v. 1, pp. 29-47). Max Limonad.

Santos, Boaventura de S. (2007). *Um discurso sobre as ciências*. Edições Afrontamento.

Trindade, Hélgio. (2018). "Disciplinarização" e construção institucional da sociologia nos países fundadores e sua reprodução na América Latina. *Sociologias, 20*(47), 210-256. https://doi.org/10.1590/15174522-020004707

Vinck, Dominique. (2014). *Ciencias y sociedad: sociologia del trabajo científico*. Gedisa.

Wallerstein, Immanuel. (1996). *Para abrir as ciências sociais*. Cortez.

Recebido: 7 maio 2020.
Aceito: 30 mar. 2021.

Licenciado sob uma Licença Creative Commons Attribution 4.0

https://doi.org/10.20336/rbs.698

REVISTA BRASILEIRA DE SOCIOLOGIA

Notas sobre formação, forma e processo social em Ismail Xavier

Notes on formation, form and social process in Ismail Xavier

Rafael Marino*

RESUMO
O presente trabalho tentará entender a experiência intelectual de Ismail Xavier a partir de dois prismas distintos, porém, em certo sentido, complementares: os ensaios sobre a formação do Brasil e os estudos a respeito da constituição de uma forma artística que desse conta de nossas especificidades socio-históricas. Para tal, lançaremos mão dos seguintes passos: i) uma breve introdução sobre a questão da formação; ii) uma exposição de alguns lineamentos do pensamento de Ismail Xavier, notadamente seus estudos a respeito do cinema de Glauber Rocha e iii) uma retomada do que fora exposto.

Palavras-chave: pensamento político e social brasileiro, formação, Ismail Xavier.

ABSTRACT
The present work will try to understand the intellectual experience of Ismail Xavier based on two distinct prisms, however, in a certain sense, complementary: the essays on the formation of Brazil and the studies on the constitution of an artistic form that would give account of our socio-historical specificities. To this end, we will use the following steps: i) a brief introduction on the issue about formation; ii) an exhibition of some lines of thought by Ismail Xavier, notably his studies on Glauber Rocha's cinema and iii) a resumption of what was exposed.

Keywords: Brazilian political and social thought, formation, Ismail Xavier.

* Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil.
Doutorando e mestre em Ciência Política (USP). rafael.marino@usp.br

Introdução

O presente artigo tem a intenção de expor como a experiência intelectual de Ismail Xavier contou com duas determinações essenciais, as quais, em boa medida, andam juntas: os ensaios e a discussão sobre a formação no pensamento político e social brasileiro e as teorizações sobre a relação entre formação e a constituição de uma forma artística travejada por essa formação social e histórica – que é diversa, mas não alheia ao concerto das nações no mundo. De forma subsidiária, tendo em vista essa exposição a respeito da experiência intelectual de Xavier, pretende-se argumentar que a categoria de formação – e as discussões que enseja a respeito de formas artísticas no Brasil – ainda são decisivas para se pensar a produção e circulação de artefatos simbólicos (ideias, literatura, artes visuais, cinema etc.) e de sistemas artísticos e simbólicos no Brasil.

Para dar consecução a esses objetivos, lançaremos mão das seguintes etapas expositivas: (i) exposições sobre a categoria de formação, sobre a discussão que nela pode ser feita a respeito da forma artística e a apresentação dos argumentos de críticos dessa perspectiva; (ii) uma exposição a respeito da experiência intelectual de Ismail Xavier, enfatizando seus ensaios a respeito de Glauber Rocha, desde os quais se pode capturar, em maior densidade e desenvolvimento, as discussões que faz sobre forma e formação e (iii) uma breve discussão a respeito do que foi exposto por nós.

O primeiro movimento do texto tem a função de inserir nossa leitura de Ismail Xavier num contexto mais amplo a respeito das discussões sobre a categoria de formação e algumas de suas consequências. O segundo momento propicia uma abordagem direta do assunto que queremos tratar, cujo recorte se justifica pelo fato de, em linhas gerais, o cinema de Glauber Rocha ser uma espécie de ponto focal desde o qual Xavier pode deslindar a constituição de uma forma que abarque as condições socio-históricas formativas do Brasil e, nesse sentido, analisar a constituição de um sistema cinematográfico maduro no país. Aproxima-o, assim, das reflexões – abaixo expostas – de Antonio Candido a respeito de um sistema literário no Brasil. A terceira parte pretende retomar e rediscutir o que foi trabalhado ao longo do texto.

Formação, forma e seus críticos: lineamentos

De acordo com Otília Arantes e Paulo Arantes (1997), a quantidade de livros que tinham em seu título a categoria *formação* dava conta da obsessão de parcela significativa do pensamento político brasileiro a respeito da temática. Essa formulação indicaria a centralidade de um ideal formativo no pensamento político e social brasileiro, baseado em um referencial europeu, de nações integradas. De sorte que a categoria de formação era uma referência quase que comum à intelectualidade brasileira, até porque, segundo Paulo Arantes, "desde os primórdios da nacionalidade [...], a nossa vida mental sempre girou em torno do esforço, a um tempo de ilustração e expressão, voltado para a desobstrução das vias de passagem da Colônia para a Nação" (Arantes, 1996, p. 93).

Não seria possível dar conta de todos os ensaios listados pelos autores ou mesmo da maior parte deles. Portanto nos deteremos naqueles que julgamos ser mais ilustrativos do sentido formativo e do ideal de integração destacados anteriormente, no caso: Caio Prado Júnior, *Formação do Brasil contemporâneo: colônia*, e Celso Furtado, *Formação econômica do Brasil*. Utilizaremos ainda o livro de Antonio Candido, *Formação da literatura brasileira*, como um caso, em certa medida, diferencial, e, nesse sentido, revelador. Por um lado, como argumenta Schwarz, em Prado Jr. e Furtado "o ponto de fuga [...] é fortemente impregnado de valor, positivo ou negativo, e diz respeito direto à atualidade vivida pelos autores" (Schwarz, 2014, p. 19). Já Candido corresponde a um ponto de vista diferenciado, até porque o sistema literário é entendido pelo autor como um fato, com suas vantagens e dificuldades a serem especificadas; desse modo, as ilusões redentoras do nacionalismo não estão explicitamente presentes (Candido, 2011, p. 169-197). Não por acaso, a categoria formação, em Candido, é utilizada de modo sóbrio e sua normatividade é descrita apenas de fora. Sinal disso é que, de acordo com Schwarz, formado, o sistema literário convivia com a escravidão e as "anomalias" coloniais (Schwarz, 2014).

Além disso, é possível argumentar que haveria uma familiaridade no tratamento da questão formativa em Prado Jr. e Furtado, na medida em que atribuem "grande importância a fatores externos na determinação dos destinos do Brasil" (Ricupero, 2011, p. 149). Há também uma relação

interna entres os textos de Prado Jr., Furtado e Candido, que os diferencia dos demais livros de que falavam Arantes e Arantes (1997). Ou seja, ensaios como *Os donos do poder*, de Faoro, *Casa-grande e senzala*, de Freyre e *Raízes do Brasil*, de Holanda, apesar de terem a formação em seus subtítulos ou no espírito do texto, não têm como preocupação central a passagem da colônia para nação (Ricupero, 2010, p. 4). No caso de Faoro e Freyre, opera-se, respectivamente, com uma crítica democrática a um patronato político formado em Portugal e para cá exportado e com uma visão passadista da família patriarcal já formada.

Numa outra referência, pretendemos argumentar em favor da atualidade da categoria de formação. Defendemos que a temática formativa é mesmo um problema objetivo da sociedade brasileira, que ganhou uma formalização teórica em alguns autores. Em outras palavras, a categoria de formação seria essencial para se pensar e esquadrinhar produções simbólicas variadas feitas no Brasil, como ideias, arte visuais, filmes, literatura etc. Nesse mesmo sentido, poder-se-ia notar em meio a esses escritos um sentido crítico mais profundo. Dessa maneira, por meio da redução estrutural de nossa sociedade, na forma artística e nos ensaios de intepretação, poder-se-ia vislumbrar uma crítica ao que era tomado como pressuposto formal do centro capitalista.

Caio Prado Jr. (2011) toma a colonização brasileira como um produto da expansão ultramarina portuguesa, de modo que caracteriza a colonização do Brasil como uma colonização de exploração, a qual teria ocorrido principalmente nas zonas tropical e semitropical das Américas. Sendo assim, seria pautada, essencialmente, em interesses comerciais pela produção de gêneros de grande valor comercial e não, como nas colônias de povoamento, em uma "ética" do trabalho, ou mesmo na constituição de uma sociedade (Nova Inglaterra, por exemplo). No entanto, paradoxalmente, Caio Prado Júnior aponta que nas colônias de exploração surgiram sociedades, por assim dizer, originais, enquanto aquelas de povoamento constituem-se quase como um prolongamento da Europa.

Essa grande exploração colonial teria uma importância decisiva na estrutura social, na organização política e na própria cultura. A escravidão seria o traço mais marcante da sociedade, influenciando todos os demais setores da vida social, desde a organização econômica até os padrões morais e materiais, com nada passando incólume por ela. Escravidão ressurgida das cinzas da Antiguidade e que volta, a partir das exigências impostas

pela expansão comercial europeia. Ademais, Prado Jr. (2011, p. 378) chama a atenção para o chamado setor inorgânico, caótico e, muitas vezes, caracterizado de maneira negativa pelo autor: "incoerência e instabilidade no povoamento; pobreza e miséria na economia; dissolução dos costumes; inércia e corrupção nos dirigentes leigos e eclesiásticos". Dele fariam parte a produção voltada para o consumo interno, a exemplo da pecuária e outras atividades de difícil tipificação. Um setor cuja participação na estrutura social brasileira veio se incrementando ao longo do tempo, apontado pelo autor, ironicamente, como o principal fator para a constituição da sociedade, pois o que seria prejudicial para a grande exploração – no caso a produção voltada para o consumo interno – transforma-se em uma condição essencial para formar a nação. Portanto, Caio Prado Jr. aponta a necessidade de superação de uma condição que não integrara a maior parte da população. Isto é, haveria a superação do "sentido da colonização" por meio da generalização da mão de obra livre, da industrialização brasileira e da formação de um mercado interno. Esses seriam pontos fulcrais para a constituição de uma nação como uma sociedade autossuficiente do ponto de vista econômico.

Em poucas palavras, Caio Prado Jr. (2011), em meio aos diversos sentidos do termo formação, fala na possibilidade (ou virtualidade) da formação de uma nação integrada, a qual não se realizou – ao menos ainda. Integração que deve ser entendida como negação do corpo social organizado de modo a saciar as demandas de fora do país, de sorte que este passaria a ser configurado no intuito de suprir as necessidades da coletividade nacional, desbancando a herança colonial de inorganicidade social (Schwarz, 2014).

Em relação a Celso Furtado, percebem-se algumas inquietações que nos lembram as preocupações de Prado Jr. Em seu livro *Formação econômica do Brasil* (Furtado, 1995), argumenta que, na primeira metade do século 20, há a emergência de um novo sistema no Brasil, cujo principal centro dinâmico é o mercado interno. Em contraste, num primeiro momento do desenvolvimento das regiões de pouca povoação e de natureza abundante, observa-se uma expansão do setor externo que possibilita uma alta capitalização e permite a incorporação de progresso técnico. Num segundo momento, marcado pelos inícios da Primeira Guerra mundial e as dificuldades de importação de manufaturas e produtos decorrente destas, diminui-se o papel do comércio exterior como fator no nível de renda, mas, por outro lado, há o aumento de sua importância como elemento no processo de formação de capital.

O economista, julga, a partir daí, que o desenvolvimento no Brasil nos primeiros cinquenta anos do século 20 dá-se sob o signo da articulação das distintas regiões em um sistema com um mínimo de integração – com um forte desenvolvimento de algumas regiões e não de outras. Um dos principais problemas na política econômica para os anos decorrentes, consequentemente, segundo Furtado, seria pensar uma integração de outra ordem, muita mais profunda. Tal integração, em suma, "teria de orientar-se no sentido do aproveitamento mais racional de recursos e fatores no conjunto da economia nacional" (Furtado, 1995, p. 240). Isso estaria pautado num projeto modernizador, de ruptura com o arcaico e aproveitamento racional dos recursos, sob a orientação de um planejamento nacional.

Em suma, de modo semelhante a Caio Prado Jr., a formação de que fala Furtado também ficaria para o futuro. Ou seja, a formação de um mercado interno que contemple o conjunto da população brasileira e que seja o eixo fundamental de desenvolvimento do país é basicamente um projeto. Em outras palavras, tanto para Prado Jr. quanto para Furtado, a formação tratar-se-ia de uma virtualidade. Nesse sentido, ambos acreditavam que depois de o mercado interno e a nação alcançarem a completude formativa, ocorreria a ruptura com o passado e o Brasil finalmente se transformaria em um país internamente integrado.

Já Candido terá uma visão mais sóbria e realista do processo, até porque tratará da formação da literatura brasileira, a qual, nas desventuras da dialética entre localismo e cosmopolitismo, formou-se. O crítico literário tinha como objetivo reconstruir a história dos brasileiros no seu desejo de ter uma literatura, tendo em vista um processo difícil de autonomização entre os séculos 18 e 19. É preciso dizer que o crítico identifica dois momentos decisivos para essa formação: Arcadismo – essencialmente universalista e convencional – e o Romantismo – assentado na especificidade e na individualização. Na sua análise, Candido aproveita-se do trabalho de seus predecessores, como Silvio Romero e José Veríssimo. Consegue perceber, a partir daí, um movimento de continuidade em momentos díspares de uma literatura empenhada, preocupada com a "independência nacional" e a "tarefa de criar um país que participasse da cultura comum do Ocidente e que guardasse fisionomia própria" (Schwarz, 2014, p. 59).

Candido argumenta que, para compreender o sentido da categoria formação por ele utilizada, era preciso ter em mente a distinção entre manifestações

literárias e a literatura propriamente dita, esta entendida como um sistema de obras conectadas por características comuns. Características que podem ser de natureza interna, social ou psíquica, organizadas pela literatura e que se apresentam historicamente, das quais as mais importantes são: um conjunto de produtores literários; um conjunto de receptores, formadores de públicos distintos, e um conjunto de obras, ou uma linguagem traduzida em estilos, que liga uns aos outros. A partir daí, ter-se-ia um sistema simbólico de comunicação humana conhecido como literatura (Candido, 2013). Esse enquadramento permite que se encare a história literária de acordo com um problema – e não mais a partir de uma linearidade temporal –, tendo em vista os momentos decisivos citados. Forja-se, assim, uma nova periodização, a partir de um critério interno à literatura em movimento.

É preciso indicar ainda que, com a divisão entre manifestação e literatura, Candido dava forma à própria experiência intelectual brasileira. A literatura é um fato cultural que não surge acabado, mas sim vai se formulando "ao longo de um processo cumulativo de articulação com a sociedade e adensamento artístico" (Arantes & Arantes, 1997, p. 21). Ou, de modo mais pormenorizado, evidenciando os elementos da formação nacional que estavam presentes nas escolhas estéticas dos autores, acaba por descobrir, em meio ao fato bruto da formação literária nacional, "o fio condutor de uma outra linha de força formativa, vir-a-ser de um sistema cultural que na sua trajetória ia aos poucos convertendo surtos desgarrados em vida literária efetiva". Nesse sentido, *Formação da literatura brasileira* acabava dando outro passo importante: "aquela história de formação, que refundia de alto a baixo a interpretação de nosso passado literário, incorporava-se em termos atuais a um processo intelectual formativo de múltiplas dimensões". Ou seja, olhando "apenas" a literatura, Antonio Candido acabou por entrar fundo no problema da formação (Arantes & Arantes, 1997, p. 21-22).

Não por acaso, ao fim do processo de formação da literatura, há o surgimento de um escritor da importância e da profundidade de Machado de Assis, cujo reaproveitamento crítico dos acertos e erros de seus predecessores, bem como a sondagem da produção mais sofisticada da chamada literatura universal, permitiu, em seus romances maduros, que o escritor fluminense internalizasse as contradições e condições da sociedade brasileira do período (Candido, 2013). Ou seja, trata-se de enfrentar o problema da forma em uma

país de formação difícil. Schwarz, por sua vez, mostra que em *Memórias póstumas de Brás Cubas* há uma estilização de uma conduta própria da classe dominante brasileira (Schwarz, 2012b). Nesse sentido, o crítico brasileiro passa a enfatizar algo inédito dentro dos estudos machadianos: a composição narrativa e formal da obra, em que destaca como a volubilidade é o princípio formal do livro.

Trocando em miúdos, a forma do romance machadiano formaliza implicações estruturais de um quadro histórico caracterizado, grosso modo, pela existência de três classes de população: o latifundiário, o escravo e o "homem livre" dependente. Entre as duas primeiras classes, a relação é da mais clara violência. Já quanto aos terceiros, o ponto é outro, pois nem escravos nem proletários têm seu acesso material aos bens mais variados da vida se não for por meio do favor de um grande. Sendo assim, o mecanismo a partir do qual se reproduz uma das classes da sociedade é o favor, o qual envolve também a classe dos que têm. É preciso notar que é entre essas duas classes que a vida ideológica irá girar e, assim, o favor passará a atravessar boa parte desta (Schwarz, 2012a). Favor, o qual é essencialmente caprichoso, volúvel e instável. Em suma, é da formação de uma forma literária adequada à realidade nacional – diversa, mas não alheia ao resto do mundo – que se trata. Assim, o que gostaríamos de indicar, tal como apontado por Ricupero, é a existência de um processo também de formação, que se completaria na forma, "até porque, como já afirmava o jovem Lukács em trabalho clássico sobre o tema, no momento em que a forma passa a existir há a 'conciliação do exterior e do interior'" (Ricupero, 2008, p. 64).

Ao nosso ver, essa dialética entre forma e formação perpassa e estrutura outras searas da produção artísticas no Brasil, como as artes visuais e o cinema. Tal dialética pode ser encontrada, em relação às artes visuais, em ensaios de Gilda de Mello e Souza (2008) e Rodrigo Naves (2011). A primeira, "atentando para os percalços, desdobramentos e resolução da dissonância entre a notação europeia e a realidade brasileira, fundamental para a estruturação interna da formação da pintura brasileira", e o segundo, "com sua escolha interpretativa, na qual a forma difícil, decantada no melhor da arte brasileira, é indicativa da constituição de uma forma adequada à experiência nacional diferencial" (Marino, 2017, p. 225), conseguiram ensaiar a forma como características essenciais da formação brasileira estruturaram e estruturam as artes visuais brasileiras.

Argumentamos e procuramos demonstrar, neste artigo, que a experiência intelectual de Ismail Xavier também é estruturada por essa dialética entre forma e formação no Brasil.[1] Isso se daria, na medida em que seu intento não seria outro que a pesquisa sobre as condições de formalização de uma forma cinematográfica que abarcasse, em sua estrutura formal, a formação social brasileira e, desde este ponto de vista, meditasse sobre e criticasse os pressupostos sociais e técnicos do cinema feito no centro do capitalismo. Sendo esse ponto de reflexão algo importante para a obra de Xavier, é nos ensaios sobre Glauber Rocha que isso se evidencia mais fortemente. Em nossa interpretação, isso ocorre porque, nos filmes do cineasta baiano, esse processo de formação de uma forma estética brasileira no cinema deu-se de forma mais densa e acabada – como veremos na exposição propriamente dita a respeito de Ismail Xavier.

Dessa forma, tomando emprestadas lições de Paulo Emílio Salles Gomes, Xavier identifica que a vontade dos brasileiros de ter um cinema nacional, enquanto sistema integrado, teria como ponto formativo os filmes de Glauber Rocha. Guardadas as devidas proporções, é como se o papel de Machado de Assis no esquema formativo de Candido fosse análogo ao de Glauber Rocha nos ensaios de Ismail Xavier sobre o cinema brasileiro. À vista do que foi dito sobre formação e forma, é possível, para nós, defender a ideia de que a categoria de formação é decisiva para que possamos apreender as determinações essenciais de produções e sistemas simbólicos variados produzidos, como as artes visuais, a literatura, as interpretações sobre o país e o cinema. Entraremos mais no assunto em questão, mesmo que de forma sucinta.

Ao nosso ver, o ponto focal formativo identificado por Ismail Xavier em Glauber Rocha se justifica pelo fato de que, em meio às preocupações de Rocha a respeito do cinema autoral – em contraposição ao cinema industrializado (Bernardet & Reis, 2018) – e à revisão que fará da história do cinema a partir desse prisma, é notável sua preocupação com o Brasil e seu cinema, no concerto dos sistemas cinematográficos do mundo. O momento em que podemos localizar de maneira mais apurada essa preocupação com a constituição de uma tradição no cinema brasileiro é, principalmente, nos comentários que Rocha faz sobre a filmografia de Humberto Mauro (Rocha, 2003), quem teria sido a primeira figura do cinema nacional propriamente

[1] Iluminadores, nesse sentido, são os ensaios de Mendes (2019) e Saraiva (2019).

dito – e não apenas do novo cinema no Brasil. Dessa forma, para o cineasta baiano, a obra de Mauro, com seus acertos e erros, seria o pressuposto fundamental para constituição de um cinema propriamente brasileiro. Assim, deixar de lado Humberto Mauro, para Rocha, seria uma espécie de suicídio, dado que, sem o espólio fílmico do primeiro, a feitura de um cinema brasileiro ficaria inviabilizada ou se tornaria uma espécie de viagem redonda de constituição cinematográfica, posto que as questões e resoluções formais não ganhariam ossatura e sistematicidade.

Trocando em miúdos, Humberto Mauro, para Glauber Rocha (2003), apareceria como uma forma especificamente eficaz e complexa de expressar um "sentimento íntimo" (Machado de Assis, 2015, p. 1179) de pertencimento ao Brasil. Assim, Rocha, de forma muito parecida com Machado de Assis na literatura, mostrava preocupação em entender o cinema no Brasil enquanto sistema, isto é, enquanto relação orgânica entre diretores/autores, público e uma linguagem constituída como tradição, a partir da qual se poderia tanto incorporar, formalmente, os traços distintivos da formação social brasileira quanto incorporar os influxos estrangeiros de maneira crítica – ou seja, sem cair num provincianismo, que não aceitaria o que é estrangeiro, nem num cosmopolitismo abstrato, a partir do qual modas intelectuais e artísticas ditariam o andamento da inteligência e das artes no Brasil.

Nesse bojo, é interessante ainda notar três elementos. Em primeiro lugar, essa visão de Glauber Rocha incorporava, com maior distanciamento crítico ou maior aproximação (a depender do caso), outras figuras além de Humberto Mauro, como Mário Peixoto, Walter Khouri, Linduarte Noronha, Paulo Saraceni e Joaquim Pedro de Andrade, cujo papel na seriação de um sistema do cinema brasileiro teria sido essencial. Em segundo lugar, Glauber Rocha, à vista disto, entroncava as suas obras – bem como as questões e resoluções estéticas delas constitutivas – nessa tradição de cinema, mostrando o seu empenho autoconsciente em levar a bom termo a formação de um cinema nacional. Em terceiro lugar, a formação de um cinema brasileiro, feito outras formações, tinha um caráter tanto retrospectivo quanto prospectivo. Isto é, legava um ponto de vista a partir do qual Rocha, quase como um crítico, poderia fazer uma revisão crítica do que fora efetivado no cinema nacional e estrangeiro e, da mesma forma, a partir do qual poderia elaborar as tarefas que o cinema brasileiro teria que enfrentar para acentuar sua relevância – nacional e internacional – e manter a continuação de uma tradição. Todos

esses elementos tornariam Glauber Rocha e sua obra um ponto focal decisivo para Ismail Xavier conseguir captar teoricamente o movimento de constituição de um cinema nacional, dotado de público, autores e uma linguagem artística própria, cuja solidificação deveria ser entendida como obra de gerações e que se transfiguraria numa espécie de filtro intelectual a partir do qual se poderia olhar a história do cinema brasileiro, e do mundo, e aproveitar, de forma crítica e sem modismos, as ideias e feitos internacionais. Como bem observa Saraiva (2019), feito Candido, o olhar de Ismail Xavier seria guiado por uma problemática, a formação do cinema brasileiro, o que lhe permite uma síntese original a partir de conhecimentos antes um pouco dispersos sobre o sistema do cinema brasileiro.

À vista do exposto, nos contrapomos a alguns críticos que estipulam uma forte obsolescência da categoria de formação para se pensar o Brasil e suas formas. Exploraremos alguns desses críticos e críticas a seguir.

Como ressalta Arruda (2017), a partir dos anos 2000, várias críticas e reinterpretações da categoria de formação passaram a ser feitas. Elas podem ser encontradas, por exemplo, em Alcides (2011), Arruda (2017), Arruda e Villarino (2016), Baptista (2005), Estrada (2015), Lage (2016), Nobre (2012, 2015) e Santiago (2014). Sem pretensão de ser exaustivos, passaremos por alguns pontos presentes nos autores a que se fez referência e, posteriormente, procuraremos estabelecer um diálogo crítico com estes.[2] Sabemos que tais críticos possuem diferenças sensíveis entre si. Porém, isso não está em jogo em nosso argumento, visto que exporemos as suas contribuições sobre a formação e sobre essas contribuições é que nos debruçaremos. Dessa forma, não intentamos produzir uma interpretação global a respeito de suas obras, mas sim questioná-los a partir de um ponto de vista muito preciso, a saber: a maneira como encararam a questão da formação. Justificamos, dessa maneira, a um só tempo, o tratamento dispensado aos seus argumentos e o fato de não termos, necessariamente, que adentrar em outros textos e ensaios dos quais são autores.[3]

---

[2] Quanto a um autor como Abel Barros Baptista (2005), não nos demoraremos na discussão. Basta indicar que o autor português vê erroneamente o livro *Formação da literatura brasileira* como uma teoria da literatura brasileira, logo carregada de grande normatividade. Na verdade, o livro de Candido volta-se muito mais para uma análise imanente das forças essenciais à constituição de um sistema literário no Brasil e sua problemática interna. Dessa forma, não se trata de uma preferência nacionalista de Candido e uma normatividade disso decorrente.

[3] Até porque, salvo engano, todo trabalho intelectual de crítica que não fosse centrado em um único autor ou obra ganharia fortes constrangimentos ou poderia se perder em digressões sem crítica.

Sérgio Alcides (2011) procura enfatizar em seu artigo a existência dos termos "momentos decisivos" como algo não gratuito no título de *Formação da literatura brasileira*. Ressalta o "decisivo" da construção cujo ponto de fuga, em sua visão, seria uma urgência em constituir um *corpus* teórico que sedimentasse a experiência intelectual acumulada no Brasil por via literária, antes que a indústria cultural a removesse de cena e a destruísse. Além disso, por trás desse esforço, haveria um desejo ou expectativa da constituição de um novo "momento decisivo", que "revertesse uma tendência forte à desorganização dos esforços civilizacionais acumulados, com o seu consequente desperdício" (Alcides, 2011, p. 148). Referindo-se ao termo "momento", Alcides o vê quase como um elo entre os projetos intelectuais de Silvio Romero e Antonio Candido em ligarem literatura e nacionalidade. Procedimento nacionalista e que teria perdido sua razão de ser, juntamente com o ponto de vista formativo, dado que o atual estágio da globalização ou internacionalização do mundo levaria a uma perda de importância da dinâmica interna ao país.

Silviano Santiago (2014), por sua vez, seguindo uma análise que, em linhas gerais, lembra a de Alcides, ressalta que Candido e sua *Formação da literatura brasileira* teriam sido, a partir da segunda metade do século 20, essenciais para a formação de qualquer estudante de letras e humanidades no Brasil. Contudo, a partir de críticas embebidas em teorizações pós-coloniais, critica a argumentação de Candido, por essa ter sido uma espécie de vacina ocidentalizante responsável pela imunização da literatura e do pensamento nacional frente ao que era feito e pensado em outras ex-colônias portuguesas.

Mas como Santiago teria sido afetado pelo que chama de virose pós-colonial, não tendo sido protegido pela vacina ocidental-nacionalista de Candido? A resposta, apesar de idas e vindas, aponta para uma tradicional experiência profissional e educativa internacionalizada, passando pelo conhecimento de teóricos franceses, um doutoramento na França e aulas dadas no México. Tal período de aprendizado foi, finalmente, traduzido em método intertextual pelo autor, ao procurar em textos canônicos da época colonial e em textos mais modernos metáforas repletas de carga semântica, as quais indicariam, num primeiro momento, manobras eficientes do colonizador e que, depois, seriam utilizadas com carga francamente anticolonial. Nessa mesma toada, poder-se-ia compreender a constituição da noção de "entrelugar", importante

para relativizar categorias por demais estanques de originalidade e cópia, além de permitir, por via de uma leitura intertextual, inovações e variâncias. E, de quebra, ainda serviria para relativizar discursivamente outra dupla de categorias consideradas estanques: centro e periferia.

Subjacente a tais argumentos, está a ideia, próxima à de Alcides (2011) – apesar de este ser mais reticente quanto à ideia de integração global do Brasil –, de que novas condições materiais passam a exigir outro conjunto de discursos e um novo paradigma para o país: o da inserção do Brasil no mundo globalizado. Ou melhor, como a nação agora é cosmopolita, seria urgente a inserção da literatura brasileira em contexto universal, possibilitando a revelação de que problemas antes tomados como locais tinham verdadeira dimensão internacional. Em outras palavras, a dinâmica interna do país deixaria de ser importante e, consequentemente, os discursos da formação se encontrariam esgotados.

Victor Coutinho Lage (2016), em certo sentido, também se aproximará do quadro conceitual utilizado por Alcides e Santiago, procurando reinterpretar as chamadas interpretações do Brasil, a partir de um arcabouço teórico pós-colonial e mesmo pós-estruturalista. Chama a atenção no estudo de Lage a amplitude que a categoria de formação toma, abarcando autores como Raymundo Faoro, Oliveira Viana, Nelson Werneck Sodré até Antonio Candido e Florestan Fernandes. O que também se torna um problema, pois, especificando-se pouco, a tentação por passar ao largo das diferenças dos autores é grande e incorre numa equalização não tão bem explicada entre eles. Tais intelectuais passam pelo crivo categorial de Foucault, Derrida e autores do que ficou conhecido como *Subaltern Studies*, interpretados a partir do que chama de traços linguísticos. Lage sugere que a literatura sobre formação incorreria em duas posturas: (i) *performances* aporéticas, dado que teriam em si tanto perspectivas modernizantes quanto críticas à própria modernização, e (ii) a indicação de ausências discursivas importantes, assentadas em narrativas decorrentes do processo incompleto de passagem da colônia para a nação moderna, das desigualdades internas e da mobilização de parâmetros importados para análise nacional. Não obstante, o autor argumenta que, lidas como obras contemporâneas, essas interpretações poderiam criar um lugar interpretativo potencial importante para a problematização da modernidade, desde que fossem abordados os elos entre as deformidades supostamente nacionais e o processo social global.

Já para Nobre (2012, 2015), entre as ditaduras de Getúlio Vargas (1937-1945) e a militar (1964-1985), estabeleceu-se uma vertente hegemônica no interior do campo mais amplo da versão democrática do projeto nacional-desenvolvimentista, cuja palavra de ordem era "formação". O programa por trás dessa expressão preveria a tentativa de vincular modernização e democracia, justiça social e modernidade, além de criticar a versão autoritária do projeto nacional-desenvolvimentista. De modo, portanto, a compatibilizar, a um só tempo, um desenvolvimento o mais autônomo possível – baseado em um mercado interno relevante, capaz de superar a nossa condição de subordinação – e uma modernização entendida como combate aos diferentes arcaísmos. Compreendia-se, desde essa perspectiva, que, na ausência dessas condições, uma nação autônoma e uma democracia substantiva seriam impossíveis no Brasil.

De acordo com o filósofo paulista, outro fator essencial para a consolidação do programa e da palavra de ordem em questão seria a universidade. Em especial, constituir-se-ia uma disciplina filosófica passível de construir uma autocompreensão moderna do país, capaz de identificar as raízes dos arcaísmos a serem enfrentados. Essa forma de fazer filosofia teria como adversária um conjunto de filosofismos locais, baseados em uma concepção da atividade filosófica sem rigor conceitual ou como aparentada de outras disciplinas, como o direito e a teologia. Essa forma de pesquisa filosófica lastreada no que o autor chama de paradigma da "formação" teria ganho a disputa e passado a ser hegemônica. Ademais, fazia parte de um consórcio intelectual maior, no qual outras disciplinas e artes eram responsáveis por pensar o Brasil e sua modernização. Restaria estabelecer melhor o lugar da filosofia, fazendo com que ela não se limitasse a ensinar história da filosofia, mas conseguisse produzir um pensamento autônomo e próprio. Essa hegemonia teria se completado pós-golpe de 1964, evento que tornaria necessários novos diagnósticos críticos, chamados por Nobre de momento reflexivo. Este corresponderia aos textos *Crítica à razão dualista*, de Francisco de Oliveira, *Ao vencedor as batatas*, de Roberto Schwarz, e *Trabalho e reflexão*, de José Arthur Giannotti. Os quais, cada um a seu modo, mostrariam o imbricamento necessário e real entre o "arcaico" e o "moderno", no qual este último termo reporia o primeiro.

Não obstante, esse momento de maturidade filosófica teria coincidido com mudanças estruturais do capitalismo, que inviabilizavam qualquer

projeto nacional-desenvolvimentista dependente de padrão tecnológico estável de produção nos países centrais – diagnóstico próximo ao de Cardoso e Faletto (2011) – além de pôr fim às possibilidades de financiamento. Em outras palavras, o que Nobre chama de paradigma formativo dependeria inextrincavelmente do nacional-desenvolvimentismo e seu projeto de país, pensado como unidade autônoma. Já nas condições pós-redemocratização e posteriores à reconfiguração do capitalismo internacional, segundo o autor, um "projeto de país" só poderia ser pensado a partir de uma ampla luta social e política, dentro e fora do Estado, permeada por diferentes conflitos entre diversas constelações hegemônicas. Tal situação tornara, consequentemente, projeto e paradigma inviáveis e caducos. Com base nesse diagnóstico, o filósofo propõe, por assim dizer, outro projeto e outro paradigma, os quais correspondem a uma nova lógica das redes, que se imporia como princípio de organização da produção material e cultural mundial, mudando o vínculo tradicional entre "centro" e "periferia".

Estrada (2015) entende, por sua vez, a categoria de formação como construção simbólica. Para o historiador, a categoria de formação utilizada pela historiografia nacional poderia ser comparada com o conceito de *bildung*, emprestado da filosofia alemã e dos romances de formação, ao modo de *Os anos de aprendizado de Wilhelm Meister*, de Goethe. Estrada argumenta que nos romances de formação é o sentido de uma vida que está em jogo. Já para os historiadores brasileiros a individualidade ali tratada é a nação. Assim, Caio Prado Jr., Celso Furtado e Sérgio Buarque de Holanda sugeririam, em temos até romanescos, a ideia de uma nação problemática e das suas possibilidades no futuro. A categoria de formação operada pelos autores apontaria, para além de análise objetiva, um modo específico de configuração da realidade histórica, ou melhor, ela deveria funcionar como uma "forma simbólica" manejada por intérpretes que buscavam dar coerência narrativa às suas concepções de nacionalidade problemática. Ao final da exposição, Estrada aponta a diluição dessa forma simbólica em prol de novas narrativas e autoridades disciplinares.

Já Arruda e Villarino (2016), ao também enfatizarem a dimensão simbólica da "formação", atentarão mais ao trabalho de Antonio Candido e o interpretarão a partir do prisma da arqueologia foucaultiana e da teoria do simbólico na linguagem de Lacan. O que os faz considerar a obra de Candido como um giro linguístico em meados do século 20, que prefiguraria, em ao

menos duas décadas, o chamado *cultural turn*. Ainda de acordo com essa leitura, *Formação da literatura brasileira* seria um livro moldado pelo desejo de Antonio Candido, "que transformou o desejo de formação em objeto, sendo, por isso, uma 'história do desejo desejado'" (Arruda & Villarino, 2016, p. 16).

Seguindo argumento de Salete Cara (2014), é possível ver ainda aqueles que tiram como lição essencial da formação uma espécie de celebração de nossa especificidade local ou de nossa brasilidade. Dentre esses, um exemplo destacado é o de José Miguel Wisnik. O autor, em seu *Veneno remédio* (2008), argumenta que Antonio Candido e sua obra conseguiriam trazer para o pensamento uspiano – por demais assentado numa ideia pessimista sobre o Brasil – certo elogio de nossa particularidade. Ao final do livro, Wisnik argumenta que a formação "não poderia se dar apenas na literatura: o ser brasileiro pede minimamente – para se expor em sua extensão e intensidade – a literatura, o futebol e a música popular" (Wisnik, 2008, p. 405). De modo mais normativo, a experiência brasileira poderia tanto ser interpretada em termos de veneno como de remédio. Dessa forma, esses polos negativo e positivo apareceriam em Caio Prado Jr. – analista de nosso atraso como veneno patológico – e Gilberto Freyre, – que destacaria a dimensão de remédio, em função da ambivalência da civilização mestiça e original gestada nos trópicos. De posse dessa tipologia, Wisnik critica a produção de Paulo Arantes e Roberto Schwarz, considerando o ponto de vista desses autores como por demais pessimista, devedores profundos do paradigma negativo de Prado Jr. Para levar a cabo sua interpretação a respeito de Candido, lança mão das partes finais do ensaio de Candido *Dialética da Malandragem*, em que o crítico literário argumenta que, no Brasil, a atitude de tolerância quase corrosiva e de uma acomodação geral que dissolve os extremos, abre caminho, em comparação com os Estados Unidos, puritano e punitivo, para uma atitude aberta e afim a um mundo democrático e emancipado (Candido, 2013).

Sem ter a pretensão nem de ter esgotado o argumento dos autores apresentados e menos ainda de responder a esses sistematicamente, passaremos agora a algumas considerações críticas de seus argumentos, além de, por último, lançarmos mão de uma certa visão sobre o ponto de vista da formação.

É possível que depreendamos do argumento de Wisnik (2008) um processo distinto do que ele mesmo propõe para que se compreenda de modo mais

complexificado o Brasil. Ou seja, apesar de o autor argumentar que uma visão mais completa sobre o país conjugue tanto o positivo quanto o negativo – o remédio e o veneno – pode-se perceber que ele acentua a dimensão positiva. Isso porque, ao eleger nossa sociabilidade como necessariamente plástica e como possível via para um mundo mais democratizado, Wisnik desistoriciza a experiência social efetiva, uma vez que, como ele mesmo argumenta – sem tirar todas as consequências – a dialética da malandragem pode e é reaproveitada de modo bárbaro no Brasil e no mundo. Por conseguinte, certo culturalismo pode contribuir para mascarar os conflitos presentes no processo socio-histórico, contribuindo, como sugere Cara (2014), para um horizonte de conciliação de classes e de integração acrítica no mundo globalizado. Ademais, esse elogio de nossas particularidades culturais ou nacionais pode potencializar processos regressivos importantes. De forma mais destacada, essa celebração do particular perante o universal pode levar não a uma crítica da modernidade, mas, conforme argumento de Chibber (2013), reproduzir, de modo invertido, instâncias da mitologia orientalista. Isto é, nessa ênfase, pode-se notar a restauração de uma visão exótica da periferia do capitalismo em geral e do Brasil em particular. Podemos perceber, nessa referência, uma tensão interna ao esquema argumentativo de Lage (2016), pois, ao mesmo tempo em que se serve do arcabouço conceitual pós-colonial e concorda com a potencialidade da tradição crítica brasileira, deixa de lado diferenças importantes entre ambos, visto que, se a tradição crítica persegue a especificidade nacional, o faz com o intuito de vê-la em meio ao processo social mundial do capitalismo; pós-coloniais, em contraste, louvam o específico e o local, impedindo o estabelecimento dos nexos críticos próprios da relação entre centro e periferia mundial.

Inspirando-nos nos argumentos de Otília Arantes (1997a, 1997b) e Cara (2014), podemos argumentar que nossa "diferença" cultural, em suas mais diversas manifestações, entra como mais uma mercadoria no mundo globalizado. Otília Arantes defende, em especial, que, ao se transplantar para cá a arquitetura nova – dotada, em sua origem, de pressupostos materiais os mais avançados do mundo capitalista – e esta ter dado um salto qualitativo mundialmente reconhecido, ficaria indicada a falência da ideologia arquitetônica mundial. Isso porque, em linha gerais, ela prometia, por meio da racionalização e funcionalização das formas e, portanto, dos projetos e obras, certa fé nas virtualidades democráticas da produção em massa

(Pedrosa, 2004), colocando na ordem do dia uma vida transparente quanto às suas potencialidades e necessidades, ou seja, uma vida emancipada (Le Corbusier, 2004; Xavier, 2003).

O transplante na periferia brasileira geraria um verdadeiro desencontro entre doutrina e pressupostos sociais, o qual revelaria algo não percebido no centro capitalista: que a arquitetura nova e seu desenvolvimento poderia não passar de um jogo abstrato de formas ligado ao movimento do capital. Todavia, bem ou mal, a tradição modernista nacional sempre alimentou a fantasia de estar na vanguarda da integração das classes populares na construção nacional. Com a mundialização radical do capital, essa utopia foi relegada aos museus das ideologias passadas. Mesmo assim, o arquivo morto arquitetônico passaria a ser incorporado à ideologia do caráter nacional brasileiro, num movimento de sublimação cultural do retrocesso civilizacional.

Na mesma toada, é lícito perceber nos argumentos de Nobre (2012), Santiago (2014) e, em menor potência, Alcides (2011), uma ideia-força de integração do Brasil no mundo, seja por meio de redes, seja por uma inserção cosmopolita incerta. Não obstante, vemos alguns problemas nessa argumentação. Apesar de embocaduras teóricas e epistêmicas distintas, os diagnósticos de época expostos pelos três autores aproximam-se consideravelmente entre si e com a interpretação desenvolvida por Fernando Henrique Cardoso dos anos de 1960 em diante. Nesse período, Cardoso (1967, 1971, 1972; Cardoso & Faletto, 2011) propunha a ideia de que houve mudanças estruturais no capitalismo internacional, levando a um abandono necessário de projetos voltados para a integração dos países periféricos como nações autônomas, economicamente independentes, socialmente coesas e modernas sob hegemonia da burguesia nacional. Num terreno comum, Alcides, Nobre e Santiago veem como saída necessária para o pensamento e para o Brasil a sua inserção nas redes e nas cadeias produtivas internacionais das ideias.

Ora, salta aos olhos, também, a associação entre formação e desenvolvimentismo ser dada de saída e de modo simplificado. Segundo nosso ponto de vista – baseado em Schwarz (2014) e Cevasco (2014) –, o período anterior ao golpe de 1964, até pelo menos a promulgação do Ato Institucional número cinco (AI-5), compreende um momento histórico de rara desprovincianização intelectual e agitação política à esquerda. Um momento histórico conhecido como desenvolvimentista, no qual armou-

se um imaginário social novo, que está relacionado, mas não é sinônimo, com o ponto de vista da formação. Isto é, a não realização das promessas de desenvolvimento integrado não invalida aquilo que foi pensado a partir da formação, na verdade torna o ponto de vista da formação mais necessário. Mesmo autores como Prado Jr. e Celso Furtado, que escreveram suas obras com o intuito de levar a bom termo a construção nacional, formularam uma análise imanente[4] da realidade brasileira, em que enfatizam a condição periférica do país. De sorte que abandonar seus ensinamentos, como se pudéssemos passar a ser, sem maiores problemas, cidadãos do mundo, levaria a um cosmopolitismo meramente abstrato.

Quanto à dimensão simbólica, acentuada por Arruda, Villarino e Estrada, é interessante perceber que procuram, de modos distintos, escandir nas obras da formação quase que apenas as escolhas infrarracionais de seus autores.[5] Com efeito, o ponto de vista formativo seria uma forma possível, dentre outras baseadas em variadas narrativas que buscariam configurar a realidade histórica brasileira. Em sentido oposto, defendemos que as análises empreendidas pelos ensaístas tratados neste artigo efetuavam uma crítica imanente da realidade, apreendendo as determinações essenciais desta e suas potencialidades de mudança. Ademais, caso o ponto de vista formativo fosse uma escolha narrativa possível a respeito da história brasileira, quais seriam os nexos que permitiriam que esta fosse a *doxa* dominante do pensamento nacional? É interessante que não expliquem tal difusão. Estrada (2015), por seu turno, chega mesmo a afirmar que essa forma de narração não teria objetividade científica. O autor, em compensação, já possui, de antemão, um paradigma objetivo e científico claro, algo que tornaria a busca por outros paradigmas e autoridade disciplinares – ponto de fuga caro ao seu texto – uma tarefa sem fundamento claro. Isso nos leva a acreditar que mais produtivo seria não emprestar categorização alheia para melhor entender e criticar a tradição crítica brasileira, mas aproveitar o pensamento dessa linhagem para se pensar e passar pelo crivo da experiência efetiva as categorias importadas (Arantes, 1991; Schwarz, 2014).

[4] Por análise ou crítica imanente entendemos o ponto de vista a partir do qual se tenta analisar o objeto nele mesmo, em suas determinações essenciais, e no qual a primazia é o objeto mesmo e seu movimento e não sua comparação em relação a padrões teóricos externos a ele (Hegel, 2012).

[5] Quanto a essa designação, a emprestamos da crítica feita por Gérard Lebrun (1988) a Hegel em *O avesso da dialética*. Seguindo alguns ensinamentos de Nietzsche, o filósofo francês volta seu martelo para as escolhas infrarracionais do discurso hegeliano, procurando mostrar por esse caminho que o discurso do filósofo alemão não manteria a promessa da imanência.

Seja como for, ao nosso ver, a categoria de formação, mesmo com uma série críticas, mostra-se decisiva para que possamos entender a formação de formas e de sistemas simbólicos que dessem conta, formalmente, da estrutura social brasileira. Tal imbricamento entre formação e forma foi decisivo para a experiência intelectual de Ismail Xavier e é o que pretendermos mostrar na próxima seção.

Lineamentos sobre Ismail Xavier: sertão, mar e forma

O crítico de cinema Ismail Xavier enfrenta problemas parecidos aos de Schwarz[6] e Naves quanto à relação entre forma e processo social à brasileira. O crítico, como ele mesmo indica (Xavier, 2013), teve tanto uma formação extra-acadêmica, frequentando cineclubes, quanto acadêmica, passando pela Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo (ECA-USP), pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (FFLCH-USP) e pela Universidade de Nova York. De qualquer forma, a passagem por essas instituições foi fundamental para sua formação, pois o colocou, por exemplo, em contato com Antonio Candido e Paulo Emílio Salles Gomes e com uma bibliografia especializada sobre crítica cinematográfica.

Segundo Xavier, foi com Salles Gomes – uma das maiores referências críticas no Brasil sobre cinema – que passou a tomar gosto pela crítica e pelo campo da reflexão cinematográfica mais do que por sua feitura. Juntamente com Antonio Candido, o crítico cinematográfico ensinou-lhe uma postura que enfatizava o corpo a corpo minucioso com os objetos de estudo.[7] Dessa forma, passou a acreditar que toda teoria deveria ser testada quando do enfrentamento com o objeto, demonstrando ter, assim, uma potência explicativa ou não. Isto é, a teoria deveria ser mobilizada a partir da problemática fílmica, devido às demandas trazidas pela análise e não num

[6] É interessante notar que Xavier (2007a) possui um texto sobre Schwarz em que irá se concentrar nos ensaios do crítico literário sobre cinema: "O traço comum aos três ensaios [de Schwarz] é a procura do que, nos filmes, constitui a marca indelével do contemporâneo e permite problematizar o estatuto da imagem no tecido das relações de poder em cada um dos contextos sociais postos em foco" (2007a, p. 214).

[7] Segundo o crítico: "A tarefa da crítica muitas vezes envolve o gesto fundamental de apontar a diferença entre projeto, intenção e realização, pois é a obra que cria o autor e não o contrário" (Xavier, 2007, p. 9).

"movimento de aplicar mecanicamente ou fazer da obra uma ilustração de um ponto de vista teórico" (Xavier, 2013, p. 217).[8]

É de crítica imanente que fala Xavier e é o que seus mestres – apesar de suas diferenças – haviam lhe ensinado, o que o aproxima das experiências críticas de Schwarz e Naves.[9] Tal forma de crítica é desenvolvida por meio de uma ensaística, a qual, nas palavras de Xavier, "explora uma problemática que você define e que vai se construindo através de um jogo de interpretações, que pode passar por conceitos que são fundamentais, mas desde que esses conceitos se mostrem efetivamente produtivos na lida com aquilo [com o objeto]" (2013, p. 218). Outro polo que se apresenta como fundamental a Xavier é a história. Segundo o crítico de cinema, o ideal é que a grande crítica consiga abarcar de modo satisfatório esses três elementos, aproximando-se decisivamente dos críticos anteriormente elencados.

> Resumindo, há o quadro conceitual, há a interação com o objeto no sentido de uma resposta valorativa, pois a crítica implica juízo, e, ao mesmo tempo, há a história como, digamos assim, o solo a partir do qual tudo se faz. Porque a história, para mim, é a premissa. Não sou historiador, mas, para mim, a história é o solo a partir do qual você pode pensar as coisas. Uma experiência se dá no tempo e dentro de um processo que tem um dinamismo, com o qual você tem de lidar num trabalho sobre arte. Crítica, teoria e história são três dimensões que vão se combinar, com pesos distintos, conforme eu esteja fazendo análise de filme ou um panorama (Xavier, 2013, p. 228).

A mesma imbricação entre processo social e forma, que dá as caras sistematicamente na crítica também dialética de Schwarz e Naves.

Dando continuidade ao nosso argumento, segundo um dos mestres de Xavier, Paulo Emílio,[10] a situação do cinema brasileiro seria de subdesenvolvimento.

> O cinema norte-americano, o japonês e, em geral, o europeu nunca foram subdesenvolvidos, ao passo que o hindu, o árabe ou o brasileiro nunca

---

[8] Postura que aproximamos com aquela do antigo grupo *Clima*, cuja motivação vinha do professor Jean Maugüé (Arantes, 1994).

[9] "Ismail enfrenta a questão com as armas na análise imanente, especificando-a pela atenção às filigranas da composição estética das obras, em suas transformações internas, e na comparação com os arranjos formais dos filmes. Pelo cotejo [...] o crítico caracteriza o primeiro estilo glauberiano [...]" (Saraiva, 2019, p. 145-160).

[10] Sobre a vinculação entre o crítico em questão e um pensamento radical, galvanizado por um marxismo heterodoxo e democrático ver Gomes (1986) e Candido (1986).

> deixaram de ser. Em cinema o subdesenvolvimento não é uma etapa, um estágio, mas um estado: os filmes dos países desenvolvidos nunca passaram por essa situação, enquanto os outros tendem a se instalar nela. O cinema é incapaz de encontrar dentro de si próprio energias que lhe permitam escapar à condenação do subdesenvolvimento, mesmo quando uma conjuntura particularmente favorável suscita uma expansão na fabricação de filmes (Gomes, 2001, p. 85).

No entanto, apesar de traços de semelhança entre as situações cinematográficas subdesenvolvidas, a brasileira não se encontraria num terreno cultural diverso do ocidental, de sorte que, ao sermos um prolongamento do Ocidente, não teríamos uma personalidade cultural totalmente diversa, não nos tornando propriamente *ocupados*. Tanto é que, quando o *ocupante*[11] aqui chegou, o *ocupado* foi quase completamente extirpado, criando-se um novo *ocupado*, mais ou menos à imagem ou semelhança do ocupante. Trocando em miúdos, não seríamos nem americanos nem europeus, todavia não possuiríamos uma cultura original ou autóctone: "nada nos é estrangeiro, pois tudo o é [...]". Reverberando em uma construção que se desenvolveria em uma "dialética rarefeita entre o não ser e o ser outro" (Gomes, 2001, p. 90). Tal condição seria inescapável para o cinema, mas também criaria traços próprios, dada nossa incompetência congênita em copiar, o que geraria um resultado distinto do modelo formal inicial, geralmente estadunidense e, num punhado de vezes, europeu. Os resultados, por vezes, seriam bons, já que seriam criadores de diferenças e novos significados, mas também poderiam ser bastante ruins e amadores.

Interessante notar que o cinema, inventado em países desenvolvidos, chegou rapidamente ao Brasil. Em 1908, a capital federal, Rio de Janeiro, conheceu um período importante de produção fílmica, chamada de *Belle Époque*, que chegou mesmo a contar com a prevalência, em termos de bilheteria, de filmes nacionais sobre estrangeiros. Porém, com o início da produção fílmica em escala industrial nos países centrais, somado ao ímpeto de importação presente no Brasil, a nossa incipiente tentativa de criação de um cinema nacional foi abortada. Já nos anos de 1940, o cinema voltou a se desenvolver no Rio de Janeiro, com musicais e chanchadas,

[11] Os temos ocupante e ocupado são utilizados por Paulo Emílio Salles Gomes e podem ser entendidos como quase sinônimos, respectivamente, de colonizador e colonizado.

espetáculos que emanavam diretamente de uma espécie de fundo brasileiro. Assim se estabeleceria entre os filmes e os espectadores "um fato cultural incomparavelmente mais vivo do que o produzido até então pelo contato entre o brasileiro e o produto cultural norte-americano" (Gomes, 2001, p. 95). Até porque, no último caso, o envolvimento era passivo e de mero consumo, enquanto com o cinema brasileiro haveria elementos de criatividade e de criação de polêmica entre ocupados e ocupantes. Experiência também tentada em São Paulo, que, contudo, fracassa por seu caráter estritamente comercial e sem vinculação com a veia popular. Mesmo que não alterasse efetivamente o desequilíbrio entre os interesses nacionais e os estrangeiros, esse segundo momento carioca assegurou a possibilidade de respiro para o cinema ficcional.

Respiro o qual foi alimentado mais ainda por uma vaga e difusa cultura de esquerda na qual os comunistas, apesar de sua ortodoxia, tinham papel importante (Schwarz, 2008). Encorajava-se então um engajamento artístico voltado à vida popular, principalmente urbana. O antigo herói de chanchada e o malandro davam lugar ao trabalhador, as tramas menos complexificadas dos dois momentos anteriores sairiam de cena e entraria uma construção dramática mais consistente, influenciada pelo neorrealismo italiano e próxima à literatura do modernismo tardio. Daí se desenvolveu o *Cinema Novo*, conseguindo-se, a partir desse momento, criar uma imagem coerente do povo brasileiro e de sua fome.

Todavia, esse processo foi interrompido em 1964. As alegorias – conceito referência que permeia boa parte da melhor produção fílmica nacional – e o sentido da teleologia, a qual acaba por condensar bem as noções de todo e partes nas películas, mudam sensivelmente.[12] Nos anos 1960, mesmo com a alegoria tendo uma textura de imagem e som descontínua, a história ainda é pensada como teleologia e a ordem do tempo, dotado de razão e com uma marcha em direção a um *télos*, é plasmada a partir da certeza da revolução, que organiza e dá sentido ao que é vivido. Como em *Deus e o diabo na terra*

[12] Para uma discussão mais pormenorizada sobre o conceito de alegoria, bem como sua produtividade na discussão fílmica e das artes, ver Xavier (2012). Segundo a tradição clássica, a alegoria traria consigo a ideia de falar uma coisa referindo-se a outra, marcando uma fratura entre o espírito e a letra, entre o que é manifesto e um sentido não explicitado e até disfarçado no discurso, "havendo a mediação reconhecida de uma convenção que se interpõe entre a fala e a experiência, em outras palavras, a mediação da espessura própria da linguagem em sua relação problemática com o mundo" (Xavier, 2012, p. 447).

do Sol (1963-1964), no qual o fim é a salvação, a luta por um mundo melhor é entendia como própria da vocação humana e a esperança é sistematicamente reafirmada. Tudo isso amparado pela ideia de que a violência revolucionária seria um elemento de suma importância para a superação da condição subalterna e da constituição de um projeto de nação autônoma, ou seja, da formação da nação. Essa seria uma construção própria ao período pré-golpe de 1964, de esperanças civilizatórias e revolucionárias exacerbadas.

Dado o golpe, as grandes esperanças tornam-se ilusões perdidas: as alegorias expressam, a partir daí, uma crise da teleologia e sua negação mais radical. Chega-se até a figurações audiovisuais apocalípticas, como é caso de boa parte da filmografia forjada no chamado "Cinema do Lixo", nas quais há a negação de qualquer possibilidade de salvação e em que a antiteleologia[13] funciona como princípio agressivo essencial para a organização da experiência.

Nesse bojo, é interessante observar uma postura de crítica e abandono da ideia de que o cineasta deveria ser tomado como porta-voz de uma nação ainda não formada. Reconhece-se que boa parte de seu público pertencia à classe média universitária e intelectualizada, de sorte que aí há uma internalização da questão da crítica do público, com o uso das chamadas estratégias de agressão e a busca por experiências de choque.[14] Representantes importantes dessa ruptura são os filmes *Terra em transe* (1967), de Glauber Rocha e o *Bandido da luz vermelha* (1968), de Rogério Sganzerla, os quais representariam a passagem histórica da "estética da fome" para uma "estética

---

[13] O par *teleologia* e *antiteleologia* é importante na análise que Xavier (2007b, 2012) faz do cinema glauberiano. Em filmes como *Barravento* e *Deus e o Diabo na terra do Sol*, a partir do que diz Xavier, é possível notar uma lógica de totalização profética e revolucionária que organizaria, sem apagamento, os fragmentos fílmicos e que teria um sentido teleológico cujo fim era a libertação popular e nacional no Brasil. Com o golpe militar de 1964, esse *télos* de libertação nacional sai do campo político e estético, de modo que o princípio organizador dos chamados filmes tropicalistas, como *Terra em transe* e *O bandido da luz vermelha* (de Sganzerla), seria o da antiteleologia, que era galvanizada pela consciência política e estética do fracasso de uma saída nacional-popular e pela crítica à modernização conservadora brasileira – bem como seu caráter *kitsch*. Essa antiteleologia se manifestava formalmente por meio de uma alegoria do desengano, na qual a paródia, a ironia, os choques constantes, a luta contra a inteireza e a descontinuidade são decisivos. Para mais, ver Mendes (2019), Saraiva (2019) e Xavier (2013).

[14] Procedimentos os quais, ao nosso ver, podem ser também encontrados no período de radicalização do teatro, por exemplo, como é o caso do Teatro Oficina. Nesse diapasão, em entrevista de 1968, Zé Celso Martinez Corrêa (1998) identificará o filme *Terra em transe* como uma peça política necessariamente agressiva e violenta, principalmente em relação ao público de classe média. Tal público, na visão do dramaturgo, deveria ser violentado, chamado de recalcado e reacionário e ter seus mecanismos de defesa destruídos, dado que, esse setor seria um dos que mais se beneficiaria da barbárie brasileira.

do lixo" (Xavier, 2013, p. 36), marcando uma crise da teleologia e abrindo espaço, principalmente com o filme de Sganzerla, para outras posturas. Em filmes como *O dragão da maldade contra o santo guerreiro* (1969) e *Macunaíma* (1969), respectivamente de Rocha e Joaquim Pedro de Andrade, apresenta-se uma antiteleologia temática ou de organização do conteúdo, mas com alegorias de fundo pedagógico e que marcam a existência de uma identidade nacional que se relaciona com a modernização conservadora. Finalmente, a antiteleologia se torna princípio formal efetivo – ordenando o estilo de representação e a existência de um questionamento profundo do próprio processo narrativo e seu esquema pautado em começo-meio-fim –, procedimento notado em filmes como *O anjo nasceu* (1969), de Júlio Bressane.

De todo modo, é preciso dizer que o nosso intento aqui não é passar pela análise de toda essa filmografia listada e sim por alguns filmes de Glauber Rocha. Isso porque, na obra desse diretor, poder-se-ia perceber de modo mais acabado a transfiguração da matéria brasileira em forma fílmica.

É sugestivo notar que o subtítulo do livro *Sertão Mar* de Xavier é *Glauber Rocha e a estética da fome*. O primeiro termo dispensa maiores apresentações. Já o segundo poderia deixar o leitor um tanto quanto intrigado, não pela existência de fome no Brasil, mas em razão da preposição "sobre" não estar no lugar da preposição "da" – afinal de contas vários filmes dessa época retratam a situação de pobreza e carestia. De acordo com Xavier,

> da fome. A estética. A preposição "da", ao contrário da preposição "sobre", marca a diferença: a fome não se define como tema, objeto do qual se fala. Ela se instala na própria forma do dizer, na própria textura das obras. Abordar o *cinema novo* do início dos anos 60 é trabalhar essa metáfora que permite nomear um estilo de fazer cinema. Um estilo que procura redefinir a relação do cineasta brasileiro com a carência de recursos, invertendo posições diante das exigências materiais e as convenções de linguagem próprias do modelo industrial dominante. A carência deixa de ser obstáculo e passa a ser assumida como fator constituinte da obra, elemento que informa a sua estrutura e do qual se extrai a força da expressão, num estratagema capaz de evitar a simples constatação passiva "somos subdesenvolvidos" ou o mascaramento promovido pela imitação do modelo imposto que, ao avesso diz de novo "somos subdesenvolvidos". A estética da fome faz

> da fraqueza a sua força, transforma em lance de linguagem o que até então é dado técnico. Coloca em suspenso a escala de valores dada, interroga, questiona a realidade do subdesenvolvimento a partir de sua própria prática (Xavier, 2007b, p. 13).

Uma forma específica e exigente, a qual valeria a pena explicar em detalhe. Nada melhor para cumprir esse propósito do que a comparação com filmes mais vinculados às convenções clássicas ou do espetáculo, como são *O pagador de promessas* (1962), de Anselmo Duarte, e *O cangaceiro* (1953), de Vitor Lima Barreto, comparados, respectivamente, com *Barravento* (1961 – 1962) e *Deus e o diabo na terra do sol* (1963 – 1964). É evidente que não irei aqui acompanhar o raciocínio do crítico passo a passo e nem destrinchar, como ele, as passagens fílmicas do argumento, preocupando-me, principalmente, com a invenção formal de Rocha – capaz de "recolher o conflito de vozes de toda uma época, fazendo a ponte entre o cinema dos anos 1960 e o movimento maior que envolve os caminhos do modernismo posterior à Segunda Guerra Mundial" (Xavier, 2007b, p. 12). Tendo como centro de sua análise o ponto de vista do narrador, ou melhor, o "foco narrativo" (como a história é contada? Como os fatos são dispostos de tal ou tal modo? O que tal movimento de câmera? O que se quer com tal decupagem? etc.), que não pode ser confundido com o autor e deve ser entendido como figura fílmica necessária, Xavier consegue, a um só tempo, capturar a construção formal dos filmes acima citados e lançar mão de um ponto de comparação entre eles.

Já na recepção de *Barravento* havia uma indicação e uma crítica de que Glauber Rocha estaria preocupado em denunciar o misticismo e a alienação do povo brasileiro, como propunha Luís Carlos Maciel (1965). Para tanto, lançaria mão de uma estrutura dual e simplória que dividiria o mundo entre o Bem (consciência de classe, solidariedade e razão) e o Mal (religião, tradição e irracionalidade), de acordo com Barthélémy Amengual (1991). Uma visão com que o próprio Xavier compactuava, tomando esse filme e *Deus e o diabo*, como dignos representantes do cinema dos 60, em que havia uma crítica dialética da cultura popular e a ideia de que a religiosidade popular deveria ser entendida sob o signo da alienação. Em contraposição o cinema dos 70 seria baseado em uma política de adesão e positividade absoluta em relação ao popular.

Contudo, em uma análise mais atenta do filme, pautada por uma postura que privilegia a especificidade de cada película em lugar de uma visão que tenta classificar os filmes de um mesmo diretor sob um único epíteto, Xavier defende que a visão exposta anteriormente era por demais seletiva e incompleta. A montagem, em especial, colocaria essa interpretação em xeque, dado que a utilização particular da câmera e a movimentação das figuras humanas, bem como a coreografia, indicariam outro propósito. Caso os movimentos imanentes da montagem não fossem estudados, não se daria conta, em particular, de um discurso complexo e uma composição digna de um "realismo figural", nos termos de Eric Auerbach (2013) – e que são utilizados por Ismail Xavier –, já que em Glauber Rocha conviveria, como observa Xavier (2007b), tanto o leitor de Marx como um leitor da *Bíblia*, articulando uma concepção messiânica de revolução, bastante comum na esquerda latino-americana da década de 1960.

À primeira vista, é possível uma análise transcendente e que entenda o filme como uma grande e unívoca denúncia contra a alienação propiciada pela religião. Nessa referência, o processo de trabalho seria entendido como simples exploração e as idas de Firmino e Aruã[15] para a cidade como algo progressista. Contudo essa visão se embasaria numa leitura superficial da película, a qual não daria conta do significado da sua textura de som e imagem, decisiva para o espectador e foco de tensões. O desbaratamento da visão mais superficial a respeito de *Barravento* seria apenas possível por meio de uma análise imanente e acurada da perspectiva de narração. Ela deveria tentar verificar se há uma postura de total exterioridade frente aos valores religiosos comunitários ou se, no arranjo fílmico, o narrador assumiria esses valores como matriz orientadora de suas operações.

De posse de uma exposição da dinâmica de *Barravento*, Xavier demonstra haver uma lei interna de evolução do mundo narrado nada simples e dotada de grandes *oscilações*, *descontinuidades* e *repetições* – muito distinta dos filmes *western*,[16] cujo andamento é contínuo e sem contradições pululantes.

---

[15] Firmino e Aruã, representados, respectivamente, pelos atores Antonio Pitanga e Aldo Teixera, são personagens decisivos para a trama de *Barravento*. Firmino é marcado pela experiência de ida para a cidade, pelo estudo e pela revolta contra o modo de vida dos pescadores e viventes da comunidade. Aruã, por seu turno, é o novo protegido de Iemanjá, tendo seu corpo "fechado", e, por isso, poderia garantir a segurança da comunidade da costa baiana e assegurar uma boa pesca.

[16] As explicações e reflexões feitas no artigo sobre o *western* são amparadas nas teorizações do próprio Ismail Xavier.

Haveria, no filme de Rocha, uma complexidade específica, como indicaria a cena em que há uma mudança "repentina" de Aruã para um coqueiro.

> A passagem tão ostensiva de Aruã para a árvore, seguida do movimento ascensional da raiz ao topo, estabelece uma relação direta entre seu corpo sexuado, como raiz, e a convulsão da natureza, como resposta à profanação, deflagrada pelo céu nublado e pelo trovão. Desse modo, podemos ver essa cadeia de imagens como uma mediação entre o céu e a terra, se quisermos entre microcosmo (a comunidade e seu solo natal) e macrocosmo (a natureza) (Xavier, 2007b, p. 23).[17]

Cenas como essa forneceriam uma base para se sustentar não uma visão crítica aos equívocos e alienações religiosas e sim o seu contrário: em verdade, o sistema religioso dos pescadores como a melhor explicação dos fatos. Destarte, quando Xavier indicou a hipótese da equivalência dos seis planos de Aruã e o enunciado do corpo sexuado deste estando na raiz do barravento, o crítico atribuiu ao narrador uma adesão aos valores religiosos galvanizadores daquela comunidade, reiterando suas explicações mágicas.

Plano1



Plano 2



Plano 3



[17] Lembrando que *Barravento*, segundo o próprio letreiro introdutório do filme, "é o momento de violência, quando as coisas da terra e mar se transformam, quando no amor, na vida e no meio social ocorrem súbitas mudanças" (Xavier, 2007b, p. 23).

Plano 4



Plano 5



Plano 6



De todo modo, é preciso notar a existência de uma narração oscilante em *Barravento*. Por conseguinte, seria uma visão extremamente seletiva que defenderia de maneira categórica haver no filme uma crítica externa à religião como alienação. Mesmo assim, haveria uma crítica severa à figura do líder despótico legitimado pela representação religiosa, crítica encarnada em Aruã e Firmino. Quanto à convivência entre miséria e religião, a crítica seria dura, contando com um reclame, presente em dado momento do filme, que seria um possível prenúncio de revolta contra a religião, para, logo depois, a religião voltar com força e se desdobrar em felicidade e ostentação de uma coesão interna ao grupo.

No mesmo diapasão, é necessário que se enxergue a existência de dois regimes temporais distintos dentro da exibição: (i) um tempo que corre em linha reta, expresso, por exemplo, na acumulação dos exploradores, na pregação de Firmino que influencia Aruã e na rede que vem da cidade, e (ii) um tempo circular, da eterna repetição, presente nas regularidades

rituais, no jogo de compensações e nas reproduções das lendas. Denotar-se-ia, assim, um movimento descentrado – presente desde a textura de imagem e som, nas intervenções naturais, até nas ações das personagens – que salienta um percurso não uno em seu foco. Dessa forma, uma análise exterior da comunidade e de sua alienação integra uma organização do mundo social e natural que tem como ponto de partida os valores e representações emanadas da comunidade e sua religião. Uma superposição de perspectivas, a qual impossibilitaria que os focos contraditórios fossem separados e localizados em níveis diferentes do discurso, impedindo, desse modo, uma separação entre o nível mais iluminista do enredo e o mágico-religioso. Em suma,

> se, reiteradamente, caracterizei o discurso de *Barravento* como desequilibrado, convulso, tais desajeitos não são propriedade exclusiva de um modo de montar, sonorizar, movimentar a câmera ou os atores; o enredo é também seu lugar. Em outras palavras, quero evitar a ideia de que existe uma intenção racional que se manifesta no esqueleto da estória, mais consciente e controlável, contraposta à expressão de disposições inconscientes, descontroladas e irracionais, na textura de imagem e som. Quero sublinhar exatamente o oposto: é todo o filme que se contorce para que nele desfile a oscilação entre os valores da identidade cultural – solo tradicional da reconciliação, da permanência e da coesão – e os valores da consciência de classe- solo do conflito, da transformação, da luta política contra a exploração do trabalho. [...] *Barravento*, filme, é a equação irresolúvel que confronta essas duas perspectivas, recusando o ponto de vista transcendente que, exterior a elas ou privilegiando uma delas, avançaria a resposta una e fecharia o discurso (Xavier, 2007b, p. 51).

Em contraste, em *O pagador de promessas*, de Anselmo Duarte, a postura é integrativa, equilibrada, com marcações muito claras entre, por exemplo, a consciência do camponês ingênuo e o mundo mercantil, ou a oposição central entre o bar e a igreja. Tudo isso estruturado a partir do ponto de visa de um narrador transcendente, conhecedor de todos os passos do jogo social que se desenrolam em torno da personagem principal (Zé do Burro). A decupagem também é clássica, baseada no modelo hollywoodiano para a filmagem em locação, com a expansão do mundo visível passando a acomodar o filme a tais ideais norte-americanos, assegurando-lhe verossimilhança e

aproximando-o, em nossa visão, do cinema realista analisado por André Bazin.[18]

Constituição muito distinta é a de *Barravento*. O filme de Rocha busca uma ruptura com o jogo de perspectivas demarcadas da convenção clássica, tornando mais complexo o trabalho de narração e procurando transpor a distância entre o narrador e o narrado. Procedimento que ganha ares rebeldes e anticolonialistas[19], expressando uma atitude de resistência aos valores da indústria cultural, pretensamente universais. Postura comum nas vanguardas cinematográficas – desde Eisenstein, passando pelo surrealismo, até o *underground* estadunidense –, e que ganha certa escala mundial com o *cinema novo* dos anos 60, a partir de uma narrativa heterogênea e particular, em que a figura de proa é o cineasta franco-suíço Jean-Luc Godard.

Nessa referência é que se pode enxergar semelhanças entre *Barravento* e um *Acossado* (1959), de Godard, tendo em vista certa descontinuidade, desequilíbrio de angulações e desenvolvimentos aleatório presentes nos dois filmes. Entretanto, o cineasta brasileiro tinha que se ver com a má formação brasileira, específica e diversa do impulso rebelde do franco-suíço, como argumentou Xavier:

> Afinal, no *cinema novo*, a ideia de experiência assume uma conotação particular, identificando-se com a ideia de realidade brasileira. A contestação do universal abstrato, convenção vigente, traduz-se num projeto cultural anticolonialista porque a particularidade vivida a que se quer dar expressão mais autêntica é a subdesenvolvimento, e o lugar dessa autenticidade é a ideologia da revolução brasileira, por oposição à "mentira" do cinema colonizador (Xavier, 2007b, p. 78).

---

[18] Para melhor esclarecer o nosso comentário sobre Bazin, é possível ver que em um texto como "A evolução da linguagem cinematográfica", o crítico de cinema divide os diretores entre aqueles que acreditam na imagem e aqueles que acreditam na realidade. Aqueles bem representados por Sergei Eisenstein e estes, pelos diretores do Neorrealismo italiano; aqueles enfatizando a criação de sentido por meio de uma montagem mais visível ao espectador – exemplar disso é o filme *O Encouraçado Potemkin*, 1925 – e estes enfatizando a profundidade de campo e um plano-sequência, o qual simula a continuidade espaço-temporal, utilizando-se das chamadas montagens invisíveis – tome-se com referência filmes como *O ladrão de bicicleta* (1948) e *A terra treme* (1948) (Bazin, 2014, p. 95-113).

[19] Como dizia o próprio Glauber Rocha em seu "Eztetyka da fome 65": "o *cinema novo* não pode desenvolver-se efetivamente enquanto permanecer marginal ao processo econômico e cultural do continente latino-americano; além do mais, porque o *cinema novo* é um fenômeno dos povos colonizados e não uma entidade privilegiada do Brasil: onde houver um cineasta disposto a filmar a verdade e a enfrentar os padrões hipócritas e policialescos da censura, aí haverá um germe do *cinema novo*. [...] O *cinema novo* é um projeto que se realiza na política da fome, e sofre, por isto mesmo, todas as fraquezas consequentes de sua existência" (Rocha, 2004, p. 67).

Com *Deus e o diabo na terra do sol* (1963-1964), a postura é parecida, mas mais madura e desenvolta. O filme é organizado em torno da vida do casal de camponeses Rosa e Manuel, explicitando sua condição social e de trabalho, seus embates com os donos do poder e a vinculação de ambos à rebeldia messiânica e à violência do cangaço. A narrativa é perpassada por três momentos essenciais de ruptura e mergulho no messianismo e no cangaço – nada homogêneos, contínuos e lineares. Ao contrário, enfatiza-se a montagem, algo que Ismail Xaver aproxima ao estilo fílmico de Eisenstein (2002)[20] – na qual se salienta a descontinuidade e o sentido subjacente ao que é montado. Nesse filme, recorre-se até mesmo a procedimentos retóricos, como no final, em que o espaço-tempo da ação é dissolvido em prol de uma construção metafórica: a presença do mar, oposta ao sertão. Na modulação descontínua abre-se espaço para comentários explícitos sobre o próprio imaginário desenvolvido, bloqueando certos gestos de modo a sublinhar sua significação social, o que faz com que Xavier aproxime o estilo glauberiano do anti-ilusionismo de Brecht.[21]

Evidencia-se durante o filme a presença de uma grande diversidade de registros na relação narrador/ narrado, com diferentes tipos de intervenção das figuras de mediação, múltipla "em suas vozes, pelo som e pela imagem", que "ora permanece colada à experiência dos protagonistas, ora a observa de um ponto de vista mais distante, organizando-a pela montagem e fornecendo o comentário retrospectivo ou antecipador do cantador" (Xavier, 2007b, p. 103). Como no contraste de Manoel, que em sua fase beata é "exposto" via

[20] Para esclarecer a comparação, é preciso lembrar que, em Eisenstein, a montagem não deve ser tomada como uma ligação tranquila de dois elementos. Ao contrário, para o soviético, ela deve ser tomada como colisão e conflito, de sorte que, do choque de dois fatores determinados, nasceria um novo conceito. Trocando em miúdos: "se a montagem deve ser comparada a alguma coisa, então uma legião de trechos de montagem, de planos, deveria ser comparada à série de explosões de um motor de combustão interna, que permite o funcionamento do automóvel ou trator: porque, de modo semelhante, a dinâmica da montagem serve como impulsos que permitem o funcionamento de todo o filme" (Eisenstein, 2002, p. 43).

[21] Nesse momento, é interessante ter em mente que Brecht e Eisenstein aparecerem nas análises de Xavier sobre o cinema de Glauber Rocha não de forma gratuita. Dessa forma, com Jameson, podemos notar certa aproximação entre Brecht e Eisenstein em seus feitos críticos: "mas parece aconselhável 'estranhar' ou desfamiliarizar o chamado efeito de estranhamento a fim de expressar algo de sua função original e histórica e também de surpreender a variedade de formas que ele é capaz de assumir. Brecht apresentou-nos muitas 'definições' desse termo, que parece ter migrado do '*ostranenie*' ou 'estranhamento' dos formalistas russos a partir das inúmeras visitas de soviéticos modernistas como Eisenstein ou Tretiákov a Berlim. Como o conceito de 'montagem' de Eisenstein, o efeito-V permitiu a Brecht organizar e coordenar um grande número de traços de sua prática teatral e estética" (Jameson, 2013, p. 63-64). De acordo com Xavier, esse estranhamento desalienador conseguido por meio da montagem seria uma constante nos filmes de Glauber Rocha.

montagem permeada por tensões e em sua fase cangaceiro é mostrado mais em planos-sequência de maior duração. Assim, é na convergência entre câmera e cordel, do erudito e do popular, que se leva ao limite a convivência de perspectivas, de um modo dialógico.

No plano mais geral da película, há a coexistência de dois movimentos em seu interior: o questionamento da metafísica em nome da liberação do homem – sujeito da história, *télos* presente de vários modos no filme – e outro, que se sobrepõe ao primeiro e se caracteriza pela sistemática e gradativa afirmação de uma ordenação que comanda o destino dos sujeitos e confere sentido às suas ações, de sorte que o foco nas determinações passa a ser transcendente. O desenvolvimento é significativamente pautado em uma interdependência fundamental: quem fecha o movimento de libertação e afirma o humanismo do homem desalienado é, justamente, o agente da chamada ordem maior (o destino), figura da alienação desse mesmo humanismo expresso durante o filme. Destarte, o resultado dessa interdependência é um percurso libertador forjado não pelo homem, mas sim pelo agente da ordem maior, o destino que, quiçá, trabalha em direção à conclusão de que o homem é o sujeito histórico por excelência.

Nesses termos, o filme configura um processo social que "*de fato*, caminha como realização de um destino, enquanto que, *de direito*, o recado explícito das vozes outorga à humanidade a condição de sujeito" (Xavier, 2007b, p. 141). A transformação – ou a consumação do *télos* – aparece nele como um pressuposto, pela práxis ou pelo destino; a história, por seu turno, transparece em toda a película e está devidamente assentada no terreno da teleologia. À vista de tudo o que foi exposto, é lícito dizer que o filme em questão seria caracterizado pela interação sistemática de enunciados, tornando ambíguo o princípio que move os processos; na estrutura, por seu lado, o ponto decisivo é a lacuna do presente, conformada como uma estratégia da retórica da ambivalência; e, por último, na teleologia da película, a expressão do desejo está acima das explicações da ciência social, de sorte que a esperança reaparece sistematicamente como antecipação da consumação de um *télos*. Representando um amplo movimento da consciência rebelde, *Deus e o diabo* tira a sua força não da historicidade do particular e sim de uma história baseada na transfiguração do presente em um ponto sem representação, o qual tem como direção certo rumo a um fim dado.

Tais proposições são essencialmente distintas do chamado *western*, gênero que, de acordo com o próprio Xavier (2007b), se apropriou do imaginário gestado na experiência histórica das regiões fronteiriças do século 19 nos Estados Unidos da América, com o intuito de criar uma espécie de epopeia do processo civilizador. Tal perspectiva norte-americana tem o efeito de transfigurar ideologicamente a barbárie do processo de acumulação capitalista na América. Ademais, o gênero promove uma ressurreição do assim considerado mundo arcaico, exatamente o outro de nossa época e sociedade, mas que heroicamente teria preparado o terreno para a civilização moderna triunfante, baseada no equilíbrio e no bem-estar. Como não poderia deixar de ser, a figuração desse processo se dá a partir da disputa de vilões e heróis bem marcados.

O cangaceiro de Vitor Lima Barreto, que se vale dos preceitos do *western*, evidencia a inadequação entre uma forma hollywoodiana importada para um contexto diverso. Daí resulta o desencontro de uma série de elementos, como a presença do índio caraíba, a fala caipira dos personagens e o tom declamatório dos diálogos. Já em *Deus e o diabo* de Glauber Rocha o sertão é um mundo localizado fora da história, depositário de uma rusticidade bárbara que cabe ao progresso, vindo de fora, exterminar. No filme de Barreto o cangaceiro é um dado, cujo comportamento peculiar é espetacularizado, principalmente pelo narrador civilizado. Na película de Rocha, por sua vez, a experiência camponesa diz respeito ao processo histórico, sendo a violência identificada como o momento de práxis do cangaceiro com a própria revolta. Do ponto de vista composicional, a distinção também não poderia ser maior, visto que *O cangaceiro* tenta a todo momento garantir a unidade, com ritmos muito bem organizados, além de uma música que é funcional a seus temas, de forma que cada cena se torna eloquente e acabada. O filme de Glauber Rocha, no que lhe concerne, destaca a descontinuidade a partir de uma alegoria cujo movimento afirma avanços, os quais, por seu turno, não encontram pontos seguros de apoio.

Segundo Xavier, a produção de Glauber Rocha deve ser compreendida também tendo em vista o momento político e histórico que se vivia no país durante o populismo. Em termos culturais, o Brasil seria marcado por uma hegemonia da esquerda, mantida até em meio a ditadura de direita no Brasil. No entanto, a esquerda privilegiava o anti-imperialismo diante da luta de classes (Schwarz, 2008). Não por acaso, o nacional-popular estava na ordem do dia, tendo sua maior cristalização nos Centros Populares de Cultura (CPCs).

Levando em conta esse chão histórico, é possível afirmar que os filmes de Glauber Rocha ultrapassariam essas representações. O diretor recusa, em especial, a postura didático-instrumental dos CPCs, produzindo uma incorporação extremamente interessante das representações populares nas suas obras. Seguindo Xavier,

> *Barravento* e *Deus e o diabo* estão, inegavelmente, inseridos nesse contexto de problemas, impasses, paradoxos. Porém, dentro dele, sua condição é peculiar. Marcados pela postura de conscientização própria aos projetos da época, os dois filmes manifestam algo além do autoritarismo populista, pois a boa arte não se reduz a um mero duplo da ideologia. Longe de, simplesmente, refleti-la e mascará-la, evidenciam as suas contradições porque internalizam o duplo movimento de valorização-desvalorização do popular. Seguindo a tendência geral, elaboram a crítica das representações das classes dominadas na base do conceito de alienação. Mas, contendo em si um movimento de afirmação dessas representações como resistência, lugar de uma identidade a ser tomada como ponto de partida, esses filmes se marcam também pela adesão e elogio. Assumem, para valer, as significações por elas elaboradas e buscam nelas alguma lição sobre a experiência, não apenas a forma comunicativa (Xavier, 2007b, 191-192).

A teleologia apresentada nos dois filmes pressupõe um plano histórico já desenhado, trazendo em si as premissas que baseavam as propostas políticas de boa parte da esquerda, nas quais o cumprimento de determinadas etapas levaria à redenção histórica. De forma irônica, os filmes conseguem revelar que a história, na cabeça dos "não-alienados", era pensada de uma maneira muito afinada com a noção de destino dos "alienados"; a lógica profética orienta ambas, como em *Deus e o diabo*, no qual a ponte entre o passado e o futuro é tentada a partir de uma noção de "revolução como retomada da experiência rebelde presente na memória que reelabora as tradições do sertão" (Xavier, 2007b, p. 192).

No plano formal, a inovação de Glauber Rocha também é um achado, pois sua estética da violência formula uma crítica profunda às fórmulas usadas pelo espetáculo artístico convencional, supostamente universalista, que apenas leva à realização da lógica mercantil. Achados que, por sua complexidade e textura, são de alcance mais amplo e foram fundamentais ao quadro do movimento internacional do(s) cinema(s) novo(s). Nesse bojo, *Terra em transe*, apesar de ser uma resposta à crise do projeto pós-64, em

que realiza uma crítica mordaz à esquerda e seus sistemáticos equívocos, coloca em movimento o principal impulso glauberiano de totalização. Nele, traça-se um esquema do mundo sempre com múltiplas determinações que condenam uma visão fragmentada da experiência. Do mesmo modo, como em *Deus e o diabo na terra do sol*, os movimentos cruzados reaparecem, colocando simultaneamente os interesses de classe e os parâmetros do ritual e da magia, chegando à metáfora da terra em transe em relação ao golpe político, o que indicaria que a lógica da superstição ainda é a melhor para se pensar o comportamento da esquerda e das classes dominantes, e completando um movimento assim formalizado por Xavier:

> marcado por um impulso de contradição, Glauber teceu em suas imagens um drama barroco que, no sentido proposto por Walter Benjamin, só se explicitou com maior clareza na estrutura e no estilo de *Terra em transe* [1967]. Este filme trazia uma reflexão exasperada diante do que o cineasta entendia como um reiterado adiamento bem próprio à história truncada de uma nação a construir, uma nação-problema, talvez uma miragem, de qualquer modo um hipotético ponto futuro que em *Deus e o diabo* [1963-64], havia pensado numa tonalidade distinta. Na cena que configurou no sertão, a questão central não era a crise de um projeto, mas a forma peculiar de Glauber compor uma *teleologia – a da formação nacional* – que tem seu parentesco com outros exemplos de narrativas de fundação, mas exibe nítida diferença. *O seu ponto essencial é o reconhecimento de que tal formação não se completou, é da ordem da profecia* (Xavier, 2007b, p. 10-11).

Nos filmes glauberianos, a procura da justiça é recolocada a cada passo, não dando ensejo à celebração da totalidade, visto que incompleta. No lugar de celebrar, há, na verdade, reflexão tensa sobre a violência e o passado e que se volta para uma história baseada na ambivalência. Tendo essas premissas em vista, é possível entender a inovação formal de Glauber, que traz para o primeiro plano a descontinuidade, com uma alegoria que enseja movimentos de avanço, mas que não contam com os pontos seguros de apoio de um *western*. Desta feita, Rocha pode incorporar formalmente os dados da realidade que passam a ser mola estruturante e propulsora de suas películas e, com isso, forjar tanto uma crítica das convenções fílmicas tradicionais e do centro do capitalismo, quanto uma crítica aos próprios pressupostos

do capitalismo, visto que a fome, enquanto tema e forma, era criticamente jogada nas telas não como dado culturalmente local, mas como necessidade interna ao processo ampliado de reprodução geral do capital.

Considerações finais

É possível, à vista do que foi por nós exposto até aqui, notar que Ismail Xavier, por meio de uma análise imanente dos filmes de Glauber Rocha e do cotejo destes com produções audiovisuais mais tradicionais, pode ver a formação de uma forma artística específica a qual internalizava a má formação brasileira e a transformava em princípio estruturante do cinema glauberiano. Dessa forma, mostramos que a experiência intelectual e os feitos críticos de Xavier também são devedores de nossa matriz periférica e das discussões que conformaram o quase gênero da formação, o que o aproxima de outros críticos de arte, como Rodrigo Naves e Roberto Schwarz.

Como bem nota Saraiva (2019), tais reflexões do crítico de cinema foram decisivas para a consolidação do campo de estudos cinematográficos brasileiro, tanto pela profundidade da interpretação alcançada, quanto pela riqueza do instrumental analítico desenvolvido. Desta feita, tornam-se questionáveis argumentações de que as discussões sobre formação e seu legado deveriam ser superadas, visto que, como argumentam, com a globalização e o fim do desenvolvimentismo, o Brasil deveria se integrar às redes globais e às cadeias produtivas globais das ideias. Até porque, caso isso fosse efetivado, como aponta Roberto Schwarz (2021a) a partir do conto "O punhal de Martinha", de Machado de Assis, deixaríamos de lado Martinha (a referência nacional) e abriríamos terreno apenas para Lucrécia (encarnação do elemento cosmopolita), o que, no final das contas, nos legaria uma posição política e intelectual baseada num cosmopolitismo abstrato e numa crítica indefinida. Posição diversa, por exemplo, da de mestres da periferia capitalista, a saber, Machado de Assis e Jorge Luís Borges, os quais, de formas distintas, lograram, a partir da elaboração de experiências periféricas, fazer uma crítica aos pressupostos pretensamente universais dos países centrais do capitalismo e forjar diagnósticos cortantes a respeito da modernidade. Algo também feito, via cinema, por Glauber Rocha, cuja forma artística foi desvendada por Ismail Xavier e sua crítica calcada na análise pormenorizada das formas e de suas implicações sociais e políticas.

Referências

Adorno, Theodor W. (1970). *Teoria estética*. Edições 70.

Alcides, Sérgio. (2011) O momentâneo da "Formação". *O Eixo e a Roda*, 20(1), 141-154. http://dx.doi.org/10.17851/2358-9787.20.1.141-154

Amengual, Barthélémy. (1991). Glauber Rocha e os caminhos da liberdade. In P. E. S. Gomes *et al.* (Orgs.), *Glauber Rocha* (pp. 95-122). Paz e Terra.

Arantes, Paulo E. (1991) Ideologia francesa, opinião brasileira. *Novos Estudos, 3*(28), 141-161.

Arantes, Paulo E. (1996). *O fio da meada*. Editora Paz e Terra.

Arantes, Paulo E. (1994). *Um departamento francês de ultramar*. Editora Paz e Terra.

Arantes, Otília, & Arantes, Paulo E. (1997a). *Sentido da formação*. Editora Paz e Terra.

Arantes, Otília, & Arantes, Paulo. (1997b). O sentido da formação hoje. *Praga*, (4), 95-109.

Arruda, Maria A. N. (2017). El concepto de formación en tiempos críticos: esbozo de reflexión. *Sociológica, 1*(90), 47-68.

Arruda, Maria A. N., & VILLARINO, Vizin L. (2016). *O conceito de formação em tempos críticos: esboços de reflexão* [Apresentação de artigo]. 40º Encontro anual da ANPOCS, Caxambu-MG.

Auerbach, Erich. (2013) *Mimesis*. Perspectiva.

Baptista, Abel B. (2005). O cânone como formação: a teoria literatura brasileira de Antonio Candido. In A. B. Baptista, *O livro agreste: ensaio de curso de literatura brasileira* (pp. 41-80). Editora Unicamp.

Bazin, André. (2014). *O que é cinema?* Cosac Naify.

Bernardet, Jean-Claude, & Reis, Francis V. (2018). *O autor no cinema*. Edições SESC.

Candido, Antonio. (2013). *Formação da literatura brasileira*. Rio de Janeiro.

Candido, Antonio. (2011). *A educação pela noite*. Ouro sobre Azul.

Candido, Antonio. (1986). Informe político. In C. A. Calil, & M. T. Machado (Org.), *Paulo Emilio* (pp. 55-72). Embrafilme; Brasiliense.

Cara, Salete. (2014). Formação e negatividade. In L. A. Alves (Org.), *A formação em perspectiva: ensaios de literatura, cultural e sociedade* (pp. 323-339). Beco do Azougue.

Cardoso, Fernando H. (1972). *Empresário industrial e desenvolvimento econômico*. Difel.

Cardoso, Fernando H. (1971). *Política e desenvolvimento em sociedades dependentes: ideologias do empresariado industrial Argentino e Brasileiro*. Zahar Editores.

Cardoso, Fernando H. (1967). Hegemonia Burguesa e Independência Econômica. *Revista Civilização Brasileira*, v.17, n.1, p. 67-95.

Cardoso, Fernando H., & Faletto, Enzo. (2011). *Desenvolvimento e dependência na América Latina: ensaio de interpretação sociológica*. Civilização Brasileira.

Cevasco, Maria E. (2014). Ainda a formação. In L. A. Alves, Luis Alberto (Org.), *A formação em perspectiva: ensaios de literatura, cultural e sociedade* (p. 275-303). Beco do Azougue.

Chibber, Vivek. (2013) *Post-colonial theory and the spectre of capital*. Verso.

Corrêa, Zé Celso M. (1998). O poder de subversão da forma. In Z. C. M. Corrêa, *Primeiro ato* (pp. 95-117). Editora 34.

Eisenstein, Sergei. (2002). *A forma do filme*. Zahar.

Estrada, Henrique R. (2015). O conceito de formação na historiografia brasileira. In B. F. Medeiros *et al.* (Org.), *Teoria e historiografia: debates contemporâneos* (pp. 253-277). Paco Editorial.

Faoro, Raymundo. (2012). *Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro*. Globo.

Furtado, Celso. (1995). *Formação econômica do Brasil*. Companhia Editoria Nacional.

Gomes, Paulo E. S. (2001). *Cinema: trajetória do subdesenvolvimento*. Paz e Terra.

Gomes, Paulo E. S. (1986). Declaração; Comentário; Plataforma da nova geração; Manifesto da União Democrática Socialista (UDS). In C. A. Calil & M. T. Machado (Org.), *Paulo Emílio* (pp. 72-96). Brasiliense; Rio de Janeiro: Embrafilme.

Hegel, Georg W. F. (2012). *Fenomenologia do espírito* (8. ed.). Vozes.

Jameson, Fredric. (2013). *Brecht e a questão do método*. Cosac Naify.

Lage, Victor C. (2016). *Interpretations of Brazil, Contemporany (De) Formations*. [Tese de Doutorado, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro]. https://doi.org/10.17771/PUCRio.acad.27613

Le Corbusier. (2004). *Precisões: sobre um estado presente da arquitetura e do urbanismo*. Cosac Naify.

Lebrun, Gerard. (1988). *O avesso da dialética*. Companhia das Letras.

Machado de Assis, José M. (2015). Notícia da atual literatura brasileira: instinto de nacionalidade. In J. M. M. Assis, *Machado de Assis: obra completa em quatro volumes* (Vol. III, pp. 1177-1184). Editora Nova Aguilar.

Maciel, Luiz C. (1965). Dialética da violência. In G. Rocha, *Deus e o diabo na terra do sol* (pp. 200-219). Paz e Terra.

Marino, Rafael. (2017). Artes plásticas sob o crivo da formação: a discussão sobre forma e processo social em Gilda de Mello e Souza e Rodrigo Naves. *Plural, 24*(2), 207-228. https://doi.org/10.11606/issn.2176-8099.pcso.2017.143003

Mello e Souza, Gilda de. (2008). *Exercícios de leitura*. Editora 34.

Mendes, Adilson. (2019). O cinema brasileiro moderno por Ismail Xavier. As formas do transe: a análise fílmica de Ismail Xavier como sismógrafo histórico. In F. Lunardelli *et al.* (Ed.), *Ismail Xavier: um pensador do cinema brasileiro* (pp. 130-145). Edições SESC.

Naves, Rodrigo. (2011). *A forma difícil: ensaios sobre arte brasileira*. Companhia das Letras.

Nobre, Marcos. (2015). Da "formação" às "redes": Filosofia e cultura depois da modernização. In R. F. Pinto, D. Spencer & T. Telles (Org.), *Teoria crítica e Adorno: ideias em constelação* (pp. 45-73). Valer Editora.

Nobre, Marcos. (2012). Da "formação" às "redes": Filosofia e cultura depois da modernização. *Cadernos de Filosofia Alemã, 1*(19), 13-36. https://doi.org/10.11606/issn.2318-9800.v0i19p13-36

Pedrosa, Mário. (2004). *Acadêmicos e modernos: textos escolhidos III*. Edusp.

Prado Jr., Caio. (2011). *Formação do Brasil contemporâneo*. Companhia das Letras.

Ricupero, Bernardo. (2011). *Sete lições sobre as interpretações do Brasil*. Alameda.

Ricupero, Bernardo. (2010). Formação da literatura brasileira nos anos 1950. *Revista Água Viva, 1*(1), 1-5. https://doi.org/10.26512/aguaviva.v1i1.10534

Ricupero, Bernardo. (2008). Da formação à forma: ainda "as ideias fora do lugar". *Lua Nova, 1*(73), 59-69. https://doi.org/10.1590/S0102-64452008000100003

Rocha, Glauber. (2003). *Revisão crítica do cinema brasileiro*. Cosac Naify.

Rocha, Glauber. (2004). *Revolução do Cinema Novo*. Cosac Naify.

Santiago, Silviano. (2014, 7 set.). Anatomia da formação: a literatura brasileira à luz do pós-colonialismo. *Folha de São Paulo*. https://m.folha.uol.com.br/ilustrissima/2014/09/1511606-a-literatura-brasileira-a-luz-do-pos-colonialismo.shtml

Saraiva, Leandro R. (2019). As formas do transe: a análise fílmica de Ismail Xavier como sismógrafo histórico. In F. Lunardelli *et al.* (Org.), *Ismail Xavier: um pensador do cinema brasileiro* (pp. 145-160). Edições SESC.

Schwarz, Roberto. (2014). *Sequências brasileiras: ensaios* (2. ed.). Companhia das Letras.

Schwarz, Roberto. (2012a). *Martinha versus Lucrécia*. Companhia das Letras.

Schwarz, Roberto. (2012b). *Um mestre na periferia do capitalismo: Machado de Assis*. Duas Cidades; Editora 34.

Schwarz, Roberto. (2008). *O pai de família e outros estudos*. Companhia das Letras.

Wisnik, José M. (2008). *Veneno remédio*. Companhia das Letras.

Xavier, Alberto (Org.). (2003). *Depoimento de uma geração: arquitetura moderna brasileira*. Cosac Naify.

Xavier, Ismail. (2013). Entrevista com Ismail Xavier. *Estudos históricos, 1*(51), 213-238.

Xavier, Ismail. (2012). *Alegorias do subdesenvolvimento: cinema novo, tropicalismo, cinema marginal*. Cosac Naify.

Xavier, Ismail. (2007a). O mundo tem as caras que pode ter. In M. E. Cevasco & M. Ohata (Org.), *Um crítico na periferia do capitalismo* (pp. 212-226). Companhia das Letras.

Xavier, Ismail. (2007b). *Sertão Mar: Glauber Rocha e a estética da fome*. Cosac Naify.

Recebido: 2 jun. 2020
Aceito: 7 dez. 2021

Licenciado sob uma Licença Creative Commons Attribution 4.0

https://doi.org/10.20336/rbs.755

REVISTA BRASILEIRA DE SOCIOLOGIA

Fratrias e relações entre irmãs/os ao longo da vida: uma perspetiva sociológica

Phratries and relationships between siblings throughout life: a sociological perspective

Andreia Barbas[*]
Sílvia Portugal[*]

RESUMO
As relações entre irmãs ou irmãos têm merecido escassa atenção na Sociologia face a outras dimensões do fenómeno familiar. Este artigo pretende contribuir para contrariar essa tendência, e mostrar como este é um objeto merecedor de um olhar sociológico atento. O texto parte de uma pesquisa qualitativa, que realizou 32 entrevistas, com caráter de história de vida, a membros de fratrias pertencentes a famílias nucleares. Adotou-se uma perspetiva longitudinal, cruzando as diferentes fases de vida (infância, juventude e idade adulta), que permitiu revelar o dinamismo dessas relações ao longo do ciclo de vida, e sua cristalização na idade adulta. O artigo pretende responder a duas questões: a) o que é ser irmã ou irmão?; b) como se caraterizam as relações fraternais? As relações observadas revelaram-se plurais e complexas, mostrando a relevância de cinco dimensões para a sua análise: biológica, normativa, afetiva, estatutária e comparativa. A partir das narrativas dos sujeitos foi possível identificar relações vinculativas, companheiristas e de aliança. A discussão levantada neste artigo tem como propósito fornecer elementos e ferramentas analíticas com valor heurístico para a análise deste objeto.

Palavras-chave: irmãs e irmãos, fratrias, família, relações familiares.

* Universidade de Coimbra, Coimbra, Portugal.

ABSTRACT
Relationships between siblings only recently started to receive attention in Sociology, when compared with other dimensions of the family phenomenon that are already extensively studied. This article intends to be a contribution to counteract this trend and to show how this subject is worthy of a close sociological approach. The work is based on qualitative research composed of interviews, based on life history, with 32 subjects comprising siblings in nuclear families. In this study, a longitudinal perspective was adopted, spanning various stages of life (childhood, youth, and adulthood), which allowed to demonstrate the dynamism of these relationships throughout their life cycle, and their manifestation in adulthood. The article aims to answer two questions: a) what does it mean to be a sibling? b) how are siblings' relationships characterized? The relations between siblings proved to be plural and complex, showing the relevance of five dimensions for their analysis: biological, normative, affective, statutory, and comparative. Based on subjects' narratives, it was possible to identify binding, companionship, and convenant relationships. The discussion raised in this article aims to provide elements and analytical tools with heuristic value for the analysis of this object.

Keywords: brothers and sisters, siblings, family, family relationships.

Introdução

Assiste-se, hoje, em Portugal (e no mundo), a um declínio da fecundidade, representada pela diminuição da dimensão média das famílias, pelo aumento do número de casais sem descendentes, pela percentagem de crianças nascidas fora do casamento, por quem tem um só filho ou filha. A taxa de divórcio é crescente, testemunha-se o acréscimo das famílias monoparentais, tal como ao aumento das famílias recompostas e de casais com filhas/os não comuns. Estas alterações afetam substancialmente as estruturas familiares contemporâneas e, consequentemente, as fratrias. Observa-se uma diminuição do número de irmãs/os, assim como a amplitude etária entre si, por comparação às gerações anteriores. As recomposições familiares dão origem à crescente realidade de meios-irmãos e de "irmãos sociais" (que não têm ascendentes em comum).

Só nos últimos anos, as fratrias emergiram como objeto significativo para as Ciências Sociais e, especificamente para a Sociologia. Vem-se, assim, contrariando uma invisibilidade notória, sobretudo por comparação com outros fenómenos familiares como a conjugalidade ou a parentalidade (Bedford, 1989; Roussel, 1989; Widmer, 1999; Buisson, 2003; Barroso, 2011). O desinteresse sociológico pelas fratrias prende-se, em grande parte, à sua condição de "acessórios familiares" das mães e dos pais, desconsiderando suas dinâmicas relacionais específicas (Buisson, 2003; Barbas, 2014; Portugal, 2014). No entanto, surgem, frequentemente, nos discursos de "outros" sujeitos e, também, no âmbito de pesquisas com temáticas diferenciadas, revelando a transversalidade da sua importância para além das fronteiras da Sociologia da Família (Silva *et al.*, 2011; Portugal, 2014).

Atualmente, os trabalhos que têm vindo a ser desenvolvidos mostram como este objeto é multifacetado e merecedor de atenção e destaque (Punch, 2008; Barroso, 2011; Gulløv *et al.*, 2015; White & Riedmann, 2016; Davies, 2019). As investigações já realizadas têm revelado múltiplas dimensões analíticas e particularizam sua análise numa fase de vida (infância, juventude ou idade adulta). Identifica-se como a morfologia das estruturas familiares e eventos que ocorrem ao longo das trajetórias de vida têm impacto nas vidas de pessoas irmãs, gerando diferenças e desigualdades entre as mesmas (Dalton, 2004). Assinala-se, também, o sentimento dualista amor/ódio presente nas fratrias, devido ao conhecimento mútuo, propiciado pelo tempo e espaço que os elementos das fratrias partilham (Punch, 2008). Critica-se a sua ausência nas teorias sociológicas da identidade, pois as relações fraternais podem ser estruturantes na definição de identidades e na construção do *self* (Davies, 2015). A avaliação do impacto que o suporte financeiro intergeracional pode ter na conceção de justiça na fratria surge também no contexto das investigações sobre o tema (Heath, 2018).

A pesquisa que dá origem a este texto teve como objetivo visibilizar as relações fraternais enquanto objeto sociológico. Estudaram-se fratrias nucleares, que têm ambos os progenitores em comum. Usando uma abordagem qualitativa, consideraram-se as narrativas dos próprios sujeitos como forma de acesso às caraterísticas das fratrias e às perspetivas subjetivas das relações. As entrevistas foram realizadas num processo de coconstrução da narrativa que, ao abordar as diferentes fases do ciclo de vida (infância, juventude e idade adulta), favoreceu uma articulação do passado com o

presente e possibilitou, também, uma perspetiva de entendimento quanto ao futuro, ancorada nas experiências anteriores (Bruner, 1987; Duncombe & Marsden, 2003; Thomson *et al.*, 2002; Smart, 2006). Procurou-se, assim, como proposto por Smart (2006), minimizar a reatividade a acontecimentos particulares e estabelecer conexões entre experiências/eventos, refletindo sobre o passado. O mapeamento das trajetórias permite compreender a evolução das relações, identificar momentos de aproximação/afastamento e atribuir sentido às variações.

Pouco se conhece sobre essas relações de parentesco. Os discursos socialmente generalizados (nomeadamente através dos meios de comunicação social e da cultura de massas) associam as relações fraternais a valores de amor e harmonia familiar, difundindo uma imagem unívoca de um tipo de relações que aqui se defende serem plurais e complexas. Partindo dos discursos dos sujeitos entrevistados, este artigo pretende questionar a homogeneidade e conformidade das narrativas acerca das fratrias, tomando como objetivo responder à questão: afinal o que é ser irmã ou irmão? Numa primeira parte do texto, explora-se o(s) significado(s) dessas relações familiares, revelando a diversidade de elementos que as estruturam. Numa segunda parte, agrupa-se as narrativas para caraterizar as dinâmicas das fratrias. Como refere Smart (2006), agrupar as narrativas deve ser entendido como uma ferramenta analítica que procura alcançar algumas semelhanças e diferenças nos relatos das pessoas entrevistadas, estando sempre sujeitas a mudanças, e rejeitando um caráter fixo das relações (Smart, 2006). Analisando-se os discursos sobre as experiências, os eventos familiares, os quotidianos e as interações, identificaram-se três grupos de narrativas que permitem descrever a pluralidade que carateriza as relações fraternais: as relações vinculativas, as companheiristas e as de aliança.

Considerações metodológicas

A pesquisa que dá origem a este texto assenta-se em 32 entrevistas semi-diretivas com um caráter de história de vida, realizadas a irmãs/os. Recuperando a ideia do "empirismo irredutível" das entrevistas apontado por Kaufmann (1996, p. 16), ao citar Schwartz, considerou-se que esta técnica apresentaria diversas vantagens para o entendimento das relações

fraternais, dando conta da sua complexidade. O caráter de narrativa biográfica acrescentou o olhar longitudinal, e permitiu obter uma descrição detalhada das trajetórias, situando os momentos mais marcantes das relações e compreendendo os sentimentos, pontos de vista e perspetivas dos membros das fratrias (Atkinson, 2016). Especificamente, olhou-se para: (i) a história da família nuclear; (ii) as relações com os membros da família nuclear (continuidades e mudanças); (iii) o quotidiano da família nuclear (passado e presente); (iv) o impacto das práticas educativas parentais nas relações fraternais (passado e presente); (v) a prestação de cuidados (passado, presente e/ou expectativas futuras); (vi) herança familiar (passado, presente e/ou expectativas futuras).

A seleção das fratrias foi feita a partir de redes de interconhecimento das investigadoras e, após esse contacto, a escolha do segundo elemento da fratria foi da responsabilidade da primeira pessoa contatada que se mostrou disponível para participar na investigação. Os nomes das pessoas participantes que se encontram ao longo deste texto são fictícios e foram atribuídos pelas investigadoras.

As entrevistas realizaram-se de forma individual a dois elementos da fratria. Pretendeu-se ouvir duas pessoas de cada fratria de forma a trazer maior riqueza e diversidade de informação, rejeitando uma postura de comparação dos discursos numa procura de "verdade analítica", isto é, o propósito foi compreender o lugar de cada sujeito e a sua interpretação individual face à sua posição na fratria. Na apresentação da pesquisa, assegurou-se aos sujeitos que a informação facultada por cada um não seria cruzada durante as diferentes entrevistas. Escutar mais do que um membro da fratria permitiu visibilizar diferentes perspetivas, compreender o lugar de cada um/a na família e refletir sobre significado(s) e (dis)sonâncias.

O estudo considerou pessoas com irmãos inseridas/os em famílias nucleares e em dois intervalos etários (especificamente, dos dezasseis aos trinta anos e a partir dos quarenta e cinco anos). A seleção dos grupos etários fez-se por referência à data da revolução de 25 de abril de 1974, tomando esta como um ponto cronológico que permite observar o *antes* e *depois* da democratização nas práticas e representações familiares (Guerreiro *et al.*, 2007). Diferentes zonas geográficas, locais de residência (rural ou urbano) e contextos socioprofissionais das famílias encontram-se refletidos na amostra selecionada, de modo a possibilitar uma maior heterogeneidade.

Por se reconhecer que o número de elementos que compõem a fratria é uma caraterística a ter em consideração quando se trabalha sobre este tema (Merry *et al.*, 2020), procuraram-se fratrias com diferentes dimensões: binárias (compostas por dois elementos), tríades (compostas por três elementos), ou alargadas (com quatro ou mais elementos). Sabe-se, também, que a composição sexual deve ser igualmente tida em consideração quando se trabalha sobre fratrias (Barroso, 2011) e, por isso, todas as tipologias foram abrangidas: mistas, masculinas e femininas. A definição da amostra foi, assim, construída com base na seleção de casos ricos em informação para uma investigação aprofundada, em detrimento de generalizações empíricas (Patton, 2002).[1]

Os resultados aqui apresentados dizem respeito a um grupo composto por 16 pessoas entrevistadas entre os 17 e os 30 anos (sete homens e nove mulheres) e outras 16 a partir dos 45 anos (dez mulheres e seis homens). Relativamente à dimensão das fratrias, sete são binárias (compostas por dois elementos), quatro tríades (compostas por três elementos) e cinco alargadas (compostas por quatro ou mais elementos). Sobre a composição sexual, identificam-se nove fratrias mistas, três femininas e três masculinas.

Esta investigação foi, desde o início, um desafio, principalmente, pela escassa bibliografia sobre a temática em Portugal. Assim, as entrevistas revelaram-se absolutamente essenciais na construção da investigação, e foi através delas, e com uma grande abertura à indução, que se concretizou a investigação e valorizou a riqueza da informação recolhida, explorando-se as narrativas dos sujeitos. A análise das diferentes fases do ciclo de vida possibilitou dar conta das (re)configurações familiares e estabelecer conexões entre as relações dos sujeitos, e entre os ciclos de vida.

O que significa ser irmã ou irmão?

No discurso das pessoas entrevistadas, foi possível encontrar cinco dimensões para a definição do que é ser irmã/o, reiterando o que Barroso (2006) identificou no seu trabalho: (i) a dimensão biológica, que contempla a consanguinidade inerente às relações familiares; (ii) a obrigatória, que advém da imposição subjacente às relações fraternais, tal como às outras relações

[1] A seleção deixou de fora irmãos adotivos, irmãos com deficiência, e meios-irmãos. Considerou-se que estes têm especificidades, que merecem ser observadas de modo particular, tal como mostra a literatura (Burke & Montgomery, 2000; Steinbach & Hank, 2018; White & Riedmann, 1992).

de parentesco; (iii) a afetiva, definida pela sentimentalização da família e pelos valores de amor e de amizade; (iv) a estatutária, que evidencia uma função identitária, a partir do lugar de cada pessoa na fratria, mas também de estatuto, revelando o que é permitido ou não a cada uma delas; (v) por fim, a comparativa, estabelecida na horizontalidade das relações intrageracionais.

A dimensão biológica é fundamental na definição do que é ser irmã ou irmão. As relações fraternais ancoram-se na importância da consanguinidade que, embora não seja exclusiva das relações entre pessoas irmãs, assume uma enorme relevância na sua configuração. A normatividade, que se articula com a importância do laço de sangue, surge, assim, também, como um atributo relevante nessas relações Barbas, 2014; Barroso, 2008; Punch, 2008). A história comum oferece um sentimento de pertença e de permanência numa história familiar que se desenrola ao longo do tempo (Elgar & Head, 1999; Edwards *et al.*, 2006; Punch, 2008). Essa normatividade é particularmente relevante na fase de infância e juventude, por dois motivos: o momento da coabitação e a influência das/os ascendentes. O facto de os elementos viverem juntos durante um grande período das suas vidas propicia um (re) conhecimento mútuo e obriga à resolução da dissonância (ou tentativa de), pois a dissolução da relação é uma impossibilidade.

> Eu penso que é assim. Como nós não temos nada a ver uns com os outros [irmãs/os], é preciso termos aquele coiso mesmo de família. (…) por sermos família, nunca nos separamos, aconteça o que acontecer. [Benedita, 45 anos, fratria mista alargada]

Consanguinidade e normatividade são fundamentais para que os laços fraternais se definam enquanto elemento de estabilidade e permanência e contribuam para a construção de um "nós" familiar. Como afirma Langevin (1996), irmãs ou irmãos são fundamentais para garantir a perenidade do parentesco e a indefetibilidade da família.

A afetividade é outra dimensão estruturante das relações fraternais – "ser irmã ou irmão" inscreve-se em valores como o amor, a intimidade, a confiança e a partilha. No entanto, os afetos entre os elementos são mediados pelas afinidades pessoais – os "feitios" são justificações apresentadas nos discursos para explicar maior ou menor intimidade e proximidade, assim como para permear os laços perenes de sangue e obrigação. As dimensões biológica e

afetiva entrecruzam-se nas relações fraternais, como nas restantes relações familiares da contemporaneidade. No entanto, na maioria dos discursos, a afirmação dos valores afetivos é preponderante e relativiza a importância do laço biológico face ao amor fraternal.

> Eu gosto muito do meu irmão e, pronto… acho que a coisa mais importante que eu tenho na vida é o meu irmão. [Aurora, 22 anos, fratria mista binária]

As relações fraternais integram, ainda, uma dimensão estatutária. Irmãs e irmãos identificam-se como membros de um grupo, em resultado de uma partilha de vida, de histórias individuais e familiares (Barroso, 2008). A ordem de nascimento e a consequente posição na fratria é, igualmente, estruturante (Dalton, 2004; Punch, 2005, 2008; Heath, 2018). Ser o mais velho, o do meio, ou o mais novo, ou outra combinação, implica diferentes papéis e diferentes representações, contrariando o princípio da igualdade. Em função do estatuto, estabelecem-se expectativas normativas no interior da fratria e entre pais, mães e seus filhos. Como refere Punch (2005), essas expectativas são reforçadas pelos meios de comunicação, nos retratos ficcionais das relações fraternais, e nas práticas promovidas pela educação. A posição na fratria cruza-se com as questões de género, nomeadamente, através das obrigações do trabalho e do cuidado (Barroso, 2011), complexificando a dimensão estatutária.

A interpretação do estatuto pode ser divergente em função das relações horizontais ou verticais. Ascendentes e descendentes podem ter entendimentos diferentes relativamente ao estatuto de cada membro da fratria – dissonância que, segundo as pessoas entrevistadas, é potenciadora de conflitos no âmbito desta. Por exemplo, a delegação de competências parentais a irmãs ou irmãos mais velhos foi uma questão que surgiu repetidamente nas entrevistas. A responsabilização dos mais velhos pelo cuidado dos restantes elementos da fratria é uma das atribuições que mais gera conflitos inter e intrageracionais. Os exemplos de parentalização são diversos: apoiar nos trabalhos escolares; cuidar quotidianamente; vigiar e repreender; dar o bom exemplo; realizar e distribuir tarefas domésticas; partilhar sociabilidades. No caso das fratrias femininas e mistas, a presença de um elemento do sexo feminino transporta, em geral, essa responsabilidade para as mulheres.

> A minha mãe descurou um bocado o papel dela – de mãe – e passou um bocado para a minha irmã, que acho que é uma coisa completamente errada. Acho que o mais velho tem direito à vida dele, com algum cuidado, que sempre é um exemplo para o mais novo (…) essa tendência dos pais se fazerem substituir à custa do irmão mais velho acho que foi, para mim… não é um trauma, mas acho que foi um grande problema, para mim e para a minha irmã. Para a minha irmã, porque a sobrecarregou. Para mim, porque me privou do contacto mais habitual com pessoas da minha idade e de crescer ao mesmo ritmo que os outros. (…) acho que o grande erro na nossa educação foi esse. Não vou dizer que seja tudo mau (…) eu nunca tive só uma mãe, sempre tive duas. [Maria, 45 anos, fratria feminina binária]

A diferenciação estatutária conflitua com a conceção de igualdade que domina atualmente as representações acerca da família e da parentalidade (Buisson, 2003; Montandon, 2005). Sempre que ascendentes delegam seu papel parental a algum de seus filhos, é gerada uma situação de desequilíbrio que pode levar ao conflito na fratria. A dissensão gera-se porque, por um lado, os demais membros não reconhecem autoridade a quem esta foi delegada e, por outro, surge um sentimento de injustiça por parte da pessoa parentalizada, pela assunção de uma responsabilidade não desejada e não reconhecida:

> Acho que me calhou ali um bocado de responsabilidade em cima. Eu já tinha sempre responsabilidade pela Mafalda, não é? Que é mais miúda. "Olha sempre pela tua irmã [dizia a mãe]". Depois, aí, a minha mãe sai de casa [entra no mercado de trabalho] e é ainda mais. Tenho que controlar a Mafalda, mas... Ou seja, ela não me vai ver como mãe, nunca, não é? Então, é claro, imagina, eu, com onze anos, a tentar dizer à minha irmã que tínhamos de fazer tal coisa. Porque, com a minha mãe, sempre tínhamos tarefas de casa para fazer. Chegava a casa e dizia: "Vá, agora estende isso e não sei quê." E começámos a participar mais nas tarefas de casa, porque a minha mãe, ainda por cima, não estava. Antes, ajudávamos a minha mãe. Aí, começámos a fazer as coisas pela minha mãe. A ir estender a roupa, a ir fazer as camas, tudo mais. E querer impingir algo à Mafalda, sendo que eu não sou a mãe dela, e que a mãe dela é a minha mãe, torna-se muito difícil no início pelo... Não é? Pela rebeldia da Mafalda e pela falta de respeito… [a irmã dizia]: "Faço o que me apetece!" [Mariana, 24 anos, fratria feminina binária]

A desigualdade pode ter um sentido negativo ou positivo. Num ou noutro, as perceções são sempre construídas numa dimensão relacional e contextual. Vejam-se as interpretações de Salvador e Leonor:

> Talvez eu tenha sido um bocado... eu tenha tido um bocado mais de coisas que os meus irmãos, porque, também passei mais tempo com os meus pais e quando eles [irmãos] vieram para [local] eu fiquei lá em casa sozinho com eles. E era… E viam-me mais ou menos como o filho preferido, talvez tenha sido o mais mimado. [Salvador, 20 anos, fratria mista alargada]

> Comecei a sair com ele, comecei a sair à noite com o meu irmão. Eu tenho noção que comecei a sair mais cedo do que as minhas amigas, mas… Também, porque ele [o irmão] era mais velho, e como era mais velho tomava conta de mim. E então, porque, na altura, em conversas com elas, noto que… Elas só começaram a sair um ou dois anos depois de eu já andar a sair com o meu irmão e… foi mesmo pelo facto de ele ser mais velho que eles [os pais] me davam liberdade, porque ia com ele e sentiam-se mais, mais seguros. [Leonor, 22 anos, fratria mista binária]

A dimensão comparativa articula-se de modo particular com a anterior. "Ser irmã ou irmão" é, por definição, um atributo relacional e a horizontalidade que as relações fraternais comportam implica uma dimensão de comparação particular. Essa comparação é realizada tanto pelos elementos da fratria como pelos ascendentes. Ou seja, não só os sujeitos se comparam entre si, como também as mães e os pais comparam as/os filhas/os. Os relatos das entrevistas revelam como essa prática de comparar descendentes pode ser, também ela, problemática e geradora de conflito. As mães e os pais recorrem à comparação usando, sobretudo, duas estratégias: uma de sentido positivo e outra de sentido negativo. A primeira pretende uma aproximação a determinada conduta desejável, ou seja, ascendentes selecionam comportamentos e atitudes de um filho ou uma filha para estimularem os outros elementos da fratria a seguirem o seu exemplo, recorrendo a casos concretos para ilustrar as suas expectativas; a segunda fomenta o afastamento, evidenciando os aspetos que consideram negativos e que pretendem evitar nos outros elementos da fratria. Independente do seu sentido, os descendentes identificam a comparação como uma prática educativa contraproducente, porque querem ver reconhecida sua singularidade, como está exposto neste excerto do Nuno:

> A minha mãe cometia muitas vezes o erro de fazer comparações, em determinados aspetos, com o meu irmão mais novo. Às vezes era... era… era automático. Não era, não era uma coisa pensada, era só… sei lá, por exemplo, não por causa de notas, nem nada disso, que sempre fomos muito equivalentes, em escola. Aliás, houve, até, uma altura que, no secundário, teve [o irmão] melhores notas que eu. E houve, até, uma altura que a minha mãe dizia: "Vês? (…) o teu irmão na Escola Secundária até ganhou, foi dos melhores alunos da escola, do secundário inteiro, até ganhou prémios!". E, e a minha mãe dizia: "Não ganhaste nada disto, e o teu irmão ganhou." E… Para mim isso nunca surtiu um efeito negativo, enquanto, para ele [irmão], algumas comparações que existiam devem ter surtido algum efeito negativo. Por exemplo, o facto de, se calhar, ele, a uma dada altura, ter ficado uma pessoa mais fechada. A minha mãe, às vezes, por exemplo, a gente recebe um familiar e ele não dizia nada… E eu a falar bem com as pessoas e ele não falar. E a minha mãe, às vezes: "Estás a ver? O teu irmão é simpático com as pessoas e tu não sabes ser simpático!" Esse tipo de comparações, se calhar, devem-no ter marcado de alguma forma. Ou outras comparações idênticas. Ah… Isso pode ter sido um grande erro da minha mãe e eu, a determinada altura, comecei a dizer à minha mãe que ela não devia fazer isso. [Nuno, 30 anos, fratria masculina binária]

As cinco dimensões acima apresentadas mostram os significados dessa relação de parentesco. Mas como se gerem as relações fraternais ao longo das diferentes fases da vida? Até que ponto as formas relacionais são dinâmicas? Existem acontecimentos que podem alterar as relações? As respostas a essas perguntas mostram o seu caráter variável, plural e contextual.

Como referem alguns autores (White, 2001; Barroso, 2006), as relações entre irmãs ou irmãos são das que têm maior durabilidade no tempo. Em termos etários, a probabilidade desses elementos familiares estarem presentes ao longo de toda a sua vida é elevada. Naturalmente, devido à sua longevidade, essas relações se encontram sujeitas a uma maior variação. As narrativas mostraram que as relações fraternais são marcadas pelas fases do ciclo de vida: infância, juventude e idade adulta. A infância é, sobretudo, caraterizada pela partilha: de vivências, de objetos, de memórias – os quartos são partilhados, tal como os brinquedos, as roupas, os livros, as relações e as recordações são construídas coletivamente. A dependência, intrínseca à infância, faz com que as relações fraternais sejam, também elas, dependentes

das disposições parentais. Já na juventude, com a crescente autonomia individual, vão-se construindo limites, sendo o conflito mais marcado nesta fase, e observam-se tanto períodos de aproximação como de afastamento. Importa referir que essa emancipação individual, nessa fase, não esvazia a alçada das mães e dos pais na mediação dos seus conflitos, e sobre o entendimento que consideram ser o indicado sobre seus relacionamentos.

A idade adulta corresponde a uma consolidação das relações. Isto é, os sujeitos associam esta fase do ciclo de vida, a uma maior liberdade na gestão das suas relações, pela ausência de coabitação e pelo poder de escolha sobre a participação na vida uns dos outros. As sociabilidades e a frequência dos contactos são geridas com maior autonomia, havendo uma diminuição da intervenção das mães e dos pais. As relações entre irmãos tornam-se, assim, na vida adulta, mais independentes. Não significa isto que as relações fraternais sejam inalteráveis. As narrativas mostraram, também, que existem momentos/episódios que podem alterar a dinâmica relacional já firmada. Diversos acontecimentos marcantes que impactam e reconfiguram as relações: a entrada de um ou uma cunhada na família; o nascimento de uma criança; o divórcio de um elemento da fratria; o adoecimento de um membro da família. Esses eventos produzem reconfigurações que tanto podem assumir um caráter singular e transitório, como alterar toda a dinâmica até aí estabelecida.

Com base nessas características, de seguida, agrupa-se as narrativas dos sujeitos entrevistados retratando as relações fraternais, tal como descritas pelas partes das fratrias. Confrontando semelhanças e diferenças nos discursos, identificou-se três grupos de narrativas – relações vinculativas, relações companheiristas e relações de aliança – que permitem caracterizar a pluralidade e complexidade das relações fraternais.

As relações vinculativas

As relações vinculativas são caracterizadas pela importância da consanguinidade na definição das relações. Entre os casos estudados, o laço biológico impõe-se e determina a obrigatoriedade da relação entre os elementos da fratria, estabelecendo um laço indissolúvel. O vínculo assume particular destaque, é ele que decreta a continuidade da relação, "aconteça

o que acontecer". As entrevistas revelam o peso da normatividade que liga família e afeto – dificilmente, as pessoas assumiram ter uma relação pouco afetiva com seus irmãos ou irmãs. Tal como em outras relações de parentesco, a pressão social para a harmonia e o conformismo é forte (Poeschl, 2000; Portugal, 2014). Como refere Barroso (2008), as relações intrageracionais são entendidas como "relações saudáveis", que devem evitar o desacordo e o conflito, não só nas práticas, como nas representações. Identificou-se nas narrativas formas relacionais definidas prioritariamente pela obrigatoriedade do laço, assumida como estruturante e inquestionável.

> Vou uma vez por semana à casa deles, parece que é pouco, mas é muito (…) as relações são muito, são muito complexas… Nós com os outros. E os irmãos? Os irmãos é que não dá mesmo (…) se não fossemos todos irmãos já estávamos despachados de três ou quatro. Pronto. E dedicava-me só àqueles. Só que eu não posso. São seis, temos sempre que fazer aquele esforço mesmo que a gente não queira. Mesmo que a gente não possa naquela hora, temos que… estar disponíveis para a família, não é? O que é que se diz? Portanto, aconteça o que acontecer eles estão lá. Mas não é fácil, a família é um karma. Só tendo para se ver. É tudo muito giro, as festas de Natal, na Páscoa, se fosse só assim. Porque depois também existe o bem e o mal e o mal também se requisita. Falta-me isto, tenho isto, dói-me aquilo. E nós temos de estar disponíveis para isto. E influencia também o nosso bem-estar, não é? Põe-nos bem e põe-nos mal. São relações impostas. [Benedita, 45 anos, fratria mista alargada]

Nessas relações vinculativas, o jogo entre obrigatoriedade, afetividade e liberdade é mediado pela relação parental e pelas afinidades pessoais. À preponderância da autoridade intergeracional na infância e juventude, sucede-se a autonomia da idade adulta. Embora prevaleça o vínculo da consanguinidade, as relações são mediadas por fatores como a proximidade geográfica. Enquanto as/os irmãs/os partilham a mesma casa e o mesmo grupo de amigas/os, e existe uma convivência quotidiana ancorada na coabitação, a relação submete-se e permanece. Na fase adulta, se existe distância geográfica, esta abre espaço à distância relacional. A sociabilidade passa a ser pontual e ritualística – por exemplo, em eventos como o Natal, aniversários, ou outras épocas festivas. Os contactos entre os elementos da fratria são escassos e, dificilmente, têm encontros que extravasam

os tradicionais "momentos de família". É na fase adulta que existe uma diluição da interferência dos ascendentes sobre os descendentes e as mães e os pais têm maior dificuldade em fazer prevalecer e impor sua vontade nas relações fraternas. Especialmente, quando um ou ambos os ascendentes morrem, essas relações de parentesco ficam "por sua conta" e reduzem a sociabilidade. Não "fazem por estar" na vida das irmãs ou irmãos e já não se julgam obrigados a fazê-lo.

As relações companheiristas

Essas relações são estruturadas pelo laço afetivo, em detrimento do laço biológico. Os valores inscritos na relação fraternal são sobretudo de amor e amizade. A dimensão estatutária dilui-se na forma igualitária como se constroem as relações, minimizando os conflitos. Existe uma forte sociabilidade, consolidada em contatos formais e informais. No reverso das relações vinculativas, nesta relação, antes de se "verem como irmãs", as pessoas veem-se como amigas. O alicerce da relação está na dimensão relacional e, não tanto, na biológica. A pessoa irmã é identificada como aquela com quem se tem uma relação assente no amor, intimidade e confiança. A proximidade etária é um dos fatores que potencializa essas relações, permitindo afinidade de interesses e aproximação relacional. Os relatos aqui agrupados caracterizam uma vida partilhada, que é desejada e apreciada, e caracterizam-se por serem confidentes e fonte de apoio.

A partilha favorece e é favorecida pela existência de redes comuns de amizade. Irmãos companheiristas circulam entre redes de amizade. O círculo fraternal de sociabilidades é alargado e potencia uma convivência para além da residência e das dinâmicas familiares.

> Nós temos um grupo de amigos em comum. Que até, normalmente, quando ele [o irmão] está cá eu vou primeiro ter com as minhas amigas, vamos beber café e não sei quê, quando elas vão para casa eu vou ter com eles [o grupo de amigos em comum] até mais tarde, temos sempre aquele grupinho de amigos em comum. [Leonor, 22 anos, fratria mista binária]

A partilha do quotidiano, de redes relacionais, de experiências de vida promove a confiança e a cumplicidade. Nessas relações é característico que se tentem proteger, desenvolvendo um espírito de "equipa". Não lutam

só entre si, mas também para si. Por um lado, não têm problemas com o desacordo interno porque sabem que essas questões conflituantes não colocam em causa suas relações, pela força que os laços assumem nessas relações. Por outro lado, o conflito com os ascendentes fortalece o "nós" fraternal – pois, intercedem uns pelos outros, tecendo uma teia cúmplice de interesses geracionais.

> Em relação a isso de beber uns copos, e ficar mal, aí protegemo-nos bué um ao outro. Tanto que a minha irmã só foi apanhada algumas vezes e foram aquelas que eu não consegui controlar. Nisso aí protegíamo-nos bué. [Rodrigo, 23 anos, fratria mista binária]

Com base nas narrativas, essas relações caracterizam-se pela facilidade e fluidez com que se instituem. Se, na infância e na juventude, a coabitação promove a proximidade relacional, a distância física que acontece na idade adulta (suscitada sobretudo por questões de percurso escolar ou laboral) não se traduz em distância relacional. As pessoas entrevistadas afirmaram que facilmente se adaptam e respondem positivamente aos desafios do afastamento físico. As estratégias para lidar com a distância geográfica e manter a proximidade relacional são diversas. Utilizam as novas tecnologias para manter contato diário através da troca de e-mails, chamadas via Skype, entre outras plataformas digitais, removendo as barreiras geográficas (Hamwey *et al.*, 2018). Identifica-se, também, o agendamento de fins-de-semana e férias em locais geograficamente estratégicos e intermédios, bem como visitas às casas de cada um/a. Quando se voltam a encontrar, referem que "é como se o tempo não tivesse passado por elas" e não há qualquer constrangimento introduzido pela distância geográfica.

As relações de aliança

As relações de aliança estabelecem-se a partir da consanguinidade e vão-se construindo com base na dimensão afetiva, tendo as duas dimensões um peso equivalente. É partilhada uma história e um "nós" relacional muito forte, em função de uma presença continuada ao longo das trajetórias de vida. As relações fraternais de aliança caracterizam-se por serem muito intensas, assumindo um caráter permanente e de indissolubilidade. A durabilidade e a intensidade dessas relações conferem-lhe um título "à prova de tudo". Por

analogia com os laços matrimoniais, esse tipo de relações fraternais é para manter "na saúde e na doença, na alegria e na tristeza, amando e respeitando até que a morte os separe". A obrigação dos sujeitos que integram essas relações de aliança é "estarem lá, aconteça o que acontecer".

Mais uma vez, tal como no matrimónio, deve-se respeitar o outro. Quer isto dizer que o conflito deve ser evitado ao máximo, sendo constantemente menorizado. As caraterísticas pessoais de cada parte tendem a ser subvalorizadas mediante os valores de consanguinidade – aceita-se o "feitio" uns dos outros. Os valores privilegiados vão ao encontro de representações, amplamente invocadas, como a harmonia, a consonância e a conformidade. Estar em desacordo ou em conflito é sempre algo a evitar. Nos discursos das pessoas entrevistadas surgiram, frequentemente, frases como "temos de compreender", "é lá o feitio dela/e", "temos que respeitar", de modo a amenizar questões que, visivelmente, são do desagrado das pessoas entrevistadas.

Nas entrevistas, foram recorrentes as afirmações de que sempre estiveram presentes nas vidas das/os irmãs/os, independentemente da fase do ciclo de vida – infância, juventude ou idade adulta. Apontam inúmeros acontecimentos que pontuam uma vida conjunta: os mais marcantes – casamentos; nascimentos de filhos; nascimentos de sobrinhos; batizados; perda de familiares; divórcios; a morte dos ascendentes. Os rotineiros – chamadas telefónicas diárias; passeios aos fins-de-semana; férias conjuntas; transporte das crianças para a escola; participação nas festas de aniversário. Destacam o suporte em situações de urgência, o apoio emocional e as ajudas continuadas em bens e serviços. As intensas trocas materiais e emocionais são potenciadas pela proximidade geográfica, que, ao longo da vida, promove uma presença quotidiana e fomenta a proximidade relacional.

> Sinto que agora estamos mais ligadas uma à outra [entre irmãs]. Primeiro porque a vida assim o condicionou… porque depois eu tive filhos e ela ajuda-me nos filhos, nas minhas filhas, ajudou-me a criá-las, depois ela tem filhos e eu estou sempre… também não somos aquelas irmãs que estamos distantes geograficamente (…) mas apesar de todas as nossas desavenças, de todas as nossas diferenças, de muita coisa… de não coincidirmos nas ideias, não. Somos totalmente diferentes, apesar de tudo isso, eu não conseguiria estar separada, não era só fisicamente, ou não participar na vida da minha irmã. [Rita, 53 anos, fratria feminina binária]

Estes laços fraternais caracterizam-se por um familismo "simultaneamente, instrumental e expressivo, preenchendo necessidades materiais e afetivas" (Portugal 2014, p. 209). Nessas relações os laços estabelecidos entre os membros da fratria são fortes, sustentados na importância que as duas principais dimensões – sanguínea e afetiva – assumem. Os laços fraternais têm um caráter permanente e duradouro, apoiado na consanguinidade e consistência da relação afetiva. Os fluxos são intensos e a diversidade dos seus conteúdos, também. Os laços fraternais são ativos nos mais diversos tipos de apoio e estão, permanentemente, disponíveis. A frequência dos contatos é intensa e o tempo despendido nas interações é bastante elevado, pela presença quotidiana e pelos inúmeros momentos partilhados conjuntamente.

Considerações finais

Este artigo pretende contribuir para a visibilidade das fratrias na literatura sociológica e para destacar a sua relevância para a compreensão das dinâmicas familiares. A pesquisa que origina este texto encarou as fratrias na sua complexidade e multiplicidade, defendendo que estas devem ser compreendidas através da diversidade e temporalidade das trajetórias individuais e familiares.

A pesquisa revela traços já conhecidos da sociedade portuguesa acerca da relevância do familismo na construção das relações sociais (Portugal, 2014). Nesse sentido, o texto mostra que os significados do que é ser irmã ou irmão se encontram definidos nos discursos dos sujeitos, e fortemente ancorados nas representações do que é (e do que deve ser) a família. Mas sublinha, também, que o campo das práticas é amplamente desafiado por um conjunto de variáveis, que complexifica o jogo relacional. A fase da infância e da juventude é marcada pela coabitação, e pela interferência das/os ascendentes que agem como mediadores dessas relações. Mas, com o emergir da idade adulta, colocam-se novos desafios. É na fase de vida adulta que as relações entre irmãs/os se cristalizam de forma mais definitiva, e na qual são mais autónomas relativamente à gestão das suas relações. É nessa altura que a dimensão afetiva joga um papel decisivo.

Na análise dos discursos perpassa a importância da descoincidência entre as práticas e as representações. Falar da "nossa família", dos "nossos",

reveste-se de um significado particular. Devem-se amar as mães e os pais, independentemente, das suas qualidades e dos seus defeitos ou daquilo que fazem (ou não) por seus filhos ou filhas. O mesmo se passa com as irmãs e os irmãos. Se ao nível das representações, o amor fraternal é omnipresente, no âmbito das práticas, as situações são muito diversas. Não se ama todos por igual, nem com a mesma intensidade. A análise das dimensões mais dinâmicas do "que é ser irmã ou irmão" – estatutária e comparativa – mostra que as relações fraternais apresentam características específicas, que articulam, de modo particular, no interior da família nuclear, a dicotomia consanguinidade/afetividade.

A identificação das diferentes relações fraternais – vinculativas, companheiristas e de aliança – revelou as especificidades relacionais das fratrias, relativamente aos seus níveis de intimidade e de proximidade. Mostrou, também, como o olhar focalizado nessas relações de parentesco permite complexificar o olhar sobre alguns fenómenos característicos da família contemporânea, como a sua democratização e sentimentalização. As dinâmicas das fratrias revelam como afetividade, afinidade, companheirismo são elementos desafiados por desigualdades estatutárias, de género, de idade, mostrando como o tradicional e o moderno se cruzam num jogo complexo que merece maior atenção das Ciências Sociais, e da Sociologia, em particular.

Como pistas futuras, propõe-se explorar as características dessas relações em contextos mais diversos das realidades familiares: famílias monoparentais, famílias recompostas, famílias homoafetivas, famílias inter-raciais, entre outras.

Referências

Atkinson, Robert. (2016). The life story interview. In J. Gubrium & J. Holstein (orgs.), *Handbook of Interview Research* (pp.121-140). Thousand Oaks.

Barbas, Andreia. (2014). *Crescer a Meias: uma análise sociológica do impacto dos estilos educativos parentais nas relações entre irmã/os*. [Dissertação de Mestrado, Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra]. http://hdl.handle.net/10316/27360

Barroso, Margarida. (2011). Social perceptions of siblings' sexual composition: evidence from Portuguese youth. *Journal of Comparative Family Studies, 42*(5), 687-702. https://doi.org/10.3138/jcfs.42.5.687

Barroso, Margarida. (2008). *Fratrias e Género*: Contributos para uma análise sociológica das relações fraternais. VI Congresso Português da Sociologia. http://associacaoportuguesasociologia.pt/vicongresso/pdfs/550.pdf

Barroso, Margarida. (2006). *Fratrias na juventude: contributo para uma análise das relações entre irmãos numa abordagem do ciclo de vida* [Tese de Licenciatura, Instituto Universitário de Lisboa].

Bedford, Victoria H. (1989). Sibling research in historical perspective: the discovery of a forgotten relationship. *American Behavioral Scientist, 33*(1), 6-18. https://doi.org/10.1177/0002764289033001002

Bruner, Jerome. (1987). Life as narrative. *Social Research, 54*, 11-32.

Buisson, Monique. (2003). *La fratrie, creuset de paradoxes*. L'Harmattan Logiques Sociales.

Burke, Peter, & Montgomery, Sue. (2000). Siblings of children with disabilities: a pilot study. *Journal of Learning Disabilities, 4*(3), 227-236. https://doi.org/10.1177/146900470000400305

Dalton, Conley. (2004). *The pecking order: which siblings succeed and why*. Pantheon Books.

Davies, Katherine. (2015). Siblings, stories and the self: the sociological significance of young people's sibling relationships. *Sociology, 49*(4), 679-695. https://doi.org/10.1177/0038038514551091

Davies, Katherine. (2019). "Sticky" proximities: Sibling relationships and education. *The Sociological Review, 67*(1), 210-225. https://doi.org/10.1177/0038026118784832

Duncombe, Jean, & Marsden, Dennis. (2003). The never-ending story: children's gaze and the unresolved narrative of their parents' divorce. In A. Graham & G. Jones (orgs), *Social relations and the life course* (pp. 49-62). Palgrave Macmillan.

Edwards, Rosalind *et al.* (2006). *Sibling identity and relationships: sisters and brothers*. Routledge.

Elgar, Marian, & Heah, Ann. (1999). An overview of siblings. In A. Mullender (org.), *We are family: sibling relationships in placement and beyond* (pp. 19-27). British Agencies of Adoption and Fostering.

Guerreiro, Maria das Dores *et al.* (2007). *Famílias em mudança: configurações, valores e processos de recomposição*. Celta Editora.

Gulløv, Eva, Palludan, Charlotte, & Winther, Ida W. (2015). Engaging siblingships. *Childhood, 22*(4), 506-519. https://doi.org/10.1177/0907568214555147

Hamwey, Meghan, Rolan, Emily P., Jensen, Alexander C., & Whiteman, Shawn D. (2018). "Absence makes the heart grow fonder": a qualitative examination of sibling relationships during emerging adulthood. *Journal of Social and Personal Relationships, 36*(8), 1-21. https://doi.org/10.1177/0265407518789514

Heath, Sue. (2018). Siblings, fairness and parental support for housing in the UK. *Housing Studies, 33*(2), 284-298. https://doi.org/10.1080/02673037.2017.1291914

Kaufmann, Jean-Claude. (1996). *L'entretien compréhensif*. Éditions Nathan.

Langevin, Annette. (1996). L'étude des fratries. In F. de Singly *et al.* (orgs.), *La famille en questions. État de la recherche*. Syros.

Merry, Joseph, Bobbitt-Zeher, Donna & Downey, Douglas. (2020). Number of siblings in childhood, social outcomes in adulthood. *Journal of Family Issues, 41*(2), 212-234. https://doi.org/10.1177/0192513X19873356

Montandon, Cléopâtre. (2005). As práticas educativas parentais e a experiência das crianças. *Educação e Sociedade, 26*(91), 485-507. https://doi.org/10.1590/S0101-73302005000200010

Patton, Michael. (2002). *Qualitative research & evaluation methods* (3. ed.). Thousand Oaks.

Poeschl, Gabrielle. (2000). Trabalho doméstico e poder familiar: práticas, normas e ideais. *Análise Social, 35*(156), 695-719.

Portugal, Sílvia. (2014). *Famílias e redes sociais: ligações fortes na produção de bem-estar*. Edições Almedina, S.A.

Punch, Samantha. (2008). You can do nasty things to your brothers and sisters without a reason: siblings backstage behaviour. *Children & Society, 22*(5), 333-344. https://doi.org/10.1111/j.1099-0860.2007.00119.x

Punch, Samantha. (2005). The generationing of power: a comparison of child-parent and sibling relations in Scotland. *Sociological Studies of Children and Youth, 10*, 169-188. https://doi.org/10.1016/S1537-4661%2804%2910009-3

Roussel, Louis. (1989). La famille incertaine. Editions Odile Jacob.

Silva, Pedro, Coelho, Conceição, Fernandes, Conceição, & Viana, Joana. (2011). *Usos do computador Magalhães entre a escola e a família: notas de uma pesquisa sociológica* [Apresentação de artigo].VII Conferência Internacional de TIC na Educação. https://repositorio-aberto.up.pt/handle/10216/65156

Smart, Carol. (2006). Children's narratives of post-divorce family life: from individual experience to an ethical disposition. *The Sociological Review, 54*(1), 155-170. https://doi.org/10.1111/j.1467-954X.2006.00606.x

Steinbach, Anja, & Hank, Karsten (2018). Full-, half-, and step-sibling relations in young and middle adulthood. *Journal of Family Issues, 39*(9), 2639-2658. https://doi.org/10.1177/0192513X18757829

Thomson, Rachel *et al.* (2002). Critical moments: choice, chance and opportunity in young people's narratives of transition. *Sociology, 36*(2), 335-354. https://doi.org/10.1177/0038038502036002006

White, Lynn. (2001). Sibling relationships over the life course: a panel analysis. *Journal of Marriage and Family, 63*(2), 555-568. https://doi.org/10.1111/j.1741-3737.2001.00555.x

White, Lynn, & Riedmann, Agnes. (2016). Ties among adult siblings. *Social Forces, 71*(1), 85-102. https://doi.org/10.1093/sf/71.1.85

White, Lynn, & Riedmann, Agnes. (1992). When the Brady Bunch grows up: step/half- and fullsibling relationships in adulthood. *Journal of Marriage and the Family, 54*(1), 197-208. https://doi.org/10.2307/353287

Widmer, Eric D. (1999). *Les relations fraternelles des adolescents*. Presses Universitaires de France.

Recebido: 7 jul. 2020
Aceito: 30 set. 2021

Licenciado sob uma Licença Creative Commons Attribution 4.0

https://doi.org/10.20336/rbs.763

REVISTA BRASILEIRA DE SOCIOLOGIA

Os planos de recuperação econômica pós-Covid-19 na encruzilhada das mudanças climáticas

Post-Covid-19 Economic Recovery Plans at the Crossroads of Climate Change

Luiz Enrique Vieira de Souza[*]
Marcelo Fetz[**]

RESUMO
O presente artigo discute as implicações da crise econômica instaurada pela pandemia de Covid-19 sobre as políticas de mitigação das mudanças climáticas. Com base num levantamento bibliográfico a respeito das alterações na química atmosférica dos centros urbanos, apontamos que a queda nas emissões de gases responsáveis pelo efeito estufa representou uma consequência direta, porém não intencionada, das políticas de *lockdown* e distanciamento social. Dado que essa redução foi passageira e insuficiente para responder aos desafios da "emergência climática", apresentamos uma análise crítica sobre os pacotes de recuperação econômica pós-pandemia e o risco de que estratégias orientadas exclusivamente pela retomada do crescimento acentuem o "efeito rebote" com consequências irreversíveis e calamitosas para os esforços de mitigação das mudanças climáticas.

Palavras-chave: Covid-19, mudanças climáticas, crise econômica.

[*] Universidade Federal da Bahia, Salvador, BA, Brasil.
Doutor em Sociologia pela Universidade de São Paulo (2012). Professor do Departamento de Sociologia da Universidade Federal da Bahia.
lenriquesol@yahoo.com.br

[**] Universidade Federal do Espírito Santos, Vitória, ES, Brasil.
Doutor em Sociologia pela Universidade Estadual de Campinas (2012). Professor do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal do Espírito Santo.

ABSTRACT
This article discusses the implications of the economic crisis brought about by the Covid-19 pandemic to climate change policies. Based on literature review on alterations of the atmospheric chemistry in urban centers, we point out that the drop in greenhouse gas emissions represented a direct though unintended consequence of lockdown and social distancing policies. Considering that such reductions were temporary and insufficient to respond to the challenges of the "climate emergency", we present a critical analysis of post-pandemic economic recovery packages and the risk that strategies exclusively oriented towards the resumption of growth might accentuate the 'rebound effect' with irreversible and dire consequences for the efforts to mitigate climate change.

Keywords: Covid-19, climate change, economic crisis.

RESUMÉN
Este artículo investiga las consecuencias de la crisis económica provocada por la pandemia Covid-19 en las políticas para combatir el cambio climático. Con base en una revisión bibliográfica sobre los cambios en la química atmosférica en los centros urbanos, señalamos que la caída de las emisiones de gases responsables del efecto invernadero representa una consecuencia directa, pero no intencional, de las políticas de cierre y aislamiento social. Dado que esta reducción fue curta e insuficiente para responder a los desafíos de la "emergencia climática", presentamos un análisis crítico de los paquetes de recuperación económica pospandémica y de los riesgos de que las estrategias se orienten exclusivamente hacia la reanudación del crecimiento e intensifiquen el "efecto rebote" con consecuencias irreversibles y nefastas para los esfuerzos por contener el calentamiento global.

Palabras clave: Covid-19, cambio climático, crisis económica.

Introdução

No final de 2019, um novo tipo de coronavírus foi identificado na cidade de Wuhan, região central da província de Hubei na China (Zhu *et al.*, 2020; Xiao & Torok, 2020; Zhang & Qian, 2020). A Organização Mundial da Saúde (OMS) foi notificada pelo governo chinês em 31 de dezembro e, em 7 de janeiro de 2020, o novo vírus foi denominado SARS-CoV-2. A Covid-19, como a doença ficou conhecida, produz uma série de sintomas, podendo levar a um quadro de crise respiratória aguda, além de outros problemas associados (Kucharski *et al.*, 2020; Dolhnikoff *et al.*, 2020). A OMS reconheceu a gravidade da crise e, no dia 12 de março de 2020, após constatada a rápida

disseminação do vírus por vários países, classificou a doença como uma pandemia (Cuccinota & Vanelli, 2020). Esse quadro global de saúde pública produziu reações sanitárias, especialmente em razão das semelhanças entre a Covid-19 e outras pandemias ocorridas ao longo da história, como a gripe espanhola em 1918, a varíola mexicana de 1967, a Sars em 2002, a gripe aviária em 2005 e a gripe suína de 2009 (Morens *et al.*, 2020). Entre as principais ações para o achatamento da curva de contaminação, conforme recomendação de epidemiologistas, destacaram-se o distanciamento social e o fechamento total ou parcial das cidades, com a permissão de circulação somente de trabalhadores cujas atividades fossem consideradas essenciais pelas autoridades (Chinazzi *et al.*, 2020).

A cidade de Wuhan, *ground zero* da pandemia, foi colocada em quarentena pelas autoridades sanitárias chinesas no dia 23 de janeiro de 2020. Ao final do mês, outras 15 cidades da província de Hubei decretaram algum tipo de restrição à circulação de pessoas (Li, Zhao & Sun, 2020). Já o governo indiano impôs um *lockdown* nacional a partir de 24 de março (The Lancet, 2020). Em 8 de março, a Itália colocou a região da Lombardia em quarentena e, no dia seguinte, implementou políticas de restrição à circulação e aglomeração de pessoas em todo o território nacional (Chintalapudi *et al.*, 2020). Outros países europeus seguiram o exemplo italiano, restringindo a movimentação de cidadãos e turistas nas semanas seguintes (Gilbert, 2020). Ao final do mês de março, com o aumento de casos nos EUA, a América do Norte tornou-se o novo epicentro da doença, com restrição à entrada e circulação de pessoas (Ren, 2020). No Brasil, as cidades de São Paulo e Rio de Janeiro decretaram políticas de distanciamento social e regras mais estritas quanto à movimentação de pessoas a partir do mês de abril, que posteriormente também foram implementadas por outras cidades do país (Krecl *et al.*, 2020; Siciliano *et al.*, 2020; Dantas *et al.*, 2020).

As políticas de distanciamento social e de fechamento total ou parcial das cidades produziram um pulso de decrescimento econômico em escala global, com impactos não intencionados sobre a química atmosférica e, mais especificamente, sobre o regime de emissões de gases e substâncias poluentes responsáveis pelas mudanças climáticas. Esse fenômeno reatualizou debates urgentes quanto ao futuro da humanidade, como *Green New Deal*, decrescimento, adaptação e mitigação às mudanças climáticas. Diante desse novo contexto, o presente artigo explora, por um lado, as contradições impostas pela pandemia de Covid-19 em relação aos seus efeitos sobre o meio

ambiente e, por outro lado, a problemática absorção do debate sobre os pacotes de recuperação econômica por discursos políticos que apresentam a crise como passageira e insistem no "retorno à normalidade". Ao não reconsiderar criticamente o paradigma distópico-destrutivo em vigor nas sociedades industriais, a presente turbulência reitera padrões de outras crises vivenciadas ao longo do século 20, as quais foram repetidamente desperdiçadas, mesmo quando já se dispunha de conhecimento perito sobre as possíveis consequências catastróficas de médio e longo prazo para os ecossistemas.

Com base em publicações e relatórios científicos sobre as alterações na química atmosférica decorrente das políticas de *lockdown* e distanciamento social, a segunda seção explora o avanço da pandemia no mundo e seu efeito positivo sobre a emissão de gases responsáveis pelo efeito estufa e sobre a poluição do ar nas grandes cidades. Como essa redução de poluentes diz respeito a um fenômeno que se mostrou passageiro, a terceira seção apoia-se em documentos oficiais, manifestos político-científicos e artigos da imprensa internacional para discutir o teor das propostas de recuperação econômica, com foco em suas implicações contraditórias no que tange ao combate às mudanças climáticas. A partir de um diagnóstico de época, segundo o qual a pandemia de Covid-19 nos coloca diante de uma encruzilhada de futuros climáticos, a quarta seção apresenta uma discussão crítica a respeito dos sucessivos desperdícios históricos de crises semelhantes e estabelece uma comparação entre as modalidades contemporâneas do *Green New Deal* apresentadas por países do Atlântico Norte e a perspectiva teórica do "decrescimento". Por fim, lançamos uma interrogação para futuras agendas de pesquisa acerca da viabilidade de políticas efetivas de mitigação às mudanças climáticas num contexto também marcado pela corrida armamentista e por disputas geopolíticas entre as principais potências mundiais.

Políticas de *lockdown*, mudanças na química atmosférica e "efeito rebote" nas emissões globais.

É fato que as medidas de restrição total ou parcial à circulação, adotadas por governos locais como principal ação de enfrentamento à pandemia da COVID-19, provocaram a redução momentânea das emissões de gases do efeito estufa, bem como a diminuição da concentração de material particulado na atmosfera (Zambrano-Monserrate *et al.*, 2020; McNeill, 2020;

Wang *et al.*, 2020). As políticas de restrição adotadas no Rio de Janeiro entre os dias 16 e 19 de março de 2020, por exemplo, reduziram em torno de 50% a circulação de veículos de transporte público, além de significativa diminuição do tráfego de veículos particulares. Com a adoção de medidas semelhantes na cidade de São Paulo, imagens de satélite constataram queda da presença de material particulado (Krecl *et al.*, 2020; Siciliano *et al.*, 2020; Dantas *et al.*, 2020). Condições semelhantes foram igualmente verificadas na China, Itália, França, Índia, Espanha (Gilbert, 2020; Ren, 2020; Lal *et al.*, 2020). Esse cenário de melhoras parciais chegou a ser visto como um possível *turning point* na condução da governança global das mudanças climáticas. No entanto, essa tendência foi revertida nos últimos meses de 2020, quando alguns países superaram o nível de emissões pré-pandemia (Harvey, 2020; Rosenbloom & Markard, 2020). O potencial danoso desse "efeito rebote" tem chamado a atenção da comunidade científica, especialmente por conta de políticas no setor energético daqueles países que apresentam forte dependência em relação ao uso de combustíveis fósseis (Gerima, 2020).

Com efeito, dados registrados no início da pandemia indicaram um alívio momentâneo dos indicadores de qualidade atmosférica. De acordo com Li e colaboradores (2020), observaram-se reduções de 16-26% para SO2 e 29-47% para NOx durante as duas primeiras fases de contenção do vírus na região do Delta do Yangtzé. Chen, Wang e Huang (2020) verificaram que, durante a quarentena na cidade de Wuhan, houve uma queda de 22,8 μg/m3 nas emissões de NO2 (na China a queda foi de 12,9 μg/m3). Em grande parte da Índia, registraram-se quedas de 10% para CO e 18% para NO, enquanto O3 e SO apresentaram um aumento de 17% durante o período de *lockdown* (Shresta *et al.*, 2020). Kerimray e seus colaboradores (2020) destacam que, no Cazaquistão, as concentrações de CO e NO2 sofreram redução de 49% e 35%, respectivamente, enquanto os níveis de O3 tiveram um acréscimo de 15%, se comparados aos 17 dias anteriores ao *lockdown*. Benzeno e tolueno apresentaram concentração de 2 a 3 vezes superiores às observadas entre 2015–2019.

Fenômenos semelhantes foram observados na Europa e nas Américas. A concentração de NO2 decresceu nas cidades de Madri (-33,3% em fevereiro e -47,5% em março), Paris (-33,1% em fevereiro e -5,6% em março), Oslo (-28,3% em fevereiro e -39,7% em março) e Viena (-18,1% em fevereiro e -4,4% em março). A cidade de Nova Iorque também demonstrou redução nas taxas diárias de emissão desse poluente. A concentração de

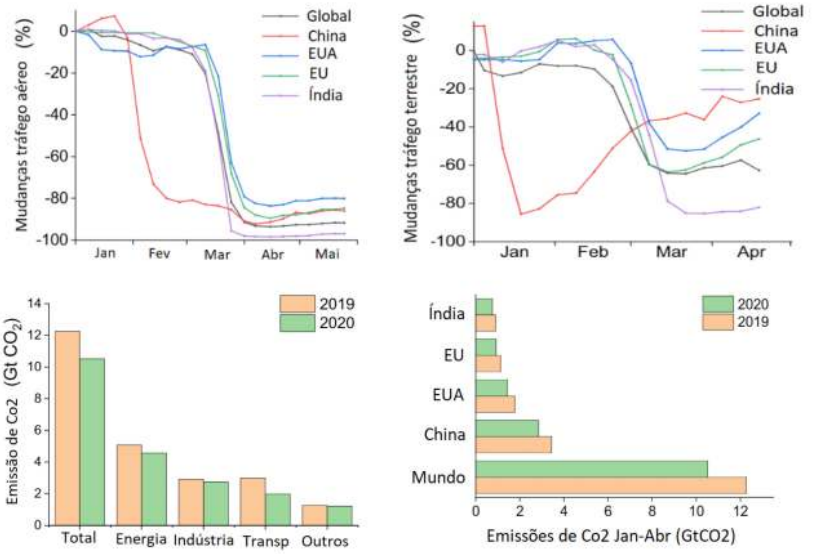
O3 apresentou comportamento instável entre as cidades, com decréscimo em Madri e crescimento em Londres e Toronto. O mesmo ocorreu com a concentração diária de SO2 após o *lockdown*, sendo observada queda em Madrid e Vienna e aumento em Londres. Já a concentração de CO, nos meses de fevereiro e março, apresentaram dados inconstantes, com aumentos e reduções observados ao redor do mundo: em fevereiro, queda nas cidades de Amsterdam (-35,1%), Londres (-48,3%), Lima (-27,3%) e aumento nas cidades de Bogotá (+15,8%) e San Francisco (+22,6%); no mês de março a queda foi mais consistente nas cidades de Lima, Londres, Nova York, São Francisco e Toronto.

A melhora nos indicadores de qualidade do ar foi igualmente observada no Brasil. De acordo com Nakada e Urban (2020), as concentrações de NO, NO2 e CO na cidade de São Paulo apresentaram redução de 77,3%, 54,3% e 64,8%, respectivamente, se comparadas à média dos cinco anos anteriores. A concentração de ozônio, porém, apresentou aumento de 30% no mês de março, provavelmente pela queda na concentração de dióxido de nitrogênio na atmosfera (Nakada & Urban, 2020). Ao analisarem as emissões na cidade de São Paulo entre os meses de março e abril – período de início das recomendações de restrição adotadas pelo governo local – Krecl *et al.* (2020) verificaram diminuições significativas das concentrações dos óxidos de nitrogênio (NO e NO2). Na cidade do Rio de Janeiro, Siciliano, Dantas e Silva (2020) constataram redução nas concentrações de CO e NO2. Em contrapartida, a presença de ozônio aumentou em todas as localidades monitoradas ao longo do estudo. A redução nas emissões de gases poluentes, especialmente daqueles responsáveis pelas mudanças climáticas, pode ser sintetizada no gráfico 1. Esse fenômeno se deve aos efeitos do *lockdown* sobre determinadas atividades econômicas, em especial nos setores industrial e de transportes.

Já os gráficos 2 e 3 apontam no sentido de um efeito rebote verificado nos últimos meses de 2020. A retomada e, em alguns casos, superação dos níveis de emissão pré-pandemia evidenciam que pouco se avançou em termos de descarbonização das principais matrizes energéticas durante a crise sanitária, o que representa uma perda de oportunidade quanto aos investimentos de longo prazo em infraestrutura para a mitigação das mudanças climáticas. As negociações realizadas durante a COP-26 em Glasgow, na Escócia, bem como o relatório do IPCC publicado em 2021, demonstram especialmente que os esforços dos governos nacionais não foram suficientes para que a desaceleração econômica causada pela pandemia inaugurasse um ponto de

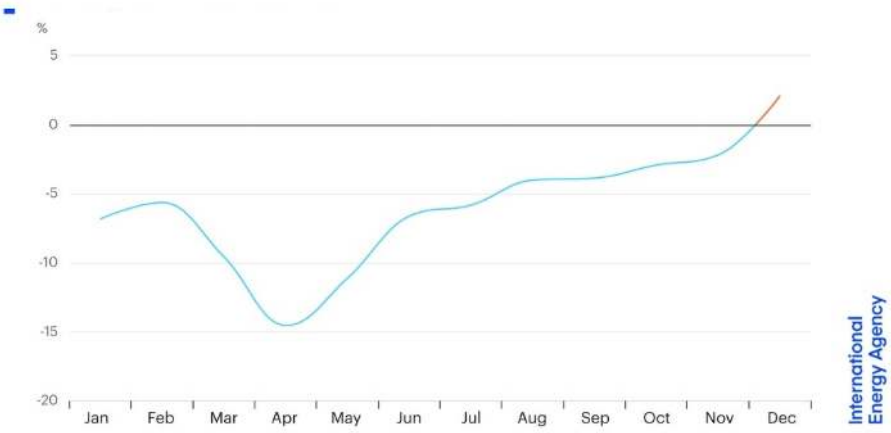
virada no enfrentamento à crise climática. Dados recentes atestam a existência de um "efeito rebote", como também a retomada dos investimentos de longo prazo em tecnologias intensivas do ponto de vista do carbono, apontando para um cenário de retrocessos em termos de governança global do clima.

Gráfico 1 - Alterações observadas no início da Pandemia de COVID-19



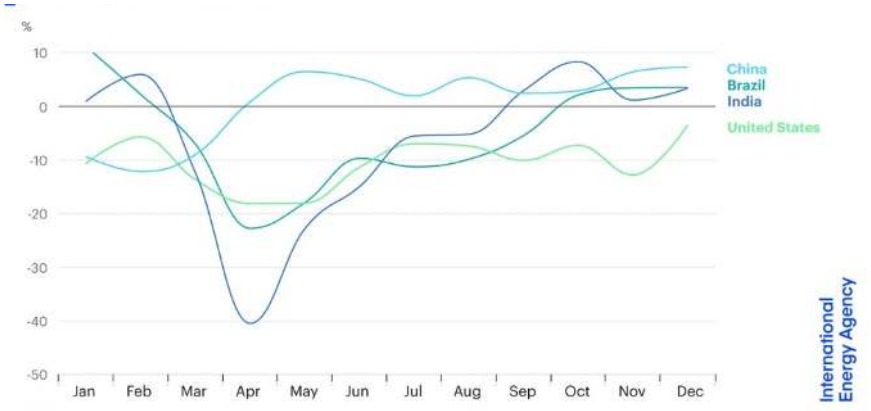
Fonte: Sikarwar et al (2021).

Gráfico 2 - Evolução mensal das emissões globais de CO2 (2020)



Fonte: IEA (2021).

Gráfico 3 - Evolução mensal das emissões de CO2 nas grandes economias (2020)



Fonte: IEA (2021).

Apesar dos fortes impactos sanitários e econômicos da pandemia no Brasil, observa-se, de maneira análoga, que o decréscimo de emissões no início de 2020 não se manteve ao longo dos meses seguintes. Pelo contrário, o acumulado no ano representou um acréscimo de 9,5% com relação a 2019 (Watanabe, 2021). Esse aumento decorre, sobretudo, de "mudanças no uso da terra", que englobam o desmatamento da Amazônia e do Cerrado. Dados do INPE indicam que, por conta do desmatamento e das alterações no clima, certas regiões da floresta amazônica já emitem mais CO2 do que são capazes de absorver. Essa mudança de padrão no "*carbon budget*" da floresta é mais nítida em sua porção oriental, onde 30% da área já se encontra devastada (Qin *et al.*, 2021). A atuação de "milícias ambientais", estimuladas pelo governo Bolsonaro e pelo sistemático desmantelamento de órgãos de fiscalização e controle, apoiou-se na combinação de violência com instrumentos de tecnologia avançada para promover um aumento sem precedentes na devastação desses biomas, transformando o Brasil em pária nas negociações multilaterais sobre o meio ambiente (Souza *et al.*, 2021).

Esses dados têm fomentado debates globais acerca das estratégias de recuperação econômica, aliadas à conservação florestal e à adoção de "energias limpas". Em um contexto de mudanças climáticas com impactos socioambientais severos – ondas de calor e secas mais frequentes e intensas, prejuízos à segurança alimentar das sociedades, perda acelerada de biodiversidade, aumento do nível dos oceanos e potenciais migrações em

massa –, as metas de redução das emissões estão cada vez mais distantes de serem atingidas (IPCC, 2021). O "efeito rebote" observado ao longo de 2020 representa, em síntese, mais uma oportunidade desperdiçada para que se reconfigurassem os marcos da política climática em nível global.

As implicações da pandemia sobre a governança ambiental global

A crise de saúde pública instaurada pela pandemia de Covid-19 apresenta uma série de paralelos com as questões relativas ao aquecimento global e pode ser enquadrada como recurso heurístico para adensarmos as reflexões sobre a crise climática. Além de se constituírem fenômenos globais com repercussões regionais específicas, ambas colocam em destaque: (i) a relevância do conhecimento científico e o papel dos *experts* no debate público; (ii) a importância de se combinar diferentes níveis de medidas de prevenção com respostas de adaptação aos impactos provocados; (iii) a necessidade de intervenção para a proteção das camadas sociais mais vulneráveis; (iv) a ênfase numa cooperação transversal para o enfrentamento dessas crises; (v) o aperfeiçoamento dos instrumentos de comunicação para garantir o engajamento da sociedade civil (Long *et al.*, 2020).

Se levarmos em consideração as repercussões da pandemia sobre as atividades econômicas, contudo, os vínculos entre o surto de Covid-19 e as mudanças climáticas deixam de ser meras analogias para assumirem o plano das relações causais. Conforme argumentamos na seção anterior, as diversas medidas de *lockdown* e isolamento social provocaram reduções diárias nas emissões de CO2 em virtude de seus impactos sobre o consumo de energia, a produção industrial, a desaceleração do comércio e dos fluxos de transporte terrestre e aéreo (Le Queré *et al.*, 2020). Apesar disso, é evidente que as restrições adotadas tiveram como estratégia fundamental a diminuição das taxas de contágio e que as mudanças na composição da química atmosférica não desempenharam qualquer papel, mesmo que secundário, na formulação dessas diretrizes. Assim, não se trata de abordar essa relação de causalidade como decorrente de uma ação instrumental com finalidades ambientais, mas como subproduto ou consequência não intencionada dos esforços para proteger os cidadãos de uma doença letal.

Num segundo momento, porém, as relações indiretas entre a pandemia e as mudanças climáticas foram alçadas ao âmbito discursivo de modo a reatualizar conflitos preexistentes à emergência da Covid-19. Por conta de seus impactos negativos na economia global, instituições públicas e agentes de mercado construíram articulações que apresentaram o novo cenário de contração da atividade econômica como fundamento para legitimar a flexibilização das normas ambientais. Nos Estados Unidos, a Agência de Proteção Ambiental (EPA) anunciou que adiaria a entrada em vigor de novas regras de proteção ao meio ambiente e por isso foi criticada por lançar mão do coronavírus como uma "licença para poluir" (Friedman, 2020). Paralelamente, o *lobby* europeu das montadoras de carros requisitou um alargamento do prazo de adaptação às normas que estabelecem a redução da emissão de CO2 por veículos automotivos (Topham & Harvey, 2020). Já, no Brasil, a concentração do debate público em torno da pandemia favoreceu os agentes que se beneficiam do desmatamento, não apenas na região Amazônica, mas também em outros biomas, como o Cerrado. Somente na Bahia, 34.307,312 hectares foram desmatados com autorização do governo estadual no período entre a data do decreto de isolamento social (20/03/2020) e o final de junho (AATR, 2020).

A queda nas emissões de poluentes atmosféricos e gases responsáveis pelo efeito estufa, constatada a partir das medidas de *lockdown*, representou, a princípio, somente um efeito temporário da contração econômica e esteve longe de garantir soluções efetivas para a qualidade do ar nos centros urbanos ou para a emergência climática. Para que as metas do Acordo de Paris possam ser alcançadas, a queda nas emissões de CO2 projetada em 8% para 2020 deveria se repetir anualmente até atingir um balanço de carbono neutro [*net-zero emissions*] em 2050 (Hepburn *et al.*, 2020). Após atingir seu mínimo em abril, as emissões voltaram a subir e, em dezembro do mesmo ano, já se mostravam 2% (60 milhões de toneladas) superiores a dezembro de 2019.

> O rebote nas emissões de carbono no final do ano passado é um forte aviso de que não se fez o suficiente para acelerar a transição energética mundialmente. (...) Isso pode colocar em risco a oportunidade histórica de fazer com que 2019 representasse o pico definitivo das emissões globais. (IEA, 2021:1)

As circunstâncias advindas da pandemia realçam, portanto, a necessidade de mudanças nas estruturas produtivas, nos parâmetros

institucionais (nacionais e multilaterais) e debates mais consequentes sobre os padrões de consumo responsáveis pela degradação dos ecossistemas e perda de biodiversidade. Se quisermos evitar que as emissões cresçam vertiginosamente após a crise, é fundamental que os Estados intervenham para que as respostas à emergência climática sejam tão prioritárias quanto a geração de empregos nas diretrizes para a recuperação da economia. Na ausência de um programa que internalize a perspectiva ambiental, o cenário subsequente à Covid-19 pode seguir o mesmo modelo da crise financeira de 2008/2009, quando o impacto sobre os mercados globais resultou numa diminuição de 1,4% nas emissões de CO2, mas que logo em 2010, foi seguida por um aumento de 5,9%, impulsionado pelos resultados da indústria de cimento e do consumo de combustíveis fósseis. Em outras palavras, observou-se em 2009 um decréscimo de curtíssimo prazo que teve como "efeito rebote" no ano seguinte o que até então figurava como recorde absoluto em emissões totais e a maior taxa de crescimento nos volumes de CO2 desde 2003 (Peters *et al.*, 2012).

O paralelo com a crise financeira global de 2008/2009 não significaria que a recuperação econômica pós-coronavírus devesse, necessariamente, provocar um novo "efeito rebote" em termos de uma concentração de CO2 na atmosfera. As crises do petróleo de 1973 e 1979, por exemplo, tiveram consequências ambientais relativamente benéficas, porque o aumento nos preços do barril alavancou projetos de eficiência energética e uma parcial substituição desse recurso pelo gás natural. De qualquer forma, mesmo que as consequências da presente crise ainda se encontrem parcialmente em aberto, a conjunção entre pandemia e recessão econômica em alguns países [*pancession*] nos coloca diante de uma encruzilhada de futuros climáticos. Isso porque os pacotes de recuperação econômica englobam medidas de infraestrutura – energia, transporte, construção civil – que representam decisões de longo prazo em termos de emissões de carbono [*carbon lock-in*].

Se atentarmos para o exemplo da China, onde as restrições à mobilidade foram relaxadas e as fábricas reabertas antes que em outros países, o "efeito rebote" já pode ser observado. Os estímulos econômicos do governo chinês devem sobrepujar as melhorias ambientais de curto prazo de forma semelhante ao que ocorreu após a desaceleração interna de 2015, visto que, ao longo dos primeiros dezoito dias do mês de março, foram aprovadas centenas de novas usinas termoelétricas movidas a carvão, perfazendo 7.960 MW, mediante um total de 6.310 MW para todo o ano de 2019 (Myllyvirta,

2020). Em maio de 2021, as emissões chinesas de CO2 já haviam subido 7% em relação ao período anterior à pandemia – a maior taxa de crescimento desde 2012 –, sendo que 70% do incremento no primeiro trimestre desse ano se deve ao incremento no uso de carvão. Além disso, a China enfrenta problemas estruturais de excesso de capacidade em setores da indústria considerados intensivos do ponto de vista das emissões de carbono e que podem ser reativados tão logo o mercado global reaqueça a demanda. Mesmo que essa retomada provavelmente também abarque as indústrias de "tecnologias limpas", o plano quinquenal vigente reconhece que suas emissões podem ainda subir mais 5 a 10% até 2025 (Souza, 2021).

No caso da Europa, dezessete países assinaram uma declaração de intenções para que a resposta à crise econômica decorrente da Covid-19 seja pautada pelos preceitos de um "*Green New Deal*" que acelere o cumprimento das metas climáticas do Acordo de Paris. Já a Comissão Europeia anunciou o programa *Next Generation EU*, no qual as "lições da pandemia" se traduziriam em investimentos adicionais de 750 bilhões de euros até 2027, de modo que a saída da crise seja orientada pelo fortalecimento dos sistemas de saúde, expansão das energias renováveis, economia circular, projetos sustentáveis de transporte e logística, além de focar na resiliência socioeconômica de seus países membros (European Comission, 2020). Contudo, mesmo que esses documentos caracterizem a pandemia como um marco para a mobilização contra as mudanças climáticas e a perda de biodiversidade, eles não apontam caminhos que escapem à atual justaposição de projetos de modernização ecológica e atividades que aumentam a pressão sobre as fronteiras ecossistêmicas. Assim, a "face de Janus" da política ambiental europeia se revela, por exemplo, no fato de que, entre março e maio, o Banco Central Europeu injetou 7,6 bilhões de euros em companhias que se dedicam à exploração de combustíveis fósseis (Greenpeace, 2020).

Após a vitória de Biden nas eleições presidenciais de 2020, a proposta de um *Green New Deal* veio alinhada com a ideia de promover a transição energética e combater tanto a estagnação dos salários quanto a crescente desigualdade social nos Estados Unidos. Diferentemente da modalidade defendida pelo economista Thomas Friedman em 2008, o novo plano demonstrava semelhanças com o programa apresentado por políticos progressistas, como Alexandria Ocasio-Cortez e Bernie Sanders, por enfatizar a coordenação e os investimentos públicos enquanto instrumentos

para a descarbonização da economia. No entanto, a pressão de congressistas reticentes com as pressões inflacionárias desse programa (inclusive entre membros da bancada Democrata), obrigou o presidente a cortar pela metade os valores inicialmente destinados ao programa. Em que pese seu avanço em relação à política negacionista de Donald Trump, os gastos previstos para o *Green New Deal* foram reduzidos à metade. Além disso, a promessa de destinar US$ 555 bilhões para o clima não impediu Biden de, às vésperas da COP 26, conclamar as empresas de gás e petróleo a aumentarem a produção, como corretivo para o aumento no preço da gasolina, nem tampouco de rever os subsídios anuais de US$ 20 bilhões às empresas de combustíveis fósseis (Tankersley & Friedman, 2021).

Por outro lado, um grupo de 170 acadêmicos holandeses publicou um manifesto que toma o pulso de decrescimento não intencionado resultante dos *lockdown*s como base para a construção de uma agenda de decrescimento econômico. Isso não quer dizer que as medidas de isolamento social sejam por eles encaradas como instrumentos para a mitigação do aquecimento global, mas reconhecem que nenhum plano de recuperação econômica baseado nos princípios de crescimento ilimitado pode superar a presente crise sem nos lançar em outra ainda mais catastrófica. Tal manifesto apresenta um plano de ação fundamentado em cinco propostas: (i) superação do imperativo de crescimento agregado do PIB – que se fundamentaria na diferenciação entre o fomento aos serviços públicos e o desincentivo àquelas atividades fundamentalmente insustentáveis como os setores petrolífero, mineração, publicidade e consumo de luxo; (ii) construção de um modelo econômico pautado pela distribuição de riquezas e orientado por sistemas fiscais de taxação progressiva e mecanismos de renda mínima; (iii) agricultura regenerativa baseada no locavorismo e vegetarianismo para a preservação da biodiversidade; (iv) redução do consumo de luxo, das viagens de longa distância e do desperdício; (v) cancelamento das dívidas de trabalhadores, pequenos empresários e dos países do Sul Global (Feola, 2020).

Num sentido análogo às propostas de decrescimento, a municipalidade de Amsterdã aprovou, em abril do ano passado, a implementação de medidas de recuperação pautadas pelo "modelo Donut", desenvolvido por pesquisadores da Universidade de Oxford, segundo o qual as metas de desenvolvimento humano são, por definição, indissociáveis de políticas públicas que levem em consideração os limites planetários (Boffey, 2020).

No entanto, conforme argumentaremos na próxima seção, o problema decisivo vem a ser como os instrumentos democráticos e de cooperação, em múltiplos níveis de governança, poderiam permitir a superação dos presentes obstáculos, de modo a que os esforços para se conjugar recuperação econômica e sustentabilidade não se resumam a meros artifícios retóricos ou experiências isoladas.

Os limites da ciência e da democracia na prevenção de catástrofes anunciadas

"Não desperdicem esta crise", concluiu o prêmio Nobel de economia Joseph Stiglitz durante entrevista sobre a pandemia de Covid-19 (Stiglitz, 2020). O alerta de Stiglitz diz respeito ao contexto atual, mas também expressa a percepção de que o século 20 nos deixou uma coleção de crises desperdiçadas. Com efeito, a tendência de elevação das temperaturas médias já havia sido constatada por Svante August Arrhenius em 1896, quando o químico sueco associou o aumento da concentração de dióxido de carbono na atmosfera à queima de combustíveis fósseis. Foi somente na década de 1970, no entanto, que as mudanças climáticas foram reconhecidas como ameaças de caráter antropogênico que poderiam colocar em xeque a existência das civilizações humanas tal como as conhecemos (Bolin, 2007). Esse acúmulo de conhecimento perito teve uma série de capítulos importantes, como a fundação, nos Estados Unidos, da Union of Concerned Scientists (1969), que se propunha a tarefa de enfrentar problemas ambientais e sociais para os quais apontavam os estudos científicos mais recentes (Edgerton, 2006; Moore, 2009). No ano anterior, a criação do Clube de Roma também representou um marco político na história das ciências ambientais que, a partir de então, tornariam mais explícitos em seus prognósticos a incompatibilidade entre os padrões de desenvolvimento das sociedades industriais e o equilíbrio ecossistêmico (Caradonna, 2014).

É nesse contexto que o relatório sobre *Os limites do crescimento* apontou os limites de absorção da biosfera quanto ao ritmo exponencial do aumento populacional, da produção industrial e de alimentos, de seus rejeitos poluentes e do crescimento econômico em geral (Meadows *et al.*, 1972). De acordo com Paul Edwards (2010), o aporte de Meadows e seus colaboradores

havia sido um dos primeiros a utilizar de maneira bem-sucedida a simulação computacional de cenários futuros como método de investigação. O relatório chamou a atenção de vários agentes e instituições (Simmons, 2000; Mackenzie, 2012), sendo que novas simulações, realizadas 40 anos depois e com recursos de pesquisa mais sofisticados, viriam a corroborá-lo em seus principais aspectos. A acurácia desses prognósticos não garantiu, todavia, que medidas práticas fossem implementadas para evitar cenários distópicos (Turner & Alexander, 2014).

De maneira análoga aos estudos de modelagem ambiental que anteciparam as consequências das mudanças climáticas e da ultrapassagem de outras fronteiras ecossistêmicas, o nexo causal entre desmatamento e novas epidemias já vinha sendo apontado como fator de risco para crises sanitárias como a instalada pela Covid-19. Há pelo menos duas décadas, os cientistas repetem o alerta de que o avanço sobre as florestas aumenta a probabilidade de que as populações humanas entrem em contato com microrganismos desconhecidos, seja diretamente ou por intermédio de espécies hospedeiras, como morcegos, gado bovino, suíno e aves. Ecólogos e epidemiologistas também assinalam que o desmatamento acelerado da Amazônia e de regiões da África e do Sudeste Asiático pode convertê-las em focos irradiadores de epidemias no futuro próximo (Pontes, 2020). As mudanças climáticas e no uso da terra, juntamente com seus impactos sobre a biodiversidade, exacerbariam as interações entre humanos e microrganismos desconhecidos de forma a potencializar o surgimento de novas formas de contágio, sendo que quadros dirigentes da OMS já afirmam que "uma nova pandemia é inevitável" (Carlson *et al.*, 2021).

Nesse sentido, podemos afirmar que o "paradoxo de Giddens" expressa um drama existencial que diz respeito tanto às mudanças climáticas quanto aos prognósticos de novas pandemias. Tais quais os perigos do aquecimento global, os riscos de contágio por vírus ainda desconhecidos representam ameaças não palpáveis, imediatas ou visíveis no decorrer da vida cotidiana. Mesmo que embasados por investigações científicas criteriosas, esses riscos assumem um caráter abstrato e recebem atenção insuficiente por parte das elites políticas e da sociedade civil porque são vistos como cenários distantes, aos quais não se atribui o mesmo nível de realidade que às preocupações do presente. Como as ações preventivas são sistematicamente adiadas, entretanto, tais riscos deixam de figurar como distopias longínquas

para darem lugar a crises que desorganizam o conjunto das sociedades. Dessa forma, a opção por desviar o olhar redunda em colapsos tão tangíveis e agudos que, ou as ações corretivas se tornam ainda mais custosas, ou já será tarde demais para quaisquer medidas capazes de reverter a catástrofe (Giddens, 2010).

Com a ascensão do neoliberalismo, as forças de mercado viram-se paulatinamente desembaraçadas não apenas das garantias trabalhistas e da seguridade social que balizaram o *welfare state*, como de constrangimentos legais para a exploração desenfreada dos recursos naturais – particularmente naquelas nações do Sul global que se enquadram na divisão internacional do trabalho como provedoras de *commodities*. No entanto, a degradação acelerada do meio ambiente – seja pela flexibilização de marcos legais de conservação, seja pela ação rapineira das "ecomáfias" (Souza *et al.*, 2021; Unep/Interpol, 2016) – assume paradoxalmente a forma de uma colisão suicida do modelo neoliberal, uma vez que a relação entre economia e ecossistemas assume contornos cada vez mais disfuncionais. Conforme argumenta Luiz Marques, "não é mais plausível esperar, passada a pandemia, um novo ciclo de crescimento econômico global e ainda menos nacional. Se algum crescimento voltar a ocorrer, ele será conjuntural e logo truncado pelo caos climático, ecológico e sanitário" (Marques, 2020a, p. 14).

Ainda segundo Luiz Marques (2020b), as sinergias entre as crises econômica, ambiental e sanitária colocariam na ordem do dia uma agenda política fundamentalmente defensiva e adaptativa que deve gravitar em torno de um programa voltado para a sobrevivência das sociedades. A construção desse programa se realizaria num cenário de maiores desigualdades, disfunções econômicas, empobrecimento biológico e poluição generalizada, razões pelas quais essa disputa representaria uma plataforma política muito mais ambiciosa que os programas socialdemocratas ou revolucionários do século 20. Isso implicaria uma guinada histórica que tornaria obsoletos aqueles programas ambientalistas que se orientam pela mera justaposição de critérios de sustentabilidade a um modelo econômico estruturalmente insustentável e incapaz de resolver os problemas por ele mesmo engendrados. Em outras palavras, significaria uma redefinição do próprio sentido da atividade econômica e do nosso lugar enquanto espécie no interior da biosfera.

Em que pesem as contradições apontadas na seção anterior, Mastini e colaboradores (2021) argumentam que os programas da União Europeia

e dos Estados Unidos para fomentar o *Green New Deal* ainda figurariam como os mais promissores esboços de legislação social e ambiental, se efetivamente atrelados à criação de empregos em setores voltados para a descarbonização da economia e comprometidos com os movimentos por justiça ambiental nos países do Sul global. Eles reconhecem, porém, a validade da premissa dos teóricos do decrescimento de que os estímulos aos investimentos nos setores da "economia limpa" trazem consigo consequências indesejáveis de segunda ordem, tais como a expansão de setores poluentes. É claro que algumas categorias da atividade econômica deveriam crescer massivamente no contexto da transição ecológica, mas não se deve esquecer que o crescimento é um processo integrado que não permite por mera força do desejo incrementar seletivamente os setores "verdes" sem que haja também algum aumento na demanda por produtos que implicam maior poluição. Por isso esses autores sugerem que o *Green New Deal* deve ser considerado uma estratégia de transição, cujas reformas apontariam no longo prazo para a plataforma política do decrescimento (Mastini *et al.*, 2021).

Por mais sedutora que pareça essa formulação, é difícil imaginar como o *Green New Deal* poderia mesmo figurar como estratégia de transição para o decrescimento no atual contexto de acirramento de disputas geopolíticas e da incessante corrida armamentista entre as grandes potências (EUA, China, Rússia e UE). Somente nas duas últimas décadas, os Estados Unidos gastaram 6,4 trilhões de dólares em guerra, ou seja, um valor 42% superior aos 4,5 trilhões que seriam necessários para realizar a transição de sua matriz energética para fontes cem por cento renováveis. Com efeito, a expansão dos aparatos militares demanda crescimento econômico e controle das fontes de combustíveis fósseis. Militarismo e crise climática estão inter-relacionados e se reforçam mutuamente. O setor militar figura entre os mais poluentes e é frequentemente empregado para sustentar indústrias extrativistas que desestabilizam o clima. O caos climático, por sua vez, leva a deslocamentos populacionais em massa, à militarização das fronteiras e à perspectiva de novos conflitos (Steichen & Koshgarian, 2021). O caso dos EUA é, de fato, emblemático. Para atualizar os dados de Paulo Artaxo (2020), o país gasta anualmente trilhões de dólares em armas nucleares e outras máquinas de guerra. Mas um simples vírus de 120nm causou a morte de 780 mil norte-americanos em menos de dois anos.

Referências

Artaxo, Paulo. (2020). As três emergências que nossa sociedade enfrenta: saúde, biodiversidade e mudanças climáticas. *Estudos Avançados, 34*(100), 53-66. https://doi.org/10.1590/s0103-4014.2020.34100.005

Associação dos Advogados dos Trabalhadores Rurais (AATR). (2020, 1 jul.). Bahia já autorizou o desmatamento de 34.307,712 ha durante a pandemia. *AATR*. https://www.aatr.org.br/post/bahia-j%C3%A1-autorizou-o-desmatamento-de-34-307-712-ha-durante-a-pandemia

Boffey, Daniel. (2020, 8 abr.). Amsterdam to embrace "doughnut" model to mend post-coronavirus economy. *The Guardian*. https://www.theguardian.com/world/2020/apr/08/amsterdam-doughnut-model-mend-post-coronavirus-economy

Bolin, Bert. (2007). *A history of the science and politics of climate change: the role of the Intergovernmental Panel on Climate Change*. Cambridge University Press.

Caradonna, Jeremy. (2014). *Sustainability: a history*. Oxford University Press.

Calrson, Colin J., Albery, Gregory F., & Phelan, Alexandra. (2021). Preparing International Cooperation on Pandemic Prevention for the Anthropocene. *BMJ Global Health, 6*(3), e004254. https://doi.org/101136/bmjgh-2020-004254

Chen, Kai, Wang, Meng, & Huang, Conghong. (2020). Air pollution reduction and mortality benefit during the COVID-19 outbreack in China. *The Lancet Health, 4*(6), e210-e212. https://doi.org/10.1016/s2542-5196(20)30107-8

Chinazzi, Matteo, Davis Jessica, & Ajelli, Marco. (2020). The effect of travel restrictions on the spread of the 2019 novel coronavirus (COVID-19) outbreak. *Science, 368*(6489), 395-400. https://doi.org/10.1126/science.aba9757

Chintalapudi, Nalini, Battineme, Gopi, & Amenta, Francesco. (2020). COVID-19 virus outbreak forecasting of registered and recovered cases after sixty-day lockdown in Italy: A data driven model approach. *Journal of Microbiology, Immunology and Infection*, *53*(3), 396-403. https://doi.org/10.1016/j.jmii.2020.04.004

Cucinotta, Domenico, & Vanelli, Maurizio. (2020). WHO Declares COVID-19 a Pandemic. *Acta Bio-medica: Atenei Parmensis, 91*(1), 157-160. https://doi.org/10.23750/abm.v91i1.9397

Dantas, Guilherme, Siciliano, Bruno, França, Bruno B., Silva, Cleyton M., & Arbilla, Graciela. (2020). The impact of COVID-19 partial lockdown on the air quality of the city of Rio de Janeiro, Brazil. *Science of Total Environment*, (729), 139085. https://dx.doi.org/10.1016%2Fj.scitotenv.2020.139085

Dolhnikoff, Marisa *et al.* (2020). Pathological evidence of pulmonary thrombotic phenomena in severe COVID-19. *Journal of Thrombosis and Haemostasis, 18*(6), 1517-1519. https://doi.org/10.1111/jth.14844

Edgerton, David. (2006). *Warfare State: Britain, 1920-1970*. Cambridge University Press.

Edwards, Paul N. (2010). *A vast machine: computer models, climate data, and the politics of global.* The MIT Press.

European Comission. (2020). Europe's moment: repair and prepare for the next generation. *European Comission*. https://ec.europa.eu/commission/presscorner/detail/en/ip_20_940

Feola, Giuseppe. (2020, 16 abr.). Manifesto for post-neoliberal development: five policy strategies for the Netherlands after the Covid-19 crisis. *Ontgroei*. https://ontgroei.degrowth.net/manifesto-for-post-neoliberal-development-five-policy-strategies-for-the-netherlands-after-the-covid-19-crisis/

Friedman, Lisa. (2020, 10 jun.). E.P.A, citing Coronavirus, drastically relaxes rules for polluters. *The New York Times*. https://www.nytimes.com/2020/03/26/climate/epa-coronavirus-pollution-rules.html

GERIMA – Grupo de Pesquisa em Relações Internacionais e Meio Ambiente. (2020, 17 abr.). Covid-19 e a emergência climática: conexões e desafios. *Le Monde Diplomatique*. https://diplomatique.org.br/covid-19-e-a-emergencia-climatica-conexoes-e-desafios/

Greenpeace. (2020). ECB injects over €7 billion into fossil fuels since start of COVID-19 crisis. *Greenpeace*. https://www.greenpeace.org/eu-unit/issues/climate-energy/3933/ecb-injects-e7-billion-into-fossil-fuels-coronavirus-crisis/

Giddens, Anthony. (2010). *A política da mudança climática*. Zahar.

Gilbert, Dominic. (2020, 19 abr.). Which countries are under lockdown – and is it working?. *The Telegraph*. https://www.telegraph.co.uk/news/2020/04/16/countries-in-lockdown-denmark-germany/

Harvey, Fiona. (2020, 11 dez.). Rebound in carbon emissions expected in 2021 after fall caused by Covid. *The Guardian*. https://www.theguardian.com/environment/2020/dec/11/rebound-in-carbon-emissions-expected-in-2021-after-fall-caused-by-covid

Hepburn, Cameron, O'Callaghan, Brian, Stern, Nicholas, Stiglitz, Joseph, & Zenghelis, Dimitri. (2020). Will COVID-19 fiscal recovery packages accelerate or retard progresso n climate change? *Oxford Review of Economic Policy, 36*(S1), S359–S381. http://doi.org/10.1093/oxrep/graa015

IEA – International Energy Agency. (2021). After Steep drop in Early 2020, Global Carbon Emissions have Rebounded Strongly. *IEA*. https://www.iea.org/news/after-steep-drop-in-early-2020-global-carbon-dioxide-emissions-have-rebounded-strongly

IPCC – Intergovernmental Panel on Climate Change. (2021). AR6 climate change 2021: the physical science basis. *IPCC*. https://www.ipcc.ch/report/ar6/wg1/

Kerimray, Aiymgul, Baimatova, Nassiba, Ibragimova, Olga P., Bukenov, Bauyrzhan, Kenessov, Bulat, Plotitsyn, Pavel, & Karaca, Ferhat. (2020). Assessing air quality changes in large cities during COVID-19 lockdowns: the impacts of traffic-free urban conditions in Almaty, Kazakhstan. *Science of the Total Environment*, (730), 139179. https://doi.org/10.1016/j.scitotenv.2020.139179

Krecl, Patricia, Targiro, Admir, Oukawa, Gabriel Y., & Cassino Jr., Regis P. (2020). Drop in air pollution from COVID-19 pandemic: policy implications for the megacity of São Paulo. *Environment Pollution*, (265), 114883. https://doi.org/10.1016/j.envpol.2020.114883

Kucharski, Adam J. *et al.* (2020). Early dynamics of transmission and control of COVID-19: a mathematical modelling study. *The Lancet: Infectious Diseases, 20*(5), 553-558. https://doi.org/10.1016/S1473-3099(20)30144-4

Lal, Preet *et al.* (2020). The dark cloud with a silver lining: assessing the impact of SARS COVID-19 pandemic on the global environment. *Science of the Total Environment*, (732), 139297. https://doi.org/10.1016/j.scitotenv.2020.139297

Le-Queré, Corinne, Jackson, Robert B., & Jones, Matthew W. (2020). Temporary reductions in daily global CO2 emissions during the COVID-19 forced confinement. *Nature Climate Change, 10*, 647-653. https://doi.org/10.1038/s41558-020-0797-x

Li, Xinhai, Zhao, Xumao, & Sun, Yuehua. (2020). "The lockdown of Hubei Province causing different transmission dynamics of the novel coronavirus (2019-nCoV) in Wuhan and Beijing". *MedRxiv*, preprint. https://doi.org/10.1101/2020.02.09.20021477

Long, Jessica, Gordon, Lizzie, & Townend, Ruth. (2020). *Now what? Climate change & Coronavirus*. Ipsos.

Mackenzie, Debora. (2012, 4 jan.). Boom and doom: revisiting prophecies of collapse. *New Scientist*. https://www.newscientist.com/article/mg21328462-100-boom-and-doom-revisiting-prophecies-of-collapse/

Marques, Luiz. (2020a, 5 maio). A pandemia incide no ano mais importante da história da humanidade. Serão as próximas zoonoses gestadas na Amazônia? *Jornal da Unicamp*. https://www.uni-camp.br/unicamp//index.php/noticias/2020/05/05/pandemia-incide-o-ano-mais-importante-da-historia-da-humanidade-serao-proximas

Marques, Luiz. (2020b). Pandemics, existential and non-existential risks to humanity. *Ambiente & Sociedade*, (23), 1-9. https://doi.org/10.1590/1809-4422asoc20200126vu2020L3ID

Mastini, Riccardo, Kallis, Giorgio, & Hackel, Jason. (2021). A Green New Deal without growth. *Ecological Economics, 179*(C), 1-9. https://doi.org/10.1016/j.ecolecon.2020.106832

Mcneill, Faye V. (2020). COVID-19 and the air we breathe. *Earth and space chemistry, 4*(5), 674-675. https://dx.doi.org/10.1021/acsearthspacechem.0c00093

Meadows, Donella H, Meadows, Dennis L, Randers, Jørgen, Behrens III, William W. (1972). The limits to growth: a report for the club of Rome's project on the predicament of mankind. Universe Books.

Moore, Mark. (2009). The Union of Concerned Scientists on the uncertainty of climate change: a study of synecdochic form. *Environmental Communication, 3*(2), 191-205.

Morens, David, Daszak, Peter, Markel, Howard, & Taubenberger, Jeffery K. (2020). Pandemic COVID-19 joins History's pandemic legion. *MBio, 11*(3), e00812-20. https://doi.org/10.1128/mBio.00812-20

Myllyvirta, Lauri. (2020, 19 fev.). Analysis: Coronavirus temporarily reduced China's CO2 emissions by a quarter. *CarbonBrief.* https://www.carbonbrief.org/analysis-coronavirus-has-temporarily-reduced-chinas-co2-emissions-by-a-quarter

Nakada, Liane, & Urban, Rodrigo. (2020). COVID-19 pandemic: Impacts on the air quality during the partial lockdown in São Paulo state, Brazil. *Science of the Total Environment*, (730), 139087. https://doi.org/10.1016/j.scitotenv.2020.139087

Peters, Glen P., Marland, Gregg, Le Quéré, Corinne, Boden, Thomas, Canadell, Josep G., & Raupach, Michael R. (2012). Rapid growth in CO2 emissions after the 2008-2009 global financial crisis. *Nature Climate Change*, (2), 2-4. https://doi.org/10.1038/nclimate1332

Pontes, Nadia. (2020, 15 abr.). O elo entre desmatamento e epidemias investigado pela ciência. *Deutsche Welle*. https://www.dw.com/pt-br/o-elo-entre-desmatamento-e-epidemias-investigado-pela-ci%C3%AAncia/a-53135352

Qin, Yuanwei *et al.* (2021). Carbon loss from forest degradation exceeds that from deforestation in the Brazilian Amazon. *Nature Climate Change*, (11), 442-8. https://doi.org/10.1038/s41558-021-01026-5

Rosenbloom, Daniel, & Markard, Jochen. (2021). Editorial: A COVID-19 recovery for climate. *Science, 368*(6490), 447. https://doi.org/10.1126/science.abc4887

Ren, Xuefei. (2020). Pandemic and lockdown: a territorial approach to COVID-19 in China, Italy and the United States. *Eurasian Geography and Economics, 61*(4-5), 423-434. https://doi.org/10.1080/15387216.2020.1762103

Shrestha, Asheshwor, Shrestha, Uttam, & Sharma, Roshan. (2020). Lockdown caused by COVID-19 pandemic reduces air pollution in cities worldwide. *EarthArXiv*, preprint. https://doi.org/10.31223/osf.io/edt4j

Siciliano, Bruno, Dantas, Guilherme, Silva, Cleyton M., Arbilla, Graciela. (2020). Increased ozone levels during the COVID-19 lockdown: analysis for the city of Rio de Janeiro, Brazil. *Science of the Total Environment*, (737), 139765. https://doi.org/10.1016/j.scitotenv.2020.139765

Simmons, Matthew. (2000, out.). Revisiting "The Limits to Growth": could the Club of Rome have been correct, after all? *Mudcity Pree* [An energy white paper]. https://mudcitypress.com/PDF/clubofrome.pdf

Sikarwar, Vineet S., Reichert, Annika, Jeremias, Michal, & Manovic, Vasilije. (2021). COVID-19 pandemic and global carbon dioxide emissions: a first assessment. *Science of the Total Environment*, 794, 148770. https://10.1016/j.scitotenv.2021.148770

Souza, Luiz E. V. (2021). Civilização ecológica ou colapso ambiental. In R. Musse (Org.), *China contemporânea: seis interpretações* (pp. 163-192). Autêntica.

Souza, Luiz. E. V., Fetz, Marcelo, Zagatto, Bruna P., & Pinho, Nataly S. (2021). Violence and illegal deforestation: the crimes of "environmental militias" in the Amazon Forest. *Capitalism Nature Socialism*. https://doi.org/10.1080/10455752.2021.1980817

Steichen, Lorah, & Koshgarian, Lindsay. (2021). No warming, no militarism: how militarism fuels the climate crisis – and vice versa. *Institute for Policy Studies*. https://ips-dc.org/climate-militarism-primer/

Stiglitz, Joseph. (2020, 5 maio). "Não desperdicem esta crise". Entrevista de Gianrico Carofiglio com Joseph Stiglitz. Tradução de Luisa Rabolini. *Revista IHU*, (546). https://www.ihu.unisinos.br/598577-nao-desperdicem-esta-crise-entrevista-com-joseph-stiglitz

The Lancet. (2020). India under COVID-19 lockdown. *The Lancet, 395*(10233), 1315. https://10.1016/S0140-6736(20)30938-7

Tankersley, Jim, & Friedman, Lisa. (2021, 4 nov.). Even as Biden pushes clean energy, he seeks more oil production. *The New York Times*. https://www.nytimes.com/2021/11/01/climate/biden-oil-gas-cop26.html

Topham, Gwyn, & Harvey, Fiona. (2020, 27 mar.). Carmakers accused of trying to use crisis to avert emissions crackdown. *The Guardian*. https://www.theguardian.com/business/2020/mar/27/carmakers-accused-of-using-covid-19-weaken-environmental-laws

Turner, Graham, & Alexander, Cathy. (2014, 2 set.). "Limits to Growth" was right. New research shows we're nearing collapse. *The Guardian*. https://www.theguardian.com/commentisfree/2014/sep/02/limits-to-growth-was-right-new-research-shows-were-nearing-collapse

UNEP/INTERPOL. (2016). *The rise of environmental crime. A growing threat to natural resources, peace, development and security* [Report].

Wang, Pengfei, Chen, Kaiyu, & Zhu, Shenqiang. (2020). Severe air pollution not avoided by reduced anthropogenic activities during COVID-19 outbreak. *Resources, Conservation and Recycling, 158*, 104814. https://doi.org/10.1016/j.resconrec.2020.104814

Xiao Yonghong, & Torok, Mili E. (2020). Taking the right measures to control COVID-19. The Lancet: *Infectious Diseases, 20*(5), 523-524. https://doi.org/10.1016/s1473-3099(20)30152-3

Watanabe, Phillippe. (2021, 28 out.). Brasil aumenta 9,5% emissões de gases-estufa em 2020, apesar da pandemia. *Folha de São Paulo*. https://www1.folha.uol.com.br/ambiente/2021/10/brasil-aumenta-95-emissoes-de-gases-estufa-em-2020-apesar-da-pandemia.shtml

Zambrano-Monserrate, Manuel, Ruano, Maria A., & Sanchez-Alcalde, Luis. (2020). Indirect effects of COVID-19 on the environment. *Science of the Total Environment*, (728), 138813. https://doi.org/10.1016/j.scitotenv.2020.138813

Zhang, Weituo, Qian, Bi-yun. (2020). Making decisions to mitigate COVID-19 with limited knowledge. *The Lancet Infectious Diseases, 20*(10), 1121-1122. https://doi.org/10.1016/S1473-3099(20)30280-2

Zhu, Na, Zhang, Dingyu, & Wang, Wenling. (2020). A novel coronavirus from patients with pneumonia in China, 2019. *New England Journal of Medicine*. https://doi.org/10.1056/NEJMoa2001017

Recebido: 29 jul. 2020.
Aceito: 19 dez. 2021.

Licenciado sob uma Licença Creative Commons Attribution 4.0

https://doi.org/10.20336/rbs.766

REVISTA BRASILEIRA DE SOCIOLOGIA

Muralha de espelhos: o narcisismo político nas plataformas digitais

Mirror walls: political narcissism on digital platforms

Samira Feldman Marzochi[*]
Fernando de Figueiredo Balieiro[**]

RESUMO
A hipótese investigada pelo artigo é a de que as plataformas digitais, longe de estimular o florescimento de uma "cultura democrática", podem ser tomadas como materialização algorítmica do "pensamento selvagem", imaginário, dualista e fragmentado. Fundamentados em uma leitura que combina teoria crítica, pós-estruturalismo e psicanálise, buscamos analisar a lógica própria dos agenciamentos políticos nas mídias sociais caracterizadas, metaforicamente, como "muralhas de espelhos". Nossa pesquisa se apoia no estudo empírico de um caso de histeria moral ocorrido no Brasil, em 2017, contra a chamada "ideologia de gênero", quando conferências acadêmicas e exibições artísticas estavam sob perseguição de ativistas conservadores. A análise dos eventos à luz da teoria descortina um cenário de narcisismo político em que o entendimento baseado na argumentação racional dialógica perde espaço para o acirramento de fronteiras ideológicas.

Palavras-chave: narcisismo, plataformas digitais, esfera pública.

[*] Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, SP, Brasil.
Núcleo de Estudos em Ambiente, Cultura e Tecnologia (NAMCULT), PPGS – UFSCar. namcult@gmail.com
[**] Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, RS, Brasil.
Núcleo de Estudos de Emoções e Realidades Digitais (NEERD), PPGCS – UFSM. fernandofbalieiro@gmail.com

ABSTRACT

We hypothesized that digital platforms, far from stimulating the flourishing of a "democratic culture", should be taken as the algorithmic materialization of imaginary, dualist, and fragmented "wild thinking". Combining a certain appropriation of poststructuralism with Critical Theory and Psychoanalysis, we seek to analyze its own logic of political agency in social media characterized, metaphorically, by walls of mirrors. A scenario of political narcissism is unveiled in which social transformation through dialogical struggle loses space for the tightening of apparently insurmountable ideological and identity boundaries. Our empirical research is based on the analysis of a moral hysteria case occurred in Brazil during 2017 against the so-called "gender ideology" when academic conferences and arts exhibition were under persecution by conservative activists.

Keywords: narcissism, digital platforms, public sphere.

Introdução

Neste artigo, partimos do pressuposto de que o conceito psicanalítico de narcisismo pode contribuir para o desvelamento de fenômenos contemporâneos associados às mídias digitais. Assim, dedicamo-nos a analisar, sob um ângulo específico, a tendência das práticas sociais mediadas pelas plataformas digitais de se estruturarem sobre uma lógica dualista que converte, de imediato, a diferença em polo antagônico inassimilável: enquanto o *outro*, no qual se projeta o que é rejeitado em si mesmo, é descartado como interlocutor legítimo, constrói-se uma imagem idealizada de si. Observamos, então, como algumas características próprias ao contexto sociotécnico contemporâneo se desenvolvem pela exploração deliberada desses traços mais profundos da psique humana e, desse modo, acentuam-se e se colocam em relevo à análise científica. Assim, torna-se possível explicar as condições atuais, tanto para a formulação da "opinião pública" quanto para o desenvolvimento de certas formas de ação coletiva.

Para isso, recuperamos a discussão da teoria crítica habermasiana sobre a centralidade atribuída à esfera pública, compreendida como instância fundamental na elaboração de questões de interesse público nas democracias contemporâneas. Também nos detivemos sobre como o conceito de esfera pública, no mundo contemporâneo, deve ser repensado

em um novo enquadramento espaço-temporal da sociedade em rede. Em nossa argumentação, a precedência do espaço sobre o tempo, característica da modernidade tardia, é produtora de uma certa forma de subjetividade marcada pela instantaneidade e pela anterioridade do afetivo sobre o reflexivo que pressupõe o transcurso do tempo. Tal característica passa a ser o elemento cognitivo fundante da arquitetura das plataformas de redes sociais que, por razões econômicas, estimulam a interação instantânea de base emocional nas discussões sobre questões públicas. Recusando o determinismo tecnológico sem negar a capacidade da tecnologia de acentuar tendências preexistentes, compreendemos que as plataformas digitais são fruto de transformações sociais abrangentes de ordem cultural, econômica e política, que impulsionam certas formas narcísicas de subjetivação refletidas na programação e no uso das mídias digitais.

O exemplo empírico abordado é o caso de histeria moral[1] disseminada no ano de 2017, no Brasil, contra a chamada, por alguns atores políticos, "ideologia de gênero".[2] Este exemplo de histeria moral é heurístico das formas de ação política contemporânea marcadas pelo espraiamento instantâneo de mensagens e imagens a partir de um enquadramento simplificador da realidade social: os que representam os valores da família *versus* seus supostos adversários entendidos como ameaça à moralidade. O *outro*, com

---

[1] Preferimos utilizar o conceito psicanalítico de *histeria*, no lugar de *pânico*, por entendermos que o conceito de *histeria*, inicialmente estudado na psicanálise por Charcot, Janet, Freud e Breuer, traduz melhor o comportamento genérico dos ativistas conservadores, que não é de medo do *outro*, propriamente, ou de angústia e paralisia face ao que é temido, mas de verdadeira abominação, projeção no *outro* do que recusam em si mesmos de maneira inconsciente. Embora o termo *histeria* não seja mais utilizado como diagnóstico clínico desde os anos 1970, na literatura ainda persiste como matriz geradora de um conjunto de sintomas, entre os quais o narcisismo e o pânico. Originalmente, os filósofos empregavam o termo, relacionado a útero em grego, para caracterizar patologias femininas – associação desfeita por Freud. Este encontrou na *histeria* a predominância de certos mecanismos, em particular o recalque e a defesa que o sujeito exerce contra representações suscetíveis de provocar efeitos desagradáveis. A rigor, as fobias que levam à emotividade, ao descontrole, à instabilidade, e mesmo ao comportamento hipnótico, seriam apenas sintomas da estrutura histérica que, para Lacan, é a "estrutura do desejo". A *histeria* nada tem a ver, portanto, com o aparelho sexual feminino como se acreditou no início, embora a atribuição do próprio desejo ao *outro*, especialmente às mulheres, prática recorrente na história das sociedades patriarcais, seja um comportamento tipicamente histérico. As mulheres, obsessivamente perseguidas e mortas como "bruxas", na Idade Média, eram aquelas consideradas a causa do desejo.

[2] A "ideologia de gênero" é um significante – compartilhado transnacionalmente por setores da direita – que denota um sentido, a princípio, evasivo e redutor: compreendendo como equivalentes a militância em prol dos direitos sexuais e reprodutivos e a própria área de pesquisa de gênero. Em geral, traz a visão de que se trata de uma interpretação acientífica, de origem marxista e com vistas à dissolução da instituição familiar. Para uma compreensão histórica e contextual da noção na América Latina, ver Miskolci e Campana (2017).

o qual se identifica positiva ou negativamente, suscita reação imediata, de atração ou repulsa, não sendo percebido, em sua totalidade, como *sujeito*.

Como técnica de pesquisa subordinada ao arcabouço teórico-metodológico, seguimos Deborah Lupton (2015, p. 31), que toma a internet como um arquivo vivo, para desenvolver uma pesquisa documental a partir do acesso aos arquivos textuais, imagéticos e audiovisuais, dentre outros, visando reconstituir os processos sociais analisados e acompanhar o desdobramento dos fenômenos enquanto ocorriam, sem a necessidade de ir a campo *off-line*.[3]

O presente artigo, dessa forma, será dividido em duas partes: a primeira, teórica, relaciona as teorias da esfera pública com as contribuições do pós-estruturalismo e da psicanálise; a segunda parte, voltada ao trabalho empírico, ancora a investigação teórica prévia e permite articular a hipótese do narcisismo político ao caso de histeria moral identificado em eventos artísticos e intelectuais do segundo semestre de 2017, no Brasil. Por fim, apresentamos uma breve conclusão que pretende apontar os limites para a realização de uma "esfera pública" digitalmente mediada face à exacerbação do narcisismo no debate público sobre questões políticas.

Uma esfera pública digital?

A pergunta já é antiga e remonta os primórdios da Internet. Desde a sua emergência, as análises se dividem entre aquelas que viam nas redes digitais um potencial democratizador e participativo e outros que, seguindo as contribuições da Teoria Crítica pré-habermasiana, percebiam-nas como emblema de atomização (e menos de individualização). Desta vez, porém, a questão se põe de outro modo: que tipo de cultura política o conteúdo que aparece nas mídias digitais é capaz de revelar e, de outro lado, de que forma as mesmas mídias modulam a atuação política nas sociedades contemporâneas?

A teoria da esfera pública, de origem habermasiana, atribui centralidade à comunicação pública enquanto elemento-chave da vida democrática. A esfera pública, na acepção de Jürgen Habermas (2014), é produto do advento

[3] Em outros termos, a investigação articulou uma pesquisa assíncrona de caráter documental em que nos voltamos, retrospectivamente, a determinados eventos, combinada com etnografia flutuante na qual acompanhamos os eventos de forma síncrona sem participar, ativamente, junto aos interlocutores. Para uma discussão aprofundada sobre as formas de etnografia em ambientes digitais, conferir Gomes e Leitão (2017).

do capitalismo mercantil e baseada na separação entre o domínio privado e o domínio do poder público em termos modernos. Ela se constitui de pessoas privadas em uma esfera mediadora entre o Estado e a sociedade, que permite submeter as decisões da autoridade estatal à crítica racional. Teoricamente constituída na era liberal clássica e fundamentada no direito liberal, a esfera pública se caracteriza menos por um espaço delimitado fisicamente do que por um contexto comunicativo baseado no princípio de prover "discussão pública mediante razões", dando ênfase ao processo de formação da opinião e definição da vontade coletiva como âmbito de legitimação do poder.

A esfera pública, a rigor, nunca deixou de ser um ideal normativo não realizado empiricamente. O ideal habermasiano tem como pressuposto a independência afetiva e intelectual dos indivíduos quanto a compromissos profissionais, estatais, de classe econômica ou de grupos voltados à defesa de interesses particulares. O debate público, ao qual todos os cidadãos teriam acesso, deveria ser mediado por valores universais e orientado pela busca do bem comum (Habermas, 1985). A opinião pública, portanto, resultaria da livre concorrência entre opiniões validadas pela razão. Habermas imaginava o participante da esfera pública como um cidadão universal dotado de uma mesma racionalidade, capaz de reconhecer os outros como interlocutores igualmente legítimos, e de chegar, com eles, ao consenso racional quanto à distinção entre os interesses gerais e os particulares.[4]

Habermas, em sua análise, salienta que tal ideal não pôde se realizar plenamente, em função do processo de infiltração mútua entre as esferas pública e privada, a partir do desenvolvimento das democracias de massa no século 20 e, portanto, da interpenetração entre Estado e sociedade civil. Se em sua origem, segundo Habermas, a esfera pública burguesa tinha como meio de comunicação a imprensa de opinião e era delimitada em termos de classe, com sua ampliação, o espaço destinado ao debate esclarecido deu lugar à produção do consenso por meio das técnicas de persuasão das mídias massivas. O diagnóstico habermasiano é o de que a "mudança estrutural da esfera pública", no decorrer da história, corresponde à sua deterioração.

[4] Importante observar que, em desacordo com a tradição sociológica francesa que privilegia os termos "indivíduo", "sujeito", "coletivo", Habermas prefere os termos "público", "privado", "geral", "particular". Não há, necessariamente, uma tradução imediata entre as duas escolas. Por exemplo, o "individual" em Habermas não deve ser facilmente traduzido como "particular" (porque, para Habermas, o individual pode ser universal), nem o "coletivo" durkheimiano como "público" (porque o público-estatal, em Habermas, se aproximaria mais do particular), assim como "coletivo" e "geral", embora se assemelhem, são constituídos por processos diferentes (o primeiro corresponde à dimensão cultural previamente dada na sociologia francesa, o segundo resultaria da discussão racional na teoria habermasiana).

A despeito das críticas em relação a seu modelo de esfera pública (Fraser, 1990; Adut, 2008), um aspecto permanece atual no pensamento do autor: a infiltração das estratégicas comunicacionais, próprias aos *media*, na construção da opinião pública. Tal aspecto está na ordem do dia quanto às análises da influência que as novas mídias exercem sobre a democracia contemporânea. Para investigá-lo, nosso foco recai sobre como a dimensão sociotécnica das redes sociais digitais atua na mediação do debate público de modo igualmente intenso que os meios de comunicação de massa, ainda que a relação emissor-receptor não seja mais unidirecional, ao menos tecnicamente.

Investigamos a hipótese de que as plataformas digitais reconfiguram o debate público orientadas por uma lógica comercial que induz a ações moduladas afetivamente e regidas pelo imediatismo. A possibilidade oferecida pelas mídias digitais, de que o usuário produza o próprio conteúdo, induz à ilusão narcísica de que, através delas, a pessoa exerça plenamente sua liberdade. O conteúdo das publicações e as formas de interação, no entanto, são condicionados por uma nova organização espaço-temporal própria da sociedade em rede e pela mediação algorítmica programada e constantemente atualizada em função de imperativos econômicos e da observação das condutas dos usuários.

Espaço, tempo e subjetividade

Manuel Castells (1999) evidenciou a emergência de um novo paradigma sociotécnico derivado da revolução tecnológica iniciada na década de 1970. Respondendo a demandas de reorganização da estrutura produtiva, o desenvolvimento articulado das tecnologias de informação e comunicação fez emergir um novo tipo de capitalismo: o informacional. A capacidade técnica de criação e processamento de informação em rede fomentou uma nova infraestrutura de interconexão global que reorganizou a produção e o consumo a partir de uma lógica descentralizada. Representada graficamente pela relação entre inúmeros nós e arestas, a sociedade em rede suscita a imagem de uma organização social dinâmica e interconectada, marcada por trocas de informação processada em diversos pontos do globo. Embora a análise de Castells parta da reflexão sobre a mudança econômica, também explora como suas características sociotécnicas demonstraram penetrabilidade em todas as esferas da atividade humana.

Antes de Castells, porém, autores da sociologia e teoria social já haviam identificado as implicações sociais, culturais, políticas e subjetivas das transformações próprias da modernidade tardia. Anthony Giddens, Frederic Jameson e David Harvey são pesquisadores que se apropriam especialmente das contribuições teóricas do pós-estruturalismo tomando-as como diagnósticos da contemporaneidade, sobretudo quanto às novas articulações espaço-temporais. A modernidade conecta local e global alterando a dinâmica entre presença e ausência nas relações sociais e fazendo com que eventos distantes exerçam influência, de forma instantânea, sobre os variados contextos locais (Giddens, 1991). Harvey (1992), por sua vez, explica a "compressão do tempo-espaço" (fenômeno oposto ao tempo e espaço do projeto iluminista) sobretudo pela passagem do fordismo à acumulação flexível, forma de organização produtiva baseada na simultaneidade, descentralização, rotatividade e apropriação da subjetividade. Jameson já observara que, no capitalismo tardio, o espaço que se habita é o da sincronia, não mais o da diacronia – tempo transcorrido e irreversível. "Nossa vida cotidiana, nossas experiências psíquicas, nossas linguagens culturais, são hoje dominadas pela categoria espaço e não pela de tempo, como eram no alto modernismo" (Jameson, 2002, p. 43).

O espaço que se sobrepõe ao tempo, a partir da segunda metade do século 20, não corresponde mais à antiga territorialidade circunscrita na geografia do globo, passível de ser cartografada. As antigas linhas que percorriam os mapas e pressupunham um longo tempo de viagem, encurtaram-se e, com isso, o plano do espaço também se reconfigura. Referimo-nos ao fenômeno da desterritorialização que afasta o espaço do vetor temporal e desvincula tempo de lugar (Ortiz, 2015). Assim, a subjetividade contemporânea é modificada quanto à velocidade (S/T) na apreensão e interpretação dos significados. Quando o tempo incide menos que o espaço na experiência subjetiva,[5] predomina, sobre o simbólico, o imaginário que é da ordem do imediato (Lacan, 2005). Diferente do simbólico que teria afinidade maior com a subjetivação, temporalidade e elaboração pela linguagem, o imaginário se aproxima do pensamento que Lévi-Strauss define como aquele "em estado selvagem, não cultivado", o pensamento classificatório que se orienta por

[5] Tal constatação permite que se trate o espaço-tempo contemporâneo como "ciberespaço", não mais no sentido de uma dimensão fantasiosa ou potencial apartada da realidade, como era referido na década de noventa, e sim como espaço social, digitalmente mediado, em que todos estamos cotidianamente imersos (Marzochi, 2016, 2017, 2019).

imagens e "não distingue os momentos de observação e de interpretação" (Lévi-Strauss, 2010, p. 261).

A cultura midiática e a cultura política contemporâneas forjam-se mutuamente e se desenrolam no plano do "digital", isto é, do tempo-espaço em que não é possível separar significado e significante. A manifestação instantânea de identificação positiva ou negativa, de aceitação ou rejeição de um signo, símbolo ou imagem, é o que chamamos aqui de "narcisismo político". Nos contextos em que este prepondera, as relações sociais são mediadas pelo imaginário, sensações e impressões, pelas "representações sensíveis" no sentido durkheimiano, e o *eu* aparece, no lugar do *sujeito*, como medida de todas as coisas. Essa abordagem teórica encontra nos estudos empíricos, a exemplo de Castells, sua plena confirmação. O autor (Castells, 2015) define o ativismo contemporâneo como *individualismo em rede*, caracterizado pela seleção, por afinidade, de projetos em comum, porém instáveis e mutantes, moldados por interesses e valores pessoais. As formas de mobilização mais estáveis, marcadas pela presença mediadora das organizações da sociedade civil, como as organizações de classe social, cedem espaço para ativismos criados nas e pelas redes sociais digitais, a partir de pontos de convergência momentâneos. A motivação afetiva precede a elaboração reflexiva: "quanto mais rápido e interativo for o processo de comunicação, maior será a probabilidade de formação de um processo de ação coletiva enraizado na indignação, propelido pelo entusiasmo e motivado pela esperança" (Castells, 2013, p. 23). Ainda que o autor enfatize que toda forma de ação coletiva está baseada em motivação afetiva, reforça que, no novo contexto, a importância do afetivo se amplifica na origem das mobilizações.

Além dos efeitos sobre as relações sociais desencadeados pelas manifestações passionais em plataformas de interação social, o fenômeno da precedência afetiva da ação política é densamente estimulado, usado e manipulado como banco de dados digitais por terceiros, empresas e grupos políticos. O escândalo da Cambridge Analytica nas eleições de Donald Trump, em 2016, e no Brexit, decidido em plebiscito no mesmo ano, atesta a necessidade de se pesquisar, com maior profundidade, a relação entre o debate público e as redes sociais condicionadas pelas plataformas digitais. Emoção, indignação, instantaneidade, comunidades digitais, independência de partidos políticos, sindicatos e outras associações, desconfiança extrema da mídia jornalística e das instituições políticas são elementos que podem, a

rigor, ser identificados a expressões de autoritarismo e enfraquecimento das instituições democráticas. O título do último livro de Castells, *Ruptura: a crise da democracia liberal*, dá o tom das ameaças mais recentes aos processos de democratização. "Esse parece ser um dado fundamental da conduta política de nosso tempo. Os cidadãos selecionam as informações que recebem em função de suas convicções enraizadas nas emoções" (Castells, 2018, p. 60).

"Esfera pública" e plataformas digitais

José Van Dijck, Tomas Poell e Martijn Wall (2018) argumentam que as plataformas digitais passaram a constituir uma nova infraestrutura da vida social contemporânea, pois, segundo os autores, penetraram as mais diversas atividades sociais, culturais, políticas e econômicas da atualidade, gerando uma acirrada disputa entre os interesses público e privado. No caso específico de nossa pesquisa, a questão recai sobre as condições de acesso à informação e ao debate público. São três as maneiras pelas quais as plataformas contribuem para modelar o debate público: dataficação, comodificação e seleção. As plataformas transformam objetos, atividades, emoções, ideias, imagens, palavras em mercadorias. Realizando um trabalho dito imaterial (Gorz, 2009; Lazzarato & Negri, 2013), no qual se emprega a subjetividade de modo irrestrito em troca da utilização de plataformas, deixa-se registros digitais – preferências, estilos de vida e consumo, escolhas e posições políticas, trocas de mensagens de trabalho, institucionais, pessoais ou confidenciais – em todas as atividades *online*. Executa-se um trabalho sem "tempo livre", em que a "mais-valia" não mais corresponde ao tempo excedente de trabalho estipulado em horas contratadas, mas aos dados depositados incessantemente, capazes de gerar lucro à plataforma. Um trabalho que nem sempre se pode considerar "alienado", pois é recorrente o fato de o usuário estar narcísica e integralmente identificado com sua atividade, embora ignore o que é feito de sua produção e de que modo ela gera capital às corporações digitais.

Assim como no "trabalho alienado", o lucro gerado com a produção de dados pelo usuário comum não é dividido com este, o qual nem sempre está ciente de que, ao aceitar os "termos de contrato" das plataformas que autorizam sua utilização, abre mão dos direitos sobre tudo o que publica,

inclusive sobre dados confidenciais não abertos ao público. Tampouco o usuário comum tem alguma ideia de como são apropriados os produtos de sua subjetividade (pensamentos, anseios, emoções, experiências, criações, sonhos, paixões etc.) coletados de modo utilitário e impessoal para a construção e sistematização de "perfis" de consumo. Forma-se um banco de dados detalhado sobre o comportamento humano a partir da produção massiva, incessante e dinâmica de informações ancorada no cálculo milimétrico da ação de milhões de usuários.

As plataformas precisam que os usuários fiquem conectados para a geração contínua de dados (matéria prima para o banco de dados revendido) e também para que a publicidade chegue aos potenciais consumidores. Elas consistem em mecanismos de seleção personalizada do conteúdo pelo trabalho algorítimico que direciona as informações consideradas relevantes para os usuários. Cada pessoa recebe um conjunto particular de informações – notícias, postagens, links, vídeos, publicidade – direcionado algoritmicamente pelas escolhas prévias que fornecem a base para sua "perfilização".

Eli Pariser (2011) denomina "filtro bolha" o mecanismo de busca do Google, configurado em dezembro de 2009, que passou a customizar os resultados para cada usuário, criando um enviesamento que reflete escolhas prévias do indivíduo. A personalização automatizada passou a constituir-se peça-chave nos filtros voltados aos usuários das diversas redes sociais digitais. O que poderia ser visto como apenas um facilitador propicia a predominância de consensos polarizados pelo direcionamento algorítmico do conteúdo das redes digitais, reforçando preconceitos intragrupais e inibindo a reflexão e o diálogo entre posições divergentes.

Do ponto de vista habermasiano, o debate político entre os usuários nas plataformas digitais não é capaz de caracterizar, conceitualmente, uma "esfera pública". De acordo com Frank Pasquale (2017), o que experimentamos, hoje, é uma esfera automatizada na qual a agenda pública passa a ser conduzida por algoritmos que classificam o conteúdo e dirigem os usuários da Internet com base no processamento de dados de buscas individuais e coletivos. A mediação automatizada da informação substitui os filtros humanos de edição (*gatekeepers*) e, portanto, sem a vigilância da autocrítica, estimula a propagação de mensagens pouco confiáveis de fontes incertas que culminam, com frequência, em desinformação e difusão de conteúdo discriminatório.

Van Dijck (2016) salienta outros dois elementos fundamentais da arquitetura das plataformas: os protocolos e o *default*. Os primeiros constituem as formas e as regras de interação, configurações de *software* caracterizadas por interfaces visíveis, com seus botões, barras, ícones, regulação e exposição das informações necessárias do usuário, além dos procedimentos internos (não visíveis) que guiam suas atividades. O segundo se caracteriza pela configuração padrão dos usuários que já estabelecem, de antemão, algumas definições de privacidade e de interação com os demais. Embora possa ser modificado, tende a estabelecer um padrão de interação ao usuário comum. Estas não são definições puramente técnicas; estão ancoradas em uma base valorativa que, segundo a autora, caracteriza-se pelo *princípio de popularidade*. Em outros termos, as plataformas digitais são aparatos sociotécnicos constituídos com base em uma ideologia que valoriza a concorrência, dando mais visibilidade a publicações com maiores índices de avaliação pelos usuários, seja de aprovação ou reprovação. A inclusão de botões como "curtir", "seguir", "compartilhar" incentiva a maximização da interação *online*, permitindo sua quantificação, e configura as formas de sociabilidade pelo seu caráter imediatista e visceral. Em síntese:

> (...) plataformas tendem a incluir sinais tanto de interesse pessoal quanto global em sua seleção algorítmica do conteúdo "mais relevante", "topo", "tendência". Ao fazer assim, elas privilegiam o conteúdo que mais rapidamente gera o engajamento do usuário. A seleção automatizada de notícias se move em torno dos princípios da "personalização" e da "viralidade" – princípios que são fundamentalmente incrustrados nas arquiteturas das plataformas – solicitando os usuários a compartilhar conteúdo com seus amigos e seguidores e, assim, solicitando uma resposta "emocional" (Van Djick *et al.*, 2018, p. 65).

Embora as plataformas digitais não sejam meios facilitadores, mas uma infraestrutura que molda as conexões, é imprescindível recuperar suas condições de agenciamento, dado que os usos das mesmas dependem da ação contextualizada de determinados atores sociais. Airton Jungblut (2015) define, em termos ideal-típicos, duas modalidades de agência política no contexto *online*: a de baixo e a de alto grau de intencionalidade. A última seria marcada pela ação prospectiva, analítica e estratégica. A primeira, generalizada na era das mídias digitais, seria caracterizada por formas de engajamento momentâneo, presente em uma curtida, na assinatura de uma

petição ou no compartilhamento de determinado conteúdo informativo ou (audio)visual. O autor argumenta que a inteligibilidade de certos acontecimentos políticos, disparados *online*, em grande medida pode ser encontrada no papel desempenhado pela agência de baixa intencionalidade que resulta, por exemplo, na disseminação de determinado conteúdo em diversos canais digitais por uma conjunção de ações individuais.

A predominância da agência de baixa intencionalidade, efeito da arquitetura das plataformas digitais, caracteriza-se, também, pela baixa reflexividade, dado que, efeito de decisões imediatas, são marcadas por um exercício pouco detido de racionalidade. Ocorre que há uma assimetria entre essa forma de agência e a de alta intencionalidade que caracteriza os atores competentes no processamento e interpretação dos dados, e no domínio técnico das características automatizadas das plataformas.

Alguns atores podem ter acesso não apenas a (mega)dados privilegiados, mas a ferramentas sofisticadas de monitoramento de mídias sociais, além de conhecimento técnico avançado para se manter em condição de visibilidade nas plataformas ou para a disseminação de determinadas mensagens de forma capilarizada. As bases emocionais e pré-reflexivas inscritas nas plataformas digitais podem ser acentuadas enquanto objeto de manipulação por atores sociais técnica e politicamente competentes. Em uma esfera calcada em tons emocionais, as plataformas são mecanismos de intensificação dos antagonismos, o que não raro resulta na compreensão das diferenças políticas a partir de uma lógica dualista "nós" *versus* "eles" que opera sobre categorizações simplificadoras e moralistas dos opositores políticos, transformados em inimigos sociais.

Narcisismo e mídias digitais

As plataformas digitais acentuam tendências preexistentes na realidade social contribuindo, assim, para a sua exacerbação, ao exemplo do narcisismo. Os fenômenos narcísicos, interpretados por Freud, que adquirem novos contornos na obra de Lacan, aparecem nas redes sociais digitais com evidência. Observa-se o mecanismo pelo qual, nos processos de identificação, o objeto que exerce fascínio sobre o indivíduo ocupa o lugar do *ideal do eu*. Não é por acaso que o termo "narcisismo", segundo Freud,

deve-se à descrição clínica de P. Näcke, realizada em 1899, "para designar a conduta em que o indivíduo trata o próprio corpo como se este fosse o de um objeto sexual", isto é, como se fosse o corpo de um *outro*. O narcisismo, em si, não seria uma perversão ou patologia, mas o "complemento libidinal do egoísmo do instinto de autoconservação" (Freud, 2010 p. 10).

O debate político acentuadamente "polarizado" contribui, dessa forma, para a compreensão de um aspecto menos explorado do conceito de narcisismo, – o fato de que o objeto introduzido, ou ao qual o eu se entrega, está sempre destinado a substituir e combater um outro objeto que antes ocupava o lugar do *ideal do eu* e que, agora, tornou-se seu inimigo. Haveria um "objeto bom", o salvador, de que se espera a restituição das perdas e a restauração dos danos ocasionadas pelo "objeto mau" que, no entanto, permanece sempre ali, como negação. Isso explicaria, em parte, o fanatismo com que os indivíduos se agarram a certas figuras humanas, símbolos ou emblemas purificadores dos resquícios da "maldade" e, também, a relativa facilidade com que substituem, ou mesmo alternam, esses objetos.

O paradoxo é que, com frequência, esse segundo objeto salvador, supostamente bom, exige dos fiéis o autossacrifício, o suicídio simbólico ou real, uma vez que esta seria a única maneira de extirpar, por completo, o objeto anterior, traumático, a que se atribui a responsabilidade por todos os insucessos e sofrimentos pessoais. Como o objeto é, antes de mais nada, uma ideia assimilada pelo indivíduo que ele coloca no lugar do *ideal do eu*, pode referir-se a uma pessoa, um projeto, um partido, uma bandeira e, também, a uma identidade política, étnica, profissional, de classe ou de gênero. O duplo mecanismo de fascinação-rejeição, – fascinação por um objeto, complementar à rejeição de outro objeto na mesma intensidade, – funcionaria de modo similar em todos esses casos.

Tais objetos, tanto os adorados quanto os rejeitados na mesma proporção, em geral são superestimados. São considerados onipresentes, onipotentes e oniscientes, e seus superpoderes se transferem, em alguma medida, aos indivíduos que os introduziram. Tal como na megalomania, há uma "superestimação do poder de seus desejos e atos psíquicos, a 'onipotência dos pensamentos', uma crença na força mágica das palavras, uma técnica de lidar com o mundo externo, a 'magia'"[6] (Freud, 2010, p. 11-12). A sobrevalorização do pensamento e das palavras, dos outros

[6] Consultar, também, sobre a ideia de força mágica, para Freud, o livro *Totem e Tabu*, de 1913.

e dos próprios, fica evidente nas redes sociais digitais que muito bem sabem explorar esse componente narcísico – "no que você está pensando, Fulan@?". Com esta frase, o *Facebook* se apropria das lições de Althusser e interpela o indivíduo como se ele fosse sujeito. Essa superestimação do poder das palavras se revela na alteração emocional que os usuários das redes digitais experimentam ao trocar mensagens de acordo ou desacordo, e na credibilidade atribuída aos conteúdos recebidos por meios digitais, mesmo quando são tendenciosos, enviesados ou completamente falsos. É como se a própria mídia conferisse veracidade ao conteúdo que veicula; parodiando Hegel, o que é digital é real...

Mas o que, sobretudo, ensina a análise desse fenômeno é que as lutas intestinas pela classificação, visão e di-visão de mundo (Bourdieu, 2003), tão caras aos indivíduos, não levam em conta que esses objetos, tomados por eles como se fossem a própria essência, são transitórios, criações imaginárias que obnubilam a percepção de que o adversário é apenas um outro objeto, assim como a imagem que fazem de si não é própria, mas do objeto que tomou o lugar do eu. Essas "muralhas de espelhos" não são criações das redes digitais; estão presentes na cultura humana que se vale, especialmente, da dimensão imaginária, ainda que adquiram, sem dúvida, relevância sem precedentes nessas redes.

A sociabilidade mediada pelas plataformas digitais intensifica essas dimensões próprias da vida humana em sociedade. Em ocasiões de crise econômica, política e cultural, associadas à perda de autoestima generalizada, essas tendências se acentuam ainda mais. O *eu* fragilizado encontra naquela pessoa, projeto, partido, bandeira, identidade uma solução que não culmina, no entanto, no seu fortalecimento individual, mas no agravamento de sua desefetivação, uma vez que o *eu* se entrega ao objeto: "o *eu* se torna sempre mais despretensioso, mais modesto, e o objeto sempre mais grandioso, mais valioso; ele [o objeto] se apodera, por fim, de todo amor-próprio do *eu*, de maneira que o autossacrifício deste é a consequência natural. O objeto consumiu o *eu*, por assim dizer" (Freud, 2013, p. 112-113).

Simultaneamente à "entrega" do *eu* ao objeto (entrega sublimada a uma ideia abstrata), falham as funções que cabem ao *ideal do eu*, em especial a crítica que deveria ser exercida por essa instância. Nas palavras de Freud (2013, p. 113),

> tudo o que o objeto faz e exige é justo e irrepreensível. A consciência moral não encontra aplicação a nada do que ocorre em favor do objeto; na cegueira do amor, a pessoa se transforma em criminosa sem sentir remorsos. A situação toda pode ser perfeitamente resumida numa fórmula: o objeto se colocou no lugar do ideal do *eu*.

Em momentos de insegurança social, espera-se que certo número de indivíduos coloque um único e mesmo objeto no lugar de seus ideais do *eu* e que, por conseguinte, se identifiquem uns com os outros em seus *eus* (Freud, 2013). Essa relação de dependência hipnótica entre eles e com o objeto incorporado torna o *eu* ainda mais agressivo a qualquer outro objeto visto como ameaça. Nesse estado de hipnose coletiva e regressão da atividade psíquica, a personalidade individual consciente desaparece, os pensamentos e sentimentos são orientados para a mesma direção, e a afetividade e o imediatismo predominam sobre a reflexão (Freud, 2013). É assim que, segundo Freud, "o narcisismo de uma pessoa tem grande fascínio sobre aquelas que desistiram da dimensão plena de seu próprio narcisismo", do "desenvolvimento do *eu*" (2010, p. 23).

No tópico a seguir, exploraremos uma situação específica de narcisismo político mediado pelas plataformas digitais. Trata-se de um caso que pode ser classificado pela literatura sociológica como pânico moral[7], mas que preferimos denominar de *histeria moral*, em diálogo com a teoria psicanalítica, descrevendo-o como um processo que opera sobre uma lógica dualista em que uma noção idealizada de "nós" constrói o *outro* como ameaça à ordem social. A histeria coletiva foi desencadeada pela disseminação instantânea de conteúdo digital que forjou uma reação emocionalmente carregada contrária a eventos artísticos e intelectuais, ocorridos no ano de 2017, cujos temas evocavam a questão da diversidade sexual.

---

[7] O conceito de pânico moral foi criado por Stanley Cohen (1972), na década de 1960, ao caracterizar certos fenômenos sociais de reação intensa nas mídias, na opinião pública e entre empreendedores morais em relação a comportamentos e atores sociais que pretensamente teriam rompido com padrões normativos considerados a base da coesão social. A discussão sobre pânico moral tem como origem teórica a vertente sociológica do interacionismo simbólico, portanto, está centrada na dimensão processual dos fenômenos sociais. Reconhecemos a insuficiência de tal teoria para fins explicativos de suas causas estruturais, ainda que a operacionalização do conceito nos ajude a compreender a dimensão fenomenológica dos eventos analisados. Para fim de superar suas limitações, utilizamos aqui o conceito de pânico moral compreendido como elemento interno à estrutura histérica, articulada assim à discussão prévia sobre o narcisismo.

Histeria moral nas redes sociais digitais

Os eventos analisados a seguir são desdobramentos da histeria moral que marcou os embates políticos da década passada, no Brasil, associada aos temas de gênero e diversidade sexual. O ativismo conservador contra a chamada "ideologia de gênero" desembocou em episódios de histeria coletiva disparados por atores políticos no campo da direita. Isso ocorreu com o chamado "kit anti-homofobia", em 2011, nas discussões dos planos federal, estaduais e municipais de educação, em 2014 e 2015,[8] e voltou à cena com os ataques aos eventos artísticos e intelectuais, em 2017, que serão analisados em seguida.

O primeiro caso de histeria moral analisado ocorreu em setembro contra a exposição *Queermuseu – Cartografias da Diferença na Arte Brasileira*, em Porto Alegre, interrompida após intensa mobilização fomentada nas redes digitais, e desdobrada na crítica à *performance* de "La Bête", do artista Wagner Schwartz no MAM, em São Paulo. O segundo caso ocorreu em novembro, na mesma cidade, contra a presença da filósofa Judith Butler no Brasil, quando houve um protesto em frente ao SESC Pompeia, onde estava a filósofa, repercutido ao vivo pelas mídias digitais por agitadores de direita.

Embora prefiramos o termo "histeria" a "pânico moral", no intuito de acentuar o processo inconsciente de negação de desejos que são projetados no objeto de rejeição, alguns traços do conceito de "pânico moral", elencados por Goode e Ben-Yehuda (2003), são também indicadores do comportamento histérico: (i) o consenso (a percepção espraiada na sociedade sobre determinado assunto que mobiliza o pânico); (ii) a preocupação (a compreensão disseminada de que se trata de uma "real" ameaça); (iii) a volatilidade (quando um tópico surge como um problema em determinado momento e tende a desaparecer logo em seguida); (iv) a desproporcionalidade (a preocupação que se baseia em percepção falseada ou exagerada) e; (v) a hostilidade (movimentos de reação a determinados grupos ou indivíduos que são responsabilizados pela ameaça).

Nos dois casos, o mesmo processo inconsciente se desenrolou a partir da construção de um "escândalo" cuja origem não pode ser compreendida sem a mediação das redes sociais digitais. Segundo o sociólogo Ari Adut (2008), um escândalo depende de uma relação contextual entre

[8] Sobre o histórico da "cruzada moral", no Brasil, ver Miskolci e Campana (2017) e Balieiro (2018).

uma presumida transgressão e a reação pública. Questões toleráveis em contextos privados, quando publicizadas e dirigidas a públicos sensíveis que as compreendam como transgressão, podem se tornar alvo de reações públicas. Assim, o escândalo permitiu a reativação de uma percepção que vinha sendo incitada por ativistas conservadores que buscavam conter avanços na seara dos direitos sexuais e reprodutivos, identificando-os com ameaças às crianças. A princípio, o escândalo possibilitou a concretização de dois elementos do pânico moral: o consenso ampliado da existência de uma ameaça, "a ideologia de gênero", e a localização da ameaça em certos atores que, por sua vez, tornaram-se nacionalmente conhecidos e alvos de perseguição e hostilidade.

As redes sociais digitais são um terreno propício à difusão do escândalo, pela publicidade que permitem dar a certos eventos, pelo incentivo a formas mais passionais de engajamento e pela facilidade de compartilhamento instantâneo de mensagens escritas, imagens e vídeos. Cabe acrescentar, ainda, a dimensão agencial dos atores sociais envolvidos no caso de histeria moral. Sua disseminação dependeu de agência de alta intencionalidade por determinados atores que souberam fazer uso instrumental da dimensão afetiva e instantânea das redes sociais digitais. Ao dizer isso, não queremos argumentar que o caso de histeria moral foi premeditado, mas que envolveu a atuação estratégica de variados atores para fins políticos momentâneos, dentre os quais, a própria publicização nacional de atores emergentes no cenário político.

O encerramento do Queermuseu ocorreu quatro dias antes, em 06 de setembro de 2017, porque um texto, publicado no site Lócus[9], apresentava algumas obras selecionadas da exposição e acusava o Santander Cultural de promover pedofilia e pornografia (Silva, 2019). Filmagens de peças, imagens do catálogo, entre outras atribuídas à exposição, circularam de forma a vinculá-la à transgressão moral. Como reação, o Movimento Brasil Livre organizou uma campanha de boicote à exposição e ao banco promotor. É importante ressaltar que alguns expoentes tiveram papel preponderante na interpretação do ocorrido, dada sua influência e projeção nacional. Em seu canal do YouTube Mamãefalei, Arthur Moledo, expoente do MBL e hoje deputado estadual em São Paulo, expôs sua visão sobre a exposição:

[9] https://www.locusonline.com.br/2017/09/06/santander-cultural-promove-pedofilia-pornografia-e-arte-profana-em-porto-alegre/. Acesso em 13 de fevereiro de 2020.

> educação, cultura e diversidade são obras de arte com zoofilia, pedofilia, crianças trans? (...) isso faz parte claramente de uma agenda autoritária de esquerda. Por pessoas querendo de maneira autoritária empurrar isso goela abaixo não só para pessoas adultas como nós, mas para crianças e para jovens.[10]

Poucos dias depois do fechamento da mostra, outra apresentação artística se tornou objeto de discussão pública: a *performance* "La Bête", do artista Wagner Schwartz, na abertura da exposição Panorama de Arte Brasileira no MAM-SP, inspirada na obra *Os Bichos*, de Lígia Clark. Na apresentação, "(...) o artista nu manipula uma réplica de plástico de uma das esculturas da série de Lígia Clark e convida o público a articular as diferentes partes de seu corpo por meio de suas dobradiças" (Silva, 2019, p. 244). A circulação de um vídeo da *performance*, na abertura da mostra, captou um momento no qual uma criança participava da apresentação tocando no tornozelo do artista. Kim Kataguiri, um dos líderes do MBL e hoje deputado federal, divulgou o vídeo com o seguinte título: "Exposição no Museu de Arte Moderna de São Paulo é mais uma que mostra a falta de bom senso e de decência de pessoas que querem seguir uma agenda criminosa e nociva para nossas crianças"[11]. No vídeo, ele diz: "e eu não sei qual é a tara que essa gente tem por criança! (...) Por que fazer isso com criança? (...). Agora por quê? Para quê? Qual a agenda que está por trás disso?". A interpretação de ambos os membros do MBL associa exposições artísticas a uma agenda política de esquerda que visaria, preferencialmente, o público infantil.

A onda de histeria moral teve seus desdobramentos finais quando Gaudêncio Fidelis, curador da exposição *Queermuseu*, foi convocado a depor na Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar maus-tratos a crianças e adolescentes, no dia 23 de novembro de 2017. O Ministério Público abriu inquérito para investigar Schwartz em denúncia de conteúdo impróprio às crianças, e o artista ainda prestou depoimento de quase três horas na 4ª Delegacia de Polícia de Repressão à Pedofilia. Na sequência da projeção da polêmica nas redes sociais digitais, revelou ter sofrido ameaças de morte.

Ainda no calor do escândalo produzido contra a exposição, no início de novembro de 2017, a teórica Judith Butler veio ao Brasil como uma das

[10] https://www.youtube.com/watch?v=FiSNvXJYmP4. Acesso em 28 de julho de 2020.

[11] https://www.facebook.com/kataguiri.kim/videos/vb.833053646745836/1668934713157721. Acesso em 28 de julho de 2020.

organizadoras do evento *Fins da Democracia* realizado no SESC Pompeia, fruto de convênio entre a Universidade da Califórnia e a Universidade de São Paulo (USP). Na mesma ocasião, também ministrou palestra na Universidade Federal de São Paulo (Unifesp) para o lançamento de seu último livro traduzido ao português, *Caminhos divergentes:judaicidade e crítica do sionismo*. Embora a filósofa norte-americana seja uma das referências na teoria feminista contemporânea, sua vasta obra se debruça sobre temas muito variados: dos estudos feministas e teoria *queer* a reflexões sobre ética e filosofia política. A despeito das intervenções de sua visita não terem como foco as questões de gênero, ela atraiu oposição por ser considerada a maior representante da chamada "ideologia de gênero".

Bernardo Küster, *youtuber* até então pouco conhecido, publicou vídeo chamado *#FORABUTLER – A criadora da ideologia de gênero vem ao Brasil*[12] que relaciona a obra da autora aos acontecimentos artísticos ocorridos nos meses anteriores, dentre outros também compreendidos como produtos da "ideologia de gênero" supostamente concebida por Butler. Uma petição *online* foi elaborada pelo cancelamento de uma palestra no SESC com a assinatura de mais de 370 mil pessoas.[13] Grupos favoráveis e contrários à presença da filósofa se reuniram em frente ao SESC Pompeia, dentre os quais o emergente grupo Direita São Paulo com a liderança jovem de Douglas Garcia. A manifestação ocorrera na rua em frente ao SESC com poucos participantes, mas era transmitida ao vivo por alguns de seus organizadores,[14] em suas redes digitais, podendo alcançar, assim, um público amplificado. Butler era concebida como a encarnação do mal: cartazes a associavam ao demônio e uma boneca de bruxa com a foto de seu rosto foi queimada em público, retomando uma simbologia inquisitorial.

Embora as manifestações não tenham impedido a participação da filósofa, a perseguição a ela persistiu. Um vídeo postado no YouTube por seus detratores e que circulou nas redes digitais, mostra que Judith Butler e Wendy Brown, ambas professoras da Universidade da Califórnia, em Berkeley, foram agredidas quando despachavam sua bagagem no aeroporto de Congonhas, em São Paulo. Ofensas nas línguas inglesa e portuguesa foram direcionadas

[12] https://www.youtube.com/watch?v=7l348rFl7_o. Acesso em 28 de julho de 2020.

[13] https://www.citizengo.org/pt-br/fm/108060-cancelamento-da-palestra-judith-butler-no-sesc-pompeia. Acesso em 29 de julho de 2020.

[14] https://www.facebook.com/watch/live/?v=1344536215651041. Acesso em 28 de julho de 2020.

a elas: "you are not welcome in Brazil!", "you guys are evil (...) you are pedophile", "porca", "assassina", "corruptora de menores", "você não é bem-vinda ao Brasil!", "contra a ideologia de gênero!", "assassina de crianças!". Os manifestantes associavam Judith Butler, sem qualquer fundamento, à "pedofilia", "sexualização infantil" e "assassinato de crianças".

Embora a histeria moral, como fenômeno coletivo, seja marcada pela efemeridade, irracionalidade e acirramento das paixões, é apropriada e manipulada, estrategicamente, por atores políticos interessados em publicidade e obtenção de apoio eleitoral. Não se trata, portanto, de convicção ideológica genuína, mas de oportunidades políticas de aumento da popularidade e detração do campo adversário. Por essas razões, consideramos o termo "cruzados morais", recorrente nos estudos de fenômenos semelhantes, insuficiente para dar conta da dimensão relacional e fugaz do ativismo digital, mesmo o de cunho ultraconservador. Ao analisar a sequência dos acontecimentos, constata-se o êxito eleitoral dos ativistas à direita que, não obrigatoriamente, sustentarão, depois de eleitos, bandeiras específicas contra a diversidade sexual, igualdade de gênero, direitos reprodutivos etc. Conforme as marés ideológicas, os discursos se alternam de maneira relacional, distintiva, reativa, sobretudo no Brasil onde a "cordialidade" e o "heroísmo sem caráter" já inspiraram belas obras.[15]

As eleições de 2018 foram marcadas por denúncias de disparo massivo de notícias falsas, via WhatsApp, por apoiadores de Jair Bolsonaro, sobre o candidato do Partido dos Trabalhadores, Fernando Haddad. Uma das notícias falsas que circulou foi a de que o candidato petista teria distribuído mamadeiras eróticas, em formato de pênis, a creches de São Paulo, quando foi prefeito[16]. A princípio, tal acusação poderia ser apenas percebida como falsificação barata e mal-intencionada. No entanto, a própria circulação em massa da notícia nos atenta para observar como, possivelmente, havia receptividade de tal mensagem por parte de certos públicos.

Durante o período de disputa eleitoral, em entrevista ao Jornal Nacional, Jair Bolsonaro – desrespeitando a norma que não permitia mostrar materiais – trouxe à cena um livro, *Aparelho sexual e cia*, da autora francesa Hélène

---

[15] Referimo-nos às obras de Sérgio Buarque de Holanda, *Raízes do Brasil* (1995), e Mário de Andrade, *Macunaíma* (2018).

[16] https://politica.estadao.com.br/blogs/estadao-verifica/mamadeiras-eroticas-nao-foram-distribuidas-em-creches-pelo-pt/ Acesso em 20 de julho de 2021.

Bruller, afirmando que se tratava do "kit gay" distribuído nas escolas quando Haddad era o Ministro da Educação. A falsidade da sua "prova", um livro francês sendo apresentado como se fosse um material do MEC, aponta para o uso estratégico do então candidato no sentido de persuadir os eleitores sobre a suposta ameaça representada por seu adversário[17]. A distorção ideológica das políticas públicas de redução da homofobia desenvolvidas sob a responsabilidade do Ministério da Educação, em 2011, ajudou a alavancar sua carreira de deputado federal. Naquele ano, marcou sua presença nas mídias (digitais e analógicas) após "denunciar" o material em desenvolvimento no MEC, chamando-o de "kit gay", compreendido como uma tentativa de "sexualizar as crianças" e promover a "pedofilia". Sua posição em relação ao tema continuou sendo um dos principais alicerces ideológicos de suas campanhas políticas desde então, até se tornar presidente em 2018.

O desenrolar desses exemplos de histeria moral desvela uma expressão do narcisismo político que capturou os embates ideológicos no Brasil. Estimulado por atores políticos diversos, autoidentificados como liberais ou conservadores, esse caso foi responsável pela construção simbólica do "mal" – materializado em eventos artísticos, educacionais ou acadêmicos que deveriam ser extirpados –, o que impedia o estabelecimento de qualquer diálogo entre grupos opositores. Mais do que isso, contribuiu para o recrudescimento da cultura anti-intelectualista e anticientífica de direita que se revelou um alto risco à saúde pública neste período de combate à pandemia de Covid-19. Uma tragédia nacional que, em larga medida, deve-se à construção desse objeto supostamente "bom" e purificador da "maldade", o candidato Jair Bolsonaro, cuja campanha buscou associar à tradição cristã e ao seu passado militar e que, em confirmação à teoria freudiana, foi realmente capaz de exigir sacrifícios mortais de seus apoiadores.

Considerações finais

Os fenômenos analisados expressam, de maneira exacerbada, o espírito do tempo, oferecendo-se à análise como um novo tipo de indicador em sentido amplo para a apreensão qualitativa da cultura política contemporânea em

[17] Ver https://oglobo.globo.com/brasil/livro-citado-por-bolsonaro-no-jornal-nacional-nao-foi-distribuido-em-escola-23021610. Acesso em 20 de julho de 2021.

nível nacional. As plataformas digitais se instalam em um contexto de fragmentação da subjetividade e sintetizam características do presente, como a primazia da categoria espaço sobre a categoria tempo, a instantaneidade, a simultaneidade, a onipresença, a imanência, o maniqueísmo e a ausência de profundidade. Do ponto de vista teórico-empírico, apresenta-se um paradoxo, pois esses são traços antitéticos aos valores democráticos. O processo de subjetivação política demanda, no lugar da fugacidade, do imperativo das paixões e atitudes catárticas, alguma constância, o conhecimento das instituições, das ideologias, da história política, e o cultivo da capacidade de dialogar com aqueles que representam posições antagônicas. Do ponto de vista teórico-filosófico, a subjetivação exige uma certa "alienação": que o indivíduo seja capaz de estranhar a si mesmo e sua própria condição, ver-se a partir de fora e fazer-se objeto do pensamento. Para tanto, deve situar-se, virtualmente, em um plano que está além dele, abandonando o terreno da imanência e as contingências do presente. Porém, em situação de preponderância do espaço sobre o tempo, no lugar da abertura à simbolização tem-se um universo de classificações fixadas que faz do mundo social e da alteridade realidades atávicas. Predomina, então, o imaginário, o pensamento não cultivado, classificatório, "selvagem" (Lévi-Strauss, 2010) sobre a racionalidade política que pressupõe o tempo da reflexão.

Nas democracias modernas, a subjetivação se daria, idealmente, nas discussões da "esfera pública" entendida como o conjunto dos encontros, mesmo informais, entre os indivíduos em diferentes espaços e tempos da vida cotidiana. O sujeito apenas se constituiria, portanto, numa situação de diálogo em que está em jogo o reconhecimento do *outro* sob a condição de que os interlocutores se coloquem num terceiro plano além do *eu*, a dimensão transcendente da linguagem. Entretanto, nos contextos *online*, em que o fenômeno da espacialização se intensifica, o debate político passa a orientar-se, sobretudo, pela "transferência" (Laplanche & Pontalis, 1992) e "identificação" (Freud, 2013), quando desejos inconscientes se atualizam sobre determinadas imagens e palavras, deslocando afetos de uma representação à outra. Esses mecanismos explicariam as manifestações e reações histéricas de sobrevalorização dos emblemas, imagens, palavras de ordem, expressões que circulam nas redes sociais digitais e permitem a identificação entre um grande número de indivíduos dispersos, porém conectados pelas mídias, em oposição ao que é considerado ameaçador.

O indivíduo fragmentado não dissocia o significante do significado, deixando predominar o narcisismo, o imaginário e a dificuldade de perceber o interlocutor e seu conteúdo linguístico como alteridades, não meros reflexos ou extensões de si. Em contrapartida, o sujeito não está no plano do indivíduo, do *eu* ou do *ego*, mas de um *outro* para si mesmo. O sujeito é um produto do descentramento capaz de "atribuir ao espírito certo poder de ir além da experiência, de acrescentar algo ao que lhe é dado imediatamente" (Durkheim, 1989, p. 43-44) e comunicar-se por conceitos. O ponto de partida do sujeito é sempre o indivíduo (o *eu*, o *ego*) ainda centrado, mas ele não se constitui senão pelo descentramento numa sequência temporal que torne possível o movimento dialógico e espiral entre os interlocutores. Nesse sentido, as experiências em associações comunitárias por vínculos de afinidade e identidade, que Maffesoli (2007) denomina "neotribalismo", reforçariam a dimensão imaginária e narcísica do indivíduo, recalcando as pulsões dissidentes e genuinamente criativas do sujeito.

A fragmentação se manifesta como perda de individualidade para o grupo que confere identidade ao indivíduo, ainda que este possa transitar por várias comunidades e identificar sua "essência" em todas elas (substancialismo típico do fenômeno de fragmentação). A subjetivação, ao contrário, diz respeito ao "controle exercido sobre o vivido para que tenha um sentido pessoal, para que o indivíduo se transforme em ator que se insere nas relações sociais, transformando-as, sem jamais identificar-se, completamente, com nenhum grupo, com nenhuma coletividade" (Touraine, 1995, p. 220). O sujeito não se confunde com a comunidade, a nação, a etnia, a empresa, a sexualidade, a religião, o consumo, o partido etc. Ele é sempre um "mau sujeito" pela liberdade e resistência ao poder (Touraine, 1995). Em síntese, vale retomar os pressupostos da sociologia durkheimiana, para a qual os indivíduos subjetivar-se-iam na mesma medida em que se libertassem dos sentidos e fossem capazes de pensar e agir por conceitos, porque a razão não é da pessoa, mas humana, "o poder que o espírito tem de se elevar acima do particular, do contingente, do individual, para pensar sob a forma do universal" (Durkheim, 1989, p. 331).

A partir dos eventos analisados, descortina-se um cenário de narcisismo político em que a definição dos interesses gerais e a produção de consenso, por meio da discussão pública, perde espaço para a demarcação de fronteiras identitárias aparentemente intransponíveis. As plataformas digitais, longe

de estimular o florescimento de uma "cultura democrática", revelam-se a materialização algorítmica do pensamento dualista, fragmentado e narcísico presente nos diferentes polos ideológicos e em todas as "bolhas" de opinião política. Quando a revolta é canalizada integralmente aos problemas morais e à personificação da política, abre-se a oportunidade para que os principais grupos econômicos, associados ao movimento social de maior força, imponham sua vontade e definam o desfecho político e eleitoral das mobilizações.

Esse fenômeno se agrava no contexto do chamado trabalho imaterial, aqui entendido, especificamente, como a possibilidade de extrair capital das mais diversas atividades *online* (atividades de trabalho ou de um suposto "tempo livre"/trabalho excedente) dos usuários das plataformas digitais, quando novas formas mais sutis de exploração do trabalho se desenvolvem, "aquelas que passam por dentro dos processos de subjetivação" (Cocco, 2013, p. 9). Mesmo que se resista em reconhecer – talvez pela dificuldade de apreensão das mudanças sociais – que todas as atividades *online* são o trabalho excedente imaterial, isto é, a mais-valia dos acionistas das plataformas digitais, o fato é que a permissão para utilização dessas plataformas, sem as quais a vida contemporânea se torna inviável, é o pagamento pelas informações que produzimos e que de nós são expropriadas. Porém, diferente do que ocorria no capitalismo clássico, empregamo-nos nas redes digitais sem restrições e por nossa própria vontade, embora desconheçamos o destino econômico dos dados fornecidos. Em outras palavras, quando desaparece a alienação do trabalho no sentido clássico, ou seja, o estranhamento no processo de exploração das atividades geradoras de capital, como a monetização do ativismo pelas plataformas digitais, a economia deixa de ser problematizada e as atenções dos movimentos sociais se voltam às manifestações centradas na moralidade e na identidade.

As conclusões expostas, todavia, não se pretendem totalizantes. A análise dos fenômenos aqui realizada intentou levar em conta um conjunto de aspectos estruturais e conjunturais dos âmbitos social, econômico, político, cultural, e não apenas as transformações tecnológicas como determinantes dos processos em curso. Privilegiamos, contudo, a conjuntura política brasileira recente, que circunscreveu o sistema particular de relações analisado de modo a que possa oferecer-se como modelo à explicação e compreensão de fenômenos análogos. Mas salientamos que, como ensinou Max Weber, a objetividade sociológica está na escolha de um ponto de vista

crítico, por vezes exagerado, que orienta o pesquisador na seleção de traços da realidade passíveis de reconstrução coerente no plano da teoria – sempre submetida à prova. Dito de outro modo, qualquer perspectiva de análise é parcial diante da "infinidade do real", o que, sem dúvida, limita o alcance da sociologia, ao mesmo tempo em que lhe abre possibilidades.

Referências

Adut, Ari. (2008). *On scandal: moral disturbances in society, politics, and art*. Cambridge University Press.

Althusser, Louis. (1985). *Aparelhos ideológicos de Estado*. Graal.

Andrade, Mário de. (2018). *Macunaíma: o herói sem nenhum caráter*. Melhoramentos.

Balieiro, Fernando F. (2018). Não se meta com meus filhos: a construção do pânico moral da criança sob ameaça. *Cadernos Pagu*, (53), e185306. https://doi.org/10.1590/18094449201800530006

Bourdieu, Pierre. (2003). *O poder simbólico*. Bertrand Brasil.

Castells, Manuel. (2015). *O poder da comunicação* (1. ed., pp. 101-190). Paz e Terra.

Castells, Manuel. (2013). *Redes de indignação e esperança: movimentos sociais na era da Internet*. (1. ed.). Zahar.

Castells, Manuel. (1999). A revolução da tecnologia da informação. In M. Castells, *A sociedade em rede. A era da informação, economia, sociedade e cultura* (Vol. 1, pp. 67-118). Paz e Terra.

Castells, Manuel (2018) *Ruptura: a crise da democracia liberal*, Manuel Castells, Rio de Janeiro, Brasil, Zahar.

Cocco, Giuseppe. (2013). Introdução à 2ª edição, 21 de março de 2013. In M. Lazzarato, A. Negri, *Trabalho Imaterial: formas de vida e produção da subjetividade*. Lamparina.

Cohen, Stanley. (1972). *Folk devils and moral panics: the creation of mods and rockers*. MacGibbon & Kee.

Durkheim, Emile. (1989). *As formas elementares da vida religiosa: o sistema totêmico na Austrália*. Paulinas.

Fraser, Nancy. (1990). Rethinking the public sphere: a contribution to the critique of actually existing democracy. *Social Text*, (25/26), 56-80. https://doi.org/10.2307/466240

Freud, Sigmund. (2013). *Psicologia das massas e análise do eu*. L&PM.

Freud, Sigmund. (2010). Introdução ao narcisismo. In, S. Freud, *Freud: Obras Completas* (Vol. 12, pp. 138-170). Companhia das Letras.

Giddens, Anthony. (1991). *As consequências da modernidade*. Editora UNESP.

Giddens, Anthony. (1990). El estructuralismo, el post-estructuralismo y la producción de la cultura. In A. Giddens & J. Turner (Ed.), *La teoría social, hoy* (pp. 205-254). Alianza Editorial.

Gomes, Laura G.; Leitão, Débora K. (2017). Etnografia em ambientes digitais: perambulações, acompanhamentos e imersões. *Antropolítica: Revista Contemporânea de Antropologia*, (42), 41-65. https://doi.org/10.22409/antropolitica2017.1i42.a41884

Goode, Erich & Ben-Yehuda (2003), *Nachman. Moral Panics – The Social Construction of Deviance*. Malden, Blackwell Publishing.

Gorz, André. (2009) *O imaterial: conhecimento, valor e capital*. Annablume.

Habermas, Jürgen. (1985). La esfera de lo público. *Dialética, X*(17).

Habermas, Jürgen (2014). *Mudança estrutural na esfera pública: investigações sobre uma categoria da sociedade burguesa*. São Paulo: Editora UNESP.

Harvey, David. (1992). *Condição pós-moderna*. Loyola.

Hegel, Georg W. F. (1997). *Princípios da filosofia do direito*. Martins Fontes.

Hine, Christine (Ed.). (2005). *Virtual methods: issues in social research on the Internet*. Berg Publishers.

Holanda, Sérgio B. de. (1995). *Raízes do Brasil*. Companhia das Letras.

Jameson, Frederic. (2002). *Pós-modernismo: a lógica cultural do capitalismo tardio*. Ática.

Jungblut, Airton. (2015). Práticas ciberativistas, agência social e ciberacontecimentos. *Vivência: Revista de Antropologia, 1*(45), 13-22.

Klein, Melanie. (1982). As origens da transferência. In F. Fernandes (Coord.), *Melanie Klein* (Coleção Grandes Cientistas Sociais, n. 32). Ática.

Lacan, Jacques. (2005). O simbólico, o imaginário e o real. In J. Lacan, *Nomes-do Pai* (pp. 9-53). Jorge Zahar.

Laplanche, Jean, & Pontalis, Jean-Bertrand. (1992). *Vocabulário da psicanálise*. Martins Fontes.

Lazzarato, Maurizio, & Negri, Antonio. (2013). *Trabalho Imaterial: formas de vida e produção da subjetividade*. Rio de Janeiro: Lamparina.

Lévi-Strauss, Claude. (2010). O tempo reencontrado. In C. Lévi-Strauss, *O pensamento selvagem* (pp. 243-272). Papirus.

Lupton, Deborah. (2015). *Digital Sociology*. Routledge.

Maffesoli, Michel. (2007). Tribalismo pós-moderno: da identidade às identificações. *Ciências Sociais Unisinos, 43*(1), 97-102.

Marzochi, Samira F. (2019, 9-12 jul.). *Mídias digitais, descentramento e constituição subjetiva* [Apresentação de artigo]. 19º Congresso Brasileiro de Sociologia da SBS, Florianópolis.

Marzochi, Samira F. (2017, 26-29 jul.). *Espaço, tempo e subjetividade na era digital: dilemas da política contemporânea* [Apresentação de artigo]. 18º Congresso Brasileiro de Sociologia da SBS, Brasília.

Marzochi, Samira F. (2016, 24-28 de out.). *Subjetividade, política e ciberespaço: uma recategorização da relação espaço-tempo para a definição típica-ideal do sujeito político contemporâneo* [Apresentação de artigo]. 40º Encontro Anual da Anpocs, Caxambu.

Matos, Olgária. (2006). A identidade: o estrangeiro em nós. In *Discretas esperanças: reflexões filosóficas sobre o mundo contemporâneo* (cap. 3). Nova Alexandria.

Miskolci, Richard, & Campana, Maximiliano. (2017). "Ideologia de gênero": notas para a genealogia de um pânico moral contemporâneo. *Revista Sociedade e Estado, 32*(3). https://doi.org/10.1590/s0102-69922017.3203008

Ortiz, Renato. (2015). *Universalismo e diversidade*. Boitempo.

Pariser, Eli. (2011). *The filter bubble: what the internet is hiding from you*. Penguin Press.

Pasquale, Frank. (2017). A esfera pública automatizada. *Líbero, XX*(39), 16-35.

Silva, Sara Raquel de A. (2019). *Reação, mobilização e produção de sentidos na arte: um olhar sobre a trajetória da exposição Queermuseu.* [Dissertação de Mestrado, Universidade Federal Fluminense]. https://app.uff.br/riuff/handle/1/9088

Touraine, Alain. (1995). *Crítica da modernidade*. Vozes.

Van Dijck, José. (2016). *La cultura de la conectividad: una historia crítica de las redes sociales*. Siglo Veintiuno.

Van Dijck, José, Poell, Tomas, & Waal, Martijn de. (2018). *The platform society: public values in a connective world*. Oxford University Press.

Weber, Max. (1979). *Sobre a teoria das ciências sociais*. Editorial Presença.

Recebido: 1º ago. 2020.
Aceito: 10 dez. 2021.

Licenciado sob uma Licença Creative Commons Attribution 4.0

https://doi.org/10.20336/rbs.781

REVISTA BRASILEIRA DE SOCIOLOGIA

Expansão do ensino superior no Brasil: diversificação institucional e do corpo discente

Higher education expansion process in Brazil: institutional and student diversification

Maria Carolina Tomás[*]
Leonardo Souza Silveira[**]

RESUMO
O artigo analisa os resultados do processo de expansão do Ensino Superior no Brasil, a partir do exame da heterogeneidade dos cursos de graduação, por meio da construção de perfis, considerando as características gerais dos cursos associadas às instituições que os ofertam, sua localização regional e a adoção de políticas de ampliação do acesso ao ensino superior, como bolsas e ações afirmativas. Em um segundo momento, utiliza-se as características dos alunos e dos cursos para compreender em que medida a expansão levou à diversificação do perfil das instituições e do perfil do corpo discente. Para isso, foram utilizados dados do Censo da Educação Superior e da base de dados do Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (2013, 2014 e 2015) por meio de uma análise de *cluster* de dois estágios e posterior análise descritiva das características de cada *cluster*. Os resultados indicam que a diversificação institucional alcançada no século 21 tem reflexos no perfil do corpo discente de acordo com o perfil dos cursos com destaque para a heterogeneidade do sistema privado e do perfil dos alunos matriculados nesse nível educacional, reforçando a complexidade, a hierarquia e as desigualdades do ensino superior no país.

Palavras-chave: ensino superior, políticas de expansão, análise de *cluster*.

[*] Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, MG, Brasil.
Doutora em Sociologia e Demografia, professora no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da PUC-MG. mctomas@pucminas.br

[**] Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, Rio de Janeiro, RJ, Brasil.
Doutor em Sociologia, assistente de pesquisa III do IPEA, Diretoria de Estado, Instituições e Democracia.
lssilveira@ymail.com

ABSTRACT

The article analyzes the outcomes of the expansion of higher education in Brazil, by examining the heterogeneity among undergraduate courses based on profiles of undergraduate courses as to their regional localization and adoption of policies to expand access. Then, using profiles of both students and undergraduate courses we seek to understand the extent to which higher education expansion led to diversification of institutions and student body. We used data from the Brazilian Higher Education Census and the National Student Performance Exam database (2013, 2014 and 2015). The model is a two-stage cluster and subsequently we did a descriptive analysis using characteristics of each cluster. Findings show that institutional diversification reached on the 21st century reflects on the student body profile according to courses profile, especially, the private system's heterogeneity and its student bodies' characteristics, reinforcing the complexity, hierarchy and inequality in this level of education in the country.

Keywords: higher education, expansion policies, cluster analysis.

Introdução

O sistema de ensino superior no Brasil passou por dois períodos de intensa expansão. O primeiro coincidiu com o governo militar, já que, entre 1964 e 1980, o número de matrículas nesse nível de ensino aumentou quase dez vezes (Martins, 2009). O segundo iniciou-se na década de 1990, em um processo de expansão com diversas etapas, partindo da simplificação de exigências para criação de novas instituições de ensino superior privadas e cursos particulares, até a expansão das universidades federais nos anos 2000 (Menezes Filho & Kirschbaum, 2019).

Esse segundo ciclo de expansão do ensino superior no Brasil foi influenciado pelo novo contexto político e social do país, após a Constituição Federal de 1988, que assegurou a universalização do ensino, e foi alavancado pela criação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério/ Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (FUNDEF-FUNDEB), em 1996. Nesse mesmo ano, promulgou-se a Lei de Diretrizes e Bases da Educação e criaram-se os Centros Universitários como uma nova forma de organização acadêmica (Zainko, 2009). Já nos anos 2000 foram concedidos diversos incentivos

às instituições privadas e confessionais por parte do governo brasileiro, impulsionando a participação do setor privado no sistema educacional.

Também nos anos 2000, três medidas do governo federal tiveram forte impacto quantitativo na expansão do ensino superior: (i) em 2005, foi aprovado o Programa Universidade para Todos (PROUNI), programa governamental de bolsas de estudos para estudantes dos estratos socioeconômicos de baixa renda em instituições privadas; (ii) em 24 de abril de 2007, pelo Decreto nº 6.096, foi instituído o Plano de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais - Reuni, que tinha como objetivo expandir o acesso e a permanência no ensino superior; e (iii) em 2012, as políticas de ações afirmativas foram aprovadas, com o objetivo de aumentar o número de estudantes de níveis socioeconômicos menos privilegiados, provenientes de escolas públicas, e de pretos, pardos e indígenas nas universidades federais. Essas ações dizem respeito ao governo federal, mas também foram seguidas por administrações municipais e estaduais, em menor medida. Como resultado dessas políticas de expansão, o sistema de ensino superior do Brasil passou de 1,5 milhão de matrículas em 1995 para mais de 6,5 milhões em 2015 (INEP, 1995, 2018). Esse processo ocorreu por meio de um duplo movimento administrativo e espacial, devido à privatização, à interiorização e à regionalização do ensino (Martins, 1998, 2000). Essa expansão ocorreu paralelamente à diversificação institucional. Em 1995, das 1,5 milhão de matrículas no sistema brasileiro, 28% estavam em instituições não universitárias, como faculdades, centros universitários e outras instituições, e 55% no setor privado (INEP, 1995). Em 2015, as 6,5 milhões de matrículas estavam divididas em 51% em instituições não universitárias, e 72% do setor privado (INEP, 2018). Isso reflete escolhas políticas e institucionais de desenvolvimento e expansão do sistema (Schwartzman, 2015). Em termos comparativos, Prates (2010) demonstra que o Brasil seguiu caminhos similares a países europeus desenvolvidos e aos Estados Unidos no sentido de que o crescimento nunca é somente público ou privado. Além disso, cada setor se especializa em determinado perfil institucional – nesse caso, o setor público possui maior peso em cursos de instituições universitárias, enquanto o setor privado expandiu, principalmente, por meio do aumento de instituições não universitárias (Prates, 2010).

Nesse contexto, o artigo analisa a heterogeneidade dos cursos de graduação no Brasil, resultante do processo de expansão do ensino superior, a partir da construção de perfis dos cursos de graduação, considerando características

da instituição em que são ofertados, sua localização geográfica e a forma de ingresso dos alunos relacionadas às políticas de ampliação do acesso ao ensino superior, como bolsas e ações afirmativas. Parte-se do pressuposto de que, por meio da "dinâmica do processo de expansão do ensino de terceiro grau, produziu-se um complexo e diversificado sistema de instituições" (Martins, 2000), intensificado nas últimas décadas, mas presente no país desde a década de 1960. Em seguida, utiliza-se as características dos alunos e dos cursos para compreender em que medida o processo de expansão levou a uma estratificação dos cursos, ao mesmo tempo em que diversificou o perfil do corpo discente.

Este artigo tem, portanto, como objetivo geral analisar os perfis de cursos de graduação, incluindo os três graus acadêmicos, bacharelado, licenciatura e tecnólogo, por meio de suas características institucionais e dos aspectos socioeconômicos dos alunos. A hipótese inicial é a de que o sistema de ensino superior brasileiro se massificou até a segunda década dos anos 2000 e passou a ser marcado por concentrações capitaneadas por características organizacionais (categoria administrativa, organização acadêmica e grau acadêmico do diploma) que se refletem nos perfis socioeconômicos dos alunos. Nesse sentido, considera-se o ensino superior como um nível de ensino heterogêneo no que tange às instituições e a seus alunos, de maneira que a massificação não garante que o acesso não seja influenciado por desigualdades prévias que mereçam ser monitoradas e abordadas por políticas universitárias de acesso e permanência (ver Aguiar, 2013; Dubet, 2015; Martins, 1998, 2000; Ribeiro & Schlegel, 2019; Silva, 2003).

Para o estudo, foram utilizadas duas bases de dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) – o Censo da Educação Superior e os dados do Exame Nacional de Desempenho (ENADE) – para os anos de 2013, 2014 e 2015. Para a primeira parte da investigação, optou-se pela análise de *cluster* em dois estágios, com o objetivo de construir perfis dos cursos por meio de informações sobre as instituições em que os cursos se encontram. A segunda parte consiste em uma análise descritiva da composição dos cursos e instituições, tomando-se por base: (i) o perfil dos discentes no que se refere à escolaridade dos pais, sexo, raça, grau acadêmico obtido (bacharel, licenciado ou tecnólogo); (ii) o perfil dos docentes, em

relação ao percentual de professores doutores; e (iii) o percentual de alunos matriculados em cursos de elite (medicina, direito e engenharia civil).

Este artigo está dividido em cinco partes, incluindo esta introdução. Na próxima seção, discute-se o sistema de ensino superior no Brasil em um cenário de expansão e diversificação; na terceira parte estabelece-se a descrição dos dados e dos métodos utilizados. Subsequentemente, segue-se a discussão dos resultados, que apontam a formação de oito *clusters*, sendo as características mais marcantes entre eles o agrupamento da maioria (74%) dos cursos ofertados em instituições públicas em um único *cluster* e a desconcentração das instituições privadas em sete *clusters*, que se diferenciam, principalmente, por (i) grau acadêmico predominantemente oferecido (bacharelado, tecnólogo, licenciatura); (ii) localização geográfica; e (iii) percentual de professores doutores. Por fim, a conclusão é apresentada, em que se discute as diferenças do perfil das instituições de ensino superior, após o segundo período de expansão e a manutenção de desigualdades nesse nível de ensino.

Contexto desigual do ensino superior no Brasil

Nas sociedades modernas, a educação, e, em especial, o ensino superior, é vista como meio para a equalização de oportunidades (Jarusch, 1983). Contudo, expandir um nível educacional não resulta automaticamente em sua democratização e, do ponto de vista da análise de desigualdades, há nuances que devem ser observadas. Experiências internacionais demonstram que expansões podem ser feitas, privilegiando aspectos mais competitivos ou mais igualitários. Schwartzman (2015) analisou o contexto dos BRICS[1] com base na forma como cada país lidou com o desenho institucional para abrigar os grupos sociais, a regulação do sistema privado e os retornos das Instituições de Ensino Superior (IES) à sociedade. Isso variou, por exemplo, entre o apoio russo às instituições nacionais de elite e a expansão indiana baseada em instituições privadas que esbarram na avaliação e na baixa qualidade de alguns cursos. Assim, a comparação demonstra como o

[1] Bloco de países periféricos em aceleração econômica nos anos 2000, sendo, Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul.

desenho institucional é moldado em razão dos dilemas de justiça, equidade e competitividade em cada país.

Ao se analisar a diversificação do ensino superior, pode-se considerar que uma importante e grande divisão do sistema é aquela entre o setor público e o privado. Como discutido por Barros (2005), durante muitas décadas prevaleceu o monopólio estatal nesse nível de ensino. Durante o governo militar, em que ocorreu o primeiro processo de expansão, houve incentivo à participação das instituições privadas devido, principalmente, à existência de uma demanda maior do que a oferta de cursos de graduação. A Constituição de 1988, a Lei de Diretrizes e Bases (LDB), de 1996, e a série de disposições legais partidas do Ministério da Educação e de seus órgãos assessores deliberativos no período de abril a agosto de 1997 foram importantes para o crescimento, até os anos 2000, quando o setor correspondia a 67% das matrículas e detinha 85% dos estabelecimentos.

Nos anos 2000, duas políticas foram essenciais para a expansão do setor privado, o Fundo de Financiamento Estudantil (FIES) e o Programa Universidade para Todos (PROUNI). O FIES é um programa criado pelo Ministério da Educação (MEC), em 1999, que oferece financiamento estudantil aos estudantes de cursos de graduação de instituições privadas, ou seja, não há concessão de bolsas, mas a possibilidade de um pagamento com juros mais baixos ou mesmo zero, de acordo com a renda da família. Já o PROUNI é um programa do Ministério da Educação, instituído em 2005, que oferece bolsas de estudo, integrais e parciais, em instituições particulares de educação superior, de acordo com a renda familiar. Para participar dos dois programas, o aluno utiliza sua nota do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM).

Nesse cenário, observa-se que, apesar de o total de matrículas (federais, estaduais, municipais e privadas) ter alcançado um crescimento de 110%, entre 2001 e 2010, a participação das matrículas em IES privadas gira em torno de 70% desde 2003 (Barros, 2015; INEP, 2002, 2018). A importância da discussão sobre a dualidade público e privado vai além do financiamento e de políticas expansionistas, pois reflete e produz grande diversificação interna com relação aos cursos oferecidos, forma de contratação de professores, presença ou não de pesquisa e pós-graduação, existência ou não de fins lucrativos (Sampaio, 2011). Essa diversificação reforça a discussão sobre qualidade no ensino superior e do próprio acesso ao ensino superior por diferentes perfis de alunos.

A organização acadêmica também é uma característica importante para a análise da diferenciação institucional e com importantes impactos nos objetivos da formação e no prestígio dos diplomas emitidos. Há diferenças na legislação importantes para se considerar uma instituição como faculdade, centro universitário ou universidade, sendo as principais diferenças a presença da pesquisa e da pós-graduação e a titulação dos docentes. Das cinco milhões de novas matrículas anuais no ensino superior entre 1995 e 2015, 2,1 milhões foram em instituições universitárias, e 2,9 milhões em instituições não universitárias. Embora os valores sejam próximos, a proporção do crescimento entre elas é díspar. Em 1995, as universidades contavam com 1,1 milhão de vagas, enquanto as outras instituições contabilizavam 443 mil vagas. Em 2015, esses valores eram praticamente iguais, sendo 3,2 milhões em universidades e 3,3 milhões nas demais categorias (INEP, 2018).

A diversificação também é observada com relação aos graus acadêmicos. Os cursos tecnólogos ganharam maior espaço recentemente, embora eles tenham sido regulamentados na Reforma Universitária de 1968 (Lei nº 5.540) (Favretto & Moretto, 2013). Como ressalta Barbosa (2012), os cursos tecnólogos indicam uma maior diversificação no que se refere a treinamento e relativamente a arranjos institucionais. O ponto crucial na discussão sobre a diferença entre os graus de tecnólogo, bacharelado e licenciatura refere-se ao prestígio e reconhecimentos social e profissional dos diplomas, sendo que os egressos de cursos tecnólogos, em geral, têm menores salários e os profissionais costumam enfrentar maiores dificuldades para se conquistar autoridade e posições de liderança no mercado de trabalho (Barbosa, 2012). No caso das licenciaturas, houve incentivos específicos para sua abertura e manutenção, como o Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID) estabelecido no Decreto nº 7.219/2010 e o Programa de Residência Pedagógica, criado em 2011 pela CAPES e implementado em 2012, o que levou a uma maior procura por parte dos alunos e maior oferta, inclusive em instituições privadas.

Desse modo, pode-se dizer que a expansão dos cursos seguiu diferentes lógicas, sendo uma delas o custo de sua criação e sua manutenção. Há um maior número de vagas em cursos de menor custo e, muitas vezes, de menor prestígio e retorno no mercado de trabalho, ao passo que houve menor abertura de vagas em cursos tradicionais como medicina e engenharia. Já o curso de direito, embora fosse tradicionalmente elitista, por ter baixo

custo de abertura, teve grande expansão, sendo frequentemente ofertado em instituições privadas. A configuração e a distribuição dos cursos são importantes porque abrigam diferentes perfis de alunos e se traduzem em retornos sociais e financeiros distintos. As áreas de educação, humanidades e saúde – exceto medicina – têm concentração de mulheres, enquanto cursos na área de negócios, engenharia e tecnologia concentram os homens e têm maiores retornos salariais. Em relação à raça, há uma concentração de pardos e pretos em carreiras de ciências sociais aplicadas e humanidades, em especial, no campo da religião (Ribeiro & Schlegel, 2019).

Os cursos de medicina, direito e engenharia são considerados imperiais dada a vinculação do contexto de seu surgimento e regulação no Brasil e sua relação com a metrópole portuguesa (Coelho, 1999). O argumento que sustenta essa concepção até os dias atuais é que, historicamente, essas profissões produziram práticas monopolísticas que reforçaram suas posições de prestígio e estabeleceram barreiras diante das demais profissões (Prates, 2018; Vargas, 2010).

Por fim, ressalta-se que a diversificação do ensino superior no Brasil ocorre também por meio da regionalização e da interiorização da oferta de vagas, de maneira que não apenas o ensino, mas também a investigação científica estejam presentes em todo o país (Martins, 2013). A título de exemplo, todas as dezesseis universidades federais criadas entre 2003 e 2014 estavam em municípios do interior (Camargo & Araújo, 2018). A região Norte, que contava com o menor número de matrículas universitárias, passou de 53 mil vagas, em 1995, para 127 mil em 2002, e 207 mil em 2015, representando um crescimento de 139% no primeiro intervalo, e de 62% no segundo (INEP, 1995, 2002, 2018).

A expansão de um sistema com tantas clivagens apresenta também algumas contradições. Por um lado, é inegável que o crescimento da diversidade traga consigo uma maior adaptação àquilo que a sociedade exige dos seus diplomados em termos produtivos (Prates & Barbosa, 2015; Schwartzman, 2015). Por outro, é possível observar uma tensão entre massificação e democratização, como abordado por Dubet (2015) ao analisar o sistema de ensino superior de diferentes países. O autor ressalta que, em um sistema que herda desigualdades prévias de origem e de um ensino básico heterogêneo, a expansão não garante justiça ou

equidade. Por isso, Dubet (2015) pontua ser possível que o ensino superior se torne massificado, ou seja, atinja um maior número de alunos e grupos socioeconômicos, sem refletir uma democratização das oportunidades e retornos. Em outras palavras, as conclusões de Dubet (2015) para o sistema de ensino superior de outros países podem auxiliar a compreensão do contexto brasileiro, já que, em um contexto altamente desigual como o brasileiro, as hierarquizações de prestígio de cursos, categorias administrativas e acadêmicas, podem diminuir o potencial da expansão, tornando-se uma "democratização segregativa", mantendo uma distância entre as elites e as demais camadas (Dubet, 2015).

Além disso, outra questão se interpõe, a partir do momento em que esse sistema elitista se torna maior e mais diversificado institucionalmente: quais as características daqueles que passam a ocupar esse sistema de ensino? (Huisman *et al.*, 2015). Ou, como o tipo e a qualidade das instituições de ensino influenciam as experiências daqueles que adentram nesse sistema? (Gerber & Cheung, 2008).

No Brasil, o acesso ao ensino superior convive com desigualdades prévias que demarcam classe, raça, gênero e região, e que são herdadas de etapas anteriores, como o ensino médio. Nessa etapa, tem-se uma alta evasão e uma baixa taxa de escolarização líquida, uma vez que metade dos jovens entre 15 e 17 anos estão fora da escola (Unicef, 2012). Essa transição já possui um filtro estreito, em que o acesso ao ensino superior é menor em comparação a outros países latino-americanos, sendo que a taxa líquida era de 16% para jovens entre 18 e 24 anos em 2013, enquanto, na Argentina e no México, era de 29% e 17%, respectivamente (Tachibana *et al.*, 2015). Tais restrições dependem de diversos fatores, tais como origem socioeconômica e raça, que influenciam diferentemente as chances de estudantes do ensino médio de completarem a transição para essa etapa (Marteleto *et al.*, 2016).

Em termos raciais, no ensino superior há sub-representação de grupos pretos, pardos e indígenas, por desigualdades no acesso e permanência (Fernandes, 2005; Silva & Hansenbalg, 2000). Em 2015, 43,7% do corpo discente superior no Brasil era preto ou pardo (Silva, 2020), mas tal distribuição apresenta variações por cursos e áreas do conhecimento. Contrastando edições do censo demográfico, os negros compunham 5%,

8% e 10% dos graduados em arquitetura, engenharia e pedagogia em 1980, respectivamente. Em 2010, esses valores se alteram para 12%, 17% e 34%.[2] Isto é, mesmo com o aumento de sua participação no ensino superior ao longo do tempo, esse grupo ainda é sub-representado e sua participação depende do curso. Por sua vez, Marteleto, Marschner e Carvalhaes (2016) ressaltam que a combinação de expansão do número de vagas com a adoção de ações afirmativas parece ter melhorado o acesso de pessoas pretas e pardas ao ensino superior, já que a influência da escolaridade dos pais tem se mantido relevante para explicar o acesso, diferentemente da variável raça, que tem diminuído sua influência. Nesse sentido, as probabilidades têm se tornado mais equitativas, apesar de ressalvas feitas pelos autores de que: (i) o gargalo da conclusão do ensino médio é persistente e penaliza principalmente os negros, demonstrando uma limitação do investimento apenas no nível mais alto de ensino; (ii) os dados analisados possuem limitações, uma vez que não é possível medir a variação por tipo de curso em que grupos brancos e negros estão se inserindo, nem sua permanência no curso superior. Nesse sentido, a investigação acerca do tipo de curso diz muito sobre a estratificação horizontal no ensino superior (Carvalhaes & Ribeiro, 2019; Gerber & Cheung, 2008).

Considerando a raça e a origem escolar, Amaral, Neves, Silva e Monteiro (2013) demonstram que a adoção do bônus (ou seja, um acréscimo na nota) pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) surtiu resultado não apenas para candidatos pretos, pardos ou indígenas, mas também para aqueles provenientes de escola pública. Antes do bônus, cursos de menor prestígio já tinham variação do percentual de alunos com esse perfil, diferentemente de cursos como medicina e direito que, somente com a adoção do bônus, passaram a contar com maior participação desses grupos (Amaral *et al.*, 2013). Isso demonstra a importância de ações mitigadoras de desigualdade, dependendo de qual recorte é observado, variando, por exemplo, segundo o curso.

A área de concentração do curso e seu prestígio também têm importante ressonância para a análise por gênero. A distribuição de mulheres frequentando cursos de graduação é superior à de homens, sendo que elas

[2] Esses dados foram acessados pelos próprios autores por meio de manipulação dos microdados do Censo Demográfico Brasileiro de 1980 e de 2010.

representavam 57% dos estudantes do nível superior de ensino em 2010 (Ricoldi & Artes, 2016). Porém, a inserção das mulheres é segmentada por área de conhecimento, estando incorporadas, principalmente, em cursos de área de saúde e pedagogia, que são áreas relacionadas ao cuidado. Essa distribuição reflete a naturalização dos papéis sociais de gênero que atribui às mulheres e reforça uma função de cuidadoras. Isso extrapola os limites domésticos e se reflete no processo educacional e no mercado de trabalho, como se tal papel fosse intrínseco à condição feminina (Santos, 2014).

Ao analisar os dados de 1980 e 2010 para pedagogia, arquitetura e engenharia civil, observa-se que as mulheres continuam predominando em determinadas áreas – como nos dois primeiros cursos –, e aumentam seu acesso apenas de maneira lenta no último. Em 1980, as mulheres eram 39% no curso de arquitetura; 91% em pedagogia; e 6% no curso de engenharia civil. Trinta anos depois, esses valores são de 59%, 83% e 16%, respectivamente. Segundo Ricoldi e Artes (2016), o aumento do percentual de mulheres em ocupações "tipicamente masculinas" é lento, bem como o inverso também é verdadeiro (homens em ocupações de educação e cuidado).

Essas diferenças por raça, gênero e grupos socioeconômicos refletem alguns aspectos acerca da expansão do ensino superior e suas variações nas chances de acesso, bem como nas formas de diferenciação interna ao ensino superior.

Por sua vez, ao analisar as transições escolares, Brito (2017) demonstra que, de fato, as barreiras têm se movido para as transições mais altas. Isto é, elas vêm se tornando menores na transição do ensino fundamental para o ensino médio. Contudo, a conclusão do ensino médio tem sido distintamente apropriada pelas classes sociais média e alta, e as barreiras têm se mantido rígidas no ensino superior (Brito, 2017). Isso demonstra uma incorporação de tensões e gargalos anteriores ao ensino superior, que afeta a representatividade de grupos raciais e socioeconômicos nesse nível de ensino.

Além disso, questiona-se em quais condições esses "novos ingressantes" se encontram – quais cursos, instituições e incentivos. Este questionamento dialoga com a hipótese *Effectively Maintained Inequality* (EMI), de "desigualdade efetivamente mantida" (Lucas, 2001, tradução nossa). Para

esse autor, o acesso de grupos minoritários a um determinado nível escolar disputado é acompanhado de mecanismos diferenciadores que contribuem para a manutenção das desigualdades. Esses mecanismos são desenvolvidos dentro do nível escolar a partir de desigualdades prévias, por exemplo, o investimento na carreira, o domínio de outros idiomas e atividades extracurriculares que influenciam a permanência no curso superior e os retornos do diploma. Como afirma Ribeiro (2011), o fato de as escolas de maior qualidade nos níveis fundamental e médio serem privadas, mas, no nível superior, serem as instituições públicas consideradas as de maior qualidade, já demonstra um mecanismo diferenciador explícito no desenho do sistema educacional brasileiro.

O Brasil teve um aumento no número de matrículas de 1,5 milhão para 6 milhões de 1995 para 2015 (INEP, 1995, 2018) e uma maior diversidade tanto no perfil das instituições quanto no de alunos. Contudo, há evidências que apontam para limitações no que diz respeito à democratização do nível superior, sendo esta, segregativa, nos termos de Dubet (2015). De maneira geral, permanecem questionamentos sobre em que medida o ensino superior pode ser mais igualitário em um cenário de constante desigualdade. Como apontado por Lucas (2001), quando a educação superior se torna mais acessível, outros mecanismos e estratégias de diferenciação são adotados pelos grupos de elite para manter sua posição de prestígio e *status* na sociedade. Considerando o processo de expansão no Brasil, é possível identificar algum tipo de estratificação dos cursos no país? Nesse sentido, o objetivo do trabalho é classificar os cursos de acordo com suas características institucionais, localização geográfica e participação em políticas de inclusão, e, a partir dessa classificação, verificar se diferentes características dos cursos concentram estudantes com diferentes características.

Dados e Métodos

Foram utilizadas duas bases de dados do INEP: (i) os microdados do Exame Nacional de Desempenho para Conclusão de Graduandos (ENADE) para os anos de 2013, 2014 e 2015, visando incluir todos os cursos de uma

mesma instituição, dada a periodicidade trienal de realização do exame; e (ii) o Censo da Educação Superior (CES), tendo em vista a inclusão de características referentes às instituições de ensino superior (IES).

A amostra possui apenas alunos que já completaram 80% do curso, sendo, portanto, um grupo muito específico de alunos de graduação no país. Esse recorte traz consigo um viés, uma vez que não trata questões de acesso e lida com os alunos em fase final de graduação. Por sua vez, tem-se um conjunto representativo de alunos que percorreram todo o processo e, em pouco tempo, estarão no mercado de trabalho. Além disso, como o ENADE é um requisito obrigatório, tem-se quase a totalidade dos alunos nessa etapa, com representação de todos os cursos do país no período analisado.

Foram utilizadas as seguintes características institucionais e de composição dos cursos na formação dos grupos (*clusters*): (i) tipo de instituição: privada, pública, outra; (ii) organização acadêmica: universidade, faculdade, centro universitário ou institutos federais; (iii) região da instituição: Norte, Nordeste, Sul, Sudeste, Centro-Oeste; (iv) percentual de alunos do curso que ingressaram por ação afirmativa; e (v) percentual de alunos do curso que possuem algum tipo de bolsa em cada curso.

Na segunda parte da análise, descreve-se o perfil dos cursos usando um conjunto de variáveis relacionadas às características dos alunos: (i) sexo: porcentagem de mulheres; (ii) raça: a porcentagem de pretos e pardos somados[3] ; (iii) escolaridade dos pais: percentual de alunos que possuem os dois pais com nível superior. Por fim, consideramos as características dos cursos ofertados: (i) grau acadêmico: bacharelado, licenciatura e tecnólogo; (ii) curso de elite: medicina, engenharia civil ou direito.

Análise de *Cluster*

Com o objetivo de analisar as variações internas do sistema de ensino superior no Brasil, consideram-se os cursos como a unidade de análise do estudo. A análise por cursos possibilita uma melhor compreensão das

[3] Os dados do INEP consideram as categorias branca, negra, parda, indígena e amarela. Dessa forma, optou-se por somar as categorias para retratar a permeabilidade de alunos afrodescendentes.

características específicas que atraem e/ou selecionam o alunado, como área de conhecimento e grau acadêmico. Essas características são compartilhadas por um conjunto de cursos, ou seja, são similares e homogêneas entre eles, formando um agrupamento (*cluster*) específico, ao mesmo tempo em que esse *cluster* apresenta características contrastantes com outros. Ao fim do processo de análise, cria-se uma formação de categorização por *clusters*.

Por meio dessa análise, busca-se compreender a expansão do ensino superior no Brasil em duas etapas: (i) na primeira, são construídos *clusters* com base em características administrativas, regionais, e no percentual de alunos ingressantes por políticas de ações afirmativas e de financiamento; e (ii) na segunda, analisa-se o perfil médio dos alunos em cada um desses *clusters*, de acordo com as médias de mulheres, pessoas negras, alunos em domicílios em que ambos os pais possuem ensino superior; e características do curso, como grau acadêmico, percentual de cursos de elite, como uma *proxy* de concentração de cursos de maior prestígio, e percentual de professores doutores. O objetivo é analisar em que medida as características institucionais, regionais e das políticas inclusivas resultam em diferenças no perfil do alunado. Para essa análise também foi considerado o percentual de professores com doutorado como uma *proxy* para qualidade e investimento em pesquisa pela instituição, ressaltando que a contratação desses não é obrigatória para a existência dos cursos[4], mas demonstra os investimentos da instituição em melhorias do ensino.

O uso da análise por *clusters* tem por objetivo encontrar agrupamentos mais homogêneos a partir de determinadas variáveis. Para isso, utilizou-se a técnica em dois estágios, o que tem como vantagem a não especificação do número de *clusters* antes de se estimar o modelo, e permite a combinação entre variáveis categóricas e contínuas padronizadas. Os dois estágios são compostos por pré-clusterização e clusterização. No primeiro, calcula-se a distância em *log-likelihood* entre os cursos, ou seja, calcula-se a soma da distância de todas as variáveis utilizadas, considerando todos os cursos. Isto é, cada curso tem um *escore* que representa sua distância em relação aos outros cursos, aproximando-o de uns (homogeneidade) e distanciando-o de outros (heterogeneidade). Dessa forma, quanto mais

[4] É necessário, para se considerar uma IES como universidade, ter um corpo docente com pelo menos 80% de mestres ou doutores.

próximos, maior a homogeneidade entre eles, formando um *cluster*, e quanto maiores as distâncias, mais adequada a criação de um novo *cluster*. Em seguida, o método calcula o número de *clusters* de acordo com as estatísticas de ajuste de BIC (*Schwarz's Bayesian Information Criterion*), sendo adotada aquela com melhor otimização em razão do número de variáveis (Clogg, 1994).

Quadro 1. Variáveis utilizadas

Variáveis		**Categorias ou descrição**	**Fonte de dados**
Variáveis de clusterização	Organização acadêmica	Universidade Faculdade e Centro universitário Instituto e Centro Federal	CES
	Categoria administrativa	Pública Federal Pública Estadual Pública Municipal Privada Outra	
	Bolsa de financiamento	Média de alunos com algum tipo de financiamento	ENADE
	Acesso por ações afirmativas	Média de ingressantes por algum tipo de ação afirmativa	
	Região	Norte Nordeste Sudeste Sul Centro-Oeste	CES
Perfil dos alunos	Pais com ensino superior	% de estudantes com ambos os pais com ensino superior	ENADE
	Mulheres	% de composição feminina do alunado	
	Alunos negros	Percentual de composição preta e parda do alunado	
Cursos	Grau acadêmico	Bacharelado Licenciatura Tecnólogo	
	Cursos de elite	Direito Medicina Engenharia Civil	
Instituições	Percentual de professores doutores	Média do percentual de professores doutores por curso	CES

Resultados e discussão

A amostra total é de 20.449 cursos. A Tabela 1 apresenta as estatísticas descritivas dos cursos. Observa-se que, entre as variáveis usadas para *clusterização*, a maior parte dos cursos está em instituições de ensino superior privadas (69%), seguida das federais (18%) e 10% em IES estaduais. Há um equilíbrio na distribuição dos cursos entre universidades (47,7%) e faculdades ou centros universitários (49,6%). A região com menor proporção de cursos é a Norte (6,4%), e a Sudeste tem a maior concentração (45,8%). Já com relação às variáveis usadas para caracterizar os *clusters*, nota-se que 21,2% dos alunos têm ambos os pais com ensino superior, 55% são mulheres e 8,9% são negros. A maior parte dos cursos é de bacharelado (61,2%), sendo que 23,1% são de licenciatura e 15,7% tecnólogos. Tem-se que o percentual de professores doutores nos cursos é, em média, 28%.

Resultados da *clusterização*

Os *clusters* são baseados em variáveis institucionais, regionais e relacionadas a políticas de incentivo ao acesso ao ensino superior. Os resultados são apresentados no Gráfico 1 e na Tabela 2. São oito *clusters*, sendo o maior deles o primeiro, com 37% dos cursos. Este grupo, como descrito abaixo, reúne a maioria (74%) dos cursos ofertados em instituições públicas – federais, estaduais e municipais. Os *clusters* 2 a 8 representam a heterogeneidade entre os cursos ofertados majoritariamente por instituições privadas, já que apresentam pouca participação do setor público, sendo o segundo cluster o maior (14,5%); e o sétimo, o menor (4,3%). Essa primeira análise reforça a dualidade do sistema de ensino superior, bem como uma maior diversificação do setor privado. A organização administrativa é a variável com maior diferença entre os grupos.

Continuando a análise da Tabela 2, observa-se que a região é uma variável importante, considerando as desigualdades entre elas, mesmo com o aumento do número de cursos em outras regiões, os estados do Sudeste concentram quase metade do total de matrículas, principalmente em instituições privadas.

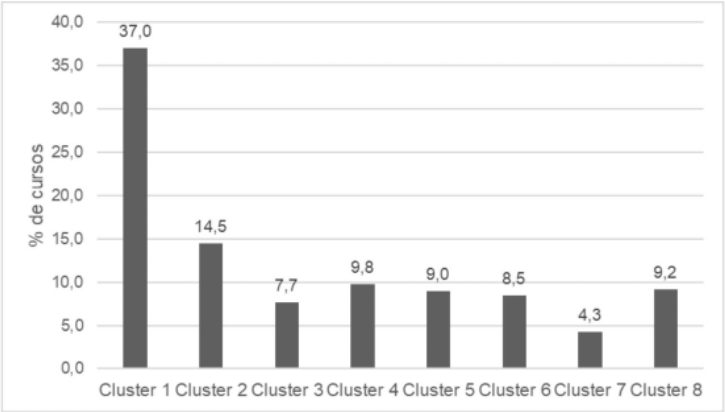
Tabela 1. Análise descritiva dos cursos superiores no Brasil, 2013, 2014, 2015

Variáveis	Proporção ou média %
Variáveis de *clusterização*	
Organização acadêmica	
Universidade	47,7
Faculdade	49,6
Institutos Federais	2,7
Categoria administrativa	
Pública federal	17,7
Pública estadual	9,6
Pública municipal	0,9
Privada	69,3
Outra	2,6
Bolsa de financiamento	40,2 (σ*: 30,2)
Acesso via ações afirmativas	18,7 (σ.: 26,3)
Região	
Norte	6,4
Nordeste	18,5
Sudeste	45,8
Sul	20,1
Centro-Oeste	9,2
Alunos	
Ambos os pais com ensino superior	21,2 (σ: 17,4)
Mulheres	55,8 (σ: 26,6)
Negros	8,9 (σ: 10,3)
Cursos	
Grau acadêmico	
Bacharelado	61,2
Licenciatura	23,1
Tecnólogo	15,7
Cursos de elite	
Direito	5,2
Medicina	0,8
Engenharia Civil	1,5
Característica institucional	
Professores com doutorado	28,0 (σ: 21,5)
Observações	20.449

* σ: Desvio padrão.

Fonte: INEP (2013a, 2013b, 2014a, 2014b, 2015a, 2015b).

Gráfico 1. Distribuição dos cursos por *clusters* (%)



Nota: total de cursos é 20.449.
Fonte: INEP (2013a, 2013b, 2014a, 2014b, 2015a, 2015b).

Tabela 2. Resultado da Análise de *Clusters* – Brasil, 2013, 2014 e 2015

Cluster	Variáveis *clusterização* (%)										
	Administrativas (%)			Regionais (%)					Políticas Públicas (%)		N
	Púb.	Priv.	Univ.	N	NE	SE	S	CO	AA	Financ.	
1	74	19	78	10	30	23	24	13	22	19	7.562
2	0,2	99	21	10	24	0	54	11	13	48	2.975
3	0,3	99	0	0	0	100	0	0	9	38	1.574
4	0,6	98	0	4	10	75	0	10	25	76	2.014
5	2	97	22	5	8	69	10	7	16	54	1.830
6	1	99	0	4	14	57	18	7	19	50	1.739
7	2	97	100	2	6	70	18	5	16	37	878
8	1	98	100	1	5	90	0	4	15	49	1.877
Total	**28**	**69**	**47**	**6**	**18**	**46**	20	9	19	40	20.449

Fonte: INEP (2013a, 2013b, 2014a, 2014b, 2015a, 2015b).

No que tange às políticas públicas, os *clusters* consideraram a parcela de estudantes que ingressaram no curso por meio de ação afirmativa ou com financiamento, que estão relacionados a medidas de diversidade e inclusão. Ambas as medidas foram as principais ações do governo brasileiro para aumentar a diversidade socioeconômica, com o objetivo de reduzir as diferenças de classe e raça no ensino superior.

Por meio da análise, pode-se observar que o processo de expansão do ensino superior se deu de forma diferenciada por região e tipo de instituição. No Nordeste, o principal eixo foi por meio do sistema público e da participação importante das políticas de ação afirmativa. Já nas regiões Sudeste e Sul a expansão deu-se principalmente por intermédio das instituições privadas, em que se destaca o cluster 4, formado por faculdades e centros universitários, e no qual o financiamento assume importância (76%).

Análise dos perfis dos alunos por *cluster*

O objetivo desta seção é descrever os *clusters* a partir das características dos alunos, das instituições e dos cursos, a fim de analisar se o processo de expansão resultou em uma diversificação do corpo discente que reflita as mudanças institucionais. A Tabela 3 apresenta os resultados, com os valores representando percentuais.

Observa-se que o primeiro agrupamento é definido por ter, em sua maioria, universidades públicas federais dispersas por todo o país, mas com maior concentração no Nordeste e têm, em média, 22% dos alunos inscritos por ação afirmativa. Este cluster tem a maior participação de professores doutores (42,2%). A relação entre universidade e percentual de professores doutores reflete umas das principais diferenças entre os tipos de organização institucional.

No segundo agrupamento predominam as faculdades particulares fora da região Sudeste. Em relação às características do cluster, ele contém o menor percentual de estudantes negros, sendo apenas 6,3%. Todos os cursos são de bacharelado e incluem o maior número de cursos de elite (16,1%). Vale destacar que a maioria dos cursos de elite neste grupo – cluster 2 – é de direito (70,2%), concentra-se na região sul (onde há menor presença de negros), tratando-se de um cluster com alta proporção de alunos financiados por políticas públicas e no qual as mulheres compõem a maioria (55%) do corpo discente. Ressalta-se que a presença do curso de direito corrobora a argumentação de que esse curso, diferentemente de outros de elite, como medicina e engenharia, tem um custo menor e grande procura, seguindo um padrão de crescimento no setor privado.

O terceiro grupo é definido por ter a maioria dos cursos bacharelado e em faculdades particulares da região Sudeste, sendo essa sua principal

diferença em relação ao cluster anterior, demonstrando a importância do processo de regionalização para compreensão da diversidade das IES no país. Além disso, é o grupo com maior presença de cursos de elite, principalmente direito e números expressivos de cursos de medicina e engenharia civil, em comparação com os outros grupos. Outras diferenças são o percentual mais baixo de alunos com financiamento entre os sete *clusters* com maior concentração de instituições privadas, o que pode ser explicado pela maior presença de cursos de elite e o gênero: a maioria dos alunos são mulheres.

O quarto cluster é definido por cursos presentes em faculdades particulares fora da região Sul, com concentração na região Sudeste. Suas principais diferenças em relação ao cluster anterior são o maior percentual de alunos que possuem financiamento e ingressaram por ação afirmativa e menor *background* social entre os estudantes, observado por meio da escolaridade dos pais. Essas características estão bastante relacionadas a um dos aspectos do processo de expansão no Brasil, que oferece apoio financeiro a estudantes em faculdades e universidades privadas. Neste cluster, o percentual de grupos femininos e negros é significativo, sendo 55% e 10%, respectivamente.

O quinto grupo é definido por cursos ofertados majoritariamente em faculdades privadas com alta porcentagem de estudantes com financiamento, que estão espalhados por todo o país. Sua principal característica é que todos os cursos são licenciatura. Este é o cluster em que os grupos minoritários, mulheres e negros, são mais numerosos com relação aos demais. Considerando o processo de expansão, este cluster é o que possui maior diversificação do perfil dos alunos, mas conta com uma concentração deles em cursos de menor *status*. Nesse sentido, o grupo 5 pode ser utilizado como exemplo das hierarquias dentro do sistema, como sugerido por Amaral *et al.* (2013) e Ribeiro e Schlegel (2019), que afirmam que grupos minoritários se encontram dentro do sistema, porém concentrados em cursos de menor prestígio.

O sexto cluster é caracterizado por cursos tecnólogos em faculdades particulares. Esse grupo apresenta maioria de alunos do sexo masculino, percentuais em torno da média para distribuição da educação dos pais, e um percentual acima da média de estudantes com financiamento. É um conjunto que representa a expansão de um novo tipo de curso superior em IES privadas, além do fato de refletir um viés de gênero, já que os cursos tecnólogos têm maior concentração de alunos do sexo masculino.

O sétimo grupo é semelhante ao anterior no que se refere ao perfil dos alunos. Esses são os únicos com maior percentual de alunos do sexo masculino do que do feminino. A principal diferença deste cluster em relação ao sexto é que há maior presença de universidades, em vez de faculdades, o que reflete um maior percentual de professores com doutorado. O oitavo grupo é semelhante ao terceiro cluster, diferenciado pelo tipo de instituição, o que significa que contém em sua maioria universidades privadas, em vez de faculdades. As principais características são a concentração de cursos de bacharelado, na região Sudeste, com alta presença de cursos de elite, sendo o grupo com maior concentração de cursos de engenharia civil.

A diversidade entre as IES privadas com ou sem fins lucrativos não tem conotação de hierarquização no que se refere à qualidade de seus cursos. A hierarquia criada entre as instituições expressa muito mais o fato de que

> [...] as instituições podem e devem ter vocações e especializações distintas, e cada uma delas deve procurar distinguir-se nas atividades que efetivamente desenvolvem, adotando os formatos organizacionais que lhe parecerem mais adequados em razão dos objetivos que elas perseguem (Martins, 1998, p. 61).

Tabela 3. Características dos alunos e das IES por cluster no Brasil, 2013, 2014 e 2015

Cluster	Estudantes			IES	Característica dos cursos						N
					Grau acadêmico			Cursos de elite			
	Mulheres	Negros	Pais com E. S.	Professores doutores	Bacharelado	Licenciatura	Tecnólogo	Direito	Medicina	Eng. Civil	
1	56	10	22	43	54	38	8	2,2	0,9	1,3	7.562
2	55	6	20	16	100	0	0	13	1	2	2.975
3	53	6	22	20	100	0	0	10	1,7	2,5	1.574
4	55	10	19	16	100	0	0	9	0,1	1,4	2.014
5	69	12	14	18	0	100	0	0	0	0	1.830
6	49	10	23	15	0	0	100	0	0	0	1.739
7	49	8	26	25	0	0	100	0	0	0	878
8	52	7	24	27	100	0	0	8,6	1,6	3,7	1.877
Total	**56**	**9**	**21**	**28**	**61**	**23**	16	5,2	0,8	1,5	20.449

Fonte: INEP (2013a, 2013b, 2014a, 2014b, 2015a, 2015b).

A conformação dos cursos de graduação no Brasil em oito grupos permite analisar a heterogeneidade entre os *clusters*, bem como a homogeneidade interna em cada um deles. A expansão quantitativa do ensino superior no Brasil é um fato, cabendo, portanto, uma análise do caráter qualitativo desse processo. Como sugere Dubet (2015) acerca da expansão universitária em outros países, o crescimento do sistema educacional nem sempre se traduz em sua democratização, podendo incorporar, intensificar ou até criar outras desigualdades. O autor pontua cinco elementos para analisar a expansão de tais sistemas: gratuidade do ensino, bolsas e auxílios, processos de seleção, orientação vocacional dos cursos e discriminação positiva.

Segundo esses critérios, o Grupo 1 (predominância de universidades e instituições públicas) preenche vários deles, tomando a média como referência. Trata-se de uma grande quantidade de cursos gratuitos e porcentagem de entrada por ações afirmativas superior à média. Isto é, mesmo com processos seletivos dos mais competitivos no país, busca-se reverter tal seletividade com ações mitigadoras. Logo, mesmo com tal concorrência, trata-se de um cenário mais diversificado.

Os Grupos 2, 3, 4 e 8 têm perfis mais elitistas, possuindo maior número de cursos voltados para o bacharelado. À exceção do Grupo 4, todos possuem menor percentual de ingressantes por meio de ações afirmativas, apesar do alto percentual de bolsas de financiamento. O Grupo 5 tem perfil totalmente voltado para cursos de licenciatura, destacando-se também: (i) maior percentual de mulheres; (ii) maior percentual de alunos negros; (iii) menor percentual de alunos com pais com ensino superior; (iv) menor percentual de alunos com renda domiciliar acima de 10 salários mínimos; e (v) percentual de professores doutores abaixo da média. Por fim, vale destacar os Grupos 6 e 7, formados por cursos de grau tecnólogo. Nesses predominam alunos do sexo masculino e há baixo percentual de ações afirmativas, indicando um recorte específico dos cursos com orientação vocacional.

No que diz respeito à democratização, apesar da evidente diferença dos perfis socioeconômicos constatada entre as categorias, não existe, em nenhum dos grupos, correspondências suficientes para caracterizar homogeneidade. Por outro lado, o percentual de negros nos cursos é baixo, e torna-se ainda menor nos chamados grupos de elite; o percentual de homens aumenta nos cursos tecnólogos, e diminui nos cursos de licenciatura, menos prestigiados. Nesse grupo de futuros licenciados, destaca-se a origem socioeconômica

menos privilegiada e o baixo investimento institucional em contratação de doutores. Além disso, o percentual de financiamento e ações afirmativas é considerável em quase todos os grupos, indicando possibilidades de rompimento de barreiras do ensino superior com interferência de políticas específicas. Outro recorte que parece reforçar os limites entre os *clusters* é o grau acadêmico atribuído a cada curso. Como indicado por Prates e Barbosa (2015), os cursos tecnólogos têm um *status* distinto (Grupos 6 e 7). Da mesma forma, a licenciatura é menos atrativa para alunos que têm pais com ensino superior.

Por fim, os resultados ajudam a elucidar o papel da hipótese EMI (Lucas, 2001) no processo de expansão do ensino superior brasileiro. A "desigualdade efetivamente mantida" tem suporte nos resultados apresentados para o caso brasileiro. Os grupos de cursos de elite são predominantemente compostos por alunos de origem mais privilegiada, ao passo que são menos acessíveis às demais camadas. Por sua vez, os cursos do Grupo 5, com maior concentração de licenciaturas, absorvem alunos de origem socioeconômica menos privilegiada. Ou seja, a própria diversificação levou a uma distinção dos cursos e instituições, além de concentrarem diferentes perfis de alunos.

Conclusões

Este artigo analisou, por meio do agrupamento em *clusters*, a heterogeneidade dos cursos ofertados pelas instituições de ensino superior, a fim de compreender em que medida a expansão do ensino superior no Brasil se relaciona com perfis específicos dos cursos, de IES e de perfis dos alunos. Os resultados analisados reforçam a heterogeneidade desse nível de ensino no plano institucional e socioeconômico. Nesse cenário, a organização acadêmica, a categoria administrativa e o grau acadêmico são mais do que formas institucionais de funcionamento dos cursos de graduação, refletindo hierarquias prévias ao acesso e posteriores à conclusão do curso. Os resultados confirmam que o sistema de educação superior pode ser dividido em *clusters* por características do curso, com heterogeneidades entre os grupos, que se refletem na composição do corpo discente.

A diferenciação institucional é significativa, uma vez que reflete escolhas de qual perfil de profissionais se espera para os próximos anos no país.

Contudo, há heterogeneidades dentro do próprio processo de expansão, que durou cerca de vinte anos. No período 1995-2002, privilegiou-se a expansão privada e não universitária (Prates, 2010), enquanto de 2003 a 2015, o crescimento universitário e público voltou a ser equivalente aos demais (INEP, 2002, 2018). O resultado, sob o aspecto institucional, foi uma diversificação da oferta, tendo sido expandidas todas as categorias administrativas, organizações e graus acadêmicos, além de uma distribuição regional menos díspar.

A respeito do perfil socioeconômico, no entanto, a diversificação institucional traz consigo desigualdades prévias. Quando analisadas as características de cada um dos oito grupos, observaram-se heterogeneidades marcantes por prestígio dos cursos, origens socioeconômicas e investimento. Cursos de elite se concentram, especialmente, nos Grupos 2 e 3, as universidades públicas no Grupo 1, cursos de licenciatura no Grupo 5 e tecnólogos nos 6 e 7.

Nesse sentido, o ensino superior desempenha um papel importante na estratificação da sociedade. O grupo que acessa esse nível corresponde a um recorte social específico, embora a expansão de quatro vezes o seu tamanho entre 1995 e 2015 o tenha tornado mais diverso. Ou seja, a clivagem que antes era representada pelo acesso, hoje é dividida entre um acesso ainda segmentado, embora menor, e divisões internas ao sistema. Internamente aos *clusters*, principalmente aqueles mais elitizados, as políticas de financiamento estudantil e ações afirmativas tornam possível uma maior diversificação socioeconômica dos alunos. Os resultados do processo de expansão produzem um sistema de ensino superior com mais opções de cursos oferecidos, com novos atores de *background* socioeconômico mais diversificado; por outro lado, esse cenário também acarreta um sistema de ensino superior mais hierarquizado no país, em termos institucionais.

Por fim, as implicações de um sistema de ensino complexo e, até certo ponto, hierarquizado, acabam por basear esforços institucionais e individuais em um sistema fundamentado em credenciais. Isto é, criam-se "diplomas de segunda classe" que não possuem condições de competir verdadeiramente com os diplomas de elite, independentemente do esforço e desempenho do aluno durante sua trajetória. Sendo assim, as disparidades de classe, raça, gênero e região trazidas pela origem socioeconômica apenas mudam de arena de disputa, sendo incorporadas pelas estruturas do ensino superior brasileiro.

Referências

Aguiar, Vilma. (2013). *Ampliação e diversificação de acesso no ensino superior: a formação do sistema de massa no setor privado (1995-2010)* [Tese de doutorado, Universidade Estadual de Campinas]. https://doi.org/10.47749/T/UNICAMP.2013.912118

Amaral Ernesto F. L., Neves, Alan V. C., Silva, Amanda M., & Monteiro, Tairine J. G. (2012). Análise do perfil dos alunos ingressantes na UFMG pela iniciativa do bônus sociorracial. *Teoria & Sociedade, 20*(1), 85-116.

Barbosa, Maria Lígia O. (2012). The expansion of higher education in Brazil: credentials & merit. *REMIE: Multidisciplinary Journal of Educational Research, 2*(3), 251-271. https://doi.org/10.1590/S0103-49792015000200006

Barros, Aparecida S. X. (2015). Expansão da educação superior no Brasil: limites e possibilidades. *Educação & Sociedade, 36*(131), 361-390. https://doi.org/10.1590/ES0101-7330201596208

Barros, Marco Antônio (2005). Ensino do direito: dos primórdios à expansão pelo setor privado. *Revista dos Tribunais, 94*(832), 83-99. https://dspace.almg.gov.br/handle/11037/33184

Brito, Murillo M. A. (2017). Novas tendências ou velhas persistências? Modernização e expansão educacional no Brasil. *Cadernos de Pesquisa, 47*(163), 224-263. https://doi.org/10.1590/198053143789

Camargo, Arlete M. M., & Araújo, Israel M. (2018). Expansão e interiorização das universidades federais no período de 2003 a 2014: perspectivas governamentais em debate. *Acta Scientiarum, 40*(1), e37659. https://doi.org/10.4025/actascieduc.v40i1.37659

Carvalhaes, Flávio, & Ribeiro, Carlos A. C. (2019). Estratificação horizontal da educação superior no Brasil: desigualdades de classe, gênero e raça em um contexto de expansão educacional. *Tempo Social, 31*(1), 195-233. https://doi.org/10.11606/0103-2070.ts.2019.135035

Clogg, Clifford C. (1994). Latent class models. In G. Arminger, C. Clogg, & M. Sobel (Org.), *Handbook of statistical modeling for social and behavioral sciences* (pp. 311-359). Springer Sciences.

Coelho, Edmundo C. (1999). *As profissões imperiais: medicina, engenharia e advocacia no Rio de Janeiro, 1822-1930*. Record.

Dubet, François. (2015). Qual democratização do ensino superior? *Cadernos CRH, 28*(74), 255-265. https://doi.org/10.1590/S0103-49792015000200002

Favretto, Juliana, & Moretto, Cleide F. (2013). Os cursos superiores de tecnologia no contexto de expansão da educação superior no Brasil: a retomada da ênfase na educação professional. *Educação & Sociedade, 34*(123), 407-424. https://doi.org/10.1590/S0101-73302013000200005

Fernandes, Danielle C. (2005). *Estratificação educacional, origem socioeconômica e raça no Brasil: as barreiras da cor*. IPEA.

Gerber, Theodore P., & Cheung, Sin Yi. (2008). Horizontal stratification in postsecondary education: Forms, explanations, and implications. *Annual Review of Sociology, 34*, 299-318. https://doi.org/10.1146/annurev.soc.34.040507.134604

Huisman, Jeroen, Lepori, Benedetto, Seeber, Marco, Frølich, Nicoline, & Scordato, Lisa. (2015). Measuring institutional diversity across higher education systems. *Research Evaluation, 24*(4), 369-379. https://doi.org/10.1093/reseval/rvv021

Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP. (2018). *Resumo técnico Censo da Educação Superior 2015*. [Relatório]. INEP. 2ª edição Brasília-DF. Disponível em https://download.inep.gov.br/educacao_superior/censo_superior/resumo_tecnico/resumo_tecnico_censo_da_educacao_superior_2015.pdf

Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP. (2015a). *Censo da Educação Superior, 2015* [Microdados]. INEP. Disponível em https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/censo-da-educacao-superior/resultados

Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP. (2015b). *Exame Nacional de Desempenho – ENADE, 2015* [Microdados]. INEP. Disponível em https://www.gov.br/inep/pt-br/acesso-a-informacao/dados-abertos/microdados/enade

Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP. (2014a). *Censo da Educação Superior, 2014* [Microdados]. INEP. Disponível em https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/censo-da-educacao-superior/resultados

Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP. (2014b). *Exame Nacional de Desempenho – ENADE, 2014* [Microdados]. INEP. Disponível em https://www.gov.br/inep/pt-br/acesso-a-informacao/dados-abertos/microdados/enade

Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP. (2013a). *Censo da Educação Superior, 2013* [Microdados]. INEP. Disponível em https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/censo-da-educacao-superior/resultados

Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP. (2013b). *Exame Nacional de Desempenho – ENADE, 2013* [Microdados]. INEP. Disponível em https://www.gov.br/inep/pt-br/acesso-a-informacao/dados-abertos/microdados/enade

Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP. (2002). *Sinopse estatística do ensino superior* [Microdados]. INEP

Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP. (1995). *Sinopse Estatística da Educação Superior 1995.* [Microdados]. INEP. Disponível em https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/censo-da-educacao-superior/resultados

Jarusch, Konrad. (1983). Higher education and social change: some comparative perspectives. In K. Jarusch (Org.), *The transformation of higher education 1860-1930* (pp. 9-36). University of Chicago Press.

Lucas, Samuel R. (2001). Effectively maintained inequality: educational transitions, track mobility, and social background effects. *American Journal of Sociology, 106*(6), 1642-1690. https://doi.org/10.1086/321300

Marteleto, Letícia, Marschner, Murillo, & Carvalhaes, Flávio. (2016). Educational stratification after a decade of reforms on higher education access in Brazil. *Research in Social Stratification and Mobility*, 46, 99-111. https://doi.org/10.1016/j.rssm.2016.08.004

Martins, Carlos B. (2013). Reconfiguring higher education in Brazil: the participation of private institutions. *Análise Social, 48*(208), 622-658.

Martins, Carlos B. (2009). Reforma universitária de 1968 e a abertura para o setor privado no Brasil. *Educação & Sociedade, 30*(106), 15-35. https://doi.org/10.1590/S0101-73302009000100002

Martins, Carlos B. (2000). O ensino superior brasileiro nos anos 90. *São Paulo em Perspectiva, 14*(1), 41-60. https://doi.org/10.1590/S0102-88392000000100006

Martins, Carlos B. (1998). Notas sobre o sistema de ensino superior brasileiro contemporâneo. *Revista USP*, (39), 58-82. https://doi.org/10.11606/issn.2316-9036.v0i39p58-82

Menezes Filho, Naercio, & Kirschbaum, Charles. (2019). Education and inequality in Brazil. In M. Arretche, (Org.). *Paths of inequality in Brazil* (pp. 69-88). Springer.

Prates, Antônio A. P. (2010). Ampliação do sistema de Ensino Superior nas sociedades contemporâneas no final do sec. XIX: os modelos de mercatilização e diferenciação institucional – o caso brasileiro. *Estudos de Sociologia, 15*(28), 125-146.

Prates, Antônio A. P., & Barbosa, Maria Lígia O. (2015). A expansão e as possibilidades de democratização do ensino superior no Brasil. *Cadernos CRH, 28*(74), 327-339. https://doi.org/10.1590/S0103-49792015000200006

Prates, Ian. (2018). *O sistema de profissões no Brasil: formação, expansão e fragmentação: um estudo de estratificação social* [Tese de doutorado, Universidade de São Paulo]. https://doi.org/10.11606/T.8.2019.tde-15022019-124053

Ribeiro, Carlos Antônio C. (2011). Desigualdade de oportunidades e resultados educacionais no Brasil. *Dados, 54*(1), 41-87. https://doi.org/10.1590/S0011-52582011000100002

Ribeiro, Carlos Antônio C., & Schlegel, Rogerio. (2019). Horizontal stratification in Brazil's Higher Education (1960–2010). In M. Arretche (Org.), *Paths of inequality in Brazil* (pp. 89-112). Springer.

Ricoldi, A. & Artes, A. (2016). Mulheres no ensino superior brasileiro: espaço garantido e novos desafios. *Ex Aequo*, (33), 149-161. https://doi.org/10.22355/exaequo.2016.33.10

Sampaio, Helena. (2011). O setor privado de ensino superior no Brasil: continuidades e transformações. *Revista Ensino Superior Unicamp*, (4), 28-43.

Santos, Yumi G. (2014). As mulheres como pilar da construção dos programas sociais. *Cadernos CRH, 27*(72), 479-494. https://doi.org/10.1590/S0103-49792014000300003

Schwartzman, Simon. (2015). Demanda e políticas públicas para o ensino superior nos Brics. *Cadernos CRH, 28*(74), 267-289. https://doi.org/10.1590/S0103-49792015000200003

Silva, Nelson V. (2003). Expansão escolar e estratificação educacional no Brasil. In N. V. Silva & C. Hasenbalg (Org.). *Origens e destinos* (pp. 105-138). IUPERJ.

Silva, Nelson V., & Hasenbalg, Carlos. (2000). Tendências da desigualdade educacional no Brasil. *Dados, 43*(3), 423-445. https://doi.org/10.1590/S0011-52582000000300001

Silva, Tatiana D. (2020). *Ação afirmativa e população negra na educação superior: acesso e perfil discente* [Texto para Discussão IPEA, 2569]. IPEA. Disponível em https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_2569.pdf

Tachibana, Thiago Y., Menezes Filho, Naercio M., & Komatsu, Bruno. (2015). Ensino superior no Brasil [INSPER Policy Paper, n. 14]. INSPER. Disponível em https://www.insper.edu.br/wp-content/uploads/2018/09/Ensino-superior-no-Brasil.pdf

UNICEF. (2021). *Acesso, permanência, aprendizagem e conclusão da Educação Básica na idade certa: direito de todas e de cada uma das crianças e dos adolescentes: resumo executivo*. UNICEF. Disponível em: http://www.mprj.mp.br/documents/20184/1330165/Iniciativa_Global_pelas_Criancas_Fora_da_Escola_-_UNICEF.pdf

Vargas, Hustana M. (2010). Sem perder a majestade: "profissões imperiais" no Brasil. *Estudos de Sociologia, 15*(28), 107-124.

Zainko, Maria Amélia S. (2009, 26-29 out.). *A política de expansão e os desafios da educação superior no Brasil* [Apresentação de artigo]. IX Congresso Nacional de Educação, Curitiba. https://educere.bruc.com.br/cd2009/pdf/3265_1714.pdf

Recebido: 9 set. 2020.
Aceito: 10 set. 2021.

Licenciado sob uma Licença Creative Commons Attribution 4.0

https://doi.org/10.20336/rbs.783

REVISTA BRASILEIRA DE SOCIOLOGIA

Ideias fora do lugar e seus colóquios: insights para a análise das "interpretações do Brasil"

Ideias fora do lugar and its colloquia: insights for analyzing the "interpretations of Brazil"

Sergio B. F. Tavolaro[*]

RESUMO

O presente artigo almeja revisitar *Ideias fora do lugar*, ensaio seminal de Roberto Schwarz, atento aos diálogos críticos fomentados em sua esteira. Almeja-se explorar o potencial heurístico dessa fatura para lidar com três ordens de problemas que revolvem a produção dos assim chamados *intérpretes do Brasil*: que aspectos concorreriam para a alegada *identidade* dessa tradição de pensamento? Em segundo lugar, admitida a enorme diversidade de âncoras explicativas mobilizadas nesse universo intelectual, o que dizer dos *critérios* e *parâmetros* ali acionados para descrever e compreender a sociedade brasileira? Por fim, a despeito de seu expresso interesse por fenômenos e problemas pertinentes ao Brasil, que *alcance cognitivo* poder-se-ia esperar de tais *Interpretações*? [1]

Palavras-chave: Roberto Schwarz; Ideias fora do lugar; Intérpretes do Brasil

[*] Universidade de Brasília, Brasília, DF, Brasil.
Professor Associado do Departamento de Sociologia UnB.
sergiotavolaro@hotmail.com

[1] O artigo é fruto do projeto de pesquisa 303189/2019-3. Agradeço às valiosas críticas e sugestões das/os pareceristas anônimas/os da RBS, que me auxiliaram a precisar os argumentos aqui desenvolvidos.

ABSTRACT

This article aims to revisit *Ideias fora do lugar* (Ideas out of place), a seminal essay by Roberto Schwarz, attentive to the critiques sparked in its wake. The aim is to explore the heuristic potential of this work to deal with three orders of problems that revolve the production of the so-called "interpreters of Brazil": what aspects would contribute to the alleged *identity* of this tradition of thought? Secondly, given the enormous diversity of explanatory tools mobilized in this intellectual universe, what about the *criteria and parameters* used to describe and understand Brazilian society? Finally, despite its express interest in phenomena and problems relevant to Brazil, what *cognitive scope* could one expect from such *interpretations*?

Keywords: Roberto Schwarz, *Ideias for a do lugar*, interpreters of Brazil.

Desde sua publicação inaugural, *Ideias fora do lugar*, ensaio seminal de Roberto Schwarz, não apenas inspirou uma gama notável de trabalhos, como despertou inúmeras polêmicas a propósito das indagações e soluções então balizadas (Arruda, 2019; Rodrigues, 2019). Neste artigo, importa-me revisitar os argumentos centrais do opúsculo, atento a algumas das controvérsias suscitadas acerca das condições de possibilidade (e de impossibilidade) de uma postura ativa do Brasil na cena intelectual moderna. Mas interessa-me algo mais: ciente da circulação preponderante de Schwarz pela crítica literária e atento às inovações de seu projeto intelectual, almejo explorar o potencial heurístico das interlocuções em torno de *Ideias* para lidar com três ordens de preocupações que animam o campo de investigação dos assim chamados *intérpretes do Brasil*:[2] (i) que aspectos concorreriam para a alegada *identidade* dessa tradição de pensamento? (ii) Admitida a enorme diversidade de âncoras explicativas mobilizadas por algumas/uns de suas/seus mais celebradas/os autoras/es e perspectivas, o que dizer dos *critérios* e *parâmetros* ali acionados para descrever e compreender o país? Por fim, (iii)

[2] A expressão *interpretações do Brasil* tem sido empregada para denominar um amplo conjunto de pensadoras/es que, ao menos desde a segunda metade do século 19, dedicou-se a compreender os processos de construção da sociedade brasileira, bem como os caminhos que conduziram o país à modernidade. A lista desses personagens é extensa e, de modo algum, definitiva. Veja-se, por exemplo, *Um enigma chamado Brasil* (Botelho & Schwarcz, 2009), *Pensadores que inventaram o Brasil* (Cardoso, 2013) e *Interpretations of Brazil, contemporary (de)formations* (Lage, 2016).

a despeito de seu expresso interesse por fenômenos pertinentes à sociedade brasileira, que *alcance cognitivo* poder-se-ia expectar de tais *interpretações*?[3]

A conjectura do artigo é que os debates fomentados por e a partir daquele ensaio insinuam um registro promissor para cada um dos problemas supramencionados. Trata-se, com isso, de dizer que tal fatura oferece uma chave de leitura valiosa, capaz de auxiliar-nos a discernir certa "regularidade na vasta dispersão"[4] de retratos da vida social brasileira delineados por nossos *intérpretes*. Em segundo lugar, entendo que essas mesmas discussões nos abrem a possibilidade de correlacionar entre si as distintas variáveis empenhadas com o anseio de decifrar o país, além de nos ajudar a situá-las vis-à-vis certo imaginário da modernidade. Mas isso não é tudo. Está claro que, em virtude dos objetivos analíticos muitas vezes anunciados – a princípio, respeitantes tão somente à vida nacional –, não raro vemo-nos inclinados a atribuir a esses empreendimentos interpretativos um alcance deveras limitado. Gostaria, no entanto, de avançar uma apreciação alternativa: como pretendo também argumentar, os colóquios em torno de *Ideias* lançam luz sobre as convergências e desacordos, sobre as afinidades e dissensões entre tais formulações e o próprio discurso sociológico da modernidade.

Ideias fora do lugar: proposições e dissensões

Talvez reste pouco a acrescentar a propósito das influências que, direta e indiretamente, contribuiriam para a concepção de *Ideias*. A bem da verdade, o próprio autor tratou de mencionar algumas: além da "inspiração de Marx"[5] e do débito inestimável com "Antonio Candido", foram-lhe fundamentais Sartre, "Lukács, Benjamin, Brecht e Adorno" (Schwarz, 1998, p. 13).[6] Somem-se a estes Fernando H. Cardoso e Maria Sylvia de Carvalho

[3] O teor das questões contempladas pela vasta fortuna crítica de *Ideias* é indicativo do potencial do ensaio para também lidar com problemas caros ao *pensamento social brasileiro*. Eis alguns exercícios já realizados nessa direção: Lage (2016), Maia (2009), Ricupero (2008) e Schwarcz (1993).

[4] Para emprestar uma conhecida noção de *Arqueologia do Saber*.

[5] Considere-se as reflexões do próprio autor sobre a importância em sua trajetória do conhecido grupo de leitura d'*O Capital* (Schwarz, 1999, p. 104-128). É preciso, todavia, ter em conta suas dissidências frankfurtianas com as motivações prioritárias do Seminário (Schwarz, 1999, p. 126-128), à sua vez alusivas às influências que o "marxismo sombrio" da Escola e a dialética negativa de Adorno exerceram sobre ele (Schwarz, 1999, p. 126).

[6] Apesar de não ser o propósito deste artigo reconstruir as influências intelectuais de Schwarz, mencionarei à frente algumas delas, atento à trinca Candido/Adorno/Sartre.

Franco – esta, pelas formulações a respeito da sociabilidade e do lugar do "homem livre e pobre" na sociedade escravocrata; aquele, pelas reflexões acerca dos nexos entre "escravidão" e "capitalismo" moderno.[7] Ao lado de Candido, ambos constituiriam peças-chave do "projeto coletivo da dialética" desenvolvido na cena intelectual da USP (Schwarcz & Botelho, 2008, p. 148-149 e demais passagens da entrevista com o próprio autor; Schwarz, 1999, p. 113-118; Arantes, 1992, p. 62-71; Helayel & Brasil Jr., 2019; Ricupero, 2013). Quanto à "ambiência" dessa instituição, Elide R. Bastos alude justamente ao enquadramento analítico das investigações dedicadas a compreender "as razões, o perfil e os efeitos do atraso no Brasil" (Bastos, 2002, p. 185-186): por um lado, "a recusa de uma visão dualista" e "de uma explicação linear" para a formação do país (p. 186); por outro, a percepção aguda da singular coexistência "de elementos arcaicos e modernos na estruturação da sociedade brasileira" (p. 186-187).[8] Tais aspectos auxiliam-nos, em igual medida, a mensurar a dívida de Schwarz com Caio Prado Jr. e Fernando Novais, bem como a sopesar a presença de Celso Furtado em *Ao vencedor as batatas* (Arantes, 1992, p. 84-90; Schwarz, 1999, p. 114, p. 116-117; Waizbort, 2002, p. 125, p. 138) – em todos esses casos, em convergência com suas cogitações a respeito de "nossa posição na divisão internacional do trabalho" e das questões ideológicas implicadas na combinação entre "atraso social" e "progresso material" (Schwarz, 1977, p. 80).[9]

---

[7] Como se sabe, a obra de referência de Carvalho Franco foi *Homens livres na ordem escravocrata*, ao passo que a de Cardoso foi *Capitalismo e escravidão no Brasil escravocrata*, resultantes de suas respectivas teses de doutorado. Seria interessante também aquilatar o impacto do livro posterior de Cardoso, *Empresário industrial e desenvolvimento econômico* (Schwarz, 1999, p. 120-124) e de *Dependência e desenvolvimento na América Latina* (Schwarz, 1999, p. 124-125), impacto este que, na avaliação de Franco (1976, p. 63-64), o teria impelido às armadilhas "dualistas" que permeiam nossa vida intelectual. Tendo em conta os objetivos precípuos do presente trabalho, não poderei aprofundar essa questão. De todo modo, mais adiante, recuperarei alguns dos diálogos de Schwarz com Franco. Veja-se, a esse respeito, as análises de Helayel e Brasil Jr. (2019) e Ricupero (2013, p. 527, 532).

[8] Aliás, Helayel e Brasil Jr. (2019, p. 98-99) argumentam que a maneira com que Schwarz se serviu "do debate que estava em curso na Cadeira de Sociologia I da USP na passagem dos anos 1950 para a década seguinte" ocorreu "de modo seletivo e muito próprio". Nesse particular, os autores ressaltam a relevância que a "crítica de Franco ao diagnóstico de Cardoso a respeito da categoria 'patrimonialismo'" teve em sua análise "do princípio formal da 'volubilidade' de *Memórias Póstumas de Brás Cubas* (1881)" – exercício iniciado em *Ao vencedor*, mas arrematado apenas em *Um mestre na periferia do capitalismo* (ver principalmente p. 105-111). O artigo também traz importantes considerações sobre os paralelos entre Schwarz e Florestan Fernandes, atento às reflexões de Fernandes a respeito do "patrimonialismo patriarcalismo" na cena brasileira e dos impasses que envolviam a burguesia nacional (p. 111-115).

[9] Para uma reconstrução elucidativa dos caminhos intelectuais de Schwarz e do delineamento de seu objeto de investigação primordial, veja-se Rodrigues (2011, p. 452-506).

Conforme há pouco mencionado, também não faltaram aportes estrangeiros. É Lukács quem "formula o problema da dialética de forma e processo social" (Waizbort, 2002, p. 119), o qual orienta o projeto de *Ao vencedor* de ponta a ponta. Coube a Trotsky, por sua vez, prover-lhe a chave analítica do "'desenvolvimento desigual e combinado'", que o auxiliou a destrinchar as divergências entre "a forma machadiana" e o "processo do romance europeu" (Waizbort, 2002, p. 117). Por fim, Auerbach propiciou-lhe parâmetros para abordar o "realismo" em nossa literatura, também rebelde à "regra europeia" (p. 132). Pois bem, apesar de já terem sido tantas vezes destacadas e examinadas pela fortuna crítica, gostaria de revisitar sumária e seletivamente as principais teses do ensaio para, então, contemplar algumas das controvérsias que se lhe seguiram.

"Ao longo de sua reprodução social", assevera Schwarz, "incansavelmente o Brasil põe e repõe ideias europeias, sempre em sentido impróprio." (Schwarz, 1973, p. 160) Recorde-se que, na percepção do autor, embora o *status* de país independente houvesse sido alcançado "em nome de ideias francesas, inglesas e americanas, variadamente liberais" (p. 152), a "disparidade entre a sociedade brasileira, escravista, e as ideias do liberalismo europeu" (p. 151) instilava em nossos publicistas e escritores forte sentimento de desconforto. Para Schwarz, não restam dúvidas de que "a liberdade de trabalho, a igualdade perante a lei e, de modo geral, o universalismo eram ideologia na Europa também" (p. 151). No entanto, aqui, as discrepâncias se revelariam mais complexas. Sociedade marcadamente rural, "cuja produção dependia do trabalho escravo" (p. 152), a herança colonial brasileira engendrara nada menos que "três classes de população: o latifundiário, o escravo e o 'homem livre', na verdade, dependente." (p. 153). Importa sobremaneira ao argumento o fato de que, naquelas circunstâncias, os preceitos mais elevados da "civilização burguesa" – leia-se, "a autonomia da pessoa, a universalidade da lei, a cultura desinteressada, a remuneração objetiva, a ética do trabalho etc." (p. 154) – não encontravam lastro nas relações entre esses segmentos. Isso porque, coexistindo com a "força" e com a "violência" prevalecentes entre o proprietário de terras e os cativos, o "*favor*" revelava-se "*a nossa mediação quase universal*" (p. 154). Vale dizer, tal "mecanismo" articulava-se com as "mais variadas atividades, mais e menos afins dele, como administração, política, indústria, comércio, vida urbana, corte etc." (p. 153). Daí o liberalismo despontar no Brasil tão somente como

ideologia "de segundo grau", incapaz até mesmo de representar "falsamente a realidade" (p. 155).

Note-se que embora "tributários em toda a linha" da Europa, no entendimento de Schwarz, em hipótese alguma constituiríamos mera replicação de seus estágios prévios (Schwarz, 1973, p. 154). Não obstante, seria erro crasso tomar as "ideias" do Velho Mundo por alheias à cena brasileira; afinal, em virtude de sua existência dependente neste "sistema por assim dizer solar, e certamente internacional, que é o capitalismo" (p. 158), era inevitável que as mesmas permanecessem "referência para todos" (p. 151). Ou seja, a despeito de originárias de outras plagas, onde de fato "acompanharam e refletiram transformações imensas na ordem social" (p. 158), tais representações estrangeiras não deixavam de participar "da nossa identidade nacional" (p. 152). De todo modo, , sujeitas "à influência do lugar, sem perderem as pretensões de origem", acabavam por sofrer uma série de "deslocamentos", donde adviria um "sistema de impropriedades" amplamente "sentido como defeito" (p. 159). No fim das contas, ainda que "fora de centro em relação à exigência que elas mesmas propunham", essas "ideias do tempo" (p. 156) cumpriam papéis e funções locais: além de justificarem o "arbítrio" próprio ao obséquio, outorgavam prestígio àqueles que, ao brandi-las, sentiam-se integrantes duma espécie de "esfera augusta" (p. 154-155).

Mas isso não é tudo. Dentro, ainda, dos horizontes delineados por Schwarz, seria incorrer em novo equívoco interpretar tal "combinação instável" (Schwarz, 1973, p. 155) a contrapelo da "história mundial", quer dizer, como expressão idiossincrática de uma sociedade apartada no globo. Na verdade, é justamente o contrário que se passaria: lembre-se que, conquanto fôssemos um "país agrário e independente", nossa produção encontrava-se enleada ao "mercado externo" (p. 152), sendo dele dependente. Naquelas circunstâncias, a cadência "de nossa vida ideológica" (p. 158), ou para ser mais exato, o compasso "das conversões e reconversões de liberalismo e favor" constituía "efeito local e opaco de um mecanismo planetário." (p. 161). Donde a possibilidade de "nossas esquisitices nacionais" possuírem algum "alcance mundial" (p. 159) – o que, de quebra, implicaria conferir-lhes certo potencial de "desprovincianização", de modo que o exame da "originalidade nacional" nos invitaria a "refletir sobre o processo de colonização em seu conjunto, que é internacional." (p. 161).

Pois bem, desde sua primeira publicação, os argumentos lançados em *Ideias* instigaram um conjunto expressivo de debates (Palti, 2014; Ricupero, 2013). Não deixa de ser curioso que uma das primeiras e mais sonoras interlocuções críticas tenha sido lançada justamente por Carvalho Franco (Arantes, 1992, p. 46-50; Ricupero, 2008, p. 61). Com objeções dirigidas inclusive à expressão-chave do ensaio, a autora sugere tratar-se de uma "variante" de certa dualidade "inscrita em pelo menos dois séculos de nossa história intelectual": aquela pela qual metrópole e colônia, codificadas por meio de "uma ordem de sucessão", acabam retratadas em "uma relação de *exterioridade* entre os dois termos em oposição" (Franco, 1976, p. 61). O problema maior estaria no fato de a formulação de Schwarz supostamente endossar a existência "de uma diferença *essencial* entre nações metropolitanas, sede do capitalismo, núcleo hegemônico do sistema, e os povos coloniais, subdesenvolvidos, periféricos e dependentes" (p. 61). Corrigir o tal equívoco requereria apreender tanto estes quanto aquelas como "situações particulares que se determinam no processo *interno* de diferenciação do sistema capitalista mundial", de cuja essência ambos participariam (p. 62-63). Destarte, tanto "a produção" assim como "a circulação de ideias" deveriam ser percebidas "como internacionalmente determinadas" (p. 62). Por esse motivo, para a autora, naquilo que toca a funcionalidade das "representações igualitárias" no Brasil oitocentista, melhor seria dizer que aquelas ideias estavam bem encaixadas – visto serem "necessárias para sustentar o sistema de dominação e encobrir as disparidades", tanto quanto para "legitimar os desequilíbrios de condição social e a exploração." (Franco, 1976, p. 63).

Em termos gerais, os alvos dessa polêmica inaugural ressurgiriam de maneira difusa nos debates que então se seguiram. Saliente-se que, na visão de Carlos N. Coutinho (1976, p. 65), na medida em que "o pensamento brasileiro 'importa' uma ideologia europeia", poder-se-ia inferir "que uma determinada classe ou camada social de nosso país encontrou nessa ideologia a expressão de seus próprios interesses *brasileiros* de classe." Com efeito, Alfredo Bosi mostra-se igualmente preocupado com a possibilidade da "filtragem" de ideias adventícias por "grupos sociais" locais em virtude "*de seus interesses particulares*." (Bosi, 1995, p. 22) Não por outro motivo, mais relevante que "a origem geográfica de uma dada ideologia", importaria observar a "*função* que as correntes de pensamento social e político exerceram, *de facto*, na trama histórica de um dado período." (p. 22). Ao menos em parte, trata-

se de uma ponderação compartilhada por Sérgio Rouanet (1994, p. 37), para quem a celeuma em torno das "ideias importadas" seria, a rigor, "uma questão secundária". Além de desconsiderar o choque "entre ideias externas e realidade interna como uma interação verdadeiramente dialética" – com impactos nos dois "polos" da relação (p. 35) –, Schwarz pecaria por devotar pouca atenção à maneira criteriosa e ativa com que "nossa classe dominante", em circunstâncias específicas, lançou mão do liberalismo, movida "segundo seus interesses particulares" (p. 36). Daí, para Rouanet, o "enorme exagero na tese do desajuste entre ideias externas e realidade brasileira": afora o fato de, em inúmeras ocasiões, terem demonstrado "perfeita congruência" (p. 36), não teriam sido poucas as vezes em que tais "ideais" estrangeiros concorreram "para integrar o Brasil nos grandes circuitos da cultura universal" (p. 37). Dessa feita, além de indevidamente colocada, "a questão das ideias importadas" ocultaria um aspecto bem mais pertinente, qual seja: a "estrutura de poder da sociedade brasileira", em seu entendimento, um problema irredutível ao "*topos* da autenticidade cultural" (p. 37).

Ponderações análogas voltam a aparecer em Elías Palti (2014, p. 61, 64), com destaque para o suposto de *Ideias* acerca da "existência de algum tipo de 'essência interior'", infensa a representações "'estrangeiras'". Ora, a seu ver, ao fixar "um lugar (...) como o lugar da *Verdade*", e ao restringir "a linguagem a uma mera dimensão referencial", Schwarz daria "margem à oposição entre 'ideias' e 'realidade'". O problema, no entanto, é que a definição de "quais ideias estão ou não fora do lugar" – ou seja, as "atribuições de 'alteridade' a determinadas ideias" – consistiria, para Palti, num empreendimento "com caráter eminentemente *político*" (p. 62). Daí reivindicar de Schwarz três ajustes em suas formulações: deixar de tratar contextos "centrais" e "periféricos" já de partida "como se fossem entidades fixas e homogêneas" (p. 70); em segundo lugar, em vez de supor a existência de configurações onde *ideias* e *realidades* encontram-se organicamente ajustadas e imunes à "contradição", atentar para os "deslocamentos semióticos" decorrentes da "presença, no interior de cada cultura, de uma pluralidade de agentes e modos de apropriação" (p. 70-71). Finalmente, seria preciso considerar minuciosamente "cada contexto discursivo particular" de modo a compreender "como certas ideias ou modelos e não outros acabam aparecendo como 'fora do lugar'", mas também "como algumas ideias ou modelos que em certas circunstâncias apareceram, para certas pessoas, como estando em

seu lugar apropriado passaram eventualmente a ser vistas, por essas mesmas pessoas como 'fora do lugar' (e vice-versa)" (p. 72) Por tudo isso, ao invés do "esquema dos 'modelos' e 'desvios'" (p. 74), mais apropriado seria dedicar-se a "uma história de linguagens políticas e dos modos de sua articulação, circulação e apropriação social" (p. 73).

A história mundial à luz da periferia: réplicas de Schwarz

Não foram poucas, pois, as críticas que reclamaram de Roberto Schwarz maior cautela no tocante ao problema das origens, do dinamismo e dos possíveis usos de referências cognitivas, ético-morais e estéticas que balizam a experiência da modernidade no Brasil. Nessa direção, convergindo com Rouanet e Bosi, Ventura (1991) destaca a suposta desatenção do ensaio aos rearranjos que as "ideias" europeias (dentre elas as "teorias racistas" e o "liberalismo") sofreram no Brasil durante o século 19, em decorrência dos "interesses de grupos nacionais identificados à modernidade ocidental" (Ventura, 1991, p. 58-59). Naquelas circunstâncias, afirma Ventura (1991, p. 40), a intelectualidade brasileira selecionou "aquelas que pudessem ser sincretizadas a partir da questão nacional, relacionadas à construção do Estado e à afirmação da identidade das camadas letradas e dirigentes." Nesses mesmos passos, Lília Schwarcz argumenta que não se poderia compreender a "adoção" entre nós das teorias racistas formuladas na Europa oitocentista como "mero reflexo" ou simples "cópia desautorizada" das mesmas. De outro modo, haveria que se "indagar sobre seus novos significados contextuais", "verificar sua relação com a situação social, política, econômica e intelectual vivenciada no país", bem como "atentar para a criação de novos valores e concepções" (Schwarcz, 1993, p. 242). Destarte, o ponto fundamental passaria a ser "pensar na originalidade da cópia" (p. 243), ou se assim se preferir, no "uso original" de "símbolos disponíveis" em situações e "contextos" específicos (p. 242).

Mas, afinal, até onde tais aspectos apontados pela fortuna crítica de fato excedem os horizontes de percepção de *Ideias*? Na avaliação de Ricupero (2008), não teriam faltado mal-entendidos na recepção de Schwarz. Em sua defesa, o autor sublinha a necessidade de se levar a sério "a particularidade de nossa situação no capitalismo internacional", para ele um aspecto diluído

nas críticas desferidas por Maria Sylvia (Ricupero, 2008, p. 61-62). Ao mesmo tempo, Ricupero atenua as ponderações de Bosi e Coutinho, sob a alegação de que a problemática das filtragens de referências europeias reclamada por ambos, algo decorrente dos "interesses das classes presentes na sociedade", poderia sem grandes dificuldades ser conciliada com as propostas originais do ensaio (p. 62). No fim das contas, Ricupero adverte que a preocupação central de Schwarz não seria tanto exprimir a "inadequação de certas referências intelectuais a um dado contexto social", mas sim tratar de questões próprias a "um processo de formação" que se serve de "formas" oriundas dos "países centrais" – as quais, sob as "condições sociais" específicas do novo lugar, passariam por uma "torção" que as faz "praticamente irreconhecíveis" (Ricupero, 2008, p. 64-65).

Com efeito, o próprio autor não se eximiu de responder a seus críticos. Em "Nacional por subtração" (1986), preocupado com o rendimento analítico da categoria "cópia", Schwarz volta a indagar se, de fato, a ruptura "conceitual com o primado da origem" seria suficiente para "equacionar ou combater relações de subordinação efetiva" (Schwarz, 1987, p. 36). Não menos estéril parecia-lhe ser "renunciar ao empréstimo para pensar e viver de modo autêntico" (p. 39). Isso porque, a seu ver, "o problema durável e de fundo" (p. 29) permaneceria inalterado, a saber: "a fatalidade da imitação cultural" (p. 36), longe de opção suscetível de descarte, estaria vinculada à posição do país no sistema mundial e à "estrutura econômico-social" altamente desigual consolidada nessas circunstâncias (p. 42). Reafirmando, pois, o enquadramento de *Ideias*, Schwarz reitera o argumento de que a "má-formação brasileira", que tanto desconforto trouxe à vida intelectual do país no século 19, não poderia ser explicada isoladamente, mas como parte e parcela da "*história contemporânea*", ou para ser mais exato, pelas "desarmonias ciclópicas do capitalismo mundial" (p. 45). Segue-se disso um importante aprofundamento no *insight* de *Ideias*: refratário à "conotação psicologizante" da categoria "cópia" (p. 36), mas sem pretender dispensá-la integralmente, Schwarz sustenta que em vez de se contrapor "o nacional ao estrangeiro e o original ao importado", mais valeria "ver a parte do estrangeiro no próprio, a parte do imitado no original, e também a parte original no imitado" (p. 48).[10]

[10] Esse mesmo aspecto é enfatizado na excelente análise que Lage (2016, p. 55) realiza das proposições de Schwarz. Veja-se, também, as interlocuções de Maia (2009, p. 163-164).

Um mestre na periferia do capitalismo, consumação do projeto anunciado em *Ao vencedor*, revisitaria novamente o cerne das indagações de *Ideias*. Em meio ao exame da "segunda fase" de Machado de Assis, o autor retoma, com evidente sinal de reforço, um aspecto basilar do argumento, não raro subapreciado (quando não, de fato, mal interpretado) pela fortuna crítica: a importância analítica a ser dispensada à dinâmica mundial, sem o que não se conseguiria capturar a "diferença de fundo" entre o Brasil e as "nações capitalistas adiantadas" – e, ato contínuo, compreender "a polarização *sui generis* e desconcertante a que a vida nacional submetia um conjunto de categorias pertencentes à experiência moderna" (Schwarz, 1998, p. 223-224). Tratar-se-ia, pois, de asseverar que, longe de "uma aberração brasileira (ou latino-americana)", o "desenvolvimento moderno do atraso" prendia-se ao "'desenvolvimento desigual e combinado do capitalismo'" e à "divisão internacional do trabalho", em virtude do que, às sociedades recém-independentes teria restado tão somente cumprir "o papel de consumidores de manufaturados e fornecedores de produtos tropicais" (1998, p. 38). Sendo esse o caso, não se poderia de modo algum encontrar "a causa última da absurda formação social brasileira" nos limites do próprio país, mas "nos avanços do capital e na ordem planetária criada por eles" (p. 39). Por esse mesmo motivo, admitidas as singularidades da sociedade brasileira do século 19 – trespassada por "questões práticas e ideológico-morais próprias" –, seria também possível, por seu intermédio, indagar sobre "a atualidade mundial", pelo menos em "alguns de seus segredos" (p. 39).

Verdade seja dita, não faltaram oportunidades em que as réplicas de Schwarz foram explicitamente endereçadas. Para começar, reagindo a Bosi, o autor esclarece jamais ter pretendido "que o liberalismo não tivesse funções no Brasil escravista"; ocorre que o reconhecimento desse fato não bastaria para atenuar o "travo virtual ou efetivo de inadequação", produto da esdrúxula articulação entre "escravidão" e norma liberal (Schwarz, 1999, p. 98-99). Adicionem-se a isso dois outros importantes problemas que Schwarz identifica na "metáfora do filtro": de um lado, o risco de deixar de "explicar por que, apesar de adaptado, o liberalismo e demais instituições modernas tinham conotação absurda no país" e, de outro, o desapreço pelas "condições e antagonismos globais, sem cuja presença as diferenças locais ou nacionais não se entendem" (p. 100-101). Respostas explícitas também foram oferecidas às críticas de Maria Sylvia. Naquilo que toca o alegado "dualismo" de seu enquadramento, Schwarz salienta tratar-se de "um dado

geral do capitalismo em toda parte", assumido como "ponto de partida" analítico, mas com o intento de apreendê-lo dialeticamente, "dentro de um movimento mais amplo e de fundo" (*in* Schwarcz & Botelho, 2008, p. 152-153). Nesse caso, o autor reafirma sua intenção de inquirir as articulações entre o "efeito de deslocamento" das "ideias" no Brasil e sua funcionalidade no novo contexto (p. 154). Mesmo assim, pondera que, graças a seu "objeto" – a prosa machadiana –, logrou alcançar algo a mais em comparação com a pesquisa de Carvalho Franco, a saber, indagar sobre o "padrão europeu" a partir da vida local (in Schwarcz e Botelho, 2008, p. 153).[11]

Uma chave de leitura para as *interpretações do Brasil*

A respeito das virtualidades inscritas na articulação da "análise estilística com a reflexão histórico-social", Schwarz remete-se a uma proposição de T. Adorno que ele mesmo assume como um "*parti pris* metodológico": por meio de "uma análise interna cerrada de uma obra de valor", seria possível desvelar "uma forma de organização que alude de maneira importante à história contemporânea." (*in* Schwarcz & Botelho, 2008, p. 150).[12] Não menos importante, chama-nos atenção para a relevância de J. P. Sartre em sua decisão de dedicar-se a Machado em seu doutorado, àquele momento, por muitos "considerado o menos brasileiro dos escritores brasileiros" – em especial a sugestão sartreana segundo a qual "no andamento do estilo de um bom autor de alguma maneira está presente a história mundial".[13] No caso brasileiro, essa agenda de reflexão demonstraria "um interesse suplementar,

[11] Como observa Rodrigues (2011, p. 466, 470), "o referente sem o qual, sua [de Schwarz] tese é ininteligível e a apropriação dela, deliberadamente distorcida é o capitalismo mundial", o que envolve "uma interpretação [tanto] em escala nacional quanto global, assim como o domínio da articulação de ambas".

[12] Os romances de Machado de Assis, bem sabemos, constituem o foco fundamental desse exercício, concretizado de maneira exemplar em *Ao vencedor as batatas* e Um mestre na periferia do capitalismo. Sobre a importância de Adorno em seu projeto, veja-se, por exemplo, Schwarz (2012).

[13] É digno de nota que Sartre também figura entre os que influenciaram o delineamento metodológico da tese de doutorado de Fernando H. Cardoso. Na *Introdução* à obra, ao defender "a utilização do método dialético de forma heurística", Cardoso (2013, p. 47) remete-se a uma longa passagem de *Questão de Método* para defender que "totalidades sociais" deveriam ser concebidas "como *totalidades singulares*". Observe-se que, naquela obra de referência, Sartre (1966, p. 26) sustenta que quando Marx "subordina os fatos anedóticos à totalidade (...) é através deles que quer descobri-la", atribuindo "a cada acontecimento, além de sua significação particular, um papel de revelador" do "todo". A respeito dessas e de outras afinidades intelectuais, veja-se também Rodrigues (2011, p. 218-230).

que é o da desprovincianização", por meio da qual seria possível revelar que, além da dimensão "pessoal", também "a escrita (...) pertence a uma história mais ampla, nacional, e que, no limite, o seu alcance pode ser mundial". (*in* Schwarcz & Botelho, 2008, p. 148). Ademais, como tantas vezes já assinalado pela fortuna crítica (e.g., Melo, 2014; Rodrigues, 2011; Waizbort, 2002), suas interlocuções com Antonio Candido, em particular o anseio de combinar "análise formal e localização sociológica enquanto complementares" – o que envolvia "ler o romance sobre fundo real", ao mesmo tempo que "estudar a realidade sobre fundo de romance, no plano das formas mais que dos conteúdos" –, foram igualmente determinantes para os rumos tomados por sua pesquisa (Schwarz, 1987, p. 130, 140).[14]

Como quero argumentar, parcela importante do que Schwarz reivindica para a análise literária é passível de ser estendida ao campo de investigação dos chamados *intérpretes do Brasil*: refiro-me à possibilidade de, por meio da inquirição do *pensamento brasileiro*, desvelar-se aspectos do contexto societário mais amplo – de seus padrões de sociabilidade, das referências ético-morais e estéticas, bem como das categorias de entendimento correspondentes – em que foram engendradas certas imagens do país e da experiência moderna que marcaram época. É certo que, como Candido (1993, p. 11) já havia alertado, "a capacidade que os textos possuem de convencer depende mais da sua organização própria que da referência ao mundo exterior". Ainda assim, de um modo ou de outro, lá estariam "a sociedade e as circunstâncias históricas", isto é, os "materiais não literários" – leia-se, "natureza, sociedade e ser" –, "manipulados a fim de se tornarem aspectos" da "narrativa ficcional" (Candido, 1993, p. 10, 9).[15] Ora, a meu ver,

[14] Ao rememorar a importância de "Dialética da malandragem" para seu projeto, Schwarz (*in* Schwarcz & Botelho, 2008, p. 148) argumenta que Candido iniciou a trilha de investigação que ele acabaria por perseguir, ao buscar "maneiras consistentes de incluir uma obra brasileira na discussão cultural contemporânea mais ampla, ou mundial." Novamente, não sendo o objetivo central do artigo examinar em seus pormenores as influências intelectuais de Schwarz, precisarei deixar esse aspecto para uma outra ocasião. Seja como for, lembro aqui tanto de "Pressupostos, salvo engano, de 'dialética da malandragem'" quanto de "Adequação nacional e originalidade crítica", em que as afinidades e alguns dos desacordos com o mestre vêm à tona pelas mãos do próprio autor (Schwarz, 1987, 1999, respectivamente).

[15] Lembre-se que, para Schwarz (1987, p. 141), "a junção de romance e sociedade" ocorreria "através da forma", tomada "como um princípio mediador que organiza em profundidade os dados da ficção e do real". Apesar das inúmeras convergências entre Candido e Schwarz, certamente não deixaram de existir desencontros. A esse respeito, veja-se a discussão de Melo (2014, p. 404-405 e demais), em que, contabilizadas as "afinidades metodológicas" em torno da "redução estrutural", aponta-se para suas "divergências ideológicas", bem como para as diferenças entre "as visões da modernidade brasileira dos dois críticos" e, de maneira mais específica, entre suas percepções do significado da fatura machadiana.

guardadas as especificidades do enquadramento e do método que Schwarz mobiliza para destrinchar os significados da produção machadiana, há aqui uma pista valiosa acerca dos potenciais rendimentos da investigação de formulações-chave desse *pensamento*: além de possibilitar discernir o que há de irredutível em cada trabalho, a análise meticulosa da fatura e da economia interna das obras permite-nos também alumbrar as circunstâncias sociais e a configuração societária (nacional e extranacional) que as condicionaram. Em igual medida, *Ideias* e suas interlocuções críticas lançam sugestões promissoras para lidarmos com três aspectos basilares desse universo intelectual: (i) o teor das preocupações e dos objetos de reflexão contemplados por distintas gerações de nossos *intérpretes*; (ii) os parâmetros de que se serviram em suas tentativas de descrever, compreender e explicar a experiência social brasileira; (iii) as relações (de proximidade e distanciamento) dessas impressões e retratos do país vis-à-vis certo imaginário sociológico da modernidade.

Para começar, é mister reconhecer que, diante da indisfarçável variedade de posições e abordagens que conformam tal constelação de ideias, qualquer tentativa de precisar seus contornos e identificar eventuais pontos de convergência esbarra em um enorme desafio: temas e questões tão numerosos quanto sortidos, gerações e coortes de autores dispersos no tempo e no espaço, além de perspectivas analíticas díspares, não raro excludentes em seus embasamentos epistemológicos mais fundamentais (Botelho, 2010; Botelho & Schwarcz, 2009; Cardoso, 2013; Lage, 2016; Tavolaro, 2017) – esses e outros aspectos instigam-nos inevitavelmente a suspeitar da real coesão dessa produção.[16] Verdade seja dita, guiadas por diferentes critérios, não faltaram tentativas de destilar padrões e de organizar esse quadro intelectual intricado (Brandão, 2007; Liedke, 2005).[17] Admitidos seus êxitos,

---

[16] Atendo-se aos célebres trabalhos das décadas iniciais do século 20, que se debruçaram sobre "a formação da sociedade brasileira", Botelho (2010, p. 47-48) aponta para uma ordem análoga de dificuldades: para esse autor, "buscar qualquer unidade para os ensaios de interpretação do Brasil escritos entre 1920 e 1940 constitui, na melhor das hipóteses, um movimento analítico de atribuição e não de inferência de unidade" – algo que, a seu ver, teria se consumado apenas "*a posteriori*, e em especial pelas ciências sociais". Parece-lhe, enfim, que tal imputação no mais das vezes subestima "as diferenças significativas existentes entre eles", dentre as quais percepções discordantes do que seriam as especificidades brasileiras, os pesos conferidos a distintas âncoras explicativas, além da diversidade de circunstâncias socio-históricas em que foram produzidos.

[17] Aliás, conforme também sublinhado por Botelho (2010 , p. 49-50), tais exercícios iniciaram-se já na década de 1950 entre "os pioneiros cientistas sociais profissionais" – dentre os quais, Guerreiros Ramos, Edison Carneiro, Costa Pinto, além de Florestan Fernandes e Antonio Candido.

permanece, contudo, o desconforto quanto à suposta unidade desse universo complexo e heterogêneo de visões – o que, uma vez mais, nos convida a refletir em que sentido e sob que justificativas poder-se-ia legitimamente atribuir-lhe já de partida qualquer *identidade nacional*.

Como se viu há pouco, esta é uma preocupação onipresente nas controvérsias que acompanham *Ideias*: afinal, em que medida poder-se-ia falar de uma "vida ideológica" singular ao país, diversa de outras constelações intelectuais? Caso houvesse concordância acerca das ancoragens nacionais específicas dessa experiência, quiçá boa parte das complicações se diluísse: existindo, em sua essência mais íntima, uma configuração societária peculiarmente brasileira, talvez fosse de se esperar que conceitos, valores, referências estéticas e padrões comportamentais próprios – "ideias", em sentido amplo – florescessem em sua esteira; e que um *pensamento* igualmente especial ali se projetasse, movido por temas, preocupações, categorias e procedimentos de investigação condizentes com tal existência *sui generis*. Ocorre que *Ideias* e seus críticos apresentam uma situação bem mais complexa, refratária a qualquer sorte de imagem autossuficiente da sociedade brasileira. A tomar pelo enquadramento sugerido no transcurso do debate, os aspectos mais decisivos dessa experiência – inclusive os interesses e aspirações dos distintos segmentos sociais – não deveriam ser concebidos como inerentemente seus, tampouco como reflexos de dinâmicas e processos de sua exclusividade. De outro modo, mais apropriado seria tratá-los como desdobramentos da posição, das funções, tanto quanto das possibilidades do Brasil *na cena moderna*. Somente à luz desses fatores, eles próprios tributários de um *sistema global de relações*, seria possível compreender a compleição (passada e presente) do país, bem como o sentido de suas transformações; *mutatis mutandis*, apenas atentos aos imperativos e códigos desse mesmo sistema seríamos capazes de apreender adequadamente o teor dos valores, das visões de mundo, dos padrões cognitivos e das referências ético-morais e estéticas discernidos nessa sociedade. Daí o zelo a ser dispensado ao trânsito das "ideias" modernas e às condições e circunstâncias de sua incidência no Brasil – circunstâncias e condições essas, em larga medida, também condicionadas pelo lugar e pelas funções do país no *sistema mundial*.

A se considerar essas ponderações, faria ainda algum sentido falar-se de qualquer *identidade* subjacente aos inúmeros esforços de *interpretação do Brasil*? Contabilizados uma vez mais os predicados irredutíveis de cada

obra e abordagem, parece-me haver uma predisposição compartilhada, qual seja, a de assentir acerca de uma dimensão especificamente *nacional* na vida social brasileira; é justamente às pretensas origens, aos alegados atributos característicos, assim como aos presumidos ordenamentos e transformações dessa dimensão que tais trabalhos devotam atenção prioritária. Trata-se de dizer que – apesar de nem sempre convergirem no tocante às fontes originárias dessa sociedade, aos itinerários de sua formação, ou mesmo aos móveis e sentidos de suas mudanças – perspectivas de análise e gerações de *intérpretes* as mais variadas tenderam a anuir a respeito da existência de uma vida *nacional* portadora de traços distintivos, resistentes à passagem do tempo (Maia, 2009, p. 165; Tavolaro, 2014 ; Lage, 2016). O que *Ideias* e sua fortuna nos ajudam a também perceber é que parcela considerável dessa fatura se inclinou a associar tais feições definidoras aos pretensos descompassos brasileiros vis-à-vis os contextos hegemônicos da modernidade (Schwarz, 1987, p. 30; Arantes, 1992, p. 100; Tavolaro, 2005). Amplamente difuso, não raro codificado como expressão do "atraso" do Brasil (Bastos, 2003, p. 185), tal "sentimento da contradição entre a realidade nacional e o prestígio ideológico dos países que nos servem de modelo" (Schwarz, 1987, p. 30) mostrou-se determinante para seus horizontes de imaginação: em grande medida, a escolha dos temas e questões que se mostraram mais prementes no *pensamento brasileiro* viu-se condicionada por essa "sensação de defasagem". Não surpreende, pois, a profusão de trabalhos interessados nas repercussões comportamentais supostamente perniciosas do meio tropical – Silvio Romero (1949), Euclides da Cunha (2016) –, de obras ocupadas com os efeitos morais pretensamente funestos da composição étnico-racial do Brasil – Nina Rodrigues (1938), Oliveira Vianna (1956) e Paulo Prado (2012) –, de ensaios ciosos das sequelas institucionais de nossas heranças culturais – Freyre (2000) e Sergio B. Holanda (1994) –, de projetos empenhados em compreender os impactos econômicos profundos – Caio Prado Jr. (2011), Celso Furtado (2009) e Florestan Fernandes (2006) – e as implicações intelectuais pertinazes – Manoel Bomfim (1993) e Guerreiro Ramos (1996) – da condição subsidiária do país, de obras aturdidas com os disparates do quadro político brasileiro – Alberto Torres (1978), Faoro (2001) e Victor N. Leal (2012) –, dentre outros temas e problemas de reflexão – em todos esses casos, é evidente o espectro das "decalagens", "deficiências" e "desacertos" da experiência *nacional*.

Conforme há pouco assinalado, articulado a tal problemática, há outro aspecto das *interpretações* que essa mesma chave de leitura permite elucidar, a saber, os *parâmetros* acionados com o intuito de desvendar as alegadas peculiaridades, meandros e virtualidades do país. Também aqui, além de abundantes, as divergências entre as visões da realidade inscritas nas obras são por vezes espantosas. Ao longo do tempo, distintas gerações e abordagens valeram-se de um sem número de variáveis, com o amparo das quais delinearam retratos díspares da vida social brasileira: clima, raça, meio físico, dimensão territorial, herança cultural, estrutura econômica, arranjo político-institucional, posição geopolítica, configuração demográfica, dentre outras, conjugadas ou não entre si, constituíram os alicerces de incontáveis tentativas empreendidas com o fito de determinar o que haveria de característico ou mesmo de especial nessa experiência. *Ideias* e seus críticos auxiliam-nos a perceber que, guardadas as maneiras inconfundíveis com que aferiram essa realidade, predominou certa inclinação convergente: um conjunto bastante seleto de configurações societárias tendeu a ser adotado como padrão de medida nas formulações. Ou seja, malgrado a diversidade das ancoragens explicativas empenhadas, é sobre o pano de fundo de contextos tomados por *modelares* da modernidade que as mais prestigiadas obras de *interpretação do Brasil* buscaram identificar os percalços da formação nacional, perscrutar seus atributos distintivos e estimar o escopo de possibilidades do país (Tavolaro, 2005, p. 6, 2014, p. 644 ; Lage, 2016, p. 28). Não surpreende, pois, o teor das visões então esboçadas – no mais das vezes, imagens alusivas a uma vida social descompassada na quadra moderna, perpassada por problemas e conflitos de toda sorte, além de afligida por um futuro incerto. No transcorrer das gerações que conformaram tal *pensamento*, esses e outros aspectos foram retratados em referência direta às adversidades ditadas pelo meio natural (Euclides da Cunha e Silvio Romero), aos supostos vícios primordiais de nossas gentes (Nina Rodrigues e Oliveira Vianna), às inconstâncias e despreparo de sua cultura ante os imperativos da racionalidade moderna (Buarque de Holanda), às sobrevivências perniciosas de nossas heranças coloniais (Manoel Bomfim), aos inúmeros desafios antepostos à industrialização e à autonomia plena do Brasil (Prado Jr.), às incongruências das instituições que vicejaram em seu seio (Nabuco), às precariedades e inconsistências de sua vida pública (Oliveira Vianna e Faoro), às debilidades políticas decorrentes da dispersão demográfica e

das dimensões continentais do território (Alberto Torres) etc. Enfim, por diferentes ângulos, avulta a imagem de uma vida social desconexa, aquém dos padrões societários entrevistos em contextos modernos *modelares*.

Ocorre que, a se considerar esses debates suscitados por *Ideias*, por mais risíveis que várias dessas formulações pareçam hoje, não se poderia simplesmente tomá-las por manifestações intelectuais idiossincráticas de uma sociedade retardatária. É certo que, na concepção de Schwarz (1999, p. 115), "nos países saídos da colonização, o conjunto de categorias históricas plasmadas pela experiência intraeuropeia passa a funcionar num espaço com travejamento sociológico diferente". Ainda assim, para o autor, taldiferença de modo algum equivaleria à impertinência dessas noções no novo lugar, visto ambos – a sociedade brasileira e os contextos centrais – situarem-se "[n]um espaço *de mesma ordem*, (...) comandado pela dinâmica abrangente do capital, cujos desdobramentos lhe dão a regra e definem a pauta." (p. 115-116).[18] Em verdade, a meu ver, essas interlocuções indicam tratar-se de retratos e visões do país alinhados a um dado imaginário da modernidade bastante abrangente e difuso, o qual propende-se a imputar a experiências como a brasileira qualidades inconfundíveis com os cenários *modelares*. Com sólidas ressonâncias também na produção sociológica, de par com a tendência de postular o pioneirismo histórico e o protagonismo (econômico, político, cultural, intelectual, epistemológico etc.) da Europa, esse ideário inclina-se a conferir um estatuto tardio e reflexo ao Brasil e a configurações congêneres – seja no tocante a seus padrões materiais, seja com relação a seus valores e visões de mundo, às suas referências morais, estéticas e institucionais. Isso posto, como desejo frisar, as proposições de Schwarz e de sua fortuna crítica tocam em ainda outro aspecto fundamental: a despeito

[18] Não é minha intenção sugerir que o enquadramento analítico-interpretativo de Schwarz e a linha de investigação que aqui proponho sejam totalmente acordes. Basta memorar que, em sua análise do ensaio de Candido a respeito de *O cortiço* (de Aluísio Azevedo), Schwarz (1999, p. 35, 52) não dá mostras de renunciar à relevância conferida à alegada "história social particular" do país; tampouco abre mão de estimar "as diferenças que o distinguem das sociedades [europeias] que lhe servem de padrão". Ademais, de modo algum declina da "intuição" do Seminário de Marx, isto é, "articular a *peculiaridade sociológica e política do país* à história contemporânea do capital, cuja órbita era de outra ordem." (p. 113. Itálicos meus). Várias das dissonâncias entre Schwarz e minha agenda de investigação podem ser discernidas nas próprias críticas mencionadas ao longo deste artigo. Dito isso, interessa-me explorar as sugestões desses debates para um enquadramento *relacional* da modernidade, uma ambição que encontra lastro na fatura do próprio autor – "De fato, as *fronteiras nacionais são um limite – ou contexto – arbitrário* para a vida do espírito moderno. (....) o próprio sentimento do relativo das fronteiras políticas certamente corresponde a uma experiência social efetiva, condicionada por *processos de raio mais amplo*" (Schwarz, 1999, p. 39-40. Itálicos meus).

de sua aderência aos mencionados supostos hegemônicos, as lucubrações de nossos *intérpretes* nem sempre permaneceram obedientes a seus termos exatos . Longe disso, em suas tentativas de descrever e explicar uma vida social presumidamente descompassada dos parâmetros da modernidade, não foram poucas as ocasiões em que essa fatura burilou *ideias* sugestivas de um enquadramento alternativo (Maia, 2009; Maia, 2011, p. 72-73; Lage, 2016, p. 36-38; Tavolaro, 2005, 2017).[19]

Por uma perspectiva relacional da modernidade

Qual abrangência poder-se-ia franquear às cogitações das/os *intérpretes do Brasil*? Note-se que, ao se debruçar sobre "as idas e vindas de arbítrio e favor" na obra de Machado de Assis, Roberto Schwarz quer advertir-nos justamente para "o alcance mundial que têm e podem ter as nossas esquisitices nacionais." (Schwarz, 1973, p. 159) Em minha avaliação, tão logo colocada em diálogo com sua fortuna crítica, essa proposição abre um flanco de reflexão igualmente promissor. Refiro-me à possibilidade, também sugerida em diversos momentos desses colóquios, de ao menos alguns elementos dos retratos, visões e diagnósticos delineados por nossos *intérpretes* ajudarem a elucidar padrões societários, parâmetros estéticos e ético-morais, bem como categorias do entendimento pertinentes não apenas à experiência brasileira e a contextos congêneres, mas também às chamadas configurações *modelares* da modernidade (Arantes, 1992, p. 100-101; ; Ricupero, 2008, p. 68; Ricupero, 2013, p. 529-530; Maia, 2009, p. 156, p. 162-166; Lage, 2016, p. 45-51; Tavolaro, 2005).[20] Trata-se, com efeito, de aspectos e facetas em regra subvalorizados, quando não integralmente descartados pela imaginação sociológica, sob o pretexto de serem estranhos ou apenas residuais à sociabilidade moderna (Tavolaro,

[19] Com efeito, Maia (2009, p. 156) argumenta que "o pensamento brasileiro pode falar não apenas do Brasil, mas também sobre dilemas modernos globais a partir de um ponto de vista distinto daquele formulado no mundo europeu e anglo-saxão".

[20] Com referência à passagem de *Ideias* acima destacada, Lage (2016, p. 46-47) considera que Schwarz indica que "As *ideias fora do lugar aqui* jogam luz sobre as ideias fora do lugar *lá*; e, o que é mais, a discrepância *brasileira* ilumina um processo *global*." Por isso, seria possível dizer que "[a] interpretação do Brasil traz uma interpretação da modernidade." Rendimento teórico análogo é sugerido em Ricupero (2008, p. 65, p. 68) e Maia (2009). Dito isso, minha inserção no debate anseia algo adicional: ao aprofundar as críticas à chave das *peculiaridades societárias* (e às implicações epistemológicas desse registro), conforme observei há pouco, almejo sinalizar para uma visada propriamente *relacional* da experiência moderna (Donati, 2013; Tavolaro, 2021).

2017). Eis, pois, o *insight* complementar que esse debate oferece: sopesada a especificidade dos temas, questões e problemas enfrentados por nossos *pensadores*, as redefinições, guinadas e modificações formais observadas na produção intelectual brasileira (Schwarz, 1973, p. 159; Arantes, 1992, p. 92; Ricupero, 2008, p. 65; Palti, 2014, p. 71) permitem alumbrar um conjunto de vivências que, a despeito de inerente à cena contemporânea, permanece subapreciado ou mesmo suprimido do escopo de cognição a seu respeito. Nessa exata direção, as interlocuções em torno de *Ideias* também nos despertam para o fato de que distintas coortes e gerações de *intérpretes do Brasil* examinaram modalidades de experiência social que muitas vezes escaparam às perspectivas hegemônicas da modernidade, ou às quais não se conferiu merecido realce – dentre elas, a abrangência restrita de princípios normativos impessoais, a exclusão e a desigualdade abismais que permeiam a paisagem contemporânea, a resiliência de concepções de mundo mágico-religiosas intrínsecas ao ordenamento moderno, a persistência de arenas púbicas conformadas por interesses e códigos de convivência privados, a justaposição e ineficiência funcional de esferas, âmbitos e códigos sociais variados, ao lado de outros (Tavolaro, 2005, 2014).

Que fique claro: não se trata de ignorar as particularidades dos interesses locais, dos conflitos, problemas e preocupações circunstanciais, muitos dos quais certamente contribuíram para orientar as atenções dessas/es pensadoras/es e para condicionar suas percepções da realidade (Coutinho, 1976; Schwarcz, 1993; Ventura, 1991; Palti, 2014). Todavia, reconhecer o peso de tais condicionantes não equivale a sentenciar qualquer "diferença *essencial*" entre a sociedade brasileira e as ditas configurações "centrais" (Franco, 1976, p. 61; Rouanet, 1994; Palti, 2014, p. 70). *Mutatis mutandis*, computadas as assimetrias (econômicas, políticas, simbólicas, culturais, militares etc.) inerentes à cena mundial (Schwarz, 1977, 1987), seria no mínimo precipitado restringir a esta ou àquela categoria de sociedade o alcance cognitivo das imagens delineadas no *pensamento brasileiro*: isso porque frações expressivas dos alegados disparates do Brasil (e de outras configurações *não-modelares*) são elas próprias *relacionais*, leia-se, "internas" ao sistema global de que também participam as chamadas sociedades *modelares* (Franco, 1976, p. 62-63; Schwarz, 1973, 1987, 1998, p. 39); em segundo lugar, porque os "acervos de bens simbólicos", os "processos cognitivos" e as constelações de ideias que colorem esse *sistema de relações*

constituem parte e parcela de um mesmo "patrimônio" civilizacional, ou ainda, de um "circuito mundial de trocas" amplamente compartilhado (Bosi, 1995, p. 18; Rouanet, 1994, p. 38; Maia, 2011, p. 87); por fim, porque apesar do interesse manifesto de intelectuais brasileiras/os (e daquelas/es atuantes em contextos congêneres) pelo "problema da originalidade ou da *especificidade* de nossas respectivas culturas" (Bosi, 1995, p. 17), os problemas de que se ocupam não são outros senão "questões da história mundial" (Schwarz, 1973, p. 161).[21]

À guisa de conclusão, deixe-me brevemente indicar ainda outra seara de reflexão suscitada por esses colóquios. Não restam dúvidas de que, a esta altura, boa parte das variáveis explicativas, das proposições e enunciados de muitos de nossos *intérpretes* caiu no mais profundo descrédito, tão distantes encontram-se das referências e parâmetros cognitivos em voga. Nada disso, porém, inibiu a impressionante expansão de pesquisas e debates a seu respeito (Botelho & Schwarcz, 2009, p. 11-17). Decerto, incontáveis motivos poderiam ser elencados para tamanho destaque. Não havendo espaço para examiná-los no escopo deste artigo, gostaria ao menos de apresentar uma última conjectura: parece-me que, em alguma medida, o interesse continuado por essa produção advém da percepção de que ela flerta com preocupações de pesquisa deveras atuais. Evidências disso são os paralelos entre alguns desses retratos da vida brasileira e um conjunto de ponderações e críticas recentemente dirigidas às ambições descritivas e prescritivas do imaginário sociológico.[22] Nesse caso, chamo atenção para três problemáticas interligadas: primeiramente, de ambos os lados, a sensibilidade à dimensão *relacional* dos itinerários formativos de contextos nacionais enseja reflexões críticas ao "nacionalismo metodológico" que por muito tempo orientou a imaginação sociológica (Chernilo, 2011; Wimmer & Schiller, 2002; Donati, 2013; Emirbayer, 1997; Arantes, 1992, p. 85; Rouanet, 1994; Maia, 2011, p. 81-89; Lage, 2016, p. 51; Tavolaro, 2014); em segundo lugar, o zelo de nossos *intérpretes* com as alardeadas incongruências do Brasil na modernidade remetem-nos aos desafios crescentemente lançados

[21] Schwarz argumenta que "embora lidando com o modesto tic-tac de nosso dia-a-dia", segundo ele, "o nosso romancista sempre teve como matéria, que ordena como pode, questões da história mundial" (Schwarz, 1973, p. 161).

[22] Maia (2009) examina, por exemplo, os pontos de convergência entre o *pensamento brasileiro* e formulações *pós- e decoloniais* (e.g., Chakrabarty, 2000; Mignolo, 2005). A estas, acrescentaria proposições do programa das *modernidades múltiplas* (Eisenstadt, 2000) e da *modernidade global* (Schmidt, 2012).

às *aspirações universalistas* e *uniformizadoras* desse imaginário (Eisenstadt, 2000; Chakrabarty, 2000; Schwarz, 1973); por fim, um e outro casos também nos conclamam a atentar para o *protagonismo de configurações não-modelares* na cena moderna, em especial a capacidade demonstrada por tais experiências para forjar padrões societários e referências (ético-morais, cognitivas, estéticas, institucionais) alternativos aos hegemônicos (Mignolo, 2005; Hall, 2011; Lage, 2016; Maia, 2009, p. 162-164).

Pois bem, quiçá o cuidado redobrado por esses aspectos possa contribuir para o exercício de "desprovincianização" tão estimado por Roberto Schwarz, leia-se: "inscrever na atualidade internacional, em forma polêmica, muito daquilo que parecia nos afastar dela e nos confinar na irrelevância." (Schwarz, 1998, p. 13).

Referências

Arantes, Paulo. (1992). *Sentimento da dialética na experiência intelectual brasileira*. Paz e Terra.

Arruda, Maria A. (2019). Roberto Schwarz e a interpretação crítica do Brasil. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, (74), 27-32.

Bastos, Elide. (2002). Pensamento social da escola sociológica paulista. In S. Miceli (Org.), *O que ler na ciência social brasileira*: 1970-2002 (pp. 183-230). Sumaré/ANPOCS.

Bomfim, Manoel. (1993). *A América Latina: males de origem*. Topbooks.

Bosi, Alfredo. (1995). Origem e função das idéias em contextos de formação colonial. In Centro de Estudos Brasileiros/Embaixada do Brasil em Roma (Org.), *Pensamento Brasileiro* (pp. 17-31). Renso e Rean Mazzone Editori.

Botelho, André. (2010). Passado e futuro das interpretações do país. *Tempo Social, 22*(1), 47-66. https://doi.org/10.1590/S0103-20702010000100003

Botelho, André, & Schwarcz, Lília (Org.). (2009). *Um enigma chamado Brasil: 29 intérpretes e um país*. Cia. das Letras.

Brandão, Gildo. (2007). *Linhagens do pensamento político brasileiro*. Aderaldo & Rothschild Editores.

Candido, Antonio. (1993). Prefácio. In A. Candido, *O discurso e a cidade* (pp. 9-15). Duas Cidades.

Cardoso, Fernando H. (2013). *Pensadores que inventaram o Brasil*. Cia. das Letras.

Chakrabarty, Dipesh. (2000). *Provincializing Europe: postcolonial thought and historical difference*. Princeton University Press.

Coutinho, Carlos N. (1976). Cultura brasileira: um intimismo deslocado, à sombra do poder? *Cadernos de Debate*, (1), 65-67.

Chernilo, Daniel. (2011). The critique of methodological nationalism: theory and history. *Thesis Eleven, 106*(1), 98-117.

Cunha, Euclides. (2016). *Os Sertões*. Ubu Editora.

Donati, Pierpaolo. (2013). Relational sociology and the globalized society. In F. Dépelteau & C. Powell (Org.), *Applying relational sociology: relations, networks, and society* (pp. 1-24). Palgrave Macmillan. https://www.doi.org/10.1057/9781137407009_1

Eisenstadt, Shmuel. (2000). Multiple modernities. *Daedalus, 129*(1), 1-29.

Emirbayer, Mustafa. (1997). Manifesto for a relational sociology. *American Journal of Sociology, 103*(2), 281-317. https://doi.org/10.1086/231209

Faoro, Raymundo. (2001). *Os donos do poder*. Editora Globo.

Fernandes, Florestan. (2006). *A revolução burguesa no Brasil*. Editora Globo.

Franco, Maria Sylvia C. (1976). As idéias estão no lugar. *Cadernos de Debate*, (1), 61-64.

Freyre, Gilberto. (2000). *Casa-grande & senzala*. Record.

Furtado, Celso. (2009). *Formação econômica do Brasil*. Cia. das Letras.

Guerreiro Ramos, Alberto. (1996). *A redução sociológica*. Editora UFRJ.

Hall, Stuart. (2011). *Da Diáspora*. Editora UFMG .

Helayel, Karim, & Brasil Jr., Antônio. (2019). Roberto Schwarz e a sociologia paulista dos anos 1960. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, (74), 97-118.

Holanda, Sérgio B. (1994). *Raízes do Brasil*. José Olympio Editora.

Lage, Victor. (2016). *Interpretations of Brazil, contemporary (de)formations* [Tese de Doutorado, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro]. https://doi.org/10.17771/PUCRio.acad.27613

Leal, Victor N. (2012). *Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil*. Cia. das Letras.

Liedke, Enno. (2005). A Sociologia no Brasil: história, teorias e desafios. *Sociologias, 7*(14), 376-437. https://doi.org/10.1590/S1517-45222005000200014

Maia, João. (2011). Ao sul da teoria: a atualidade teórica do pensamento social brasileiro. *Sociedade e Estado, 26*(2), 71-94. https://doi.org/10.1590/S0102-69922011000200005

Maia, João. (2009). Pensamento brasileiro e Teoria Social: notas para uma agenda de pesquisa. *Revista Brasileira de Ciências Sociais, 24*(71), 155-168. https://doi.org/10.1590/S0102-69092009000300011

Melo, Alfredo C. B. (2014). Pressupostos, salvo engano, de uma divergência silenciosa: Antonio Candido, Roberto Schwarz e a modernidade brasileira. *Alea, 16*(2), 403-420.

Mignolo, Walter. (2005). *The idea of Latin America*. Blackwell.

Nina Rodrigues, Raimundo. (1938). *As raças humanas e a responsabilidade penal no Brasil*. Editora Nacional.

Palti, Elías. (2014). O problema de "As *ideias fora do lugar*" revisitado: para além da "história das ideias na América Latina". In J. M. Maia *et al.* (Org.), *Ateliê do pensamento social: ideias em perspectiva global* (pp. 57-84). Editora FGV.

Prado Jr., Caio. (2011). *Formação do Brasil contemporâneo*. Cia. das Letras.

Prado, Paulo. (2012). *Retrato do Brasil*. Cia. das Letras.

Ricupero, Bernardo. (2008). Da formação à forma. Ainda as "idéias fora do lugar". *Lua Nova*, (73), 59-69. https://doi.org/10.1590/S0102-64452008000100003

Ricupero, Bernardo. (2013). O lugar das ideias: Roberto Schwarz e seus críticos. *Sociologia & Antropologia, 3*(6), 526-556. https://doi.org/10.1590/2238-38752013v368

Rodrigues, Lidiane. (2019). Leituras, leitores e lugares de Roberto Schwarz: nota de organizadora. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, (74), 17-26.

Rodrigues, Lidiane. (2011). Anatomia de tese: capitalismo, escravidão e marxismo em São Paulo; 8½ de Roberto. In R. Rodrigues, *A produção social do marxismo universitário em São Paulo: mestres, discípulos e "um seminário"* (1958-1978) [Tese de doutorado, Universidade de São Paulo, pp. 210-254, pp. 452-506]. https://doi.org/10.11606/T.8.2012.tde-05072012-164401

Romero, Silvio. (1949). *História da Literatura Brasileira* (Tomo Primeiro). Livraria José Olympio.

Rouanet, Sérgio. (1994). Idéias importadas: um falso problema? *Cadernos do IPRI*, (15), 31-40.

Sartre, Jean-Paul. (1966). Marxismo e existencialismo. In J-P. Sartre, *Questão de Método* (pp. 9-33). Difusão Européia do Livro.

Schmidt, Volker. (2012). *Conceptualizing global modernity. A tentative sketcth* [Working Paper Series, National University of Singapore, pp. 1-52].

Schwarcz, Lilia. (1993). *O espetáculo das raças*: cientistas, instituições e questão racial no Brasil – 1870-1930. Cia das Letras.

Schwarcz, Lília, & Botelho, André. (2008). "Ao vencedor as batatas" 30 anos depois: crítica da cultura e processo social. Entrevista com Roberto Schwarz. *Revista Brasileira de Ciências Sociais, 23*(67), 147-160. https://doi.org/10.1590/S0102-69092008000200011

Schwarz, Roberto. (2012). Sobre Adorno (Entrevista). In R. Schwarz, *Martinha versus Lucrécia: ensaios e entrevistas*. Cia. das Letras.

Schwarz, Roberto. (1999). *Sequências brasileiras*. Cia. das Letras.

Schwarz, Roberto. (1998). *Um mestre na periferia do capitalismo: Machado de Assis*. Duas Cidades.

Schwarz, Roberto. (1987). *Que horas são? Ensaios*. Cia. das Letras.

Schwarz, Roberto. (1977). *Ao vencedor as batatas*. Duas Cidades.

Schwarz, Roberto. (1973). Idéias fora do lugar. *Estudos CEBRAP, 5*, 151-161.

Tavolaro, Sergio B. F. (2021). Imagens contra-hegemônicas da modernidade: uma visada sociológica relacional. In F. Dépelteau & F. Vandenberghe (Org.), *Sociologia Relacional* (pp. 267-301). Ateliê das Humanidades Editorial.

Tavolaro, Sergio B. F. (2017). Retratos não-modelares da modernidade: hegemonia e contra-hegemonia no pensamento brasileiro. *Civitas, 17*(3), 115-141. https://doi.org/10.15448/1984-7289.2017.3.26580

Tavolaro, Sergio B. F. (2014). A tese da singularidade brasileira revisitada: desafios teóricos contemporâneos. *Dados: Revista de Ciências Sociais, 57*(3), 633-673. https://doi.org/10.1590/00115258201420

Tavolaro, Sergio B. F. (2005). Existe uma modernidade brasileira? Reflexões em torno de um dilema sociológico brasileiro. *Revista Brasileira de Ciências Sociais, 20*(59), 5-22. https://doi.org/10.1590/S0102-69092005000300001

Torres, Alberto. (1978). *O problema nacional: introdução a um programa de organização nacional*. Companhia Editora Nacional/MEC.

Ventura, Roberto. (1991). *Estilo tropical: história cultural e polêmicas literárias no Brasil, 1870-1914*. Cia. das Letras.

Vianna, Oliveira. (1956). *Evolução do Povo Brasileiro*. Livraria José Olympio Editora.

Waizbort, Leopoldo. (2002). Influências e invenção na sociologia brasileira (Desiguais porém combinados). In S. Miceli (Org.), *O que ler na ciência social brasileira* (pp. 85-174). Anpocs.

Wimmer, Andreas, & Schiller, Nina. (2002). Methodological nationalism and beyond: nation-state building, migration and the social sciences. *Global Networks, 2*(4), 301-334. https://doi.org/10.1111/1471-0374.00043

Recebido: 22 set. 2020
Aceito: 21 dez. 2021

Licenciado sob uma Licença Creative Commons Attribution 4.0

https://doi.org/10.20336/rbs.788

REVISTA BRASILEIRA DE SOCIOLOGIA

Patrimonialismo: o debate brasileiro e alguns elementos para sua crítica

Patrimonialism: the Brazilian debate and some elements of critique

Ricardo Pagliuso Regatieri[*]

RESUMO

O presente artigo se dedica a reconstruir os principais momentos do debate sobre patrimonialismo no Brasil até os dias atuais e a pensar criticamente seus limites. Ele se inicia com o que chamo de discussão "clássica" sobre patrimonialismo no Brasil, que vai desde os ensaístas sociais da década de 1930 até discussões dos anos 1970 e começo dos 1980. Na sequência, trato de releituras sobre o tema do patrimonialismo que tiveram lugar nas últimas duas décadas. No próximo passo, mostro em que medida as críticas de Maria Sylvia de Carvalho Franco e Jessé Souza ao uso do conceito de patrimonialismo não conseguem transcender o terreno do debate em torno da "recepção equivocada" de Weber no Brasil. Em seguida, mostro como a leitura que Jessé Souza faz de Weber, influenciada pelas correntes das modernidades alternativas e modernidades múltiplas, impede que o autor brasileiro tenha uma visão mais alargada da modernidade que a veja como constituída de forma simultânea no centro e na periferia globais. Por fim, a partir do debate brasileiro sobre o patrimonialismo, esboço elementos de tal visão da modernidade.

Palavras-chave: Patrimonialismo; Weber; Brasil; Modernidade; Colonialidade

[*] Universidade Federal da Bahia, Salvador, BA, Brasil.
Professor Adjunto do Departamento de Sociologia e docente permanente do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal da Bahia.
ricardo.pagliuso@ufba.br

ABSTRACT
This article aims to reconstruct the core moments in the debate on patrimonialism in Brazil up to the present day and present a critical reflection of the limits thereof. I begin by laying out what I refer to as the "classic" discussion of patrimonialism in Brazil, ranging from social essayists in the 1930s to academic discussions in the 1970s and early 1980s, followed by a review of debates which took place in the last two decades. I then show the extent to which Maria Sylvia de Carvalho Franco's and Jessé Souza's criticisms of the use of the concept of patrimonialism fail to go beyond the debate about the "erroneous interpretations" of Weber in Brazil. I go on to show how Jessé Souza's reading of Weber, influenced by the currents of alternative and multiple modernities, inhibits a broader view of modernity as concurrently constructed in both the global Center and Periphery. Finally, drawing on the Brazilian debate on patrimonialism, I sketch out the elements for such an approach to modernity.

Keywords: Patrimonialism; Weber; Brazil; Modernity; Coloniality

Introdução

Este artigo discute um tema que, em certa medida, funciona como um guia para mapear as ciências sociais brasileiras e, dentro delas, a sociologia em especial, no século 20 e neste início do século 21: o conceito weberiano de patrimonialismo e o embate em torno de sua adequação ou não para pensar a realidade social do Brasil. É possível dizer que a controvérsia sobre os elementos tradicionais e modernos presentes na formação e desenvolvimento da sociedade brasileira se deu, em larga medida, ao redor do conceito de patrimonialismo. Em sua sociologia da dominação, desenvolvida sobretudo em *Economia e sociedade*, Max Weber afirma que o patrimonialismo é um "caso especial da estrutura de dominação patriarcal"[1] que, por sua vez, é por ele tipificada como a forma mais pura de dominação tradicional. No patrimonialismo não existe delimitação entre os domínios público e privado, como acontece no caso da dominação legal, cujo tipo característico é a organização burocrática. A ordem patrimonial representa um equilíbrio tenso entre, por um lado, a tradição e, por outro, o arbítrio, as preferências pessoais e os caprichos

[1] Max Weber. *Wirtschaft und Gesellschaft* (1980), p. 583.

do senhor. Em comparação com outra variante da dominação tradicional, o feudalismo, a dominação patrimonial confere maior espaço para a arbitrariedade, gerando maior instabilidade e um consequente "efeito inibidor para o capitalismo".[2]

Sugiro que o debate sobre patrimonialismo no Brasil opõe dois campos, com direito a uma terceira variante. Um deles enfatiza a herança ibérica e os traços patrimonialistas que estariam por trás de formas de conduta presentes na sociedade brasileira. O campo que se opõe diametralmente a esse sublinha o caráter desde sempre moderno da constituição de nossa sociedade, na medida em que ela esteve articulada ao capitalismo mercantil europeu. A terceira variante considera que, na verdade, tem lugar no Brasil uma mescla ou fusão de elementos da conduta patrimonialista senhorial e da conduta burguesa moderna. O presente artigo se dedica a reconstruir os principais momentos do debate sobre patrimonialismo no Brasil até os dias atuais e a pensar criticamente seus limites. Para fazê-lo, ele se inicia com o que chamo de discussão "clássica" sobre patrimonialismo no Brasil, que vai desde os ensaístas sociais da década de 1930 até discussões dos anos 1970 e começo dos 1980. Na sequência, trato de releituras sobre o tema do patrimonialismo que tiveram lugar nas últimas duas décadas. Com isso, passo de um exercício de caráter reconstrutivo para outro propriamente crítico, no qual reside o esforço central do texto. Trata-se de mostrar em que medida as críticas de Maria Sylvia de Carvalho Franco e Jessé Souza ao uso do conceito de patrimonialismo não conseguiram transcender o terreno do debate em torno da "recepção equivocada" de Weber no Brasil. No caso específico da leitura que Jessé Souza faz de Weber, influenciada pelas correntes das modernidades alternativas e modernidades múltiplas, aponto como ela impede que o autor brasileiro tenha uma visão mais alargada da modernidade, que a veja como constituída de forma simultânea no centro e na periferias globais. Um esboço de elementos de tal visão da modernidade, que permite colocar em xeque o binômio tradicional/moderno forjado pela sociologia europeia e que segue até hoje sendo base para a maior parte da sociologia contemporânea, é apresentado na parte final do artigo, onde defendo que a crítica do patrimonialismo não pode prescindir da crítica da colonialidade.

[2] Max Weber. *Wirtschaft und Gesellschaft* (1980), p. 642.

A discussão "clássica" sobre herança ibérica e patrimonialismo no Brasil

As obras fundadoras de Gilberto Freyre, *Casa-grande & senzala* (1933), e de Sérgio Buarque de Holanda, *Raízes do Brasil* (1936), iniciaram debates que se prolongam até os dias atuais nas ciências sociais brasileiras. Para Gilberto Freyre, a Península Ibérica se constitui em um ponto de transição entre o Ocidente e o Oriente,[3] e, em *Casa-grande & senzala*, uma ideia central é a que "diz respeito à ausência, tanto entre hispanos como, por herança, entre os brasileiros, de uma racionalidade tipicamente burguesa" (Bastos, 2001, p. 36). A "dupla gênese oriental/ocidental presente na Península Ibérica repete-se no Brasil respeitadas as características locais" (p. 35). A tese iberista de Freyre traz consigo a ideia de acomodação entre tradicional e moderno, interpretação que afasta a de dualidade, tema que serviu de eixo ao autor em estudos nos anos vinte (p. 38). Freyre destaca, em *Casa-grande & senzala*, a dimensão patriarcal da formação da sociedade brasileira, na qual as "grandes famílias proprietárias e autônomas" ou, melhor dizendo, os "senhores de engenho com altar e capelão dentro de casa e índios de arco e flecha ou negros armados de arcabuzes às suas ordens" (Freyre, 2003, p. 66), faziam a lei. Apontando para a "sobrevivência das velhas formas de organização do social", as teses acerca do patriarcalismo desenvolvidas por Freyre frisam as bases oligárquicas familistas que vão conformar o poder estatal (Bastos, 2001, 39).[4]

Mas se Freyre vê continuidade entre os âmbitos da família e do Estado, buscando mostrar a plasticidade e as acomodações que permitiriam essa conjugação, Sérgio Buarque de Holanda tem a esse respeito uma posição distinta, ainda que seu diagnóstico se aproxime do de Freyre em muitos pontos, como é marcadamente o caso no que tange à ideia da herança ibérica. Para Sérgio Buarque, é significativa "a circunstância de termos recebido a herança [de formas de convívio, instituições e ideias] através de uma nação ibérica", que faz parte de uma "zona fronteiriça", sendo "um dos territórios-ponte pelos quais a Europa se comunica com os outros mundos" (Holanda, 1995, p. 31). Nessa porção da Europa, desenvolveu-se ao extremo

[3] Sobre esse tema, ver as discussões de Bastos (1998, 2001).

[4] O "domínio privado estende-se em círculos concêntricos até atingir o público; não existe solução de continuidade entre o privado e o público; a família ao estender seu domínio substitui o Estado, não havendo diferenças de natureza entre um e outro" (Bastos, 2001, p. 40).

uma "cultura da personalidade, que parece constituir o traço mais decisivo na evolução da gente hispânica, desde tempos imemoriais" (p. 32). A esse contexto da cultura da personalidade de raízes ibéricas, que prospera em solo brasileiro, pertence a figura do "'homem cordial'", cujo comportamento se funda antes na emoção do que nas regras impessoais da civilidade e no qual se pode ver de maneira "ativa e fecunda a influência ancestral dos padrões de convívio humano, informados no meio rural e patriarcal" (p. 146-147). O patrimonialismo no âmbito do Estado seria uma manifestação do personalismo, na medida em que se tem como que uma passagem falhada do domínio particularista da família e das relações pessoais para o espaço impessoal da esfera pública. Diferentemente de Freyre, Sérgio Buarque vê "tensões entre as formas de sociabilidade que têm como eixo a família patriarcal e aquelas características do mundo moderno, que seriam a marca da cidade", e considera que, nesse processo falhado, tem lugar uma "transferência para o urbano da mentalidade e do modo de organização imperantes nos domínios rurais" (Bastos, 2005 p. 27-28).[5]

Pouco mais de duas décadas depois da obra de Sérgio Buarque, Raymundo Faoro publica *Os donos do poder* (1958), um marco fundamental das análises do fenômeno do patrimonialismo no Brasil. Assim como para Sérgio Buarque, em Faoro, a herança ibérica que finca raízes na nossa sociedade resiste a "todas as transformações fundamentais" (Faoro, 2008, p. 819).[6] De acordo com Faoro, ela persiste mesmo no período pós-redemocratização.[7] Ainda que "atuante debaixo de uma ordem nominalmente racional-burocrática" (Faoro, 1993, p. 16), o patrimonialismo brasileiro é imbuído de uma racionalidade pré-moderna[8] e é "intrinsecamente personalista, tendendo a desprezar a

---

[5] Buarque recorre à distinção de Weber entre o funcionário patrimonial e o burocrata, afirmando que, mesmo com a urbanização, no Brasil, "onde imperou, desde tempos remotos, o tipo primitivo da família patriarcal", foi sempre difícil "aos detentores das posições públicas de responsabilidade, formados por tal ambiente, compreenderem a distinção fundamental entre os domínios do privado e do público" (Holanda, 1995, p. 145).

[6] Conforme Sérgio Buarque, de Portugal "nos veio a forma atual de nossa cultura; o resto foi matéria que se sujeitou mal ou bem a essa forma" (Holanda, 1995, p. 40).

[7] Em um texto de 1993, Faoro aponta para a continuidade do patrimonialismo "desde a monarquia patrimonial" da "dinastia de Avis (século XIV)" até os "planos financeiros das décadas de 80 e 90 deste século" (Faoro, 1993, p. 17; ver também: Faoro, 1992). Se Caio Prado Júnior considera que "não é preciso ir tão longe" para analisar as raízes da formação social brasileira, Faoro pensa exatamente o contrário e faz seu argumento remontar ao século XIV português.

[8] Conforme Luiz Werneck Vianna, para além de se inspirar em Weber, Faoro avizinha "o iberismo do despotismo oriental, retomando o argumento de Tavares Bastos e de Sarmiento – liberais ibero-americanos do século XIX" (Werneck Vianna, 1999, p. 175).

distinção entre as esferas pública e privada" (Campante, 2003, p. 154). Para Faoro (1993, p. 154-155),

> o particularismo e o poder pessoal reinam, o favoritismo é o meio por excelência de ascensão social, e o sistema jurídico, *lato sensu*, englobando o direito expresso e o direito aplicado, costuma exprimir e veicular o poder particular e o privilégio, em detrimento da universalidade e da igualdade formal-legal.

A herança ibérica, positivada por Freyre como elemento que possibilita a formação de uma nova civilização híbrida nos trópicos, ganha um sinal negativo em Sérgio Buarque e Faoro, já que, para esses últimos, ela colocaria obstáculos à racionalidade impessoal e abstrata.

Ainda que considere "cruciais as instituições e os padrões de relações sociais que foram trazidos de Portugal para o Brasil" (Portela Júnior, 2012, p. 18), em *A revolução burguesa no Brasil* (1975), Florestan Fernandes matiza o papel da herança ibérica no processo de desenvolvimento do capitalismo no Brasil. Durante o período colonial, a dominação patrimonialista se encontra dispersa pelo Brasil em domínios senhoriais relativamente autônomos entre si, transformando-se, depois, em "dominação estamental propriamente dita" (Fernandes, 2006, p. 61) com a centralização política levada a cabo pelo Estado nacional. No período mais recente, a burguesia nacional se associa com o capital internacional – o que caracteriza o capitalismo dependente. Mas nas fases moderna (1808-1860), competitiva (1860-1950) e monopolista (1950 até o presente) do capitalismo brasileiro, Florestan vê uma "impossibilidade de romper formalmente com o passado", o que impõe o "Estado-amálgama" (p. 90). Em sua análise da formação da ordem social competitiva no Brasil, o autor afirma que, em virtude de "suas raízes históricas, econômicas e políticas, ela prendeu o presente ao passado como se fosse uma cadeia de ferro", acorrentando "a expansão do capitalismo a um privatismo tosco, rigidamente particularista e fundamentalmente autocrático, como se o 'burguês moderno' renascesse das cinzas do 'senhor antigo'" (p. 200).

Conforme Sedi Hirano, se Faoro vê a predominância de uma forma de capitalismo intimamente ligada à dominação patrimonial e ao poder pessoal, e se, para Florestan, elementos estamentais encontram-se em simbiose com princípios capitalistas, Maria Sylvia de Carvalho Franco defende que a sociedade brasileira se formou, desde o início da colonização,

com base em determinações capitalistas (Hirano, 1988). Segundo Carvalho Franco, uma relação patrimonial típica, no sentido weberiano, nunca chegou a se constituir no país (Carvalho Franco, 1997). Não se pode falar em patrimonialismo no Brasil em razão da inexistência de uma tradição selando as relações de dependência pessoal ou o sistema do favor.[9] No contexto brasileiro, prevaleceu a "arbitrariedade do mais forte: os vínculos pessoais nasceram do caráter mercantil da produção e a ela foram submetidos", ou seja, o "interesse material submetia à sua *razão* os laços da estima e da afeição, atando-os ou destruindo-os" (Carvalho Franco, 1976, p. 62). Mas se críticas como as de Carvalho Franco tiveram lugar, a abordagem do patrimonialismo não perdeu força. Em seu livro de 1982, *Bases do autoritarismo brasileiro*, Simon Schwartzman defende, inspirado em Faoro, a tese do patrimonialismo. Schwartzman vê um permanente conflito entre um modelo de atividade política patrimonialista, patrocinado por oligarquias regionais e outro com um caráter de participação e que emana da sociedade civil (Schwartzman, 2007). Em entrevista concedida há alguns anos, o autor reafirma a importância do conceito de patrimonialismo para pensar o Brasil contemporâneo (Schwartzman, 2015).

A discussão mais recente sobre patrimonialismo no Brasil

Em um artigo e em um livro publicados em 2008, José Maurício Domingues argumenta no sentido de uma herança de características patrimonialistas no Brasil, as quais, no entanto, sofrem transformações decisivas (Domingues, 2008a; 2008b). Ele destaca três pontos: o patrimonialismo brasileiro contemporâneo não se restringe ao âmbito do Estado, mas está presente também na atuação dos agentes societários na vida cotidiana; ele não se legitima pela mera reprodução do passado, não correspondendo, desse modo, a uma forma de dominação tradicional, mas tem caráter moderno e modernizador; por fim, existiria uma lógica dual, de respeito a instituições impessoais, por um lado, e atitudes patrimonialistas e personalistas, que devem permanecer ocultas, por outro (Domingues, 2008b). Tal aposta

[9] Como argumenta Carvalho Franco em sua entrevista "As ideias estão no lugar", cujo título dialoga criticamente com o ensaio "As ideias fora do lugar", de Roberto Schwarz. Por sua vez, o texto de Schwarz repercute e reelabora as temáticas do "transplante" e do "desencaixe" presentes em *Raízes do Brasil*.

em uma lógica dual – que caracteriza aquilo que se passou a chamar de neopatrimonialismo – é também compartilhada por Anthony Pereira em um artigo de 2016. Pereira condena a dilatação do conceito de patrimonialismo, que acabaria por explicar e justificar fenômenos díspares, sem precisá-los, e por obscurecer "o caráter crescentemente racional-legal do Estado e o desenvolvimento do capitalismo no Brasil" (Pereira, 2016, p. 144). Defendendo que não é o caso de se abandonar o recurso à interpretação patrimonialista, o autor propõe "ver o 'patrimonialismo' como uma das diversas lógicas em operação no Estado brasileiro" (p. 148).

A partir de suas experiências na administração pública em diferentes níveis de governo (no plano federal, como Ministro da Educação, e no municipal, como Prefeito de São Paulo), Fernando Haddad afirma que *Os donos do poder*, de Faoro, "deveria ser relido, *cum grano salis*" (Haddad, 2017). Segundo Haddad, "[e]ntre nós, brasileiros, nenhuma obra do pensamento social e político descreve melhor o patrimonialismo, hoje com suas entranhas expostas no noticiário do país, do que *Os donos do poder*, de Raymundo Faoro". Haddad ressalta o fato de Faoro ter percebido que o patrimonialismo brasileiro, um tipo tradicional de dominação, se adapta à chegada do capitalismo, moldando-se e sobrevivendo à modernização. Retomando um artigo seu publicado anos antes, Haddad nomeia essa forma renovada de "patrimonialismo moderno".

Ao lado do legado da escravidão e da hierarquização racial dela resultante, bem como da desigualdade social e de gênero, em *Sobre o autoritarismo brasileiro*, Lilia Schwarcz aponta o personalismo, o mandonismo e o patrimonialismo como elementos que conformam o caráter autoritário da sociedade brasileira. Em seu capítulo sobre patrimonialismo, Schwarcz remete a Max Weber a discussão pioneira sobre tema, apresentando alguns autores brasileiros que se engajaram nessa discussão e argumentando que o patrimonialismo é uma espécie de constante que atravessa a sociedade brasileira desde a colonização até o período posterior à constituição de 1988. Assim, segundo a autora, boa parte das instituições brasileiras foi "desde os tempos coloniais (...) dominada por interesses de grupos de poder, que se apropriam de parte da máquina do Estado com fins particulares" (Schwarcz, 2019, p. 87). Para Schwarcz, na "breve história de cinco séculos [do Brasil], foi logo ficando patente a dificuldade que temos de construir modelos compartilhados de zelo pelo bem comum" (p. 64). A democratização e a

modernização das relações sociais no país não teriam dado conta de "deter as práticas de patrimonialismo que se encontram bastante arraigadas e ajudam a explicar parte da crise que vivenciamos nos dias de hoje", de modo que, por aqui, "o patrimonialismo se mantém como um dos grandes inimigos da República" (p. 86-87).

Com base em uma leitura de Weber e em parte apropriando-se da abordagem de Carvalho Franco, Jessé Souza tem, nos últimos anos, desenvolvido uma crítica à tese do patrimonialismo. Na ausência de códigos tradicionais ou estamentais, tais como os existentes na Europa pré-moderna, a vida dos dominados no Brasil, por um lado, era pautada por uma constante imprevisibilidade e, por outro, dependia das preferências pessoais dos poderosos, o que forçava "os negativamente privilegiados a procurar agradar o senhor e sua família usando os recursos disponíveis a cada um" (Souza, 2000, p. 258). A partir da revolução modernizadora que Souza localiza no início do século dezenove com a vinda da corte portuguesa, o "vínculo de dominação passa a ser impessoal por referir-se a *valores inscritos dentro da lógica de funcionamento das instituições fundamentais do mundo moderno, especialmente do mercado capitalista*" (p. 261). As oposições baseadas em relações pessoais (senhor/escravo, coronel/dependente) passam a assumir formas impessoais (doutor/analfabeto, trabalhador qualificado/trabalhador não qualificado) assentadas nas dinâmicas da modernidade capitalista (p. 260).[10]

A "recepção equivocada" de Weber no Brasil: as críticas de Maria Sylvia de Carvalho Franco e Jessé Souza ao uso do conceito de patrimonialismo

Em seu texto "Weber e a interpretação do Brasil", Werneck Vianna afirma que a mobilização de Weber por parte de analistas da sociedade brasileira se deu pela "perspectiva do *atraso*", à qual se associa um "diagnóstico que reivindica a *ruptura*" (Werneck Vianna, 1999, p. 174). Entretanto, na divisão que propõe entre aqueles que veem o patrimonialismo como um fenômeno alojado sobretudo no Estado e aqueles que consideram que

[10] A crítica de Souza que se encontra em *A modernização seletiva* (2000) foi desdobrada em obras posteriores que se dedicam à interpretação da sociedade brasileira, como *Ralé brasileira* (2009), *Os batalhadores brasileiros* (2010), *A tolice da inteligência brasileira* (2015), *A elite do atraso* (2017), *Subcidadania brasileira* (2018) e *A classe média no espelho* (2018).

suas raízes são fundamentalmente societais, Werneck Vianna não faz jus à crítica à utilização do conceito de patrimonialismo levada a cabo por Maria Sylvia de Carvalho Franco. Se Raymundo Faoro e Simon Schwartzman são apresentados como representantes da primeira corrente, a segunda seria representada por Florestan Fernandes e Maria Sylvia de Carvalho Franco. Como apontado acima e como desenvolverei adiante, Carvalho Franco se opõe à mobilização do conceito weberiano de patrimonialismo na medida em que concebe as relações de dominação na sociedade brasileira como resultado do capitalismo moderno em sua roupagem periférica.

Tanto na crítica ao uso do conceito de patrimonialismo para tratar do Brasil levada a cabo por Maria Sylvia de Carvalho Franco na década de 1960 quanto na mais recente abordagem crítica desse conceito que tem sido desenvolvida desde o final da década de 1990 por Jessé Souza, a escravidão aparece como mediação explicativa fundamental para tratar da forma social que se desenvolve no país. Numa sociedade polarizada entre senhores e escravos, os homens livres, que não têm lugar nessa polaridade, estabelecem relações de dependência com os senhores. Aquilo que Carvalho Franco chama de "sistema do favor" é o conjunto de prestações e contraprestações que liga uns a outros. Assim, segundo ela, são as relações materiais de produção do sistema colonial que estão por trás de fenômenos como a ênfase nos vínculos pessoais, o mandonismo e o compadrio, e não uma herança ibérica de caráter tradicional que teria sido legada pela colonização portuguesa, como argumentam Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Holanda e Raymundo Faoro. Do mesmo modo que Carvalho Franco, Jessé Souza enfatiza o papel do sistema escravista na conformação das relações sociais – e raciais – brasileiras. A respeito da questão da herança ibérica, a posição de Souza aparece formulada em distintas obras suas como variações da ideia de que "[v]alores não se transportam como a roupa do corpo" (Souza, 2000, p. 252). Em consonância com Carvalho Franco, Souza afirma que não é possível falar de uma forma tradicional de dominação, como é o caso do patrimonialismo, numa sociedade cuja origem se assenta no sistema escravista, cuja base é mercantil.

Conforme Glaucia Villas Bôas, na altura da elaboração de *Homens livres na ordem escravocrata*, Maria Sylvia de Carvalho Franco estava "voltada para um alvo que não era simples e envolvia a recepção equivocada de Max Weber, segundo ela, em estudos que identificavam as sociedades subdesenvolvidas como sociedades tradicionais" (Villas Bôas, 2014, p. 19). Esses estudos,

justamente, eram aqueles que vinham sendo desenvolvidos no âmbito de seu grupo intelectual na Universidade de São Paulo (Botelho, 2013). Como frisa André Botelho, a abordagem desenvolvida pela autora "remete a uma compreensão sociológica afinada à historicidade do processo social", já que, "se a pessoalização das relações sociais e das práticas de poder não produz as mesmas sociedades que se formavam nas experiências históricas europeias, elas respondiam de modos próprios a determinações mais gerais da expansão do capitalismo e da construção da sociedade moderna" (2013, p. 354). Assim, a análise da formação social brasileira por Franco é marcada por "sua recusa em equacionar essa experiência em termos de patrimonialismo" (p. 350). Conforme a autora, os tipos ideais weberianos têm um caráter eminentemente histórico e visam expor o "caráter singular dos fenômenos culturais", de forma que a "negligência desses requisitos transforma-os em conceitos classificatórios que meramente sumarizam os traços comuns a certos fenômenos empíricos" (Carvalho Franco, 1997, p. 15-16). Nesse mesmo sentido, Reinhard Bendix, impulsionador da sociologia histórica e grande intérprete de Weber, havia escrito em um texto de 1963 que a análise sociológica comparativa revela que "muitos conceitos são generalizações disfarçadas [*generalizations in disguise*]" (Bendix, 1963, p. 533).[11]

Penso que Jessé Souza poderia também ser incluído na chave que Villas Bôas, referindo-se a Maria Sylvia de Carvalho Franco, nomeia de crítica à "recepção equivocada" de Weber. Referindo-se especificamente a Faoro, Souza escreve que, enquanto Weber usa o conceito de patrimonialismo de forma histórica e dinâmica, seu uso pelo autor brasileiro "é estático e tendencialmente a-histórico" (Souza, 2000, p. 171). Tratar-se-ia, continua Souza, de uma "transposição, para as situações históricas as mais variadas, de uma ideia que deixa, no limite, de ser uma categoria histórica e assume a forma de uma 'maldição', uma entidade demiúrgica que tudo explica e assimila" (p. 171). Tal crítica a Faoro se estende também a Buarque de Holanda em livro mais recente de Souza (2017, p. 193-194). Numa referência à discussão mais contemporânea, Souza afirma que "[f]alar de 'patrimonialismo moderno', como faz Haddad, é um contrassenso conceitual", na medida em que, para Weber, "o patrimonialismo é inseparável de precondições que são

[11] André Botelho aponta o traço central que aproxima a abordagem dos dois autores: "tanto Bendix como Maria Sylvia de Carvalho Franco partem da valorização da perspectiva histórica que identificam e recuperam na sociologia de Max Weber para criticar os usos a-históricos que a sociologia da modernização e a sociologia do desenvolvimento estariam fazendo dos seus conceitos" (Botelho, 2013, p. 349).

pré-modernas" (p. 189-190). Mas enquanto Buarque de Holanda, Faoro, bem como Simon Schwartzman, são objeto da crítica de Souza, o tratamento dado a Freyre é distinto. Souza vê duas grandes linhas-mestras do argumento de Freyre. Por um lado, Freyre positivaria a herança ibérica e sua abordagem do caráter português como o de um povo entre dois mundos (Ocidente e Oriente) que, justamente por essa condição, seria dotado de plasticidade e capacidade de misturar-se; tal visão forneceria as bases para a construção ideológica segundo a qual a escravidão no Brasil teve traços mais amenos do que em outras economias de *plantation*, tese que pouco depois desembocará na concepção de democracia racial.[12] Mas, por outro, o tratamento dado por Freyre aos temas do sadomasoquismo e da ausência de limites à dominação dos senhores sobre os escravos ensejaria uma abordagem crítica que Souza busca desdobrar. Souza ressalta a discussão de Freyre a respeito da "escravidão muçulmana", que permitiria

> uma expansão e durabilidade da conquista inigualáveis, na medida em que associa o acesso a bens materiais e ideais muito concretos à identificação do dominado com os valores do opressor. A conquista pode, assim, abdicar da vigilância e do emprego sistemático da violência para a garantia do domínio e passar a contar crescentemente com um elemento volitivo internalizado e desejado pelo próprio oprimido (Souza, 2018a, p. 160).

O argumento que Souza já havia começado a desenvolver em *A modernização seletiva* e continua a fazê-lo no recente *Subcidadania brasileira* é "que é precisamente a herança cultural moura, na forma da escravidão, que parece ter sido o elemento decisivo da singularidade da sociedade escravocrata colonial e, portanto, da semente da forma singular que a dependência pessoal assumiu entre nós" (p. 168).

Tanto Carvalho Franco quanto Souza frisam o equívoco da utilização do conceito de patrimonialismo, que para Weber funciona no âmbito da dominação tradicional, para tratar da sociedade brasileira, que nasce

[12] "Como se sabe, Gilberto Freyre, em suas conferências apresentadas na Universidade do Estado de Indiana, no outono de 1944, isto é, entre setembro e dezembro, utilizou a expressão sinônima – "democracia étnica" – para se referir à catequese jesuíta: '[…] mas seu sistema excessivamente paternalista e mesmo autocrático de educar os índios se desenvolveu, por vezes, opondo-se às primeiras tendências esboçadas no Brasil que iam no sentido de una democracia étnica e social' (Freyre, 1947: 78). Na verdade, como veremos de imediato, a expressão de Freyre parece estar datada de novembro de 1943, quando se refere à tradição democrática da Bahia. A origem da ideia de democracia em Freyre, no entanto, já revelada por Elide Rugai Bastos (2001), remonta à crença no suposto caráter ibérico da civilização brasileira" (Guimarães, 2002, p. 306).

como fruto da expansão mercantil europeia. Nesse sentido, a abordagem dos vínculos pessoais como derivados da lógica capitalista atuando no ambiente de pobreza material e desamparo dos agregados, levada a cabo por Carvalho Franco, não recorre, no curso de sua explicação, a nenhum tipo de herança tradicional. Souza, por sua vez, tem também procurado ressaltar a singularidade da formação social brasileira, na qual vínculos e valores são produzidos por relações sociais específicas geradas pelo sistema escravista e, posteriormente, pela modernização do país a partir do século 19, e não derivados de uma suposta herança ibérica tradicional. No entanto, sugiro que a adoção da tese freyreana da escravidão muçulmana por Souza cria um curto-circuito em seu argumento. E isso porque, se o autor argumenta fartamente acerca da impropriedade de se lançar mão de uma herança cultural tradicional, a ibérica, para dar conta de explicar um arranjo societário que não é o mesmo daquele de onde provém essa suposta herança, isto é, Portugal, não deveria também ser o caso de se recorrer a algo como uma herança cultural moura. Se, no embate em torno da herança ibérica, Souza assevera que '[v]alores não se transportam como a roupa do corpo', isso deveria, do mesmo modo, valer para uma suposta herança cultural muçulmana. As teses de Freyre sobre a forma moura de escravidão carregam para o fulcro da abordagem de Souza traços de um tipo de culturalismo que o autor tem se destacado em buscar refutar. Para além do imbróglio da questão das heranças culturais, a aposta numa herança cultural moura ou muçulmana reafirma, ao invés de colocar em xeque, a oposição binária Ocidente/Oriente.

Na interpretação de Souza, o problema da discussão brasileira sobre patrimonialismo – do mesmo modo que ele reputa aquela levada a cabo pela teoria da modernização a partir da sociologia de Talcott Parsons – reside não nas oposições feitas pelo próprio Weber entre tradicional e moderno e entre Ocidente e Oriente, mas sim numa leitura liberal e apologética de sua obra, que desconsidera sua crítica ao lado sombrio da racionalização ocidental. Em contraposição à primeira leitura, a segunda ofereceria elementos para a reflexão crítica sobre a sociedade capitalista e teria servido de base do assim chamado marxismo ocidental (Souza, 2016). Para Souza, o Weber crítico deve servir à elaboração de uma sociologia crítica contemporânea, para cuja construção Souza considera estar contribuindo. Jessé Souza é um grande conhecedor da obra de Max Weber, sobre a qual realizou doutorado na Universidade de Heidelberg, e é um de seus maiores intérpretes no Brasil.

Ao criticar aquilo que, no curso das últimas duas décadas passou a chamar de 'sociologia da inautenticidade' ou 'sociologia do vira-lata' (Souza, 2015, 2017, 2018a, 2018b), Souza aponta como mal de origem dessas últimas a leitura e a mobilização de Weber por Buarque na elaboração de sua interpretação do Brasil. O que aparecia em tom mais analítico em *A modernização seletiva* foi se convertendo, nos últimos livros de Souza, de tom marcadamente militante, em imprecações cada vez mais violentas contra Sérgio Buarque de Holanda, acusando-o, ao fim e ao cabo, de ser um ideólogo da elite paulista e estar por trás do projeto antinacional e privatista pelo qual ela se guia, representado pelo PSDB e posto em prática nos dois mandatos de Fernando Henrique Cardoso.

Algo, no entanto, parece faltar à apreciação do debate sobre patrimonialismo no Brasil, e esse aspecto também escapa a Jessé Souza. Dito de modo sucinto, esse elemento é a relação colonial de poder que está na base da formação das teorias dos autores clássicos da Sociologia, como Marx[13], Tönnies, Durkheim e, para a discussão que aqui me interessa, Weber. Se, no caso da crítica de Maria Sylvia de Carvalho Franco ao uso do conceito weberiano de patrimonialismo, a não tematização dessa dimensão[14] poderia talvez ligar-se à pretensão "universalista" uspiana (Lynch, 2013, p. 754-758), no caso de Jessé Souza, escrevendo em um contexto teórico, histórico e político em que discussões sobre o caráter colonial e eurocêntrico do conhecimento das ciências humanas está sendo amplamente debatido, penso que é sua escolha teórica no que tange à interpretação da modernidade que o leva a passar ao largo de colocar em xeque pressupostos da construção weberiana.[15]. Com isso, sua crítica ao uso do conceito de patrimonialismo para interpretar a realidade brasileira fica incompleta.

---

[13] No caso de Marx, trabalhos mais recentes têm mostrado a evolução de seu pensamento no sentido de uma postura crescentemente crítica em relação ao colonialismo e ao eurocentrismo. Ver, por exemplo: Anderson, 2019; Tible, 2014.

[14] Em seu texto "Sobre o conceito de tradição", a autora não questiona o binarismo tradicional/moderno tal como construído por Weber, mas sim seus usos pela sociologia do desenvolvimento. Partindo de uma reconstrução dos tipos ideais e de seu papel na metodologia de Weber, seu objetivo é antes chamar a atenção para "distorções" que teorias como a de Parsons e de Germani introduzem e que foram "muito difundidas na interpretação das sociedades 'atrasadas'" (Carvalho Franco, 1972, p. 39).

[15] De modo análogo a Carvalho Franco, que via distorção de Weber por parte da sociologia de matriz estrutural-funcionalista, Souza escreve que o "racismo culturalista [categoria na qual Souza enquadra Sérgio Buarque], na verdade, coloniza e distorce a leitura de Max Weber sobre a singularidade do Ocidente baseada na herança protestante ascética" (Souza, 2018a, p. 27). A pretensa singularidade do Ocidente, propriamente, nunca é posta em questão.

Weber via modernidades alternativas e modernidades múltiplas

A partir da década de 1990, abordagens como a das modernidades alternativas e a das modernidades múltiplas passaram a ganhar terreno. O filósofo canadense Charles Taylor é um dos representantes da primeira corrente. A segunda tem como dois de seus representantes o sociólogo israelense Shmuel Eisenstadt e o sociólogo alemão Wolfgang Schluchter. Os três autores têm sido mobilizados por Jessé Souza nas duas últimas décadas na construção de sua abordagem sobre a sociedade brasileira e a questão do patrimonialismo. De Taylor, autor importante para a argumentação de Souza, interessa ao sociólogo brasileiro sua discussão da questão do reconhecimento (ou da ausência dele) e sua teoria acerca da construção da identidade moderna. Taylor é, por assim dizer, a contraparte canadense da corrente que busca desdobrar uma teoria do reconhecimento a partir de Hegel e que na Alemanha tem como representante maior o filósofo social Axel Honneth que, por sua vez, assina um elogioso posfácio a *Subcidadania brasileira* de Souza. De Eisenstadt e Schluchter, Souza mobiliza suas interpretações de Weber e dos diferentes caminhos para a modernidade. Vale notar, ainda, que Souza realizou seu doutorado, intitulado *O desenvolvimento da modernidade ocidental*, no Max-Weber-Institut für Soziologie da Universidade de Heidelberg sob a orientação de Schluchter, que é um dos maiores especialistas vivos na obra de Weber.

Em comum, ambas as correntes sustentam que a modernidade originalmente se desenvolve na Europa, a partir desse desenvolvimento original se propaga pelo mundo e, alcançando diferentes regiões e culturas, ganha distintas colorações. Num texto em que expõe de forma bastante concisa sua interpretação da modernidade, Taylor afirma que, do ponto de vista econômico (implantação de uma economia industrial de mercado) e institucional (burocratização do Estado e formas de governo), a "modernidade é como uma onda, um fluxo contínuo que engolfa uma cultura tradicional após a outra" (Taylor, 1999, p. 232). Entretanto, a "modernidade tal qual vivida desde dentro" envolve a capacidade de um povo de "encontrar recursos em sua cultura tradicional para adotar as novas práticas" (p. 233). Desse ponto de vista, "a modernidade não é uma onda única", sendo "melhor falar de modernidades alternativas, na medida em que as culturas que emergem no

mundo para levar adiante as mudanças institucionais se diferenciam umas das outras em aspectos importantes" (p. 233).

Eisenstadt e Schluchter, por sua vez, escrevem que sua "preocupação é lidar com os inícios da modernidade em uma perspectiva comparada" (Eisenstadt & Schluchter, 1998, p. 1).[16] Segundo os autores, ao invés de confinar a análise à Europa, como costumava ser o caso, eles pretendem tematizar se desenvolvimentos similares tiveram lugar em "outras civilizações e, em caso positivo, quando ocorreram", bem como se foram "devidos principalmente à difusão ou a fatores endógenos [*indigenous*]" (p. 1-2). Os dois sociólogos sustentam que a "primeira, a assim chamada modernidade 'original', se desenvolveu na Europa e combinou várias dimensões estreitamente conectadas" (p. 3) – estruturais, institucionais e culturais. Para eles, o "primeiro programa cultural da modernidade" (p. 2) se originou na Europa, e também nos Estados Unidos, e posteriormente se espalhou pela América Latina, Ásia e África. Mas, diferentemente da teoria da modernização estrutural-funcionalista, que apostava numa convergência que levaria a um mundo moderno uniforme,[17] a abordagem das modernidades múltiplas sustenta que "a expansão da modernidade

[16] O texto supracitado foi publicado na revista *Daedalus*, principal publicação de pesquisadores ligados à corrente das modernidades múltiplas, corrente da qual Eisenstadt foi talvez a figura mais importante até sua morte em 2010.

[17] O próprio Eisenstadt foi um destacado expoente da teoria da modernização de orientação estrutural-funcionalista. Tendo isso em vista, seria possível considerar a abordagem das modernidades múltiplas como uma tentativa de autocrítica da teoria da modernização, que, segundo Bhambra, não consegue, no entanto, efetivamente romper com essa última: "[a] literatura sobre modernidades múltiplas, de modo semelhante à da teoria da modernização de modo mais geral, identifica a modernidade com 'as importantes transformações das sociedades ocidentais durante os processos de industrialização, urbanização, e transformação política no final do século dezoito e início do século dezenove' (Wittrock, 1998, p. 19). Assim, a modernidade é compreendida simultaneamente em termos de suas *constelações institucionais*, isto é, sua tendência 'em direção a ordenamentos estruturais, institucionais e culturais universais' (Eisenstadt & Schluchter, 1998, p. 3), e como um *programa cultural* 'assolado por antinomias e contradições internas, continuamente engendrando um discurso crítico e contestações políticas' (Eisenstadt, 2000, p. 7). Entender a modernidade dessa maneira permite situar a modernidade europeia – vista sobretudo nos termos de uma combinação das formas institucionais e das formas culturais – como a modernidade original, e permite ao mesmo tempo visualizar diferentes codificações culturais que resultam em modernidades múltiplas. A ideia de modernidades múltiplas, portanto, é compatível com a ideia de um quadro comum de instituições modernas – por exemplo, a economia de mercado, o Estado-nação moderno e a racionalidade burocrática – que se originou na Europa e subsequentemente foi exportado para o resto do mundo. Isso explica o aparente paradoxo que consiste em que Eisenstadt e Schluchter possam se dissociar do eurocentrismo ao mesmo tempo em que aparentemente aceitam seus pressupostos fundamentais, nomeadamente 'os pressupostos iluministas acerca da centralidade de um tipo eurocentrado de modernidade' (1998, p. 5). O foco em diferentes trajetórias civilizacionais não europeias se baseia no pressuposto de que, ainda que essas trajetórias não tenham levado a uma modernidade original como na Europa, elas de todo modo conduziram à complexidade de padrões institucionais e de códigos culturais" (Bhambra, 2007, 65-66).

para além da Europa tem que ser vista não como um processo de repetição, mas como a cristalização de novas civilizações, assemelhando-se de várias formas à expansão das grandes religiões e dos grandes impérios no período pré-moderno" (p. 2-3). Ou seja: "não foi a convergência, mas a divergência que governou a história da modernidade" (p. 5).

A teoria social para além da Europa

Sem deixar de considerar que a modernidade é um fenômeno eminentemente europeu, as correntes das modernidades alternativas e das modernidades múltiplas têm buscado compreender a pluralidade das expressões do moderno em diferentes partes do mundo. Entretanto, esse intento não se liberta, ao fim e ao cabo, do caráter eurocêntrico (ou centrado no Atlântico Norte) que marca a concepção de uma origem europeia da modernidade e sua posterior extensão mundo afora. Seguem estando aqui em jogo dois momentos distintos: (i) a produção da modernidade nos países centrais e (ii) sua subsequente difusão. Na América Latina, já Maria Sylvia de Carvalho Franco discutira, em seu debate com Roberto Schwarz e referindo-se de forma crítica à teoria da dependência (à qual associava Schwarz), as determinações recíprocas e a constituição simultânea, num mesmo movimento histórico, do centro e da periferia do sistema capitalista. Segundo a autora, "colônia e metrópole não recobrem modos de produção essencialmente diferentes, mas são situações particulares que se determinam no processo *interno* de diferenciação do sistema capitalista mundial, no movimento imanente de sua constituição e reprodução" (Carvalho Franco, 1976, p. 62). Como "desenvolvimentos particulares, partes do sistema capitalista", ambas carregam, "em seu bojo, o conteúdo essencial – o lucro – que percorre todas as suas determinações", de modo que "a produção e a circulação de ideias só podem ser concebidas como internacionalmente determinadas (...), sem a dissociação analítica de suas partes" (p. 62). Nessa argumentação dialética, fica clara a herança marxista da autora. Já para Souza, em consonância com Weber e com os proponentes das modernidades alternativas e múltiplas, o capitalismo moderno tem claramente origem no espaço norte-atlântico, podendo-se falar propriamente de modernidade no Brasil apenas após a chegada da corte portuguesa ao país em 1808, que acarreta a institucionalização de um

mercado capitalista competitivo e de um Estado burocrático centralizado (Souza, 2000, 2015, 2017, 2018a, 2018b).

Ainda que tenha chegado às formulações acima, Carvalho Franco não chegou a levar adiante uma discussão sobre o caráter colonial e eurocêntrico do conhecimento das ciências humanas. Souza tampouco o faz, e, para ambos os autores, a discussão sobre os binarismos tradicional/moderno e Ocidente/Oriente fica no registro do lugar da sociedade brasileira nesses polos opostos e das interpretações equivocadas da sociologia de Weber levadas a cabo no Brasil. Entretanto, parece-me que uma discussão sobre a noção de patrimonialismo e a validade de seu uso para interpretar a formação social brasileira deveria ser capaz, na atualidade, de dar passos adiante, colocando em xeque não meramente o acerto ou o equívoco de leituras de Weber, mas o próprio caráter colonial da modernidade, da emergência da sociologia e dos binarismos com os quais a sociologia clássica trabalha e que continuam a informar uma parte importante da produção sociológica contemporânea.

Para o sociólogo peruano Aníbal Quijano (2000) e as sociólogas indianas Shalini Randeria (1999) e Gurminder Bhambra (2007), a modernidade não se constitui a partir de processos internos à Europa, conforme narrado pelos discursos filosófico e sociológico europeus de Kant a Habermas, Giddens, Eisenstadt e Taylor. Para além da fórmula da modernidade como resultante de três grandes rupturas, quais sejam, a Revolução Industrial no plano econômico, o Iluminismo no plano cultural e a Revolução Francesa no plano político (Sell, 2010), o colonialismo é uma dimensão central para a compreensão da ascensão do capitalismo moderno. Ou seja, o mundo moderno é resultado de processos que, a partir das grandes navegações, puseram em conexão a totalidade do mundo como um sistema, tendo a chegada dos europeus às Américas e sua conquista e colonização um papel fundamental. A discussão de Quijano sobre a colonialidade do poder é mais bem compreendida tendo-se em conta seu passado de teórico da dependência, sua releitura de Mariátegui e sua colaboração com Immanuel Wallerstein a partir de meados dos anos 1980.[18] As formulações de Randeria

[18] Uma amostra dessa colaboração, que evidencia o diálogo e o entrelaçamento entre a abordagem da colonialidade de Quijano e a do sistema-mundo de Wallerstein, é seu texto conjunto sobre o papel das Américas para o desenvolvimento do moderno sistema mundial: Aníbal Quijano e Immanuel Wallerstein (1992): "La americanidad como concepto, o América en el moderno sistema mundial". Se a teoria do sistema-mundo é geralmente encarada como um desdobramento e uma atualização da teoria da dependência, sugiro que esse também é o caso da crítica da colonialidade.

e Bhambra provêm de outra vertente, qual seja, a da abordagem das "histórias conectadas" ou "modernidades entrelaçadas".[19]

Apesar das distintas origens teóricas e geográficas, considero que, no que diz respeito aos três planos comumente considerados na discussão sobre a emergência da modernidade – econômico, cultural e político –, há convergências importantes entre os três autores: economicamente, o moderno mundo capitalista resulta da acumulação primitiva e da espoliação levadas a cabo nas colônias pelas metrópoles; politicamente, estabelece-se, desde o início, uma hierarquização racial com direitos distintos para brancos e não brancos e, enquanto paulatinamente prevalece o *rule of law* nas metrópoles, as colônias são lugares de um permanente estado de exceção; culturalmente, as colônias funcionaram como um espelho que permitiu definir a autoimagem da Europa, por meio dos discursos da literatura, da filosofia e, mais tarde, da sociologia, sendo a comparação com as populações colonizadas central para o surgimento da ideologia capitalista do progresso e da ideia da superioridade do mundo branco/europeu civilizado face aos povos atrasados das colônias. A modernidade capitalista se constitui, a um só tempo, nas metrópoles e nas colônias, não se propaga a partir da Europa engolfando diferentes regiões e culturas como argumentam as correntes das modernidades alternativas e a das modernidades múltiplas, ainda que a modernidade ganhe já em sua aurora uma face nas metrópoles e outra nas colônias, prolongando-se essa diferença na assimetria entre centro e periferia do hodierno sistema capitalista mundial – o conceito de colonialidade de Quijano justamente se diferencia do de colonialismo na medida em que identifica a reprodução de traços coloniais nas ex-colônias que se tornaram nações independentes.

Tendo em vista perspectivas como as de Quijano, Randeria e Bhambra, interessa sobretudo apontar para as limitações de críticas da utilização do conceito de patrimonialismo no Brasil que se baseiam na acusação de uma "recepção equivocada" da obra de Weber no país[20]. Ainda que se argumente

---

[19] Um dos marcos iniciais dessa escola indiana de análise histórica é o texto do historiador Sanjay Subrahmanyam. "Connected Histories: Notes towards a Reconfiguration of Early Modern Eurasia".

[20] Tocando na recepção e nos usos do conceito de patrimonialismo de Weber no Brasil, o artigo de Sell (2017) tem, na verdade, como foco central "mostrar a evolução do conceito de patrimonialismo *na obra* de Max Weber, com vistas a compreender as implicações dessa diferença (entre o modelo doméstico e o modelo institucional) na maneira em que ele foi recebido aqui [no Brasil]" (Sell, 2017, p. 332). Ainda que não pense nos termos de uma "recepção equivocada", já que considera que "o processo por meio do qual as ideias circulam, a despeito de todas as transições e deslocamentos, não pode ser considerado ilegítimo" (p. 332), o texto de Sell se insere numa preocupação exegética de Weber.

que Weber tinha uma visão contingente da mudança social, isto é, que esta tinha um caráter aberto e poderia trilhar diversos caminhos, e que, antes de conceitos propriamente ditos, os tipos ideais constituem exageros unilaterais de traços nunca encontráveis como tal na realidade e, portanto, meramente instrumentos heurísticos para avaliar a presença ou a ausência desses traços no universo pesquisado,[21] o fato é que os tipos tradicional e racional-legal de dominação pressupõem o binômio tradicional/moderno. E a atribuição de um lado desse binômio – moderno – à Europa ou ao Atlântico Norte e de outro lado dele – tradicional – ao passado ou ao restante do mundo é um produto do caráter colonial e assimétrico da modernidade. Para Stuart Hall, o processo de produção de uma consciência europeia sobre si mesma desencadeado pela modernidade alcança a sociologia clássica e seus conceitos, que seguem reverberando a dicotomia entre o Ocidente e o "resto" do mundo (Hall, 1992).

Com efeito, como têm mostrado nas últimas décadas as críticas da colonialidade e pós-colonial, a emergência das ciências sociais europeias – e aqui pensando especificamente na sociologia weberiana – não pode ser desconectada do campo de tensões mais amplo que constituiu a Europa, e posteriormente ambos os lados do espaço norte-atlântico, como Ocidente, que passou a se entender como moderno. Nesse sentido, Quijano (2000, p. 208) chama a atenção para o fato de que o "capitalismo mundial foi, desde seu início, colonial/moderno e eurocentrado". Portanto, a crítica do patrimonialismo não pode prescindir da crítica da colonialidade que, por sua vez, engloba questões como a escravidão, o extermínio dos indígenas, o caráter dependente das economias dos países da periferia capitalista e a reprodução do pensamento eurocêntrico nesses países. Se os grandes autores da sociologia nos ensinam a pensar e nos estimulam a ir além deles e produzir reflexões originais, eles não podem, por outro lado, ficar isentos de críticas no que tange a seus limites históricos. Isso de modo algum significa jogar fora o bebê com a água do banho. A partir do caso do debate brasileiro sobre patrimonialismo, argumentei neste artigo que é necessário levar discussões como a da existência ou não de traços tradicionais em nossa formação social ou da impropriedade da interpretação de Weber a outro patamar, que inclua a contextualização histórica da sociologia clássica – e da sociologia norte-

[21] É o caráter aberto e comparativo da obra de Weber e da corrente dela descendente das modernidades múltiplas que Sell (2015) busca frisar em seu texto "Max Weber e o problema do eurocentrismo".

atlântica de um modo geral – no quadro do pensamento colonial moderno, o questionamento de seus limites e a busca por alternativas teóricas. Para tanto, é possível tirar proveito de perspectivas como as críticas da colonialidade e pós-colonial, em especial problematizando em que elas podem contribuir com análises sobre a sociedade brasileira e colocando-as em diálogo com intérpretes de nossa formação social.

Referências

Anderson, Kevin B. (2019). *Marx nas margens: nacionalismo, etnias e sociedades não ocidentais*. Boitempo.

Bastos, Élide R. (2005). Raízes do Brasil – Sobrados e mucambos: um diálogo. *Perspectivas*, 28, 19-36.

Bastos, Élide R. (2001). Brasil: um outro Ocidente? Gilberto Freyre e a formação da sociedade brasileira. *Ciência & Trópico, 29*(1), 33-60.

Bastos, Élide R. (1998). Iberismo na obra de Gilberto Freyre. *Revista USP*, (38), 48-57. https://doi.org/10.11606/issn.2316-9036.v0i38p48-57

Bendix, Reinhard. (1963). Concepts and generalizations in comparative sociological studies. *American Sociological Review, 28*(4), 532-539. https://doi.org/10.2307/2090069

Bhambra, Gurminder K. (2007). *Rethinking modernity: postcolonialism and the sociological imagination*. Palgrave Macmillan.

Botelho, André. (2013). Teoria e história na sociologia brasileira: a crítica de Maria Sylvia de Carvalho Franco. *Lua Nova*, (90), 331-366. https://doi.org/10.1590/S0102-64452013000300012

Campante, Rubens G. (2003). O patrimonialismo em Faoro e Weber e a sociologia brasileira. *Dados – Revista de Ciências Sociais, 46*(1), 153-193. https://doi.org/10.1590/S0011-52582003000100005

Carvalho Franco, Maria S. (1997). *Homens livres na ordem escravocrata*. Editora da Unesp.

Carvalho Franco, Maria S. (1976). As ideias estão no lugar. *Cadernos de Debate*, 1, 61-64.

Carvalho Franco, Maria S. (1972). Sobre o conceito de tradição. *Cadernos – Centro de Estudos Rurais e Urbanos*, 5, 9-40.

Domingues, José M. (2008a). *Latin America and contemporary modernity: a sociological interpretation*. Routledge.

Domingues, José M. (2008b). Patrimonialismo e neopatrimonialismo. In L. Avritzer *et al.* (Org.), *Corrupção: ensaios e críticas* (pp. 158-162). Editora UFMG.

Eisenstadt, Shmuel N., & Schluchter, Wolfgang. (1998). Introduction: Paths to early modernities – a comparative view. *Daedalus, 127*(3), 1-18.

Faoro, Raymundo. (2008). *Os donos do poder. Formação do patronato político brasileiro*. Globo.

Faoro, Raymundo. (1993). A aventura liberal numa ordem patrimonialista. *Revista USP*, (17), 14-29. https://doi.org/10.11606/issn.2316-9036.v0i17p14-29

Faoro, Raymundo. (1992). A questão nacional: a modernização. *Estudos Avançados, 6*(14), 7-22. http://dx.doi.org/10.1590/S0103-40141992000100002

Fernandes, Florestan. (2006). *A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica*. Globo.

Freyre, Gilberto. (2003). *Casa-grande & senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*. Global.

Guimarães, Antonio S. A. (2002). Democracia racial: el ideal, el pacto y el mito. *Estudios Sociológicos, 20*(2), p. 305-333.

Haddad, Fernando. (2017). Vivi na pele o que aprendi nos livros: um encontro com o patrimonialismo brasileiro. *Piauí*, 129. Disponível em: https://piaui.folha.uol.com.br/materia/vivi-na-pele-o-que-aprendi-nos-livros/

Hall, Stuart. (1992). The West and the rest: discourse and power. In S. Hall & B. Gieben (Ed.), *Formations of modernity* (pp. 185-227). Cambridge: Open University Press.

Hirano, Sedi. (1988). *Pré-capitalismo e capitalismo*. Hucitec.

Holanda, Sérgio B. (1995). *Raízes do Brasil*. Companhia das Letras.

Lynch, Christian E. C. (2013). Por que pensamento e não teoria? A imaginação político-social brasileira e o fantasma da condição periférica (1880-1970). *Dados – Revista de Ciências Sociais, 56*(4), 727-767. https://doi.org/10.1590/S0011-52582013000400001

Pereira, Anthony W. (2016). Is the Brazilian State "patrimonial"?. *Latin American Perspectives, 43*(2), 135-152. https://doi.org/10.1177%2F0094582X15616119

Portela Júnior, Aristeu. (2012). Florestan Fernandes e o conceito de patrimonialismo na compreensão do Brasil. *Plural – Revista do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da USP, 19*(2), 9-27. http://dx.doi.org/10.11606/issn.2176-8099.pcso.2012.74433

Prado Júnior, Caio. (1996). *Formação do Brasil contemporâneo: colônia*. Brasiliense.

Quijano, Aníbal. (2000) Colonialidad del poder, eurocentrismo y América Latina. In E. Lander (Comp.), *La colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales: perspectivas latinoamericanas* (pp. 117-142). CLACSO.

Quijano, Aníbal, & Wallerstein, Immanuel. (1992). La americanidad como concepto, o América en el moderno sistema mundial. *Revista Internacional de Ciencias Sociales*, 134, 583-591.

Randeria, Shalini. (1999). Jenseits von Soziologie und soziokultureller Anthropologie: zur Ortbestimmung der nichtwestlichen Welt in einer zukünftigen Sozialtheorie. *Soziale Welt, 50*(4), 373-382.

Schwarcz, Lilia M. (2019). *Sobre o autoritarismo brasileiro*. São Paulo: Companhia das Letras.

Schwarz, Roberto. (2005). As ideias fora do lugar. In R. Schwarz, *Cultura e Política*. Paz e Terra.

Schwartzman, Simon. (2015). Livros de Simon Schwartzman radiografam o Brasil contemporâneo. Entrevista com Simon Schwartzman. *Jornal da UNICAMP, 622*, 6-7.

Schwartzman, Simon. (2007). *Bases do autoritarismo brasileiro*. Publit.

Sell, Carlos E. (2017) The two concepts of patrimonialism in Max Weber: from the domestic model to the organizational model. *Sociologia & Antropologia, 7*(2), 315-340. https://doi.org/10.1590/2238-38752016v721

Sell, Carlos E. (2015, 20-23 jul.) Max Weber e o problema do eurocentrismo [Apresentação de trabalho]. XVII Congresso Brasileiro de Sociologia, Porto Alegre.

Sell, Carlos E. (2010). *Sociologia clássica: Marx, Durkheim e Weber*. Vozes.

Souza, Jessé. (2000). *A modernização seletiva: uma reinterpretação do dilema brasileiro*. UnB.

Souza, Jessé. (2018a). *Subcidadania brasileira: para entender o país para além do jeitinho brasileiro*. Leya.

Souza, Jessé. (2018b). *A classe média no espelho*. Estação Brasil.

Souza, Jessé. (2017). *A elite do atraso: da escravidão à Lava jato*. Leya.

Souza, Jessé. (2016). Max Weber y la orientalización de América Latina. In Á. Laiz & E. Weisz (Ed.), *Max Weber en Iberoamérica: nuevas interpretaciones, estudios empíricos y recepción*. Fondo de Cultura Económica.

Souza, Jessé. (2015). *A tolice da inteligência brasileira: ou como o país se deixa manipular pela elite*. LeYa.

Subrahmanyam, Sanjay. (1997). Connected histories: notes towards a reconfiguration of early modern Eurasia. *Modern Asian Studies, 31*(3), p. 735-762. https://doi.org/10.1017/S0026749X00017133

Taylor, Charles. (1999). Nationalism and modernity. In R. Beiner (Ed.), *Theorizing nationalism*. State University of New York Press.

Tible, Jean. (2014). Marx e os outros. *Lua Nova*, (91), 199-228. https://doi.org/10.1590/S0102-64452014000100008

Villas Bôas, Glaucia. (2014). A recepção controversa de Max Weber no Brasil (1940-1980). D*ados – Revista de Ciências Sociais, 57*(1), 5-33. https://doi.org/10.1590/S0011-52582014000100001

Wallerstein, Immanuel. (2004). *World-systems analysis: an introduction*. Duke University Press.

Wallerstein, Immanuel. (1976). Semi-Peripheral Countries and the Contemporary World Crisis. *Theory and Society, 3*(4), 461-483. https://doi.org/10.1007/BF00161293

Weber, Max. (1980). *Wirtschaft und Gesellschaft. Grundriß der verstehenden Soziologie*. Mohr.

Werneck Vianna, Luiz. (1999). Weber e a interpretação do Brasil. In J. Souza (Org.), *O malandro e o protestante: a tese weberiana e a singularidade cultural brasileira* (pp. 173-194). Editora da Universidade de Brasília.

Wittrock, Bjorn. (1998). Early Modernities: Varieties and Transitions. *Daedalus*, 127(3), 19–40.

Recebido: 9 out. 2020
Aceito: 13 dez. 2021

Licenciado sob uma Licença Creative Commons Attribution 4.0

https://doi.org/10.20336/rbs.793

REVISTA BRASILEIRA DE SOCIOLOGIA

Autonomia e trabalho intelectual na pós-graduação em Ciências Sociais

Autonomy and intellectual work in Social Sciences graduate studies

João Marcelo E. Maia[*]
Jimmy Medeiros[**]

RESUMO
O artigo discute as práticas de trabalho dos cientistas sociais brasileiros atuantes em programas de pós-graduação. A partir de diálogo com a bibliografia sobre o tema, parte-se das seguintes questões: como os professores e pesquisadores vivenciam suas práticas de trabalho, em especial, a docência, a pesquisa e a escrita? A crescente imposição de novos mecanismos burocráticos de controle e avaliação do trabalho estaria ameaçando a autonomia do fazer científico? O texto responde ao problema valendo-se dos resultados de um *survey online* nacional aplicado em 2018 e de um conjunto de entrevistas realizadas entre 2016 e 2018. Sustenta-se que os cientistas sociais logram produzir espaços de autonomia no seu cotidiano, mas essa negociação permanece individualizada e sem lastro em projetos institucionais ou coletivos.

Palavras-chaves: Pós-graduação, trabalho intelectual, autonomia, ciências sociais no Brasil, ensino e pesquisa.

[*] Fundação Getulio Vargas, Rio de Janeiro, RJ, Brasil.
Doutor em Sociologia e Professor associado do CPDOC-FGV.
joao.maia@fgv.br

[**] Fundação Getulio Vargas, Rio de Janeiro, RJ, Brasil.
Doutor em Políticas Públicas, Pesquisador do CPDOC e coordenador de Ensino de Graduação da Escola de Ciências Sociais – FGV.
jimmy.medeiros@fgv.br

ABSTRACT
The article analyses the work practices of Brazilian social scientists in graduate programs. We critically engage with the current scholarship on the subject to raise the following questions: a) how do professors and researchers experience their work practices, particularly teaching, researching and writing? B) Is the increasing imposition of new bureaucratic mechanisms of work control threatening the autonomy of scientific work? The article answers these questions by drawing from a national survey applied in 2018 and from a set of interviews conducted between 2016 and 2018. We argue that social scientists manage to produce spaces of autonomy in their daily routines, although through a highly individualized negotiation which lacks both institutional and collective arrangements.

Keywords: Graduate program, intellectual labor, autonomy, social sciences in Brazil, teaching and researching.

RESUMÉ
L'article discute des pratiques de travail des spécialistes des sciences sociales brésiliens travaillant dans des programmes d'études supérieures. Sur la base d'un dialogue avec la bibliographie sur le sujet, les questions suivantes se posent : comment les enseignants et les chercheurs vivent-ils leurs pratiques de travail, notamment l'enseignement, la recherche et l'écriture ? L'imposition croissante de nouveaux mécanismes bureaucratiques de contrôle et d'évaluation du travail menace-t-elle l'autonomie de la pratique scientifique ? Le texte répond au problème en utilisant les résultats d'une enquête nationale en ligne appliquée en 2018 et un ensemble d'entretiens menés entre 2016 et 2018. On soutient que les sociologues parviennent à produire des espaces d'autonomie dans leur vie quotidienne, mais cela la négociation reste individualisée et sans appui sur des projets institutionnels ou collectifs.

Mots-clés : études supérieures, travail intellectuel, autonomie, sciences sociales au Brésil, enseignement et recherche.

Introdução

A julgar pela literatura especializada, a profissão acadêmica encontra-se em crise. No contexto anglo-saxão, responsável por produzir boa parte de estudos que atesta esse mal-estar, a análise de Marilyn Strathern (2000) enfatizou como a construção de indicadores supostamente objetivos para aferir o desempenho dos pesquisadores contribuiu para uma cultura de visibilidade que desconsidera quaisquer aspectos da prática científica que não possam ser adequadamente mensurados e que dependam da confiança

entre os atores para prosperar. Mais recentemente, Jerry Muller (2018) listou uma série de efeitos negativos produzidos pela metrificação da atividade docente e científica, tais como a promoção do "curto-prazismo", o desincentivo à inovação e à experimentação e o aumento do tempo empregado nas atividades de controle e medição.

Estudos etnográficos que tomam como objeto as práticas de ensino e aprendizagem nas grandes instituições de ensino do Norte global enfatizam os efeitos negativos desses mecanismos de governança sobre a cultura profissional dos acadêmicos, que se torna progressivamente corroída pela competitividade e pela desconstrução de laços cooperativos, os quais seriam fundamentais para a criação de projetos científicos de ponta (Hyatt *et al.*, 2015). A "aceleração temporal" é outro efeito bem conhecido dessas transformações, produzindo rotinas de trabalho cada vez mais frenéticas e afetando a distribuição fluida das atividades necessárias para a realização de um bom trabalho acadêmico (Vostal, 2015).

As transformações estruturais que produziram esse quadro foram impulsionadas tanto pela emergência do que se convencionou chamar de "capitalismo acadêmico" (Munch, 2014), como pela disseminação de práticas neoliberais de governança nas instituições de ensino e de pesquisa, com a ampliação dos mecanismos de controle sobre o trabalho intelectual e pela criação de numerosas instâncias de aferição da *performance* individual de cientistas e pesquisadores.

No que se refere às ciências sociais, é necessário adicionar a esse quadro geral um desconforto produzido pela própria crise de inserção desse campo no universo profissional contemporâneo. John Holmwood (2000) analisou o caso britânico e demonstrou que a sociologia se viu fortemente afetada tanto pela introdução de novas métricas para avaliação como pela própria falta de coesão disciplinar. Ao se confundir com disciplinas de pesquisa social aplicada, a sociologia teria perdido seu distinto traço crítico e abraçado sem grandes reflexões as práticas da *audit culture*[1] que seriam antitéticas aos valores do ofício.

Recentemente, Fernanda Beigel (2014) e Leandro Rodriguez Medina (2019) analisaram as dinâmicas entre centro-periferia e seus efeitos sobre

[1] Esse conceito, que poderíamos traduzir como "cultura de avaliação", refere-se à proliferação de práticas de avaliação da produção acadêmica que instituem um conjunto de métricas ou indicadores que devem ser "atingidos". Essa proliferação baseia-se numa crença na necessidade de "transparência" e "verificabilidade" dessa produção, que deve ser constantemente auditada por gestores.

a conformação das estruturas de publicação e comunicação científica das ciências sociais na América Latina. Permanece, porém, o desafio de estudos empíricos sistemáticos a respeito das práticas de trabalho concretas dos cientistas sociais no Hemisfério Sul, para além das questões de publicação e circulação internacionais.

Estudos sobre as novas formas de trabalho dos cientistas sociais brasileiros ainda são relativamente raros, destacando-se a tese de doutoramento de Marina Cordeiro (2013), que analisou os novos regimes temporais dos professores de pós-graduação e a desigual distribuição do tempo entre homens e mulheres acadêmicos. Ao analisar uma amostra de professores de programas de pós-graduação em universidades federais, Cordeiro mostra como a emergência do *network-time* e a intensificação do uso de tecnologias digitais produziram uma extensificação da jornada de trabalho, que invade noites e finais de semana. Mais recentemente, Maia (2019) analisou as possibilidades de autonomia intelectual em contextos de imposição crescente de mecanismos de controle do trabalho acadêmico, argumentando que é possível detectar diferentes estratégias de resistência e flexibilidade, entre as quais a construção de estratégias pedagógicas que valorizam o espaço da sala de aula, o cultivo de tempos próprios para a escrita científica e a busca por momentos para reflexão intelectual em meio às pressões do trabalho cotidiano nas instituições. A despeito dessas contribuições, ainda nos ressentimos de mais estudos sobre os efeitos das novas formas de trabalho e dos mecanismos sistêmicos que organizam atualmente a cultura avaliativa na pós-graduação sobre o ofício dos cientistas sociais acadêmicos.

Neste artigo, interessa-nos especialmente entender as práticas de trabalho dos professores de programas de pós-graduação em Ciências Sociais no Brasil. As questões que nos movem são as seguintes: como os professores e pesquisadores vivenciam suas práticas de trabalho, em especial, a docência, a pesquisa e a escrita? A crescente imposição de novos mecanismos burocráticos de controle e avaliação do trabalho estaria ameaçando a autonomia do fazer científico?

Procuramos responder a essas questões lançando mão de dois conjuntos específicos de dados empíricos, compostos pelos resultados de um *survey* nacional aplicado em 2018 a uma amostra de professores atuantes em programas de pós-graduação e de sete entrevistas em profundidade com

docentes em atuação em programas de pós-graduação no Rio de Janeiro, todas realizadas entre 2016 e 2018.

O artigo está dividido em três seções. Na primeira, apresentamos a construção dos instrumentos de pesquisa e o processo de coleta de dados. Em seguida, analisamos as principais dimensões da atividade dos professores de programas de pós-graduação em Ciências Sociais: (i) prática da docência; (ii) prática da escrita; (iii) prática de pesquisa. Para tanto, combinamos os dados do *survey* a extratos das entrevistas realizadas, que operam como forma de detalhar as experiências tais como vivenciadas pelos próprios agentes. Finalmente, refletimos sobre os resultados à luz da bibliografia pertinente ao tema.

Nossos resultados indicam que os professores logram criar estratégias para conciliar docência, escrita e pesquisa, construindo espaços de autonomia significativos. Entretanto, isso se dá em meio a severos constrangimentos sistêmicos, que condicionam uma rotina de trabalho fortemente regulada por mecanismos avaliativos, pressões institucionais e rotinas sobrecarregadas. Sustentamos a hipótese de que os cientistas sociais logram negociar espaços e tempos de autonomia[2], mas tal negociação é marcadamente individual e carece de maior sustentação na vida coletiva e institucional das instituições acadêmicas.

Métodos e fontes de pesquisa

A pesquisa empírica foi realizada no âmbito do projeto *Ciências sociais em tempos de crise: novas configurações do trabalho intelectual no Brasil*, financiado pela Faperj por meio do edital Jovem Cientista de Nosso Estado 2015. O projeto combinou 25 entrevistas semiestruturadas com profissionais da área, pesquisa documental e um *survey online* de escala nacional com professores atuantes em programas de pós-graduação.

O *survey* foi realizado com professores vinculados aos PPG das três áreas restritas das ciências sociais (Antropologia, Ciência Política e

[2] Entendemos neste artigo o conceito de autonomia intelectual à luz da discussão feita por Dick Pels (2003). Esse autor argumenta que, embora a ciência seja uma atividade construída no mundo cotidiano e imbricada com agenciamentos políticos e administrativos os mais variados, é preciso entendê-la como um *continuum* de práticas, que abrigam desde formas de negociação política (construir um projeto, uma equipe de pesquisa, convencer financiadores) até a construção de espaços de reflexão e isolamento individual que seriam necessários para o exercício da reflexão.

Sociologia). Em 2018, identificamos 101 Programas de Pós-graduação nas três áreas de avaliação das ciências sociais, distribuídas por todo o Brasil. De forma aleatória, foram selecionados de modo estratificado, 40 programas, visando garantir a representatividade proporcional dos distintos perfis. Os estratos selecionados foram: (i) as 5 regiões do país; (ii) a nota atribuída ao PPG, considerando três faixas: "nota 3", "nota 4 ou 5" e "nota 6 ou 7"; (iii) as três áreas de avaliação na Capes/CNPq: Ciência Política; Antropologia; Sociologia. A estratificação da amostra selecionada apresentava proporcionalmente as características do total de programas mapeados, sendo este um fator importante para controlar a reprodução do perfil geral dos programas pesquisados nos dados produzidos pelo *survey*.

A partir desses procedimentos, foram mapeados 683 professores vinculados aos 40 PPG selecionados aleatoriamente. Eles foram contatados para a pesquisa *on-line*, entre o dia 11 de abril e 11 de junho de 2018. Ao todo, foram obtidos 396 questionários respondidos, perfazendo 58% da população pesquisada. Essa proporção é considerada um dado extremamente positivo, se tomarmos como referência a estimativa de taxa de resposta "na melhor das hipóteses, entre 15% e 30%" (Pinheiro *et al.*, 2006), conforme apontada pela literatura para essa técnica de pesquisa.

Uma comparação dos dados de caracterização da amostra em relação aos 683 docentes mapeados sustenta a boa representatividade amostral em relação ao universo pesquisado. Por exemplo, a diferença da distribuição proporcional de entrevistados em cada região do país frente ao universo mapeado é sempre inferior a um ponto percentual. Considerando a subárea do campo das Ciências Sociais, a proporção de docentes de Ciência Política na amostra é similar ao de docentes mapeados, todavia há uma sobrerrepresentação da área de Sociologia na amostra – em cerca de quatro pontos percentuais –, em detrimento da Antropologia, na mesma proporção. Quanto à nota de avaliação do programa, docentes em PPG de alto estrato, ou seja, com notas iguais a 6 e 7, têm quatro pontos percentuais a menos na amostra se comparados à proporção deles no universo de docentes mapeados, ao passo que docentes em PPG de estrato médio-baixo (notas 4 ou menor) têm 4,8 pontos percentuais a mais na amostra. Assim, as pequenas diferenças dessas características não impactam a ponto de inviabilizar a análise. Ao contrário, permitem desenvolver análises descritivas e inferenciais com segurança e confiança.

Já as entrevistas foram realizadas ao longo de três anos (2016-2018), com 25 profissionais da área em atuação no Rio de Janeiro e quatro distribuídos entre Minas Gerais e São Paulo. O desenho inicial previa um número significativo de entrevistados nas variadas regiões brasileiras, mas, por motivos operacionais, não foi possível atingir tal meta.

Os entrevistados foram divididos em três grupos: (i) profissionais acadêmicos (professores de IES públicas e particulares); (ii) profissionais extra-acadêmicos (cientistas sociais que trabalham em ONGs, governos, empresas etc.); (iii) professores do ensino médio. Essa divisão foi feita a partir da leitura crítica da bibliografia pertinente para o caso brasileiro, que evidencia a concentração dos cientistas sociais no ensino (médio e superior) e na pesquisa, com menor espaço para participação em atividades do setor público, consultoria e terceiro setor, embora o cenário pareça estar lentamente se alterando desde o início da década de 2010 (Schwartzman & Castro, 1991; Braga, 2011; Torini, 2012).

Os entrevistados eram escolhidos de forma não aleatória. Após identificar as principais formas de inserção profissional dos cientistas sociais brasileiros por meio da bibliografia, procurava-se entrevistados que pudessem se encaixar na diversidade de tipos, controlando variação geracional, institucional e de gênero. Os convites foram feitos por e-mail, por meio do qual eram esclarecidos os termos éticos adotados, que incluíam: a garantia do anonimato dos entrevistados quando da divulgação de dados e resultados extraídos das conversas; a garantia de que os entrevistados poderiam cortar ou eliminar trechos da transcrição que lhes parecessem desconfortáveis; a confiabilidade na guarda dos dados.

Para este artigo, selecionamos sete entrevistados que eram professores em programas de pós-graduação, de um total de quatorze docentes de ensino superior que participaram do projeto. Essa amostra combina diferentes gerações e vinculações institucionais, com professores que são pesquisadores CNPq em programas nota 7 e docentes em atuação em programas tidos como emergentes. Essa diversidade nos pareceu fundamental para iluminar mais adequadamente os achados do *survey*.

A tabela 1 apresenta um resumo das características gerais dos sete entrevistados citados neste artigo:

Tabela 1. Síntese do perfil dos participantes das entrevistas em profundidade

Nome fictício	Perfil do(a) entrevistado(a)
Marta	Socióloga, professora sênior* em PPG de estrato médio-baixo do Sudeste
Marie	Socióloga, professora sênior em PPG de estrato médio do Sudeste
Bernardo	Antropólogo, professor em início de carreira em PPG de alto estrato** do Sudeste
Raquel	Antropóloga, professora em início de carreira em PPG de estrato médio do Sudeste
Laura	Antropóloga, professora em estágio intermediário de carreira em PPG de estrato médio-baixo do Sudeste
José Carlos	Cientista político, professor sênior em PPG de estrato médio do Sudeste
Cristina	Socióloga, professora sênior em PPG de alto estrato do Sudeste

Fonte: Elaboração própria.

* Para fins de análise, consideramos "Professor sênior" os profissionais com mais de 20 anos depois de doutoramento, "Professor em estágio intermediário", aqueles com 5 a 15 anos de doutoramento e "Professor em início de carreira" os docentes com até 5 anos de doutoramento.

** No que concerne à avaliação dos Programas de Pós-graduação, um "PPG de estrato alto" possui nota 6 ou 7 na Capes, ao passo que um "PPG de estrato médio" tem nota 5 e um "PPG de estrato médio-baixo" tem nota igual a 4.

Práticas docentes: o artesanato da sala de aula

Tanto nas entrevistas como no *survey*, interessava-nos entender diferentes aspectos da prática docente que poderiam ser afetados pelas novas dinâmicas do trabalho intelectual, tais como: a divisão entre casa e ambiente de trabalho; o tempo e a dedicação devotados a uma atividade que não é propriamente "metrificada" pela CAPES; as estratégias de preparação de aula.

No questionário, apresentávamos um conjunto de sete perguntas que buscavam mensurar informações adicionais a respeito das rotinas de preparação das aulas para a graduação. Outras sete questões eram apresentadas para conhecer os hábitos de preparação das aulas para a pós-graduação. Todas as perguntas tinham as mesmas opções de resposta ("nunca", "algumas vezes" e "todas as vezes"), facilitando a análise comparativa entre elas.

Esse conjunto de perguntas nos auxiliou a identificar três hábitos rotineiros para a maioria dos entrevistados, dado que tiveram proporções bem elevadas de menções: o costume de sempre incluir novos textos, o de

reler os textos mesmo que já trabalhados anteriormente, e, por fim, o de preparar notas para a aula de maneira a facilitar a condução da mesma.

É possível identificar três diferenças marcantes de hábitos de preparação de aulas entre os níveis de graduação e pós-graduação. Por exemplo, as perguntas sobre incluir novos textos nas disciplinas ministradas repetidamente, ou mesmo em reler os textos programados que já foram trabalhados em outros anos e semestres, assim como em ler comentadores dos autores tratados em sala têm proporção menor de "todas as vezes" na graduação, reforçando a ideia de que a dedicação é menor na preparação das aulas desse nível de ensino, se comparado com a dedicação destinada à pós-graduação.

Ao que tudo indica, essa diferença significativa traduz uma concepção de que as aulas na pós-graduação demandam mais trabalho e preparação dos docentes, o que não é algo óbvio. Afinal, se as discussões feitas em âmbito de programas de mestrado e doutorado implicam maior especialização e conhecimento avançado, aulas para graduação demandam muito mais investimento pedagógico, como é de conhecimento de qualquer docente do ensino médio. Seriam esses resultados indicativos de uma crença compartilhada de que a graduação é mais "fácil" para o docente? Se o *survey* não nos permite aferir isso de forma objetiva, os dados qualitativos oferecem melhores possibilidades.

De modo geral, a maior parte dos entrevistados tem fortes hábitos de leitura como mecanismo de preparação para as classes ministradas, mas também reconhece que as condições institucionais e a própria divisão do trabalho acadêmico não favorecem um investimento significativo. Vejamos um exemplo de trabalho pedagógico na fala do jovem professor Bernardo:

> Então, num primeiro momento, eu leio o texto, leio no livro, no papel e vou sublinhando, meus textos são todos sublinhados alucinadamente, eu tenho que arranjar coisas para criar graus de hierarquia de importância. Eu anotava as coisas mais importantes na lateral do texto, hoje em dia, eu dou tracinho nas coisas mais importantes. Aí eu pegava, depois que eu terminava o texto, tudo o que eu tinha anotado na lateral, eu passava para um programa de organização de ideias, chamado *MindManager*, que hoje é programa bastante tosco, mas eu aprendi a mexer nele, quem usa *Evernote*, essas coisas, acha tosco, mas eu não consigo usar isso. Então, é um programa que você joga as frases e organiza elas em tópicos espacialmente, por isso que eu falo

> que eu gosto de pensar espacialmente. Eu vou organizando, aí mudo a ordem das coisas do texto, assim, minha aula é expositiva, mas ela não segue de forma nenhuma a sequência do texto. Depois, eu pegava isso e transformava num arquivo de Word.

Esse conjunto de mediações entre leitura, escrita e fala foi percebida também nas entrevistas com profissionais de outra filiação geracional, como no caso de Marta, professora experiente em tradicional instituição do Sudeste. Em sua entrevista, Marta discorreu longamente sobre o uso que fazia de cadernos para escrever suas aulas e ter controle sobre os autores e as teorias que seriam discutidas:

> A aula para mim sempre foi, até hoje, o grande marcador da minha semana. Eu preparo todas as minhas aulas, inclusive hoje, depois de 40 anos de ofício. As minhas aulas, algumas são escritas, ainda que eu não leia, eu escrevo (...) eu tinha um caderno e hoje eu boto no computador. São aulas que eu tenho encadernadas, em cadernos, eu trabalho com cadernos, eu trabalho preparando.

Mas, a despeito desse significativo investimento intelectual, boa parte dos entrevistados também discorreu sobre a precariedade da vida institucional e seus efeitos negativos sobre o trabalho pedagógico. Podemos ver isso na fala da professora Laura, atuante em um programa emergente:

> (...) Então, a gente trabalha apesar de não ter espaço, não ter sala pra botar equipamento, a gente não tem onde colocar as coisas, não tem lugar pra reunião, não tem, não tem, não tem um monte de coisa, não tem internet.

Mas, como classificar de modo mais preciso o engajamento dos docentes com o ensino? No questionário nacional, elaboramos um índice sintético para dimensionar o engajamento dos docentes pesquisados na atividade de lecionar. Esse recurso analítico tende a facilitar nossa análise com um conjunto mais amplo de informações quantitativas. Para isso, selecionamos três[3] perguntas, dentre as sete possíveis, que melhor representavam esse

[3] As perguntas utilizadas para representar o grau de engajamento foram: (i) Eu releio todos os textos que programo, mesmo os que já trabalhei em outros anos e semestres; (ii) Eu leio comentadores dos autores tratados em sala; (iii) Eu levanto material complementar para apresentar aos estudantes, tal como vídeos, músicas, iconografias etc.

tipo de comportamento, para cada nível de docência no ensino superior. Cada vez que o entrevistado marcava a categoria "todas as vezes" em cada uma das variáveis selecionadas para a construção do índice, ele obtinha um ponto. Dessa forma, a escala de engajamento tinha limites iguais a: zero, quando em nenhuma vez a opção foi selecionada; e três, para aqueles que a marcaram nas três vezes.

Os dois indicadores reforçam a ideia de maior engajamento do público pesquisado na pós-graduação, uma vez que 50% dos docentes somaram 2 ou 3 pontos no índice. Em oposição, para a graduação, o índice delimitado obteve 33% dos casos nas mesmas categorias. Em mais uma etapa de simplificação deste indicador para facilitar a sua apresentação, consideramos os valores 0 e 1 do índice como representativos de "baixo engajamento", ao passo que os valores de soma equivalentes a 2 e 3 representam "alto engajamento".

A tabela 2 sintetiza a distribuição do grau de engajamento dos entrevistados tanto para a graduação (valores na coluna), quanto para o engajamento na pós-graduação (valores na linha). A partir desta tabela podemos identificar a representatividade dos quatro grupos. O primeiro reúne 31,2% dos docentes que possuem engajamento "alto" nos dois níveis de docência. Membros desse grupo valoram de forma parecida o trabalho nos dois níveis de atuação.

O segundo grupo é composto pelo docente tido como "desengajado" ou de "engajamento baixo" em ambos os níveis de ensino, pois alcançaram apenas um ponto ou menos nos dois índices sintéticos elaborados. Esse grupo equivale a 47,1% do total de entrevistados que responderam as seis perguntas utilizadas para esta análise, constituindo-se como o grupo mais importante numericamente.

O perfil mais desviante é composto por somente 2,4% dos docentes que apresentam baixo engajamento na docência da pós-graduação, porém alta dedicação na graduação.

O quarto grupo, com um comportamento oposto ao anterior, soma 19% do total dos entrevistados e evidencia a maior valoração e engajamento na pós-graduação, ou seja, possui engajamento tido como "alto" na pós-graduação, ao passo que na graduação ele é atribuído como "baixo" ou "desengajado".

Tabela 2. Distribuição do grau de engajamento na graduação e na pós-graduação

		Engajamento na graduação		Total
		Baixo	Alto	
Engajamento na pós-graduação	Baixo	47,1%	2,4%	**49,5%**
	Alto	19,4%	31,2%	**50,6%**
Total		**66,5%**	**33,6%**	**100%**

Fonte: Elaboração própria.

Nota: foram desconsiderados 56 casos (14,1% da amostra), pois parte das suas informações nas quatro perguntas ou estão em branco ou são inválidas.

De uma forma geral, essa distribuição de perfis indica baixo engajamento com a atividade docente, o que nos leva a matizar os discursos captados nas entrevistas e entendê-los, talvez, como indicadores de um desejo que nem sempre consegue se rotinizar adequadamente. Em detalhes, a presença de docentes com elevado engajamento em ambos os níveis de ensino é maior em PPG da área da Sociologia (33%) e Antropologia (34%), se comparado à Ciência Política (22%). Dado interessante é que a proporção desse perfil de docente é mais comum entre as mulheres (35%) do que entre os homens (27,5%). Contudo, docentes que têm filho(a) com até 12 anos de idade (35%) apresentam proporção pouco acima daqueles que tem filho(a) com idade acima de 12 anos (31%) e daqueles que não têm filhos(as) (29%). Os docentes casados[4] têm a menor proporção de elevado engajamento no ensino (29%), ao passo que os solteiros (33%) divorciados (34%) e viúvos (44%) declararam maior envolvimento. Embora tal correlação possa parecer anedótica, ela talvez indique um dado interessante: a situação conjugal demanda trabalho, como a tese de Marina Cordeiro evidenciou (2013), e os docentes devem racionalizar suas atividades e tempos, o que pode sugerir que o ensino seja a parte mais sacrificada.

Ademais, a proporção de docentes com elevado engajamento no ensino aumenta conforme cresce a faixa etária dos docentes entrevistados, pois passa de 28% entre professores e professoras com até 45 anos de idade para 31% entre docentes com idade entre 46 e 59 anos e aumenta novamente (38%) dentre os docentes com mais de 60 anos. Esse dado foi corroborado

[4] De todas as associações estabelecidas, apenas o estado civil apresentou significância estatística (0,05).

nas entrevistas, particularmente nas falas de Marta e Marie, que se inserem nesse grupo de alto engajamento. De outro modo, a proporção de professores e professoras com elevado engajamento em ambos os níveis de ensino não difere entre as distintas faixas de tempo de defesa do doutorado. Isto leva a crer que o engajamento é mais estático, mudando pouco ao longo do tempo transcorrido de carreira, afinal, passa de 29%, entre os que concluíram o doutorado há até 5 anos, para 33% entre aqueles com mais de 20 anos como doutor. Todavia, é necessária uma investigação mais detalhada para saber se o aumento do engajamento por conta da idade do docente ocorre mais pela experiência docente ou por uma questão de atividades profissionais ligadas à geração do entrevistado. Ou seja, os professores de maior idade teriam maior inclinação pelo ensino e pela orientação.

A pesquisa identificou que há uma tendência de maior engajamento no ensino conforme cresce o engajamento institucional do docente. Ou seja, quanto maior a participação nas reuniões de departamento e colegiado, assim como em comissões acadêmicas e, ao mesmo tempo, em comissões ou direções de entidades associativas da área do entrevistado (como Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (ANPOCS), Associação Brasileira de Antropologia (ABA), Sociedade Brasileira de Sociologia (SBS) e Associação Brasileira de Ciência Política (ABCP) etc.), maior é o engajamento nos dois níveis de ensino. Ao mesmo tempo, bolsistas de produtividade do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) (34%) ou não (30%) têm padrão de engajamento similar.

Esses dados nos parecem contraintuitivos e permitem ponderar os achados da bibliografia internacional, que costuma enfatizar o pesado custo das demandas institucionais sobre as práticas mais "intelectuais" do trabalho acadêmico dos cientistas sociais. As entrevistas realizadas com professores mais experientes confirmam a afirmação do artesanato da aula como espaço fundamental de autonomia e criação intelectual, mesmo quando percebem os constrangimentos produzidos pelas novas dinâmicas de avaliação em vigor nos programas de pós-graduação. Vejamos a longa análise de Marta:

> Porque eu vejo muito claramente o seguinte: a ideia de formação vem perdendo espaço, a ideia da docência vem perdendo espaço, você não tem onde avaliar isso, você não tem um lugar no Lattes onde o bom professor se destaque, não há uma pontuação para isso, porque não há uma avaliação do bom professor. As instituições fazem, por exemplo, a (nome da instituição da entrevistada) tem, eu acho que algumas

> instituições devem fazer, mas isso não tem um item correspondente no currículo lattes. Então, a docência deixou de ser um lugar que ocupa a sua imaginação profissional, não é isso? Então, se eu tenho hoje 30, 40 anos eu não vou gastar duas horas do meu dia preparando aula para a graduação e mais duas preparando para a pós-graduação, gastando dois dias da semana envolvida com a docência porque eu tenho que produzir ensaios e a produção de ensaios vai fazer com que eu chegue em sala de aula com o que eu tiver ou então levo o meu ensaio para discutir com eles, o que também é tão dramático quanto eu levar o que eu quiser. Porque o seu ensaio é uma coisa muito específica que você está trabalhando. Então, esse é o dilema. (...) O sociólogo docente está em franca extinção.

A incisiva fala de Marta não a desanima de investir nos seus cadernos – hoje, textos em Word –, e parece indicar um processo similar de resistência dos professores, que veem no encontro presencial com os estudantes um momento-chave da vida intelectual. Vejamos, por exemplo, dados relativos ao atendimento aos alunos fora do horário de classe, uma prática que costuma ser rigidamente regulada nas universidades anglo-saxãs e europeias. No *survey*, questionamos os entrevistados sobre o hábito de cada um deles em oferecer um atendimento presencial aos alunos. Considerando essa dimensão, aproximadamente nove em dez participantes da pesquisa informaram atender os alunos de maneira ampla, ou seja, sempre que procurados. Do grupo restante, 7% declararam que o atendimento é realizado mediante um agendamento prévio, de maneira que essa atividade do professor universitário seja cumprida conforme a disponibilidade e a melhor adequação da sua agenda de trabalho. O grupo minoritário restante informou que raramente atende alunos, mas o questionário não entrava em detalhes sobre as possíveis razões para tal.

Consideramos esse indicador (nove entre dez) altamente expressivo da disponibilidade dos professores e uma evidência de dois fenômenos interessantes: (i) uma recusa em "burocratizar" a relação com os discentes, evitando compartimentalizá-la em horários específicos e reduzidos; (ii) uma valorização da atividade docente para além do espaço de sala de aula. Ambas as dimensões parecem indicar que os professores logram construir espaços de autonomia e criação intelectual na docência, algo confirmado pelo entrevistado José Carlos, cientista político com larga experiência em instituição pública, que assim explicou a importância da aula para a atualização intelectual dos pesquisadores.

> É comum ir para uma aula ou outra com o texto na cabeça, texto que a gente já controla muito bem ou com as consultas, anotações, mas não dá para fazer isso seguidamente, você dá uma aula assim, você dá duas aulas assim, a terceira você tem que dar um gás senão você mesmo não suporta. Então, eu procuro sempre nos cursos fazer adaptações, de modo que o curso sirva como uma espécie de pretexto ou para eu ler coisas que já não leio há muito tempo.

As práticas de escrita: lutando pelo tempo do texto

Uma seção de nosso questionário abordou as práticas de escrita acadêmica dos pesquisados, visto que essa atividade não apenas é fundamental para a divulgação dos resultados obtidos por meio de todo o esforço acadêmico, como tem sido cada vez mais avaliada como *proxy* da qualidade do trabalho intelectual, que deve ser medido por meio de artigos, capítulos e livros, por exemplo.

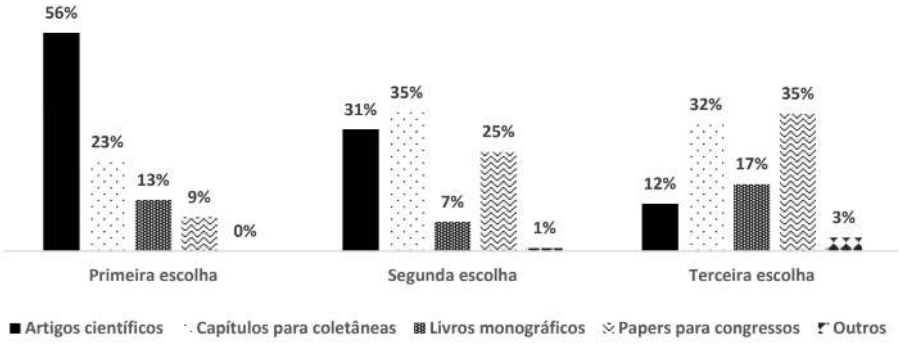
De início, os docentes foram inquiridos sobre quais produtos científicos eles preferiam escrever. Quatro itens foram apresentados para serem ordenados, segundo a preferência pessoal – artigos científicos, capítulos para coletâneas, livros monográficos e *papers* para congresso, além da categoria "outros". A escolha desses itens não foi acidental. Interessava-nos avaliar a aderência dos professores ao modelo do artigo em periódico, cada vez mais tido como produto por excelência do trabalho acadêmico, e a possível preferência por livros e capítulos, sabidamente populares entre pesquisadores nas ciências humanas e sociais. Note-se que a pergunta era explícita – nós queríamos saber o que os respondentes *preferiam* escrever.

"Artigos científicos" foram mencionados por 56% dos participantes como sendo o item preferido em sua primeira escolha. Este produto ainda foi mencionado por 31% dos professores como sendo o item preferido em sua segunda escolha. Outro produto mencionado com percentual elevado foi "capítulos para coletânea", sendo indicado por 23% dos casos como a primeira escolha. Em sequência, ele foi apontado como o item de maior proporção (35%) pelos participantes da pesquisa na segunda escolha (Gráfico 1).

A escrita de "livros monográficos", tidos como o produto mais cobiçado nas ciências humanas, foi pouco mencionada. Apenas 13% dos professores

apontaram o livro como o preferido em sua primeira escolha, seguido de outros 7% que o apontaram como o segundo item preferido (Gráfico 1). Seria esse resultado explicável pelo elevado esforço para a sua publicação, se comparado aos demais produtos pesquisados? Ou uma consequência lógica do sistema de incentivos instituído pelos mecanismos de avaliação da pós-graduação da CAPES?

Gráfico 1. Produtos científicos preferenciais para a atividade de escrita (%)



Fonte: Elaboração própria.

De todo modo, esses dados são interessantes, porque vão de encontro a um senso comum partilhado na área – de que cientistas sociais gostam de livros e que artigos são imposição da cultura disciplinar de outras áreas. Ora, o resultado encontrado pode indicar que os cientistas sociais internalizaram as práticas de trabalho demandadas pelas agências de financiamento e de avaliação da atividade intelectual, que pontuam artigos como mais valiosos. Outra hipótese seria o pouco tempo disponível para escrita de trabalhos monográficos. Esses resultados também parecem indicar que a área de Ciências Sociais está convergindo para um padrão de comunicação científica similar ao de áreas ditas "duras", afastando-se do padrão humanista clássico, que ainda é dominante em campos como História e Filosofia. Vejamos o que as entrevistas nos permitem captar a respeito do investimento dos pesquisadores nas suas práticas de escrita. Veja-se o caso da jovem antropóloga Raquel:

> Isso [a escrita] é a única coisa organizada na minha vida. Eu não consigo começar um artigo e não acabar, por exemplo. Eu tenho pastas e assim eu faço ordem, estou acabando um agora com o (anônimo), que

> é um rapaz do doutorado que está acabando, orientando da (anônimo), e tenho já um projeto na frente, tenho um projeto de livro que quando eu acabar o próximo artigo que eu quero publicar vou começar nele. Eu tenho um certo ritmo de produção de escrita, eu adoro escrever, isso para mim é uma questão importante desde o início, era uma coisa que me atraía no trabalho. Hoje a minha questão é muito mais fazer uma escrita mais ampla que eu acho que foi uma coisa que eu pensei em fazer na tese, que eu quis fazer, eu acho que funcionou, o livro tem o público relativamente amplo.

A fala de Raquel mostra a centralidade da escrita no processo de coesão do trabalho intelectual do pesquisador. Mais do que simples "demanda" a ser cumprida, escrever é possivelmente o momento que permite o encontro do cientista social com suas ideias, sua pesquisa e sua própria comunidade mais ampla. Na visão de Pels (2013), a prática da escrita permite uma operação de "atraso" fundamental para a ciência, pois retira o objeto do "*buzz*" do dia a dia e o insere em temporalidade mais dilatada, própria à reflexão. Não à toa, outros entrevistados manifestaram a mesma luta pela construção de espaços de autonomia referentes à escrita, em especial quando refletiram sobre a experiência de escrever a quatro mãos, algo ainda incomum em nossa área. Vejamos o que Bernardo nos diz sobre isso:

> Normalmente, a gente tem uma ideia antes, conversa sobre o texto, conversa sobre a ideia, tem que se reunir algumas vezes antes, só verbal, e um dar o pontapé inicial o texto. Com o (anônimo), eu publiquei dois textos com ele, um fui eu que dei o pontapé inicial, aí mandei para ele; o outro foi ele. E aí cada vez que um lê vai revisando e fazendo comentários, trabalhando muito com os mecanismos de correção do Word, e um vai ajudando o outro mesmo. Eu tenho essa impressão de que eu funciono no diálogo. (...) todo mundo mexe em tudo. É uma conversa mesmo, acho que tanto com um quanto com o outro, a gente pressupôs uma conversa, vamos escrever como uma conversa. E aí vai comentando, às vezes não é nem para mudar o texto, mas... "Ah, isso me lembrou tal texto, me lembra tal ideia", faz piada, enfim, é até lúdico.

A fala acima é notável porque associa a escrita coletiva a um conjunto de valores e práticas associadas ao um diálogo fluido e não regrado hierarquicamente – não à toa, o entrevistado usa palavras como "conversa", "piada" e "lúdico". No caso, a escrita opera como etapa importante

da construção de laços de sociabilidade e de ligação entre pares, algo profundamente afetado pelas dinâmicas competitivas da vida acadêmica e pelo isolamento produzido pelos mecanismos de avaliação de agências de fomento à pesquisa.

Entre entrevistados de faixa etária mais elevada, foi manifestado certo desconforto com a pressão pela publicação de artigos, como se pode ver nessa entrevista de Marie, experiente socióloga.

> (...) estou atrapalhando o programa. Eu acho que eu deveria sair da pós-graduação e ficar lá só de vez em quando, eu escrevo e trabalho com os estudantes e tal. É outro ritmo, é outra coisa muito diferente. É muito diferente, em parte eu acho que era mais fácil para mim escrever antes do que agora. Tem uma sensação brutal de que eu estou escrevendo uma coisa que já está completamente sabida, que não tem nada de novo naquilo, que não tem nenhuma razão para eu estar escrevendo aquilo. Eu ontem conversava com uma amiga e ela dizia "eu não escrevo mais por isso..."

Marta, por sua vez, fez um desabafo sobre a imposição do artigo acadêmico como modelo de escrita, que estaria criando dificuldades para uma geração de pesquisadores mais acostumada ao modelo dos livros e das coletâneas. Conforme ela diz:

> O problema é o seguinte: quando você participa de uma geração que está, digamos, no fim da carreira, você é solicitado a integrar coletâneas porque são pessoas que estão produzindo o que seria ou o que deveria ser uma espécie de súmula daquele tema num determinado momento. Então, os artigos que eu escrevo vão para coletâneas. Nunca eu me defronto, em primeiro lugar, com a possibilidade de enviá-los para uma revista. Isso produziu uma complicação no meu currículo. Não só na maneira como eu sou avaliada pelo meu Currículo Lattes, eu posso produzir sei lá, três ensaios, quatro ensaios por ano, mas eu não consigo sair de pesquisadora 2 porque é crucial que eu esteja escrevendo para revistas.

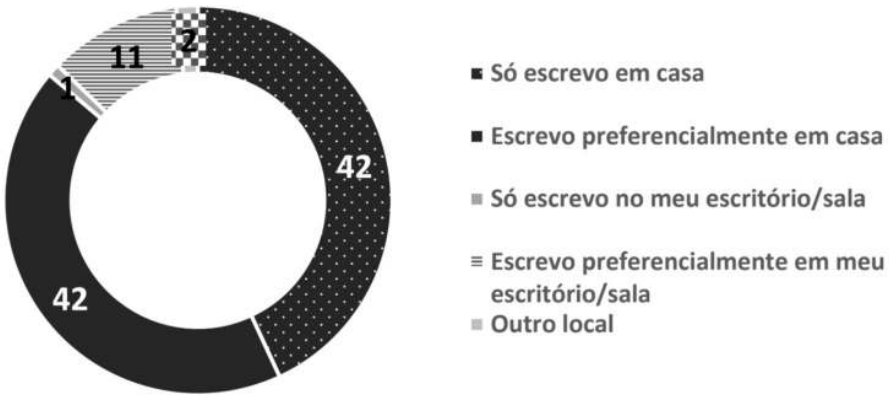
O *survey* nos permitiu identificar outros resultados mais chamativos. Por exemplo, professores da área de Ciência Política preferem escrever artigos científicos em maior proporção que os de Sociologia e Antropologia. A diferença entre eles é de aproximadamente dez pontos percentuais. Esse dado corrobora a percepção de que a área de Ciência Política é marcada por

padrão de trabalho intelectual mais próximo do que se convencionou chamar de "hegemônico", aproximando-se do modelo anglo-saxão. É possível que tal distinção seja menos uma questão disciplinar e mais propriamente algo produzido pela pluralidade epistemológica e metodológica de nosso campo, como indica a entrevista de Cristina, socióloga com larga experiência em dados quantitativos.

> Eu acho que o texto se é 8 páginas, é 8 páginas. Se é 12, se eu consegui falar em 12: "Mas tá faltando informação?". "Não, mas tá curto". Se eu falar em 10 beleza, melhor para quem vai ler, vai ter menos trabalho. Eu acho que tem uma cultura aqui no Brasil de escrever mais, tem que argumentar muito. Eu acho que eu tenho uma escola mais anglo-saxônica: "Olha, a pesquisa é pra isso, eu usei esse método e cheguei a essa conclusão. Nessa discussão está fulano, ciclano e beltrano, vai lá na fonte se quiser, na teoria se diz isso, tem essa divergência, o debate é esse. Eu olhei isso e encontrei aquilo".

Além de identificar o produto preferido, a pesquisa averiguou o local preferido dos professores universitários para elaborar os artigos, textos acadêmicos e livros. A residência foi reportada por 84% dos professores como o espaço preferido, considerando a soma das opções "só escrevo em casa" e "escrevo preferencialmente em casa". O uso do escritório ou sala de trabalho é pouco mencionado como local preferido. A categoria outros reúne menções como biblioteca, cafés e indiferença, pois consegue trabalhar na escrita dos produtos acadêmicos em qualquer lugar (Gráfico 2).

Gráfico 2. Local de preferência para escrever artigos, livros e textos acadêmicos (%)



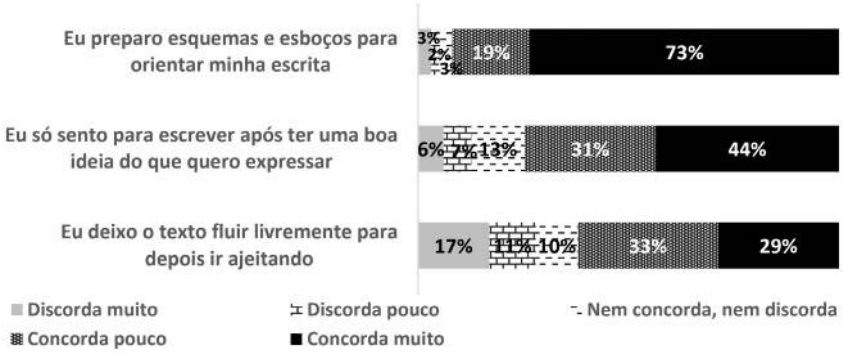
Fonte: Elaboração própria.

Esses dados vão ao encontro dos achados qualitativos de Maia (2019), que apontou, por meio de quatro estudos de caso, a imbricação entre o artesanato da escrita acadêmica e a valorização do espaço doméstico. Tida como atividade mais "difícil" e "sagrada" dos profissionais, ela não se adequa às demandas e aos ritmos vivenciados nas instituições de trabalho.

O último item pesquisado a respeito desse tema buscou discriminar o grau de estruturação da estratégia de escrita. O objetivo foi compreender como o docente costuma organizar de forma prática o processo de escrita. Para isso, por meio de três perguntas estimuladas, questionávamos se o pesquisado concordava ou discordava da afirmativa apresentada. De acordo com o gráfico a seguir, os entrevistados tendem a escrever seus trabalhos acadêmicos com elevado grau de planejamento. Afinal, 92% dos entrevistados informam ter sempre "esquemas e esboços" úteis para orientar a escrita.

Em uma proporção menor, 75% declararam concordar que sua estratégia de escrita é desenvolvida a partir de uma "boa ideia do que quer expressar". Interessante foi identificar uma diferença no comportamento desta variável intermediária do grau de estruturação segundo a vinculação à bolsa de produtividade do CNPq. Todavia, diferente do esperado, a proporção de concordância com essa afirmativa é maior entre os não bolsistas (76%), frente à proporção declarada pelos bolsistas de produtividade (70%).[5] Isso talvez indique que a prática opere como uma espécie de ideal do trabalho intelectual, norma a que todos aspiram.

Gráfico 3. Estruturação das estratégias de escrita acadêmica (%)



Fonte: Elaboração própria.

[5] Para esta análise, considerando o teste do qui-quadrado, há uma significância estatística ao nível de 0,05.

A afirmativa com menor grau de estruturação da estratégia de escrita apresentou baixa adesão dos entrevistados. Afinal, somente 62% deles informaram que seu planejamento de escrita "flui livremente para depois ir ajeitando". Identificamos uma diferença na concordância com esta afirmativa, segundo a área de concentração, pois docentes de PPG da Antropologia (66%) aderem mais a essa estratégia do que docentes da Sociologia (63%) e mais ainda que os da Ciência Política (55%).[6] Esses dados parecem indicar que a escrita antropológica tem peculiaridades derivadas do próprio modo de coleta de dados, que torna o processo de produção textual um fluxo imanente à própria reflexão sobre o campo. Não à toa, a Antropologia é a ciência social que mais avançou na reflexão sobre os pressupostos teórico-epistemológicos implicados no próprio ato da escrita.

Práticas de pesquisa: criando tempos de liberdade

A atuação em projetos de pesquisa é um dos principais aspectos do ofício dos docentes do ensino superior. Pensando nessa esfera de ação, algumas perguntas do questionário buscavam conhecer as práticas de pesquisa dos entrevistados.

Em uma das subseções, os entrevistados foram questionados a respeito do planejamento dos resultados almejados ao elaborar um projeto de pesquisa para uma agência financiadora. Conforme dados da pesquisa, 48% dos docentes indicam que sempre preveem os resultados esperados para o projeto de pesquisa, portanto menos da metade dos participantes da pesquisa apontam um elevado grau de planejamento em suas propostas de projeto. Esse resultado não é afetado pela especialização disciplinar – os indicadores são similares para cientistas políticos, antropólogos e sociólogos.

Duas características dos docentes foram importantes para diferenciá-los nesse aspecto. A primeira refere-se à vinculação ou não de bolsas de produtividade[7] do CNPq, pois o planejamento constante foi relatado por 52% dos docentes bolsistas dessa agência de fomento. Por outro lado, 42% dos docentes sem bolsa de produtividade declaram se comportar da mesma forma, o que configura uma diferença de dez pontos percentuais.

---

[6] Para esta análise, considerando o teste do qui-quadrado, há uma significância estatística ao nível de 0,05.

[7] Há significância estatística na associação entre as duas variáveis ao nível de 0,05.

A segunda característica identificada é o tempo de doutoramento, que pode ser adotada como uma *proxy* para a experiência profissional. De acordo com dados obtidos no *survey*, o grupo mais inexperiente, com até 5 anos com o título de doutor, é o que menos prevê os resultados a serem obtidos, pois somente 28% declararam sempre prever. Dentre os docentes com 5 a 15 anos de doutoramento o grupo que sempre prevê o resultado cresce para 40%. De maneira diferente, 54% dos docentes com 15 anos ou mais de doutoramento declararam sempre antecipar os produtos almejados com suas propostas de pesquisas. Dessa forma, neste quesito, o tempo de atuação profissional é um fator positivo para a estruturação de um projeto[8]. Se pensarmos as variáveis "tempo de doutoramento" e "bolsista de produtividade" conjuntamente, veremos que a maior estruturação dos projetos de pesquisa é fator relacionado à socialização profissional nos rituais da vida acadêmica. Isso pode ser mais bem compreendido pela entrevista de Cristina, com longa experiência em projetos quantitativos e forte liderança institucional em sua área. Ela diz:

> Eu acho que fazer pesquisa, lógico que você aprende, aprende técnicas, mas eu acho que (...) um bom pesquisador é igual pianista, você pode aprender a tocar piano, mas ser um bom pianista tem que ter alguma coisa diferente. Eu acho que tem que ter curiosidade, tem que ter uma cabeça arrumada... por exemplo, eu vou dar agora o curso de "Introdução à Metodologia das Ciências Sociais". Eu passo o curso praticamente inteiro ensinando a fazer um projeto de pesquisa: o que é um problema de pesquisa, o que é objetivo, o que é objeto, o que é justificativa, o que é objetivo principal ou secundário, como é que você faz, se você vai montar um questionário o que dá certo e o que não dá, seja ele um quanti ou um quali, um roteiro de grupo focal.

O cientista político José Carlos, por sua vez, associa a *expertise* na elaboração de projetos e na gestão de pesquisas a um traço geracional – a socialização sua e de colegas de idade similar nas ONGs e em outras instâncias de produção de conhecimento fora da vida estritamente acadêmica.

> Acho que a minha geração a experiência de ONGs foi muito importante para muitos de nós, muita gente legal que está aí nas universidades, são lideranças de grupos de pesquisa tiveram essa experiência em ONG. E ONG a dinâmica é muito diferente da dinâmica dos estudos de pesquisa

[8] Neste caso não há significância estatística na associação entre as duas variáveis. Todavia, descritivamente a relação linear é evidente e contribui em identificar um possível padrão.

> e, sobretudo das universidades públicas porque era pesquisa aplicada, então aquela pesquisa de resposta à demanda e tudo muito rápido, muito intenso. Então, eu acho que quem tem teve essa experiência ganhou muito em termos de traquejo na feitura de pesquisa, redação de relatório, produção de projeto de pesquisa para captação de recurso porque a gente estava sempre com a corda no pescoço, então eu acho que foi um campo e acho que ainda é, embora de forma muito diferente do que era nos anos 90, foi um campo e ainda é um campo muito importante no processo de profissionalização da minha geração que fez pós-graduação ao longo dos anos 90.

Mas, como os profissionais conseguem lidar com os ritmos e os tempos da pesquisa em meio a um ambiente institucional fortemente veloz e competitivo, que produz acúmulo de demandas e obrigações? No questionário, buscamos compreender as diferentes estratégias de pesquisa desenvolvidas pelos entrevistados após obtenção de financiamento da pesquisa. Nesse sentido, o mais comum é docente que "procura se dedicar diariamente à pesquisa, mesmo que tenha pouco tempo disponível", que constitui 49% dos casos. Outro grupo só se dedica à pesquisa em períodos específicos, como mencionado por 36%, que "espera um momento mais tranquilo no semestre, em que não haja aulas ou outras atividades"; outros 3% de entrevistados mencionaram que "só fazem pesquisa durante períodos sabáticos, férias ou pós-doutoramentos", sendo mais restrito e pouco comum.

Essa informação permite problematizar o que a literatura internacional tem apontado, demonstrando forte resiliência dos pesquisadores brasileiros que, a despeito dos múltiplos engajamentos profissionais, procuram se manter ativos como pesquisadores. Essa busca, por vezes, permite a construção de tempos um pouco mais livres para investigação, embora as soluções sejam eminentemente individuais, demandem custosos esforços que sobrecarregam outras dimensões da vida e ainda careçam de coordenação coletiva.

Voltando aos dados do questionário, vale dizer que o perfil de docência na graduação e pós-graduação foi importante para diferenciar os entrevistados. Por exemplo, somente 22% daqueles que lecionam apenas na graduação "procuram se dedicar diariamente à pesquisa". Essa proporção sobe para 47% dentre os docentes que lecionam na graduação e na pós-graduação. Todavia, aumenta para 75% dentre os docentes que leccionam apenas na pós-graduação e que tendem a dedicar um menor tempo em sala de aula.

Uma estratégia detectada nas entrevistas foi a diluição das etapas de pesquisa ao longo dos dias de trabalho, algo mais factível para os que trabalham com dados quantitativos. É o caso de Cristina:

> A pesquisa não tem rotina, mas ela é uma constante, então assim, ou eu estou trabalhando com dados já existentes, mas para mim isso é... porque você está rodando, você está pensando modelos, você está pensando o problema da pesquisa e como acessar àquilo. Eu adoro. Eu adoro sentar na frente do programa: "Poxa, só deu esse resultado na regressão, será que é isso?". Você ficar ali investigando.

É claro que tal estratégia não funciona para todos os pesquisadores, já que cada área tem questões muito próprias relativas à coleta de dados – em especial, a Antropologia. Vejamos o que a jovem antropóloga Raquel nos diz:

> Eu consigo ter uma questão, formar uma questão, ter uma noção do que eu preciso de dado empírico para trabalhar aquela questão e ir para campo com aquelas questões. É um campo muito mais limitado do que eu fazia antes, aquela observação, vou morar no lugar, vou ficar no bar esperando uma conversa acontecer ou então vou acompanhar um evento de tal coletivo, ou vários eventos, nada disso dá para fazer agora, não consigo ainda.

Mas é notável que, mesmo em um cenário em que não há tempo para uma pesquisa contínua, a entrevistada consegue construir estratégias que aliam pesquisa à docência, construindo tempos de liberdade que desafiam a compartimentação de práticas tão comum aos mecanismos avaliativos. Segundo ela:

> Mas, o que eu fiz ano passado que foi legal e funcionou foi fazer campo com os alunos, fiz, eu fazia o meu campo, eles faziam e a gente trocava, era no mesmo lugar, eles iam para um lado e eu ia para o outro. (...)Eu fazia uma preparação para eles de paisagem, observação em sala e a gente ia para o campo, eu fazia o campo que eu queria, cada um ia para o lado e a gente se reencontrava no final e conversava, e depois na aula de novo. Então, isso funcionou bem e depois consegui completar um dia ali outro aqui indo sozinha.

Como se vê, os dados extraídos do *survey* e as entrevistas evidenciam diferentes aspectos relacionados à negociação da autonomia dos professores

de PPGs de Ciências Sociais no Brasil. Para um melhor entendimento da significância sociológica desses achados, é fundamental pensá-los à luz da bibliografia sobre o tema, como fazemos na seção a seguir.

Considerações finais

Embora os resultados aqui apresentados sejam restritos ao caso brasileiro, eles nos permitem debater o diagnóstico pessimista que marca a literatura feita no Norte Global e construir um juízo mais matizado sobre o ofício dos cientistas sociais acadêmicos. A docência e o atendimento aos alunos continuam sendo atividades fundamentais para os cientistas sociais brasileiros. As entrevistas nos permitiram detectar uma constante reflexividade contida no ato de ensinar, que se articula com etapas e modos de raciocínio característicos da pesquisa. A escrita, embora transformada em uma mercadoria que circula prestígio e reconhecimento, moedas por excelência do campo científico, ainda guarda vinculação com a expressividade e com a construção intelectual autônoma dos pesquisadores, ao menos no plano normativo desses sujeitos. Finalmente, detectou-se a resiliência da pesquisa como atividade contínua dos docentes analisados, embora profundamente afetada pelas constantes "quebras" de tempo produzidas pelo acúmulo de funções e atividades institucionais. É possível, portanto, vislumbrar a construção de espaços de autonomia nessas práticas, embora com limitações. Ou seja, no lugar da oposição entre artesanato e alienação, temos um quadro pautado pelas construções de tempos e espaços de autonomia num cenário caracterizado por imperativos sistêmicos bem descritos na literatura, e que também foram verificados no caso brasileiro. Entende-se, portanto, que a autonomia não é um horizonte utópico marcado pela negação do trabalho científico profissionalizado, mas uma difícil negociação diária com os vários tempos associados aos diferentes agenciamentos da ciência.

De certo modo, esses resultados vão ao encontro do que parte da literatura que vem sendo produzida no Sul global aponta. Recentemente, Collyer *et al.* (2018) analisaram as práticas de trabalho de cientistas atuantes em três áreas interdisciplinares emergentes – HIV; estudos de gênero; mudanças climáticas – em três grandes países do hemisfério (Austrália, Brasil e África do Sul). Também investigaram a construção da vida institucional e científica

nesses países e as formas de intercâmbio e trocas com os países centrais do hemisfério Norte. Seus resultados mostraram que a conhecida prática de *extroversion*, isto é, a adoção de padrões exógenos de validação e legitimação institucional, não anulou o potencial de construção autônoma de agendas e espaços de produção de conhecimento no Sul. Já os estudos de Leandro Rodriguez Medina (2019) e Koch e Vanderstraeten (2019) mostraram que, embora a internacionalização científica seja pautada por padrões e critérios globais que podem ser uniformizadores e restritivos, é possível detectar a formação de redes regionais de citações e práticas contra-hegemônicas de internacionalização. Nesse sentido, é possível sustentar que a literatura produzida a partir do hemisfério Sul sobre o ofício dos cientistas sociais acadêmicos pode oferecer perspectivas menos sombrias sobre os efeitos da racionalização científica e do "capitalismo acadêmico".

Uma hipótese que explique isso seria a existência de diferentes tradições intelectuais de engajamento e ciência pública nesses países, como demonstrou Wiebke Keim (2011) para o caso sul-africano, Perlatto e Maia (2012) para o caso brasileiro e Juan Pedro Blois (2015) para os casos argentino e brasileiro. Finalmente, não se deve descartar a própria configuração institucional do mundo acadêmico brasileiro, que é marcado pela estabilidade do serviço público. Essa é, certamente, uma poderosa barreira ao fenômeno da casualização e precarização que ameaçam o trabalho intelectual em parte da Europa e nos Estados Unidos.

Mas é necessário dizer que os processos de construção da autonomia analisados neste texto são eminentemente individuais. Nas entrevistas, em especial, foi patente a dificuldade de pensar o espaço coletivo como pertinente para o florescimento intelectual dos docentes. Além disso, essa busca por autonomia, por vezes, ocorre com grandes esforços pessoais que implicam custos para a vida pessoal dos docentes, em especial para a saúde mental. Esses fatos, que pretendemos discutir com mais detalhamento em um artigo próximo, nos parecem representar um grande desafio para a construção de políticas públicas que permitam conciliar as responsabilidades da ciência (impacto, relevância e alcance) com os valores democráticos que são cruciais para a produção de conhecimento.

Referências

Beigel, Fernanda. (2014). Publishing from the periphery: structural heterogeneity and segmented circuits. The evaluation of scientific publications for tenure in Argentina's CONICET. *Current Sociology, 62*(5), 743-765. https://doi.org/10.1177%2F0011392114533977

Blois, Juan Pedro. (2015). La institucionalización de la sociología en Brasil y Argentina. Formación, organización e intervención de los sociólogos. *Estudios Sociológicos, 33*(99), 633-658. https://doi.org/10.24201/es.2015v33n99.1393

Braga, Eugênio C. F. (2011). Novos elementos para uma sociologia dos cientistas sociais: a situação ocupacional dos egressos. *Revista Brasileira de Ciências Sociais, 26*(76), 103-122. https://doi.org/10.1590/S0102-69092011000200006

Collyer, Fran, Connell, Raewyn, Maia, João M. E., & Morrell, Robert. (2018). *Knowledge and global power: making new sciences in the South* (1. ed.). Monash University Publishing.

Cordeiro, Mariana C. (2013). *Você tem tempo? Uma análise sobre as vivências temporais dos acadêmicos em ciências sociais na sociedade contemporânea* [Tese de Doutorado, Universidade Federal do Rio de Janeiro]. https://minerva.ufrj.br/F/?func=direct&doc_number=000803074&local_base=UFR01

Holmwood, John. (2000). Europe and the "Americanization" of British Social Policy. *European Societies, 2*(4), 453-482. https://doi.org/10.1080/713767001

Hyatt, Susan B., Shear, Boone W., & Wright, Susan. (2015). *Learning under neoliberalism: ethnographies of governance in higher education*. Berghahn Books.

Keim, Wiebke. (2011). Counterhegemonic currents and internationalization of sociology Theoretical reflections and an empirical example. *International Sociology, 26*, 123-145. https://doi.org/10.1177%2F0268580909351324

Koch, Tomás, & Vanderstraeten, Raf. (2019). Internationalizing a national scientific community? Changes in publication and citation practices in Chile, 1976-2015. *Current Sociology, 67*(5), 723-741. https://doi.org/10.1177%2F0011392118807514

Maia, João M. E. (2019). Ciências Sociais, trabalho intelectual e autonomia: quatro estudos de caso sobre nós mesmos. *Dados – Revista de Ciências Sociais, 62*(2), 1-33. https://doi.org/10.1590/001152582019178

Maia, João M. E. (2015). *Ciências sociais em tempos de crise*: novas configurações do trabalho intelectual no Brasil [Projeto de pesquisa financiado pela Faperj por meio do edital Jovem Cientista de Nosso Estado]. Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro.

Medina, Leandro R. (2019). Enacting network, crossing borders: on the internationalization of the social sciences in Mexico. *Current Sociology, 67*(5), 705-722. https://doi.org/10.1177%2F0011392119833101

Muller, Jerry. (2018). *The tyranny of metrics*. Princeton University Press.

Munch, Richard. (2014). *Academic Capitalism: universities in the global struggle for excellence*. Routledge.

Pels, Dick. (2003). *Unhastening science: autonomy and reflexivity in the social theory of knowledge*. Liverpool University Press, 2003.

Perlatto, Fernando, & Maia, João M E. (2012). Qual sociologia pública? Uma visão a partir da periferia. *Lua Nova*, (87), 83-112. https://doi.org/10.1590/S0102-64452012000300005

Pinheiro, Roberto M., Castro, Guilherme C., Silva, Helder H., & Nunes, José M. (2006). *Comportamento do consumidor e pesquisa de mercado*. Editora da FGV.

Schwartzman, Simon, & Castro, Maria Helena M. (1991). *A trajetória acadêmica e profissional dos alunos da USP* [Documento de Trabalho 2]. NUPES. http://nupps.usp.br/downloads/docs/dt9102.pdf

Strathern, Marilyn. (2000). The Tyranny of Transparency. *British Educational Research Journal, 26*(3), 309-321. https://doi.org/10.1080/713651562

Torini, Danilo M. (2012). *Formação e identidade profissional: a trajetória dos egressos de Ciências Sociais* [Tese de Doutorado, Universidade de São Paulo]. https://doi.org/10.11606/D.8.2012.tde-09012013-160019

Vostal, Filip. (2015). Academic life in the fast lane: the experience of time and speed in British academy. *Time & Society, 24*(1), 71-95. https://doi.org/10.1177%2F0961463X13517537

Recebido: 17 nov. 2020
Aceito: 9 nov. 2021

Licenciado sob uma Licença Creative Commons Attribution 4.0

https://doi.org/10.20336/rbs.839

REVISTA BRASILEIRA DE SOCIOLOGIA

Deslocando enquadramentos: coletivos de favelas em ação na pandemia

Shifting categorizations: *favela* collectives in action during the pandemic

Sonia Fleury[*]
Palloma Menezes[**]
Alexandre Magalhães[***]

RESUMO
Este artigo descreve e analisa as múltiplas ações que moradores de favelas do Rio de Janeiro, através de suas organizações e coletivos, estão realizando no sentido de enfrentar os efeitos do novo coronavírus nesses territórios. Propomos pensar esse processo de articulação e mobilização no contexto pandêmico como produzindo deslocamentos dos sentidos historicamente atribuídos aos habitantes dessas localidades. Com isso, buscamos compreender como ações voltadas para doação de alimentos, comunicação comunitária, produção local de painéis informativos e outras iniciativas compõem um conjunto multifacetado de experiências que, de alguma forma, reivindicam e expressam as variadas potências de vida existentes nesses territórios.

Palavras-chave: favelas, coronavírus, potências.

[*] Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, RJ, Brasil.
Doutora em Ciência Política, pesquisadora Sênior do Centro de Estudos Estratégicos (CEE/FIOCRUZ) e coordenadora do Dicionário de Favelas Marielle Franco do Instituto de Comunicação e Informação Científica e Tecnológica em Saúde (ICICT/FIOCRUZ).
profsoniafleury@gmail.com

[**] Universidade Federal Fluminense, Niterói, RJ, Brasil.
Doutora em Sociologia, professora do Departamento de Ciências Sociais da UFF e pesquisadora do ICICT/FIOCRUZ.
pallomamenezes@gmail.com

[***] Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Viamão, RS, Brasil.
Doutor em Sociologia, professor do Departamento de Sociologia e do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFRGS e pesquisador do ICICT/FIOCRUZ.
alexandre.magalhaes@ufrgs.br

ABSTRACT
This article describes and analyzes the multiple actions taken by Rio de Janeiro's favela residents, through their organizations and collectives, in order to face the effects of the new coronavirus in their territories. We propose to think of this process of articulation and mobilization in the pandemic context as producing shifts of meanings historically attributed to the inhabitants of these locations. Thus, we seek to understand how actions focused on food donation, community communication, local production of information panels and other initiatives make up a multifaceted set of experiences that, in some way, claim and express the varied capabilities of life that exist in these territories.

Keywords: *favelas*, coronavirus, capability.

Introdução

A pandemia da COVID-19 espalhou-se desde as classes médias altas para as populações de favelas e periferias, gerando a falsa sensação de que as igualava diante da nova ameaça. Ainda que tenha atingido diferentes classes, as condições sociais e sanitárias diferenciadas, além da precariedade das políticas públicas, colocaram os moradores das favelas em uma situação de extrema vulnerabilidade, que se expressou no número proporcionalmente maior de mortos nesses territórios.

O discurso oficial tomou como interlocutores as classes médias altas, capazes de manter isolamento, fazer *home office* e se higienizar, além de adotar uma estratégia sanitária curativa, voltada para equipar e ampliar a rede pública hospitalar, em detrimento de medidas de fortalecimento da atenção primária de saúde, na qual profissionais e agentes comunitários atuam preventivamente e fazem o elo da população de periferias e favelas com o Sistema Único de Saúde (SUS). Tais agentes seriam fundamentais na identificação de pessoas sintomáticas, de modo a isolar os contatos e referir pacientes a outros serviços do sistema de saúde, além de conhecer necessidades e possibilidades na quarentena, dentro e fora dessas localidades.

Não foram formuladas e implementadas políticas públicas para mitigar o impacto econômico da pandemia na economia das favelas,[1] onde grande parte da população atua na informalidade e em serviços domésticos. Também não foram tomadas medidas, por exemplo, para obrigar as concessionárias a prestarem regulamente os serviços de abastecimento de água e coleta de lixo, e muito menos foram adotadas providências para prover acesso gratuito à internet, condição necessária tanto para o trabalho dos agentes comunitários de saúde quanto para a preservação dos moradores em condições de isolamento. Acentuaram-se as dificuldades de acesso ao serviço de saúde, em especial em relação aos cuidados secundários (especialidades e exames) e terciários (hospitais), que sempre se manifestaram na peregrinação dos pacientes de uma unidade para outra, em evidente expressão do *contradireito* à saúde (Fleury, 2011). Tal situação se viu agravada, no Rio de Janeiro, pela política municipal que, recentemente, demitiu centenas de profissionais das clínicas da família e reduziu o orçamento da saúde.

Não se trata, pois, de afirmar a "ausência estatal" nas favelas, como normalmente tais camadas de precariedade costumam ser definidas, mas de uma política de precarização (Magalhães, 2020) ou biopolítica da precariedade (Leite, 2020) que consiste na prática de expor continuamente certas populações à morte, definindo aqueles que podem/devem morrer – uma necropolítica como designou Mbembe (2016).

É possível afirmar que nos encontramos diante de uma política pública que enquadra a pandemia sob a perspectiva das classes altas, legitimando-se em um discurso científico para difundir ideias, programas e estratégias que ignoram as carências, necessidades e recursos existentes nas favelas e periferias. Nessa configuração, gostaríamos de atentar para a dimensão simbólica e discursiva das práticas de poder. O institucionalismo discursivo (Schmidt, 2013) indica a necessidade de ter em conta não só o conteúdo do discurso, mas também o processo interativo do discurso, em seu contexto institucional.

Nesse sentido, o discurso governamental sobre a pandemia, ao ignorar a especificidade das favelas e periferias, por sua presença precária reforça e reifica certa visão sobre os moradores dessas localidades, a partir da "falta de dignidade" e da "degradação política" (Honneth, 2003). A distribuição

[1] Desde o início da pandemia, 70% das famílias que moram em favelas tiveram a renda diminuída, segundo um levantamento realizado pela empresa de pesquisa Data Favela, com mais de mil moradores de 262 comunidades. Fonte: https://exame.com/economia/renda-cai-para-7-em-cada-10-familias-nas-favelas/ (Acessado em 20 de junho de 2020).

desigual de direitos e a produção de circunstâncias de exclusão são formas de desrespeito, pois denegam ao indivíduo a condição de ator moralmente competente, incluído na comunidade política. A exclusão se manifesta pela interdição dos moradores de favelas como partícipes da interação comunicacional entre o político e seu público, ademais da imputação de culpa por não terem condições de adequar-se à normatividade imposta pela pandemia. Portanto, um duplo enquadramento da exclusão, pela situação interativa e pelo conteúdo discursivo (Mendonça & Simões, 2012).

Diante dessa situação, organizações e coletivos de favelas no Rio de Janeiro se mobilizaram através de diferentes tipos de ação e estratégias no enfrentamento à pandemia. Tal mobilização se constituiu, tendo no horizonte a diversidade desse universo, tanto em termos de sua localização quanto de sua trajetória política, organização comunitária e recursos existentes, o que demonstra a capacidade desses grupos de mobilizar apoios, fazer parcerias e constituir coalizões, redes e frentes. O enfrentamento à pandemia em cada favela vai depender, portanto, das capacidades e recursos ali existentes, frutos das sociabilidades ali tecidas e de sua organização, bem como das articulações externas com parceiros/apoiadores, e do aprendizado propiciado pela circulação de informações e difusão de tecnologias sobre as diferentes iniciativas empregadas.

É possível afirmar, no entanto, que nas últimas décadas emergiu um *sujeito periférico*, nos termos propostos por D'Andrea (2013). Tal categoria busca designar a construção de uma subjetividade política que diz respeito ao aumento da autoestima dos jovens moradores e que se expressa, por exemplo, em práticas culturais como o funk, o hip-hop, as batalhas de slams, bem como por meio da criação de museus e centros culturais, jornais, rádios comunitários e coletivos com objetivos os mais variados. Enfim, denota a existência de *periferias em movimento*, nas quais o pertencimento a esses territórios é agenciado politicamente, tornando possível a crítica social e a problematização de como tais experiências sociais e políticas são atravessadas por questões raciais, de classe e de gênero.

Tendo em vista essa emergência, vale destacar a atenção que Landi (1981) direciona para a disputa de regimes de verdades que se dá em torno de enunciados e significados. É no interior dessas disputas que o indivíduo se constitui como sujeito, construindo sua identidade social e política por meio da apropriação de significantes, através de suas relações

colaterais com outros significantes, já que os significados não preexistem às disputas por hegemonia. Essa proposição baseia-se na diferenciação que faz Laclau, ao tratar *a política* como conjunto de práticas políticas, supondo uma lógica instrumental do instituído, enquanto *o político* diz respeito ao instituinte, em que se formam identidades e sujeitos. A impossibilidade de uma sutura total entre significante e significado, pretensão totalizante, permite a ocorrência de deslizamentos entre ambos, lugar de manifestação da luta pela hegemonia como busca de captura dos significantes flutuantes. Assim, a hegemonia "não consiste na imposição de uma visão fechada ao restante da sociedade, mas na articulação de uma multiplicidade de elementos ideológicos que não possuem uma necessária conotação de classe, ao discurso hegemônico da classe hegemônica" (Laclau, 1977, p. 20, tradução nossa). O autor propõe como conceito central para compreender hegemonia a articulação, ou seja, práticas que estabelecem equivalências entre significados dispersos com um dado significante. É na possiblidade de atribuir outros significados a um significante que pareceria ser definitivo que se encontra a possibilidade de mudança social.

O significante favelas/favelados foi historicamente associado, na produção social brasileira sobre a questão urbana, aos seus territórios e moradores identificados pelo polo negativo das dualidades normal x patológico, moderno x arcaico, inclusão x exclusão, legal x ilegal, centro x periferia, cidadão x massa marginal, dentre outras. Em outros termos, uma identidade que foi construída socialmente (e externamente) a partir da equivalência com carência, desordem, ilegalismos, ou seja, como ausência de direitos, de cultura, de propriedade, enfim, à margem da comunidade de cidadãos.

O cenário da pandemia coloca em ação o sujeito coletivo favelado (o "sujeito periférico"), já que é na relação entre o discurso e a ação que encontramos o lugar do sujeito. Se a apropriação discursiva é o fundamento da condição humana (Arendt, 1993), a proibição do discurso é o que despoja os indivíduos de sua condição de atores, da possibilidade de inclusão em uma ordem simbólica relacional constituída por uma trama de atos e palavras. A constituição de sujeitos de ação e sua possibilidade de inserção passam necessariamente pelo resgate de sua possibilidade discursiva (Fleury, 2007).

Neste artigo, pretendemos analisar o conjunto de discursos, organizações e práticas que compõem o repertório com o qual os moradores de favelas se propõem a enfrentar a pandemia, entendendo-os como manifestações desse

sujeito coletivo em busca da construção de novos enquadramentos que se contrapõem ao discurso oficial e às dicotomias reducionistas. Nesse sentido, sugerimos que tais ações, críticas e denúncias veiculadas por esses atores sociais buscam reposicionar os significantes "favelas/favelados/periferias", tendo em vista o contexto de enfrentamento aos efeitos do novo coronavírus nesses territórios, nas gramáticas políticas e sociais que organizam o debate e as práticas tecidas no espaço urbano do Rio de Janeiro.

Mapeamento das ações em favelas durante a pandemia

As ações de combate à pandemia vêm sendo articuladas por lideranças e grupos bastante heterogêneos. Vários deles já tinham experiências organizativas anteriores à pandemia em associações, coletivos ou organizações não governamentais.[2] Mas outras experiências de organização local resultaram das urgências geradas pelos múltiplos impactos que a pandemia provocou na vida das famílias nas favelas. Abordaremos rapidamente aqui algumas das diferenças de articulação, formalidade, abrangência e visibilidade, assim como de experiências prévias dessas organizações comunitárias, apresentando brevemente alguns casos em um contínuo que varia de acordo com o grau de organização: (i) frentes e gabinetes de crise (bastante estruturados e articulados); (ii) ações múltiplas, mas não unificadas no mesmo território; (iii) ações pontuais e menos institucionalizadas.

É importante ressaltar que consideraremos essas diferentes modalidades de articulação e ações, a partir dos encadeamentos de atividades que conduzem à formação de coletivos, de problemas e de causas (Cefaï, 2002). Ou seja, é no próprio curso da ação que será possível observar a constituição tanto das causas em jogo quanto dos próprios coletivos em questão. Nesse sentido, esses agrupamentos não estão dados de uma vez por todas, muito menos suas fronteiras estão completamente delimitadas. Dessa forma, tal como afirma Cefaï (2009), tais organizações e coletivos podem ser vistos como agrupamentos mais ou menos fluidos que se constituem ao redor de situações problemáticas que precisam ser resolvidas (em nosso caso, os efeitos

[2] Sobre o associativismo em favelas e periferias, há uma vasta literatura, da qual destacamos: Leeds e Leeds (1978); Sader (1988); Doimo (1995); Machado da Silva (2002); Machado da Silva e Leite (2004); Feltran (2011); Rocha (2013); Pestana (2016).

das pandemias nas favelas) e que acabam por colocar em jogo, nos termos do autor, uma "experiência criadora". Diante disso, ao buscarem soluções ao longo do tempo, tais agrupamentos, coletivos e organizações são capazes não apenas de se transformar internamente, mas também o seu ambiente, como o que parece estar acontecendo com essas ações de solidariedade e ajuda mútua nas favelas e periferias brasileiras e, em particular, no Rio de Janeiro.

Dando continuidade, destacamos que o grau de institucionalização e articulação pode ser tomado como um indicador importante do capital social acumulado nas organizações, associações e coletivos de favelas e periferias. No entanto, aqui não será tratado como indício de uma maior ou menor politização, já que consideramos tais mobilizações como políticas em si mesmas, no sentido de que buscam atuar sobre o mundo e o modo como este se produz e reproduz material e simbolicamente.

Podemos pensar nas frentes e gabinetes de crise como o tipo mais institucionalizado, cujos exemplos são os que foram desenvolvidos no Conjunto de favelas da Maré e do Alemão (ambos da Zona Norte da cidade), na Cidade de Deus e Vila Kennedy (Zona Oeste) e no Morro da Providência (Centro). Um tipo intermediário de institucionalização promoveu ações múltiplas, mas não unificadas em uma mesma favela. Podemos visualizar essa forma de engajamento em algumas localidades da Zona Sul – como Rocinha, Vidigal, Santa Marta, Chapéu Mangueira e Babilônia – e também da Zona Norte – como Complexo da Penha, Manguinhos e Mangueira. Encontramos um terceiro tipo, que engloba ações mais pontuais e menos institucionalizadas, no qual localizamos os casos do Conjunto de favelas de Acari e Chapadão (Zona Norte). Sendo uma tipologia, não se trata de uma amostra e nem se pode generalizar os tipos de ação em curso, mas sim descrever distintas formas de organização que estão acontecendo, de acordo com seu grau de institucionalidade, abrangência e incidência.

Apesar de tais considerações, nossa análise será menos voltada para os tipos de organização e mais para os tipos de ação que vem sendo desenvolvidos nas favelas cariocas. Essa análise será realizada a partir de um trabalho de mapeamento de dados sobre os impactos do novo coronavírus que vem sendo realizado desde março pelo Dicionário de Favelas Marielle Franco[3], ou Wikifavelas, que é uma plataforma virtual de acesso público

[3] https://wikifavelas.com.br/index.php?title=Coronav%C3%ADrus_nas_favelas.

para a produção e veiculação de conhecimentos sobre favelas e periferias. A iniciativa, sediada na Fiocruz, visa estimular e permitir a construção coletiva do conhecimento existente sobre as favelas e periferias, por meio da articulação de uma rede de parceiros que se dedicam a este tema tanto nas universidades quanto nas instituições e coletivos existentes nesses territórios. O Dicionário de Favelas se insere, pois, como mediação na dinâmica das lutas políticas pelo reconhecimento dos moradores de favelas como sujeitos que falam de si e de seus territórios e exigem maior inclusão na comunidade dos cidadãos.

Desde o início da pandemia, a partir da demanda dos próprios moradores dessas localidades, foi criada no Wikifavelas uma área para mapear os impactos do novo coronavírus, permitindo, assim, a divulgação das ações que estavam ocorrendo nesses territórios. Ali se encontram seções contendo informações sobre como ajudar os moradores, notícias produzidas pela imprensa comercial e pelas mídias comunitárias, materiais informativos confeccionados pelos coletivos, tais como manifestos, propostas e planos de ação, e painéis com dados de incidência e mortalidade.

Tendo como fonte fundamental o próprio Dicionário, buscaremos descrever e analisar os modos pelos quais os moradores de favelas estão enfrentando a pandemia e, dessa forma, deslocando o modo usual como esses territórios são enquadrados e definidos pelo discurso dominante. A partir dessas ações, e para além do seu significado material, é possível afirmar que os coletivos e organizações constituídos nessas localidades estão fazendo girar os significantes "favelas/favelados/periferias" no sentido da inclusão de referências e sentidos que dão destaque à capacidade criativa, organizativa e mobilizadora existente nesses territórios. Para tanto, consideraremos como eixo analítico-descritivo principal os tipos de ação promovidos pelos coletivos no período da pandemia. Dividimos essas ações em cinco tipos principais: garantia da subsistência; comunicação comunitária; prevenção, mapeamento e produção de dados sobre incidência e mortalidade; críticas ao poder público e a produção de planos comunitários de ação. Elas expressam aquilo que vem sendo chamado de "Nós por Nós", enunciado político que busca enquadrar esses modos de atuação em um contexto de operação da política de precarização, marcada também pela lógica da escassez (Freire, 2019), tão característica das formas como atua o aparato estatal historicamente no Brasil.

Garantia da subsistência

A pandemia afetou a economia do país e, especialmente, das favelas e periferias brasileiras. Nesses territórios, concentram-se muitas pessoas que são trabalhadoras informais e que se viram impossibilitadas de garantir a subsistência de suas famílias. Embora o PL 1.066/2020 tenha sido aprovado no dia 30 de março no Senado, elevando o valor inicialmente proposto pelo governo de R$200,00 para R$600,00, houve demora na sanção e liberação do auxílio emergencial por parte do governo federal[4] e dificuldades para efetuar o cadastramento, o que gerou enormes filas nas agências da Caixa Econômica Federal num momento de recomendação para evitar aglomerações. Muitos tiveram o auxílio negado[5] e outros, que conseguiram a aprovação, apenas começaram a receber a primeira parcela do auxílio dois meses após a sanção presidencial.

No início da pandemia no Brasil, a fome já espreitava a vida dos moradores de favelas e periferias.[6] Para evitar o seu possível avanço e aprofundamento, diversas associações de moradores, coletivos e grupos já existentes e estruturados nesses territórios começaram a se organizar para conseguir doações e ajudar os mais necessitados. Num movimento impressionantemente intenso, foi possível observar a constituição de diferentes redes de solidariedade e ajuda mútua. Essa organização envolveu um trabalho de múltiplas dimensões:

a. organização interna para decidir como doações poderiam ocorrer (com entrega de alimentos em algum local específico, transferência via conta bancária ou com criação de vaquinhas *online*);
b. mapeamento de famílias que seriam beneficiadas (algumas favelas já possuíam cadastros de famílias com renda mais baixa ou sem renda, outras logo iniciaram esse levantamento);
c. acionamento das redes de contatos supralocais para obtenção de doações e/ou divulgação dos pedidos de ajuda;

[4] Cf. https://valor.globo.com/politica/noticia/2020/03/31/maia-critica-demora-na-liberacao-de-auxilio-emergencial-a-informais.ghtml

[5] O número de reclamações foi tão grande que o governo se viu obrigado a montar um sistema para pessoas que tiveram auxílio negado poderem contestar por telefone, pelo site ou nas agências dos Correios. Fonte: https://www.gov.br/pt-br/noticias/assistencia-social/2020/06/governo-anuncia-ferramenta-para-quem-teve-auxilio-emergencial-negado (acessado em 20 de junho de 2020).

[6] Cf. https://brasil.elpais.com/sociedade/2020-03-28/sem-acoes-especificas-86-dos-moradores-de-favelas-vao-passar-fome-por-causa-do-coronavirus.html

d. organização para recebimento das doações e distribuição dos alimentos, mantendo medidas para evitar contaminação;
e. prestação de contas (em sites, redes sociais, e-mail, através de fotos das distribuições e balanço das doações e dos beneficiados).

Um dos casos de distribuição de alimentos mais amplo e estruturado é o do Complexo do Alemão, região que tem uma longa história de mobilização social e política. Além das várias associações de moradores e ONGs, nas últimas décadas vários coletivos foram criados nas suas diversas favelas, sendo um deles o Coletivo Juntos pelo Complexo do Alemão. Essa organização reúne, desde 2013, grupos locais que já existiam para acompanhar, comunicar, pressionar, exigir e denunciar questões relevantes para o desenvolvimento da localidade. Desde o início da pandemia, o grupo começou a mapear, através de um cadastro social próprio, as famílias que mais precisavam de doações e que, então, passariam a ser assistidas pelo grupo.

Além disso, foi formado também na mesma região o Gabinete de Crise do Alemão, composto pelos coletivos Papo Reto, Voz das Comunidades, Mulheres no Alemão em Ação. Nas redes sociais, membros desse arranjo associativo afirmam não possuir relação com ações da administração pública e, por isso, demandam a colaboração da população local e da cidade como um todo: "nos ajudem. Estamos na rua por vocês. Fiquem em casa pela gente também! E sim, com todas as faltas do Estado, nosso Gabinete tem trabalhado muito melhor que muita instituição política. Isso é um fato".[7]

A partir da projeção pública que jovens lideranças conseguiram alcançar nas redes sociais e na grande mídia, o Gabinete estabeleceu parcerias, entre muitas outras, com empresas como Havaianas e Instituto Unibanco, para realização de ações diversas. Nas prestações de contas[8] realizadas em redes sociais, os números impressionam, com doações volumosas de produtos de higiene, água, sandálias, leite em pó etc., atingindo mais de 42 mil pessoas.

Gabinetes de crise de outras favelas como da Vila Kennedy, na Zona Oeste, embora não tenham a mesma visibilidade nas redes sociais, também conseguiram estabelecer diversas parcerias internas e externas – como a que se deu com a Escola de Samba Unidos da Vila Kennedy – que possibilitaram a distribuição de centenas de cestas básicas desde o início da pandemia, doadas por uma grande rede de supermercados. Outra parceria supralocal

[7] Fonte: https://www.instagram.com/p/B_kaMKHpNwy/ (acessado em 22 de junho de 2020).

[8] Fonte: https://www.instagram.com/p/CBl1-bqpSpF/ (acessado em 22 de junho de 2020).

permitiu que o gabinete distribuísse kits de limpeza e toneladas de sabão que foram doadas por um grande fabricante do produto.[9]

Ainda que sem a estrutura de gabinetes ou frentes, em outras favelas alguns moradores e lideranças também se reuniram para evitar que famílias passassem fome e para dar visibilidade a suas ações. Esse é o caso do grupo Fala Akari que, através de sua página de Facebook, vem divulgando as ações realizadas nas favelas que compõem o conjunto e prestando contas das doações recebidas, além de denunciar a atuação estatal, especialmente a violência policial.

O que as ações desses coletivos, organizados em frentes ou gabinetes, nos mostram é um esforço individual e coletivo de transformar determinado problema particular (os efeitos do coronavírus nas favelas) em um problema público (que demanda resposta pública/política). O processo de publicização de alguma situação ou circunstância – que corresponde a um processo de problematização – consiste em tornar visível o assunto, bem como os meios através dos quais este assunto será visto (Freire, 2016). A ação desses coletivos de favelas e periferias do Rio de Janeiro no contexto da pandemia aponta para um esforço contínuo para fazer ver a situação na qual se encontram seus moradores, além de, ao se articularem a outros atores individuais e coletivos, chamar a atenção pública para o que estão vivenciando e para os esforços cotidianos para contornar as insistentes precariedades.

Comunicação comunitária

As medidas de garantia da subsistência, desde que começaram a ser estruturadas, estão intimamente relacionadas com ações de comunicação, pois os moradores tiveram que produzir diferentes materiais para mobilizar ajuda externa (que envolve doações individuais, de empresas e ONGs). Também precisaram ampliar a comunicação interna, com o objetivo de prevenir a disseminação do novo coronavírus, investindo em diferentes estratégias de comunicação comunitária para conseguir dialogar com mais eficiência e rapidez com os moradores e explicar, de forma simples, as recomendações da Organização Mundial da Saúde (OMS) para evitar a transmissão.

[9] Fonte: https://extra.globo.com/noticias/rio/em-meio-pandemia-do-coronavirus-moradores-da-vila-kennedy-se-mobilizam-criam-proprio-gabinete-de-crise-rv1-1-24363499.html (acessado em 26 de junho de 2020).

Alguns territórios já contavam com uma estrutura de comunicação comunitária (com jornalistas formados com larga experiência, jornais impressos e/ou *online*, rádio poste, grupos de Whatsapp, páginas de Facebook, Instagram e Twitter, canais no Youtube), o que facilitou a organização e o alcance do trabalho de comunicação. Outros, que não tinham essa experiência prévia, precisaram realizar um esforço para estruturar tais canais de comunicação. Esse esforço envolveu:

a. produção de material para divulgar externamente pedidos de doação (cartazes e vídeos);
b. produção de material para divulgar informações no território da favela (confecção de faixas, cartazes, grafites, cartilhas impressas e circulação de carro de som e mensagens nos alto falantes das favelas);
c. produção de material para divulgação via redes sociais (criação de *cards*, vídeos, cartilhas virtuais, além da realização de *lives*).

Um dos grupos que tem atuado fortemente na área de comunicação comunitária durante a pandemia é a Frente de Mobilização da Maré,[10] reunindo mais de 100 moradores que se organizaram precocemente para fomentar ações que levassem informação aos moradores das 16 favelas da Maré. Além de distribuir doações de alimentos e produtos de limpeza, as ações do grupo incluem iniciativas como produção de faixas, cartazes, grafites, panfletos que foram espalhados pelas favelas que compõem o conjunto, além de um "Manual de como não vacilar em tempos de coronavírus". Além disso, jornalistas e comunicadores têm participado constantemente de *lives*, *podcasts* e na formulação de *posts* informativos nas redes sociais. Demonstrando enorme capacidade de articulação, o grupo tem estabelecido parcerias com lideranças, comerciantes e outros grupos locais, bem como com coletivos de outras favelas, instituições de direitos humanos e de pesquisa, como a Fiocruz.

Como resume uma comunicadora da Maré, "não temos recursos e tudo o que temos vem de vaquinha *online*, de parceria com instituições de direitos humanos e outros coletivos, porque o Estado não nos coloca de maneira prioritária". Ela aponta que "a população vem sobrevivendo e o Estado só vem à base de tiro, o que atrapalha, inclusive, as distribuições de cesta básicas". Além de entenderem que não podiam esperar pela ação estatal, a ativista

[10] Cf. https://www.frentemare.com/.

lembra que também não era possível contar apenas com a mídia convencional para veicular informações relacionadas aos cuidados à população local: "a gente entendeu que a mídia convencional não dava conta da nossa realidade, em que não é possível fazer isolamento social, pessoas não tem água para lavar as mãos contra o vírus e, por isso, estamos nos mobilizando".[11]

Grupos de outras favelas da cidade também investiram na comunicação comunitária como estratégia contra o novo coronavírus. Esse é o caso da Cidade de Deus, onde mais de 50 ativistas e organizações criaram a Frente CDD Contra o Covid 19[12], conseguindo, assim, recursos através de uma vaquinha *online*[13]; no site do grupo é dito que

> a Frente CDD já ajudou mais de 8 mil famílias (cerca de 25 mil pessoas) com entrega de cestas básicas e materiais de limpeza. Também circularam panfletos, carros de som, faixas e materiais nas redes tirando dúvidas sobre a COVID-19, suas formas de contágio e seus principais sintomas.

Prevenção

As ações de prevenção envolveram a comunicação de instruções confiáveis sobre como os moradores devem agir durante a pandemia e a busca de condições materiais para uma prevenção efetiva, organizando-se para:

a. distribuição de materiais de limpeza e máscaras;
b. criação de lavatórios nas favelas;
c. ações de sanitização;
d. criação de canais para colocar em contato médicos voluntários dispostos a fazer teleconsultas a moradores sintomáticos.

Desde o início da pandemia, Paraisópolis, em São Paulo, tem sido apresentada pela imprensa como caso paradigmático de prevenção contra o novo coronavírus. Além de realizarem uma ampla distribuição de alimentos,

[11] Cf. https://www.vozdascomunidades.com.br/destaques/gizele-martins-cria-da-mare-moradora-esta-na-linha-de-frente-contra-a-covid-19-na-comunidade/?fbclid=IwAR1rr_Dr2nrvffXZzRPmt-53cOjuiW0CB6ypUC0eOSjkoGLONx_9FR-EhCI. (acessado em 23 de junho de 2020).

[12] Cf. https://www.instagram.com/frentecdd/.

[13] Cf. https://www.vakinha.com.br/vaquinha/financiamento-da-frente-cdd-contra-a-covid-19-frente-cdd-contra-a-covid-19.

lideranças transformaram uma escola em casa de acolhimento, organizaram cursos de primeiros socorros para moradores, realizaram atendimentos domiciliares emergenciais, criaram bases de emergência e contrataram médicos e ambulâncias.[14] Devido a esse elevado grau de organização, alguns meses após o início da crise, noticiava-se que "a favela de Paraisópolis, em São Paulo, tem melhor controle da pandemia de Covid-19 do que outros bairros da capital paulista".[15] A matéria cita dados de pesquisa realizada pelo Instituto Pólis, indicando que em 18 de maio de 2020, a taxa de mortalidade pelo novo coronavírus na região era de 21,7 pessoas por 100 mil habitantes, enquanto a média municipal era de 56,2. Porém, em outras regiões pobres da capital paulista o cenário não era o mesmo, mostrando a enorme heterogeneidade entre as periferias, em termos de recursos materiais, organizativos e políticos.

No Rio de Janeiro, um exemplo de ação de prevenção é a que se realiza no Santa Marta. Nessa favela, embora não exista uma frente ou gabinete de crise, vários grupos estão atuando no combate à pandemia. A Associação de Moradores tem organizado a doação de cestas básicas para a população[16] e produtos de limpeza e higiene, além de ter instalado lavatórios nas ruas e vielas. O Grupo Eco,[17] além de assumir o compromisso de ajudar 50 famílias com alimentos e um valor em espécie todos os meses para compra de gás ou qualquer outra urgência, criou uma rede de teleatendimento para consultas médicas a moradores sintomáticos.

Já um terceiro grupo de moradores tem realizado ações de sanitização das ruas e vielas locais[18] e ganhou bastante repercussão na mídia nacional e internacional.[19] Lideranças locais estudaram para dominar a tecnologia para realizar a ação, conseguiram doações e treinaram voluntários (Menezes; Mano, 2020). Posteriormente, a experiência foi "exportada" para outras

---

[14] Fonte: https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2020/04/07/paraisopolis-se-une-contra-o-coronavirus-contrata-ambulancias-medicos-e-distribui-mais-de-mil-marmitas-por-dia.ghtml (acessado em 20 de junho de 2020).

[15] Fonte: https://revistagalileu.globo.com/Sociedade/noticia/2020/06/paraisopolis-controla-melhor-pandemia-do-que-cidade-de-sao-paulo.html (acessado em 20 de junho de 2020).

[16] Cf. https://www.santamartapedeajuda.com/

[17] Cf. https://wikifavelas.com.br/index.php?title=Grupo_ECO_(Santa_Marta)

[18] https://wikifavelas.com.br/index.php?title=Sanitiza%C3%A7%C3%A3o_do_Santa_Marta

[19] Fonte: https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2020/04/05/moradores-de-favela-no-rio-fazem-sanitizacao-por-conta-propria-contra-o-coronavirus.ghtml (acessado em 22 de junho de 2020).

favelas, como Chapéu Mangueira, Cantagalo e Babilônia,[20] chegando até a uma localidade no Espírito Santo, num exercício de troca de conhecimentos fundamentais em termos de prevenção. A partir desse intercâmbio, essas lideranças resolveram construir a Rede Autônoma de Sanitizadores de Favela que está realizando ações conjuntas com compartilhamento não só de equipamentos, mas também saberes e tecnologias. Mais recentemente, lideranças do Santa Marta estabeleceram ainda uma parceria com pesquisadores da UERJ para, através de um equipamento chamado CoronaTrack,[21] monitorar a carga viral do Coronavírus nos locais por onde os moradores costumam mais frequentemente transitar.

Todas essas experiências se inscrevem na disputa simbólica pela identificação da favela com inovação, organização, coordenação, capacidade de ação, cooperação, enfim, como potência e não apenas "carência", "falta" ou "ausência".

Produção de dados sobre incidência e comorbidade

Desde o início da pandemia, muitas críticas vêm sendo feitas aos dados oficiais, notadamente a subnotificação, devido ao número reduzido de testes e deficiências na contabilização dos óbitos, em especial no caso das favelas. Em muitos estados, as informações sequer identificam os óbitos por raça, fato que impede de se ter uma visão mais ampla e multifacetada sobre o impacto diferencial do novo coronavírus na população.

Ao entenderem que o poder público não contabilizaria propriamente o número de pessoas infectadas, lideranças se organizaram para fazer levantamentos e mapeamentos próprios, desenvolvendo sistemas de informação e monitoramento das moradias afetadas e da ocorrência de óbitos. Esses mapeamentos têm uma tripla importância: (i) criticar a atuação estatal e produção de dados oficiais; (ii) criar legibilidade; (iii) orientar a ação durante a pandemia. Alguns exemplos[22] são: Voz das Comunidades; CoronaNasFavelas - Frente Maré; Painel do Santa Marta; Painel do Alemão;

---

[20] Cf. https://wikifavelas.com.br/index.php?title=Coletivos_em_a%C3%A7%C3%A3o_contra_coronav%C3%ADrus#Babil.C3.B4nia_Utopia.

[21] Cf. https://wikifavelas.com.br/index.php?title=CoronaTrack_no_Santa_Marta.

[22] Cf. https://wikifavelas.com.br/index.php?title=Painel_Covid-19_nas_favelas_do_Rio_de_Janeiro.

Painel de Manguinhos; Painel de Monitoramento Covid-19 na Rocinha; Coronazap Borel; Painel Providência.

Esses levantamentos vêm sendo realizados de formas bastante variadas. No caso da Providência, o coletivo SOS Providência/Região Portuária começou a formar moradores-monitores que atuam como auxiliares "para a gestão territorial durante o período do isolamento social, reunindo informações e demandas da população e diagnóstico de monitoramento das áreas do morro".[23] Esses monitores atuam mapeando domicílios para identificar necessidades, reunir estatísticas, organizar a distribuição de doações e conscientizar moradores.

Em outras favelas, como Borel e Santa Marta, levantamentos de dados estão sendo feitos por Whatsapp. Há ainda casos de mapeamentos mistos. A Rocinha, por exemplo, reúne mais de um tipo de levantamento. O jornal comunitário *Fala Roça* divulga o Painel Coronavírus Rocinha[24] com gráficos que mostram a evolução diária da pandemia na favela, com dados fornecidos pela Prefeitura do Rio de Janeiro. Já a Clínica da Família Maria do Socorro Silva e Souza junto com a Clínica da Família Ronaldo Lamare e o CMS Albert Sabin criaram outro painel. Essa experiência resulta de uma troca de tecnologias entre profissionais e moradores de diferentes favelas, uma vez que foi inspirada em iniciativas semelhantes feitas no Complexo do Alemão e em Manguinhos (Araújo et al., 2020), tendo como objetivo tornar públicos os dados de vigilância feitos por profissionais de saúde".[25] Importa ressaltar que o próprio aparelho estatal é heterogêneo e permeável às lutas políticas, ainda que os interesses populares sejam inseridos de forma subalterna na hierarquia dos aparatos governamentais.

Em julho de 2020, o RioOnWatch, em parceria com várias instituições de favelas, lançou o Painel Unificador das Favelas[26] que reúne dados sobre casos prováveis, confirmados e mortes, obtidos de fontes comunitárias, de dezenas de relatores de favelas em toda a cidade, de painéis publicados pelo governo e clippings de notícias. Ele permite que os moradores relatem seus sintomas usando um algoritmo de verificação de sintomas, cujos resultados também

[23] Fonte: https://www.vakinha.com.br/vaquinha/morador-monitor-sos-comunidades-zona-portuaria (acessado em 22 de junho de 2020).

[24] Fonte: https://falaroca.com/painel-coronavirus-rocinha/.

[25] Fonte: https://datastudio.google.com/embed/u/0/reporting/c5ae2175-d23e-4411-933d-a222da20ec8b/page/r2dOB (acessado em 24 de junho de 2020).

[26] https://experience.arcgis.com/experience/8b055bf091b742bca021221e8ca73cd7/.

aparecem no painel. O objetivo principal é apoiar os esforços de prevenção realizados por movimentos comunitários, para informarem seus vizinhos e pressionarem por políticas públicas, fornecendo uma visão mais precisa do impacto da pandemia. Diante da precária ou mesmo falta de informações oficiais, que impossibilita o reconhecimento da situação de exposição à qual os moradores de favelas estão submetidos, a produção de dados para os painéis se insere na disputa sobre a verdade da pandemia, disputa simbólica que tem consequências concretas na possibilidade de continuidade da vida da população favelada (Menezes; Magalhães; Silva, 2021).

Críticas ao poder público e produção de planos de ação

A mobilização nas favelas tem utilizado novas tecnologias e as redes de articulação previamente existentes, envolvendo a prevenção e diagnóstico nesses locais, realizado a partir de pesquisa e mapeamento feito pelos moradores. Todo esse trabalho propositivo e ativo dos moradores é permeado por uma constante crítica à atuação limitada e pontual do aparato institucional no controle da pandemia nesses territórios.

Publicações críticas nas redes sociais, cartas abertas, notas públicas são dispositivos a partir dos quais moradores e lideranças situam e veiculam suas críticas ao modo como os poderes públicos atuam no combate aos efeitos negativos da pandemia em suas vidas, permitindo que se abra, dessa maneira, um horizonte de denúncias que darão forma e sentido às ações em curso. Além disso, nesses documentos figura uma outra camada de críticas e, consequentemente, de denúncias, que diz respeito ao fato de que as consequências do avanço do novo coronavírus sobre essas localidades e seus moradores não podem ser compreendidos sem que se leve em consideração: (i) problemas históricos ligados ao déficit de projetos habitacionais e políticas de saneamento voltadas para as favelas e periferias; (ii) o acesso precário ao sistema de saúde; e (iii) o racismo estrutural e a violência estatal.

Logo no início da pandemia, uma comunicadora da Maré publicou um artigo sobre o direito de lavar as mãos nas favelas.[27] Ela e muitas outras lideranças vêm denunciando como a constante falta de água impede que os

[27] Cf. https://www.brasildefato.com.br/2020/03/19/artigo-coronavirus-pelo-direito-de-lavar-as-maos-nas-favelas-cariocas.

moradores sigam as orientações de prevenção à Covid-19. Essas denúncias ganharam ressonância no debate público com conquistas importantes, como a ação da Defensoria Pública da União exigindo que o aparato estatal e suas diferentes agências responsáveis cumpram seu papel constitucional e garantam programas sanitários, de saúde, alimentação e assistência social para a população que vive em favelas no Rio.[28]

É importante destacar também que moradores de favelas são obrigados a lidar com circunstâncias que reforçam sua exposição à morte, além daquela formada pelas camadas de vulnerabilidades exponenciadas, na atual conjuntura, pela pandemia. Muitas críticas são direcionadas às operações policiais que continuaram a ocorrer (apesar de uma relativa queda no início da quarentena) nessas localidades, muitas delas chegando a interromper ações de distribuição de alimentos.

Nesse mesmo período, acompanhamos a repercussão mundial da onda de protestos em diferentes cidades dos EUA em decorrência do caso George Floyd,[29] um homem negro asfixiado até a morte por um policial branco de Minneapolis. A morte de Floyd atuou como elemento catalizador de manifestações multitudinárias em outros países, mesmo em meio à pandemia. Ela também ressoaria no Brasil, fazendo com que milhares de pessoas, especialmente a população negra moradora das periferias, saíssem às ruas para denunciar a violência policial e racista. Nas manifestações antirracistas e contra a violência policial ocorridas no mês de junho no Rio de Janeiro um dos lemas centrais foi: "Nem de tiro, nem de Covid, nem de fome! O povo negro quer viver!". Nessa ocasião, muitos moradores de favelas foram às ruas para se contraporem às diferentes modulações da política de morte em curso, seja aquela decorrente da vulnerabilidade social intensificada pelas crises de saúde pública e econômica ocasionadas pelo novo coronavírus, seja pela violência policial que não cessara, mesmo diante do avanço da pandemia. Como destacou uma liderança de Acari:

> Diante do aumento expressivo das mortes em operações policiais ficou incabível continuarmos fazendo ações sociais somente nos nossos territórios, tivemos de tomar as ruas. Para mim foi uma mistura de

[28] Fonte: https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2020/05/16/defensoria-publica-da-uniao-entra-com-acao-para-garantir-assistencia-em-favelas-do-rio-durante-pandemia-e-fala-em-genocidio.ghtml (acessado em 20 de junho de 2020).

[29] Cf. https://noticias.uol.com.br/internacional/ultimas-noticias/2020/06/04/manifestacoes-eua-george-floyd.htm.

> sentimentos, a maior parte ruins. Inaceitável que em meio a uma pandemia mundial a gente tenha que ir às ruas protestar por mortes em decorrência de ações policiais. Na primeira manifestação inclusive chorei… isso é incabível. Beira ao surreal.[30]

Os gritos das ruas conseguiram ganhar ressonância no debate público. O ministro Edson Fachin, do Supremo Tribunal Federal (STF), proibiu, em decisão liminar, a realização de operações policiais em favelas do Rio durante a pandemia. A decisão foi comemorada, mas também recebida com desconfiança, porque os moradores sabem que a liminar não garante que policiais vão de fato interromper ações violentas nessas localidades.

Hirata, Grillo e Dirk (2020) apontam que o deferimento da medida cautelar na ADPF 635 reduziu a violência armada, estimando que foram salvas 18 vidas em apenas 15 dias. Porém, constatam o que moradores já vinham denunciando nas redes sociais: operações continuaram ocorrendo durante a vigência da medida cautelar e são fortes os indícios de que elas se deram apesar da decisão do ministro do STF. Por isso, os moradores continuam se mobilizando para tentar denunciar as operações,[31] já que o governo do Rio de Janeiro contestou a proibição.

Além de denunciar, moradores também têm se organizado para propor soluções a partir da realidade diagnosticada, mesmo que reforçando as críticas à omissão dos governos em relação aos seus deveres constitucionais. Assim, vários grupos e coletivos de favelas, em parceria com universitários, pesquisadores e professores, têm elaborado planos de ação, indicando o que o governo deveria fazer.[32]

Um exemplo disso foi uma articulação feita entre lideranças do Alemão, Cidade de Deus, Maré, Rocinha e Santa Marta, e pesquisadores da UFRJ, PUC-Rio e UERJ, em diálogo com a FIOCRUZ, que resultou em um plano de ações para o enfrentamento da Covid-19 com foco nas especificidades das favelas. Mais recentemente, o mesmo grupo, sob a condução do Observatório

---

[30] Fonte: https://esquerdaonline.com.br/2020/06/16/sempre-gritamos-vidas-negras-importam-entrevista-com-a-ativista-buba-aguiar/?fbclid=IwAR2TnrsZXq1WPbEzvizHtudCYoEC_JOWH1OkbXx84u7XpTlyfpz2U5BoeY (acessado em 25 de junho de 2020).

[31] Mães de vítimas da violência de Estado enviaram ao STF uma Sustentação Oral Popular para a ADPF 635, solicitando a interrupção das operações policiais nas favelas durante a pandemia. Cf. https://www.youtube.com/watch?v=wlWWBpoZARA&feature=emb_title.

[32] Cf. https://wikifavelas.com.br/index.php?title=An%C3%A1lises_e_propostas_sobre_a_realidade_do_coronav%C3%ADrus_nas_favelas#Planos_de_a.C3.A7.C3.A3o_e_documentos.

das Metrópoles,[33] buscou reunir dados sobre os impactos da pandemia nas favelas e periferias do Rio de Janeiro, promovendo um levantamento por meio de um questionário *online*,[34] cujas informações coletadas servirão de base para ações de incidência política e de defesa dos direitos humanos, em parceria com o Dicionário de Favelas Marielle Franco e a Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro.

A associação Universidade/Favela vem sendo tanto problematizada quanto perseguida nos últimos anos, em diferentes fóruns que reúnem acadêmicos e militantes em busca da descolonização dos conhecimentos e da demolição do "epistemicídio", fatores que fundamentam e legitimam a exclusão social.

Considerações finais

Neste artigo buscamos descrever e analisar as diferentes ações empreendidas por moradores de favelas e seus coletivos no contexto da pandemia no Rio de Janeiro. Ao apontar para ações de prevenção, comunicação, doações de alimentos, formulação de painéis próprios de casos, bem como das críticas formuladas à política da precarização (Magalhães, 2020) promovida pelos aparatos estatais, pretendemos dar conta de como essas ações permitem a observação da constituição de uma trama movimentalista (Magalhães, 2019), a partir da qual se tornou possível, inscrevendo a crítica num horizonte de publicidade, o deslizamento do modo como são agenciados os significantes favelas/periferias.

Dessa forma, tais ações buscam não somente lançar luz sobre as experiências da pandemia nessas localidades, mas, fundamentalmente, modificar o enquadramento por meio do qual suas vidas são definidas. Tal esforço também se dá na direção dos efeitos desses enquadramentos e seus significantes, notadamente no que se refere aos modos como atuam os aparatos estatais nessas localidades. Como aponta Veena Das (2000), "parece que a maioria dos formuladores de políticas públicas, burocratas e modeladores matemáticos simplesmente não sabem como vivem os pobres, sendo, por isso, incapazes de antecipar suas ações e consequentemente de levar em conta essas variações do comportamento humano em suas

[33] Cf. https://habitacao.observatoriodasmetropoles.net.br/levantamento_covid/.

[34] Cf. https://forms.gle/86DRESdm26grmPSk8.

modelizações". Tal incapacidade, na verdade, pode ser lida na chave de uma *inépcia constitutiva e deliberada* característica dos modos de governo dos pobres historicamente no Brasil.

As ações aqui em consideração não se apresentam simplesmente como uma atuação "contra" o aparato estatal, mas contra as maneiras pelas quais ele é vivenciado e experimentado cotidianamente nesses territórios. A atuação de organizações e coletivos de favelas e periferias ao longo da pandemia vem demonstrando que as lutas empreendidas não se referem apenas à sobrevivência física e imediata dos corpos que habitam tais territórios, mas também às disputas simbólicas acerca do significado da favela/favelados. Dessa forma, tais experiências associativas (através de frentes, gabinetes de crise e arranjos mais fluidos), bem como a capacidade de articulação com atores externos por meio de parcerias, demonstram como a vida nas favelas não pode ser entendida pela chave da "carência" ou de noções como desordem, caos e ilegalidade. Ao contrário, essas lutas apontam no sentido da valorização das potências emergentes desses territórios e de suas populações, o que foi evidenciado até mesmo na cobertura dada pela grande mídia. No entanto, o novo normal pós-pandemia ainda é uma incógnita também em relação aos efeitos políticos dessas mobilizações e ações, face à capacidade de recomposição da normalidade excludente.

Referências

Araújo, Fábio, Mallart, Fábio, & Gaudenzi, Paula. (2020, 30 jun.). Contextualizar o desmonte é essencial. *Le Monde Diplomatique Brasil*. https://diplomatique.org.br/contextualizar-o-desmonte-e-essencial/

Arendt, Hannah. (1993). *A Condição Humana* (6. ed.). Editorial Forense Universitária.

Cefaï, Daniel. (2009). Como nos mobilizamos? A contribuição de uma abordagem pragmatista para a sociologia da ação coletiva. *Dilemas: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social, 2*(4), 11-48.

Cefaï, Daniel. (2002). Qu'est-ce qu'une arène publique ? Quelques pistes pour une approche pragmatiste. In D. Cefaï & I. Joseph (dir.), *L'héritage du pragmatisme. Conflits d'urbanité et épreuves de civisme* (pp. 62-103). Editions de l'Aube.

Das, Veena. (2020, 1º jun.). Encarando a Covid-19: Meu lugar sem esperança ou desespero. *Dilemas: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social* (Reflexões na Pandemia 2020, texto 26). Disponível em: https://www.reflexpandemia.org/texto-26

D'andrea, Tiarajú P. (2013). *A formação dos sujeitos periféricos: cultura e política na periferia de São Paulo* [Tese de Doutorado, Universidade de São Paulo]. https://doi.org/10.11606/T.8.2013.tde-18062013-095304

Doimo, Ana Maria. (1995). *A vez e a voz do popular: movimentos sociais e participação política no Brasil pós-70*. Relume-Dumará.

Feltran, Gabriel. (2011). *Fronteiras de tensão: política e violência nas periferias de São Paulo* (1. Ed.). Editora Unesp/CEM.

Fleury Sonia. (2011). Desigualdades Injustas: o contradireito à saúde. *Psicologia e Sociedade, 23*(spe), 45-52. https://doi.org/10.1590/S0102-71822011000400007

Fleury, Sonia. (2007). Pobreza, desigualdades ou exclusão? *Ciência & Saúde Coletiva, 12*(6), 1422-1425. https://doi.org/10.1590/S1413-81232007000600003

Fleury, Sonia, & Menezes, Palloma. (2020). Pandemia nas favelas: entre carências e potências. *Saúde em Debate, 44*(spe4), 267-280. https://doi.org/10.1590/0103-11042020E418

Freire, Jussara. (2016). *Mobilizações coletivas e problemas púbicos em Nova Iguaçu*. Rio de Janeiro: Garamond.

Freire, Lucas. (2019). *A gestão da escassez: uma etnografia da administração de litígios de saúde em tempos de "crise"* [Tese de Doutorado em Antropologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro].

Hirata, Daniel, Grillo, Carolina, & Dirk, Renato. (2020, 18 ago.). Apresentação ao relatório Efeitos da Medida Cautelar na ADPF 635 sobre as Operações Policiais na Região Metropolitana do RJ. *Dilemas: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social* (Reflexões na Pandemia 2020, texto 57). Disponível em: https://www.reflexpandemia.org/texto-57

Honneth, Axel. (2003). *Luta por reconhecimento*. Editora 34.

Laclau, Ernest. (1977). Prólogo. In P. Anderson (Ed.), *La cultura represiva. Elementos de la cultura britânica*. Anagrama.

Landi, Oscar. (1981). Sobre lenguajes, identidades y ciudadanías políticas. In N. Lechner (Org.), *Estado y Política en América Latina* (pp. 172-198). Siglo XXI

Leeds, Anthony, & Leeds, Elizabeth. (1978). *Sociologia do Brasil urbano*. Zahar Editores.

Leite, Márcia P. (2020, 25 maio). Biopolítica da precariedade em tempos de pandemia. *Dilemas: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social*, (Reflexões na Pandemia 2020, texto 23).

Machado da Silva, Luiz A. (2002). A continuidade do "problema da favela". In L. Lippi (Org.), *Cidade: história e desafios* (pp. 220-237). Ed. FGV.

Machado da Silva, Luiz A., & Leite, Márcia P. (2004). Favelas e democracia: temas e problemas da ação coletiva nas favelas cariocas. In IBASE (Org.), *Rio: a democracia vista de baixo* (pp. 61-78). IBASE.

Magalhães, Alexandre. (2020). As periferias na pandemia: explicitação da política de precarização e de exposição à morte. *Tessituras*: Revista de Antropologia e Arqueologia, Pelotas, v. 8, p. 79-85.

Magalhães, Alexandre. (2019). *Remoções de favelas no Rio Janeiro: entre formas de controle e resistências*. Appris.

Mendonça, Ricardo F., & Simões, Paula G. (2012). Enquadramento: diferentes operacionalizações analíticas de um conceito. *Revista Brasileira de Ciências Sociais, 27*(79), 187-235. https://doi.org/10.1590/S0102-69092012000200012

Menezes, Palloma V., Magalhães, Alexandre A., & Silva, Caíque A. F. (2021). Painéis comunitários: a disputa pela verdade da pandemia nas favelas cariocas. *Horizontes Antropológicos, 27*(59). https://doi.org/10.1590/S0104-71832021000100006

Menezes, Palloma, & Mano, Apoena. (2020). Sanitização comunitária, articulações e trocas de conhecimentos para "cuidar dos nossos". Entrevista com Thiago Firmino, liderança da favela Santa Marta, Rio de Janeiro. *Dilemas: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social*, (Reflexões na Pandemia 2020, texto 87).

Mbembe, Achille. (2016). Necropolítica. *Arte & Ensaios*, (32), 123-151.

Pestana, Marco M. (2016). *A União dos Trabalhadores Favelados e a luta contra o controle negociado das favelas cariocas (1954-1964)* (1. Ed.). Eduff.

Rocha, Lia. (2013). *"Uma favela diferente das outras?" Rotina, silenciamento e ação coletiva na favela do Pereirão, Rio de Janeiro*. Faperj; Ed. Quartet.

Sader, Eder S. (1988). *Quando novos personagens entraram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo (1970-80)*. Paz e Terra.

Schmidt, Vivien A. (2010). Taking ideas and discourse seriously: explaining change through discursive institutionalism as the fourth 'new institutionalism. *European Political Science Review, 2*(1), 1-25. https://doi.org/10.1017/S175577390999021X

Schmidt, Vivien A. (2013). Arguing about the Eurozone crisis: a discursive institutionalist analysis. *Critical Policy Studies, 7*(4), 455-462.

Recebido: 20 ago. 2021
Aceito: 06 dez. 2021

Licenciado sob uma Licença Creative Commons Attribution 4.0